

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



***De Augusta Emerita a Olisipo por Eborac:***  
**uma leitura do território a partir da rede viária**

Maria José de Melo Henriques de Almeida

Orientadores: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião  
Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na  
especialidade de Arqueologia

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



***De Augusta Emerita a Olisipo por Eborá:***  
**uma leitura do território a partir da rede viária**

Maria José de Melo Henriques de Almeida

Orientadores: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião  
Prof. Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arqueologia

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Diretor da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor Vasco Gil da Cruz Soares Mantas, Professor Auxiliar Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro, Professor Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve;
- Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutora Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

à quimquim, que me ensinou a ciência

à fernanda, que me ensinou o rigor

ao zé maria, que me ensinou a não desistir

## Resumo

A existência de três itinerários principais entre a capital da *Lusitania* e o porto marítimo de *Olisipo* é atestada por evidências arqueológicas e por fontes escritas (literárias e epigráficas) de época romana. Desse conjunto de fontes, o texto conhecido como *Itinerário de Antonino* assume-se como um dos documentos principais. O objeto de estudo é um desses itinerários, o que faz a ligação de *Augusta Emerita* a *Olisipo* por *Ebora*.

A interpretação do *Itinerário de Antonino*, conjunto de textos que conhecemos através de cópias medievais, é um tema ainda em aberto na atual investigação científica. São várias as propostas relativas à sua natureza e intenção, cronologia e, sobretudo, quanto à correspondência que deve ser feita entre as rotas descritas e a rede viária efetivamente existente no território em época romana. Para tentar ultrapassar essas dificuldades de interpretação, parece relevante entender a natureza topológica do *Itinerario de Antonino* e procurar compreender a estrutura de dados que apresenta.

Neste sentido, faz-se uma revisão da informação disponível para definir, no território, um percurso plausível do itinerário, fundamentado em dados de natureza arqueológica, epigráfica e histórica. A partir da definição de um traçado e de uma faixa alargada em torno da representação convencional do eixo da via, procura entender-se a forma como o itinerário se articula com a ocupação e organização do território.

A análise da informação tratada nesta perspetiva conduz à elaboração de uma proposta de interpretação da sequência de indicações miliárias para esta rota no *Itinerário de Antonino*: defende-se a tese que os numerais expressos nessas sequências correspondem às distâncias entre estações viárias, num esquema de contagem relativo a cada território administrativo que atravessa. Dito de outra forma, que as indicações miliárias se originam na sede de cada unidade territorial, irradiando desse *caput viae*, nas diferentes direções das vias, até ao encontro do território da cidade contígua.

**Palavras-chave:** Civilização romana; Itinerário de Antonino; Vias; Território; *Lusitania*

## Abstract

The existence of three main itineraries between the capital of *Lusitania* and the maritime harbour of *Olisipo* is attested to by archaeological evidence and by written, literary and epigraphic sources from the Roman period. Among this group of written sources, the text known as the *Antonine Itinerary* is the main document. The object of study is one of these itineraries, connecting *Augusta Emerita* to *Olisipo* through *Ebora*.

The interpretation of the *Antonine Itinerary*, a group of texts known through its medieval copies, is still open to debate in current scientific research. There are several views regarding its nature and purpose, chronology and, especially, regarding the correspondence between the itineraries descriptions and the road network, which indeed existed in the territory during the Roman period. In order to overcome these difficulties of interpretation, it seems relevant to understand the topological nature of the *Antonine Itinerary* and seek to understand the data structure that it presents.

Therefore, this thesis revises current available information, in order to define, within the territory, a plausible route, relying on archaeological, epigraphic and historical data. Starting with the definition of a route and of a wide band encircling the conventional representation of its axis, it seeks to understand the manner in which the itinerary is articulated with the occupation and organisation of the territory.

The analysis of the information thus analysed culminated in a proposal of interpretation of the sequence of mile indications for this path in the *Antonine Itinerary*: it defends the thesis that the numerals expressed in these sequences correspond to distances between stations, in a counting scheme limited to boundaries of administrative territory within the route. In other words, it defends that the mile indications have their origin in the capital of each territorial unit, irradiating from this *caput viae* in the different directions of the roads until they reached the territory of the adjoining city.

**Keywords:** Roman civilisation; Antonine Itinerary; Roads; Territory; *Lusitania*

## Nota

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pela ferramenta [Lince](#).

## Créditos das imagens

Sempre que não é expressa a autoria ou fonte, as imagens são da responsabilidade da autora.

Os mapas cuja base cartográfica ou fonte não é referida foram elaborados com os seguintes recursos:

- Modelo digital de terreno

EU-DEM — European Environment Agency (EEA). (2013). Obtido 22 de Abril de 2015, de <http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/eu-dem> Produced using Copernicus data and information funded by the European Union - EU-DEM layers

- Hidrografia

EuroGeographics. (2014). EuroGlobalMap (EGM) v8.0. Obtido 10 de Fevereiro de 2016, de <http://www.eurogeographics.org/products-and-services/euroglobalmap> © EurogeoGraphics. All rights reserved.

## Siglas e Acrónimos

A-5	Via rápida do Sudoeste
AAT	Art & Architecture Thesaurus (The J. Paul Getty Trust, 2015)
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ALS	Município de Alcácer do Sal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIDOC	International Committee for Documentation
CIL II	Corpus inscriptionum Latinarum volume II (Hübner, 1892)
CNS	Código Nacional de Sítio
CRM	Conceptual Reference Model
CSV	Comma Separated Value

DGT	Direção Geral do Território
DIA	Declaração de Impacto Ambiental
EE	Ephemeris Epigraphica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
FE	Ficheiro Epigráfico
HAE	Hispania Antiqua Epigraphica
HEp	Hispania Epigraphica
IAM	Instituto de Arqueología de Mérida
IC	Itinerário Complementar
ICOM	International Council of Museums
ID	Identificador Único
IGN	Instituto Geográfico Nacional
INSPIRE	Infrastructure for Spatial Information in the European Community
IRCP	Inscrições Romanas do Conventus Pacensis (Encarnação, 1984)
ISO	International Organization for Standardization
MIDAS	A Manual and Data Standard for Monument Inventories (English Heritage, 2012)
MNA	Museu Nacional de Arqueologia
N-V	Carretera de Extremadura
PDF	Portable Document Format
PDM	Plano Diretor Municipal
PLM	Município de Palmela
SHP	Shapefile
SRAS	Serviços Regionais de Arqueologia do Sul
STB	Município de Setúbal
TIR	Tabula Imperii Romani (Alarcão, Álvarez Martínez, Cepas Palanca, & Corso Sanchez, 1995)
USAF	United States Air Force

## **Agradecimentos**

A concretização do trabalho que agora se apresenta só me foi possível com a ajuda inestimável de um conjunto de pessoas e instituições a quem quero expressar o meu sincero agradecimento.

Aos Professores Doutores Carlos Fabião e Amílcar Guerra, agradeço o voto de confiança ao aceitar orientar um trabalho por mim proposto, iniciado num momento anterior à inscrição no Programa de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia e que tinha como ponto de partida uma ideia que não partilhavam. A disponibilidade e benevolência demonstradas no debate das principais questões aqui levantadas tornaram certamente este trabalho mais rico.

Do conjunto de amigos com quem muito deste trabalho foi feito, através da discussão de ideias e das minhas (muitas) dúvidas, uma palavra de reconhecimento especial a André Carneiro, companheiro de longas e produtivas viagens pelo eixo que liga Augusta Emerita a Olisipo, tanto no terreno como no discurso científico. A Leonor Rocha, a preciosa ajuda nos trabalhos de campo provando, mais uma vez, que juntas sabemos mais.

A Inês Brandão, a tradução do resumo para língua inglesa e, sobretudo, a presença lado a lado no solitário processo de escrita e a crítica construtiva das minhas ideias, potenciada por um olhar distanciado de séculos no objeto de estudo e uma formação académica internacional.

A Rosário Saraiva, o olho de lince na revisão de texto e o inesperado interesse num tema tão longínquo da sua área de formação e atividade profissional, fundamental para me fazer acreditar que este trabalho pode ter alguma utilidade social para além da academia. (Se algumas gralhas ainda pousam sobre o texto, fui eu certamente quem não as corrigiu depois de por ela serem assinaladas)

Aos que discutiram comigo aspetos com os quais me sentia menos à vontade, a correção das imprecisões e contributos técnicos e científicos nas suas áreas de especialidade: Alexandre Matos, André Mano e Jorge Freire, referidos pela neutral ordem alfabética.

A todos que se prontificaram a responder de uma forma generosa aos meus pedidos, a informação inédita, pouco acessível ou por mim desconhecida, sem a qual muitas das conclusões deste trabalho não seriam possíveis: António Rafael Carvalho, Jesús Acero, Jesús Rodríguez Morales, Jorge Raposo, Lucía Castellano, Rui Mataloto e Tomaz Cordero.



Deste grupo não posso deixar de destacar o meu amigo Rui Boaventura. Quando foi professor em Elvas, compilou e transcreveu toda a informação existente na Biblioteca Municipal que lhe pareceu relevante para o conhecimento da Pré-História e Antiguidade na região. Deu-me cópias e alguns originais desses apontamentos sempre que achou que me podiam ser úteis. Têm sido, foram no presente trabalho e continuarão a ser, agora com a responsabilidade de honrar a memória um grande amigo e um grande investigador.

Sendo este um trabalho desenvolvido exclusivamente com ferramentas de código de fonte aberta, não posso deixar de agradecer às comunidades de utilizadores que partilham informação em rede e que me deram soluções para problemas e me apontaram caminhos para a utilização e análise de dados. No caso concreto do Grupo de Utilizadores QGIS PT, tive o privilégio de contar com a ajuda personalizada de Alexandre Neto, André Mano e Giovanni Manghi: sem eles esta seria uma dissertação sem mapas.

Ao *Deutsches Archäologisches Institut* e então Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico, agradeço a oportunidade dada pela atribuição da *Bolsa Portugal do Instituto Arqueológico Alemão*, em 2012, que me permitiu iniciar da melhor forma a pesquisa que está na origem da presente dissertação. Além do agradecimento institucional devo um agradecimento pessoal a todos os membros da delegação de Madrid, com um destaque especial para a Doutora Dirce Marzoli: em Madrid, em casa de alemães, fui acolhida por um generoso coração italiano.

À então *Dirección General de Patrimonio Cultural da Consejería de Educación y Cultura* do governo autónomo da Extremadura, agradeço a disponibilização dos dados solicitados da *Carta Arqueológica de Extremadura*, essenciais na construção da amostra de dados deste estudo.

Este trabalho só pôde ser realizado porque beneficiei do estatuto de trabalhador estudante enquanto funcionária da Câmara Municipal de Cascais; um justo agradecimento é devido aos responsáveis pela gestão de recursos humanos, Dr. Pedro Maia e Dr.<sup>a</sup> Ana Canas, por terem agilizado procedimentos burocráticos e, sobretudo, por terem valorizado a minha aposta na formação e me terem apoiado em momentos e situações distintas.

Por último, definitivamente um lugar de destaque, agradeço àqueles que, sem terem contribuído diretamente para a produção do texto, me deram o mais importante para que este trabalho chegasse ao fim: a amizade e a confiança nas minhas capacidades. Ana, Catarina, Pedro, Rute, Zé e Zé Manel, o mérito é vosso.

1	Introdução.....	16
1.1	Objetivo e âmbito.....	16
1.2	Metodologia e fundamentação das opções tomadas.....	20
1.3	Fontes utilizadas: crítica e problemática.....	37
1.3.1	Fontes itinerárias.....	37
1.3.2	Fontes materiais.....	43
2	O itinerário entre <i>Augusta Emerita</i> e <i>Olisipo</i> por <i>Ebora</i> .....	58
2.1	O estado da arte.....	58
2.1.1	Um problema de escala e âmbito: leituras peninsulares vs. leituras nacionais e regionais.....	58
2.1.2	Sistematização e cartografia das mais recentes propostas de traçado da via.....	59
2.1.2.1	Propostas integrais do traçado da via.....	60
2.1.2.2	Propostas parciais do traçado da via.....	75
2.1.3	Análise comparativa.....	99
3	Descrição e fundamentação do traçado proposto.....	115
3.1	Pela margem esquerda do Guadiana: os primeiros dois dias de viagem.....	118
3.2	Da travessia do Caia à milha 65.....	133
3.3	O caminho das pedreiras e a travessia da Serra de Ossa.....	160
3.4	Pelas planícies de <i>Ebora</i> até à milha 12.....	176
3.5	Em direção ao mar: a chegada a <i>Salacia</i> .....	203
3.6	O percurso viário no estuário do Sado: complemento e alternativa.....	221
3.7	De <i>Caetobriga</i> a <i>Olisipo</i> pela península de Setúbal: os últimos dias da viagem.....	236
4	O itinerário e o território: conclusões possíveis.....	250
4.1	Para uma leitura topológica do <i>Itinerário de Antonino</i> .....	250
4.2	Ensaio de delimitação dos territórios atravessados pela Via XII.....	261
5	Referências Bibliográficas.....	282
	Anexos.....	321
	I Cartografia.....	321
	Propostas de traçado (suporte digital, formato shp).....	321
	Sítios arqueológicos (suporte digital, formato shp).....	321
	Proposta de traçado da Via XII e sítios arqueológicos na área de estudo (suporte papel, escala 1:200 000).....	321
	II Inventário de sítios arqueológicos.....	333
	Estrutura de dados (tabelas).....	333
	Monumento (registo-pai).....	333
	Localização.....	334
	Localização histórica.....	336
	Tipologia.....	338
	Cronologia.....	338
	Inscrição.....	340
	Referências.....	341
	Terminologia.....	342
	Grau de confiança.....	342
	Tipologia.....	343
	Período histórico.....	344
	Método de datação.....	345

Inventário.....	346
Fichas de sítio (suporte digital, formato pdf).....	347
Inventário de sítios arqueológicos (suporte digital, formato csv).....	347

## Índice de figuras

Figura 1: Localização do itinerário estudado na Hispania romana.....	17
Figura 2: Sítios arqueológicos na faixa alargada de território correspondente à Via XII 25	
Figura 3: Área de estudo definida em torno da Via XII.....	26
Figura 4: Estrutura de relações da base de dados.....	35
Figura 5: Infraestruturas viárias.....	44
Figura 6: Obras de arte.....	45
Figura 7: Marcos miliários - situação atual.....	46
Figura 8: Marcos miliários -texto.....	48
Figura 9: Edifício contemporâneo em espaço rural (freguesia da Orada, Borba, Portugal) .....	50
Figura 10: Cidades, aglomerados populacionais e fortificações.....	52
Figura 11: Sítios com testemunhos de atividades produtivas (transformação e extração) .....	54
Figura 12: Sítios com testemunhos de atividade de exploração agrícola.....	56
Figura 13: Proposta de traçado da via segundo J.de Alarcão (2006).....	62
Figura 14: Proposta de traçado da via segundo V. Mantas (2012).....	67
Figura 15: Proposta de traçado da via segundo J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado (2014).....	73
Figura 16: Proposta parcial de traçado da via segundo F. Bilou (2005).....	76
Figura 17: Proposta parcial de traçado da via segundo A. Carneiro (2008, 2011).....	82
Figura 18: Proposta parcial de traçado da via segundo F. G. Rodríguez Martín (2008).....	91
Figura 19: Proposta parcial de traçado da via segundo P. D. Sanchez Barrero (2010).....	94
Figura 20: Proposta parcial de traçado da via segundo T. Cordero Ruiz (2013).....	97
Figura 21: Sobreposição das propostas de traçado da via.....	99
Figura 22: Sobreposição das proposta de localização de mansiones / mutationes.....	107
Figura 23: Proposta de traçado da Via XII.....	117
Figura 24: Duração da viagem entre Augusta Emerita e Olisipo por Eborá.....	118
Figura 25: Excerto de mapa (Alabern [y Casas] & Mabón, 1846) com representação da estrada Mérida-Badajoz por Calamonte.....	120
Figura 26: Sobreposição da proposta de traçado da Via XII com a via pecuária Cañada de Sancha brava sobre base cartográfica anterior ao Plan Badajoz (Dirección General del Instituto Geográfico y Catastral, 1941, pt. Hoja 775).....	130
Figura 27: Cume dos Sapateiros: vista para nascente.....	137
Figura 28: Cume dos Sapateiros: vista para poente.....	138
Figura 29: Reprodução parcial das folhas 25 e 26 da Carta Corográfica de Portugal (Folque, 1856).....	140
Figura 30: Excerto do Mapa General do Reyno de Portugal (1782) com indicação da linha de relevo representada na área dos Sapateiros.....	148
Figura 31: Reprodução parcial da carta de Portugal Continental (Direção Geral do Território, 2016) com indicação dos caminhos rurais na base da proposta de traçado da Via XII.....	150
Figura 32: Representação esquemática das hipóteses de atravessamento da cumeada dos Sapateiros.....	152

Figura 33: Eventual miliário e/ou contrapeso de lagar em Alcarapinha (n.º 41).....	156
Figura 34: Marco quilométrico contemporâneo com alusão à estrada romana (Orada)	162
Figura 35: Relação entre o Tanque dos Mouros (n.º 475) e o sítio arqueológico da Senhora dos Mártires (n.º 11).....	166
Figura 36: Pego do Sino: vista do topo da escarpa a montante na margem esquerda com indicação do local de atravessamento da ribeira junto às ruínas do moinho.....	170
Figura 37: Miliários na Herdade da Venda (n.º 29).....	178
Figura 38: Calçamento do vau de uma linha de água junto ao Monte do Almo (Azaruja).....	180
Figura 39: Miliário do Monte do Zambujeiro 1.....	195
Figura 40: Marco miliário dos Tabuleiros fotografado por M. Saa (1956, vol. 4, p. 80) .....	199
Figura 41: Área envolvente do presumível local original do miliário dos Tabuleiros (n.º 15).....	201
Figura 42: Caminho rural a ocidente de Água de Elvira dos Padres (n.º 282).....	207
Figura 43: Troço de calçada na Herdade da Biscaíña (n.º 56).....	208
Figura 44: Ponte submersa na albufeira da barragem do Pego do Altar (1999).....	210
Figura 45: Miliário do Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33) - foto reproduzida a partir de Faria, 2002.....	212
Figura 46: Sítios arqueológicos na periferia de Salacia.....	218
Figura 47: Reprodução parcial de cartografia histórica com identificação da estrada por Seixola e Pinheiro: (i Carpinetti, 1762; ii Lopez de Vargas Machuca, 1782; iii Eça & Almeida, 1808).....	229
Figura 48: Reconstituição esquemática da ocupação do espaço de Caetobriga reproduzida a partir de (C. T. da Silva et al., 2010, p. 152).....	234
Figura 49: Calçada do Viso (n.º 59): vista para nascente a partir da rua da Alfarrobeira (a) e vista para poente a partir do ponto médio (b).....	237
Figura 50: Calçada do Viso (n.º 59): perfil do troço calçetado e corte estratigráfico representado esquematicamente a partir da informação publicada por C. Tavares da Silva.....	238
Figura 51: Calçada e pedreira do Viso sobre a Carta Geológica de Portugal 1:500 000 .....	240
Figura 52: Representação da Via XII considerando a soma cumulativa de distâncias entre estações viárias.....	251
Figura 53: Marcos miliários com inscrição milia passuum.....	254
Figura 54: Epigrafia com menção de tribo e territórios.....	274
Figura 55: Proposta de localização de estações viárias e delimitação de territórios.....	279

## **Índice de quadros**

Quadro 1: Item ab Olisipone Emerita: fixação de texto de G. Parthey e M. Pinder (1848) .....	41
Quadro 2: Item ab Olisipone Emerita: fixação de texto de O. Cuntz (1929).....	42
Quadro 3: Distâncias entre Olisipo e Catobrica.....	263
Quadro 4: Distâncias entre Salacia e Catobrica.....	265
Quadro 5: Distâncias entre Ebora e Emerita.....	277

*[One describes a tale best by telling the tale. You see? The way one describes a story, to oneself or to the world, is by telling the story. It is a balancing act and it is a dream.]*  
*The more accurate the map, the more it resembles the territory. The most accurate map possible would be the territory, and thus would be perfectly accurate and perfectly useless.*

*[The tale is the map which is the territory.*

*You must remember this.]*

*- From the notebooks of Mr. Ibis*

Gaiman, N. (2005). *American Gods*. London: Headline Review, p. 589

# 1 Introdução

## 1.1 Objetivo e âmbito

A dissertação que agora se apresenta decorre do Programa de Doutoramento em Arqueologia e Pré-História, tendo como domínio científico a rede viária romana na *provincia* da *Lusitania*. Em termos mais concretos, centra-se na ligação viária entre a capital provincial *Augusta Emerita* e o porto marítimo de *Olisipo*, privilegiando o eixo meridional que se dirigia a ocidente por *Ebora*.

A escolha deste eixo viário prende-se com o trabalho que iniciei em 1998 no âmbito dos projetos de investigação dedicados ao estudo monográfico da *uilla* romana da Quinta das Longas, Elvas, Portugal<sup>1</sup>. Desenvolvidos em coautoria com António Carvalho, estes programas de estudo<sup>2</sup> procuraram sempre entender a *uilla* no território da *Lusitania* e foi como consequência dessa preocupação que acabei por desenvolver um estudo sobre a ocupação rural em Época Romana no atual município de Elvas (Almeida, 2000).

A rede viária emerge como tema central quando pretendemos compreender esta área regional, já que as ligações entre a capital da *Lusitania* e o Atlântico parecem moldar de uma forma significativa o tipo de ocupação rural verificado através do registo arqueológico (Almeida & Carvalho, 2004). Por outro lado, também estas primeiras reflexões sobre a área de Elvas fizeram consolidar a ideia de que o porto de mar mais acessível a partir de *Augusta Emerita* se situa a ocidente, seja o porto marítimo de *Olisipo* ou os portos fluviais de *Scallabis* e *Salacia*, de onde facilmente se atingia o oceano (Blot, 2003; Mantas, 2004).

---

<sup>1</sup> Código Nacional de Sítio (CNS) 5722

<sup>2</sup> Projetos de investigação financiados pelas entidades com a tutela do património arqueológico em Portugal: [PNTA/98 - Ocupação Romana do Concelho de Elvas](#) e [PNTA/2002 - Projecto de Estudo e Valorização da Villa Romana da Quinta das Longas \(S. Vicente e Ventosa, Elvas\)](#).





- ⊙ capitais provinciais
- ciuitas
- limites provinciais (Talbert, 2000)
- Item ab Olisipone Emeritam

Figura 1: Localização do itinerário estudado na Hispania romana

São conhecidos, através das fontes escritas, três itinerários principais que asseguram esta ligação de *Augusta Emerita* ao Atlântico, dois deles seguindo um percurso em direção ao vale do Tejo e outro, mais meridional, que atinge o estuário do Sado por *Ebora*. Se inicialmente pensei poder fazer um estudo sobre os três itinerários, as primeiras abordagens ao tema mostraram-me que, considerando os prazos e objetivos do programa de doutoramento em que me encontrava inscrita, teria que restringir o âmbito do estudo apenas a um deles. Com efeito, o grau de detalhe que considerei necessário para que o estudo fosse consequente levou-me a optar pelo itinerário meridional. A razão da escolha radica no fato de ser aquele que atravessa a área regional que melhor conheço. Esse conhecimento é consequência dos estudos que já tinha realizado, até ao momento da candidatura ao programa de doutoramento em curso, mas também da familiaridade que tenho com o território, que me parece fundamental num trabalho deste tipo.

Naturalmente que a escolha de um único itinerário invalida a possibilidade de o

compreender no âmbito da análise de redes, perspectiva com potencialidades muito interessantes no que diz respeito aos itinerários de Época Romana (Brughmans, 2012, 2014; Brughmans, Isaksen, & Earl, 2012; de Soto Cañamares & Carreras Monfort, 2014; Graham, 2006; Hitchner, 2012). No entanto, dadas as limitações com que me confronto, prece-me nesta fase mais útil investir no conhecimento aprofundado de uma das ligações do que ensaiar análises sobre uma rede ainda insuficientemente caracterizada, como é o caso da rede viária da *Lusitania*. Pelas mesmas razões operativas, a reconstituição do itinerário far-se-á através de um vetor único, ainda que a realidade contemplasse certamente vários traçados alternativos, quer na diacronia quer na sincronia. A linha que representa o itinerário é uma simplificação do eixo da via, em torno do qual foi definida uma faixa que corresponde à área de estudo (cf. 1.2).

As alterações de percurso ao longo do tempo remetem-nos para a questão do âmbito cronológico, que se discute mais detalhadamente na secção seguinte a propósito da nomenclatura usada para os períodos históricos. De uma forma propositadamente vaga, o âmbito cronológico da presente dissertação define-se pela Época Romana e a Antiguidade Tardia<sup>3</sup> no ocidente peninsular. Se há tema onde ambiguidade cronológica não constitui um entrave significativo à análise de dados, esse tema é a rede viária. Os caminhos são, na maior parte dos casos, definidos por razões que variam pouco ao longo do tempo, já que o melhor percurso entre o ponto A e o ponto B é determinado por razões geográficas e não históricas. Contudo, como será discutido ao longo do trabalho, terá havido alterações na própria paisagem que podem ter condicionado essas escolhas. Na quase ausência de informação sobre a evolução do território atravessado por este itinerário, a análise é feita sobre os dados contemporâneos disponíveis e os que se podem inferir a partir de fontes históricas posteriores.

Apesar da tendência de perenidade dos grandes eixos viários no espaço peninsular, a conquista e ordenamento do território por Roma terá tido reflexos na organização das estradas. As comunicações são fundamentais no ordenamento da *Lusitania*, *provincia* fundada sobre uma realidade geográfica e etnicamente pouco homogênea (Beltrán Lloris, 2010, pp. 37–41). A posição excêntrica que, do ponto de vista geográfico, a capital ocupa na *provincia* é claramente superada pela sua importância como nó central

<sup>3</sup> Cf. respetivas balizas cronológicas no anexo II – Terminologias.

na rede de comunicações terrestres entre as diferentes unidades lusitanas (Tomás Cordero Ruiz, 2010, pp. 150–151), mas também no quadro da *Hispania*, nomeadamente através da posição que ocupa nas ligações entre capitais provinciais e nas ligações com o norte peninsular (de Soto Cañamares & Carreras Monfort, 2014, p. 735).

As estradas estão intimamente ligadas aos processos de ordenamento territorial na fundação das cidades, sendo provavelmente esse o caso no estabelecimento da capital provincial (Álvarez Martínez & Nogales Basarrate, 2004; F. Germán Rodríguez Martín, 2010; Sillières, 1990). Posteriormente, a manutenção e conservação das estradas ficava a cargo das cidades, podendo verificar-se até existência de alterações nas características construtivas quando uma estrada atravessa territórios diferentes (Chevallier, 1997, p. 114; Mantas, 2012, p. 10). A relação da administração dos *conuentus iuridici* com a rede viária também parece confirmada pela ideia da existência na *Lusitania* de governadores itinerantes (Le Roux, 2015, p. 94) cujas atividades em muito dependiam de uma estrutura viária eficaz (Cortijo Cerezo, 2006, p. 92; Gorges, 2007, pp. 72–74; Saquete Chamizo, 2006, pp. 81–85).

Assim, para além da definição de um traçado, esta dissertação procura também caracterizar e compreender a estruturação do território em que este eixo viário se desenvolve. Nesta perspetiva, a identificação de diferentes *capita viarum* e a crítica das referências miliárias conhecidas entre pontos da via são centrais numa interpretação que se procura focada na análise da rede de caminhos principais e na sua possível articulação com o ordenamento do território na *Lusitania*. Para essa tarefa é fundamental a reintepertação do conjunto de itinerários que foram compilados na obra que é conhecida como *Itinerário de Antonino* (Cuntz & Wirth, 1990).

As questões levantadas pela leitura desta fonte literária são discutidas mais à frente (cf. 1.3.1), mas importa neste momento chamar a atenção que o ponto de partida do itinerário em estudo é assumido como sendo *Augusta Emerita*, ainda que a principal fonte escrita que o refere o faça tendo *Olisipo* como origem. A inversão do sentido de leitura é justificada pelo objetivo ao qual me proponho e que assume o ponto de vista de quem se encontra na capital provincial: como se chega de *Augusta Emerita* ao porto atlântico de *Olisipo*, através de um percurso que passa por *Ebora*?

Além deste ponto de vista, a possibilidade de ler as sequências miliárias do *Itinerário de Antonino* em sentidos diferentes dos que se encontram compilados radica na convicção, já por mim defendida anteriormente (Almeida & Carneiro, 2014; Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín, & Morgado, 2011), de que este texto deve ser interpretado como uma representação topológica e não topográfica do território. Partindo da presunção que as indicações de milha podem ter um significado além da distância entre os pontos listados na sequência em que são apresentados, outro objetivo deste estudo é tentar entender o significado dessas sequências e de que forma podem refletir a organização administrativa do território.

Ao não encontrar uma correspondência entre a fonte escrita e o território, a maioria dos autores considera que existem erros no texto, provavelmente decorrentes do processo de cópia dos manuscritos. Contudo, se começarmos por fazer uma leitura do território – considerando a informação arqueológica e geográfica disponível para a área que o itinerário atravessava – eventualmente chegamos à conclusão que o erro está na forma como estávamos a fazer a leitura do texto. É esta premissa que me leva a estruturar a presente dissertação começando pela caracterização do território em época romana, através de uma base documental georreferenciada da área em estudo (que fundamenta a proposta de traçado) e só depois ensaiar uma interpretação da fonte itinerária e a delimitação dos territórios atravessados pelo eixo viário.

## **1.2 Metodologia e fundamentação das opções tomadas**

Para cumprir os objetivos propostos, houve que construir uma base documental que justificasse o desenho de um vetor georreferenciado em representação do eixo da via correspondente ao itinerário entre *Augusta Emerita* e *Olisipo*.

Importa começar por definir o que se entende por via (*uīa, uīae*) e itinerário (*iter, itinēris*) e em que sentido serão usados estes termos ao longo do presente trabalho. Não existe uma definição inequívoca entre os investigadores do que é um itinerário em época romana mas parece haver sempre um conjunto de características comuns: a indicação de um ponto de partida e de um ponto de chegada – com a respetiva distância total entre os

mesmos – e uma listagem de pontos intermédios acompanhada pela referência a distâncias expressas em milhas (Salway, 2001, pp. 22–28). Nada nestas características remete para qualquer evidência material que possa ser reconhecida no território, entendendo-se um itinerário como um vetor (Isaksen, 2008).

O termo via implica a existência de algum tipo de infraestrutura no território, desde a simples compactação do terreno, ou afeiçoamento do substrato rochoso, a construções mais elaboradas, com pavimentos rígidos, elementos balizadores ou sistemas de drenagem (Chevallier, 1997). Assim, um itinerário pode corresponder a uma via homogénea desde o ponto de origem ao ponto de destino, mas também pode ser composto por vias diferentes que, por sua vez, integram alternativamente outros itinerários. Este último caso parece ser o mais comum na *Hispania* (Roldán Hervás, 1975, p. 25) e, provavelmente, assim acontecia com o trajeto em estudo.

Assim, sempre que é usado o termo via<sup>4</sup> estou a fazer referência a uma infraestrutura construída, independentemente da técnica e – sobretudo – da sua sobrevivência material na atualidade. Com efeito, como será discutido ao longo do trabalho, não só é particularmente difícil atribuir cronologias específicas a infraestruturas viárias que usam técnicas de construção que perduram séculos ou mesmo milénios (Hitchner, 2012, pp. 223–225), como terá havido variações do traçado das vias em época romana por razões conjunturais. Essas razões podem ter a ver com alterações do curso das linhas de água, por exemplo (Rodríguez Martín, 2008, pp. 424–427), ou outras transformações na paisagem que hoje desconhecemos, e, muito frequentemente, seriam decorrentes de problemas de conservação e manutenção que tornavam mais rentável a substituição do que a reparação.

O termo itinerário é reservado para todo o percurso, entendido como viagem, entre a capital provincial da *Lusitania* e o porto de *Olisipo*. Este itinerário encontra-se descrito no *Itinerário de Antonino* sob o título *Item ab Olisipone Emeritam* (Cuntz & Wirth, 1990). Se quisermos ser fiéis às fontes itinerárias, este título é sem dúvida a designação mais rigorosa do itinerário mas é pouco operativo. O número de caracteres até podia ser negligenciável, não fossem os outros dois itinerários na mesma fonte, com os mesmos

---

<sup>4</sup> Estrada e caminho serão alternativamente usados como sinónimos.

pontos de origem e destino, serem referidos por expressões muito similares: *Alio itinere a b Olisipone Emeritam* e *Item alio itinere ab Olisipone Emeritam* (Cuntz & Wirth, 1990, p. 64). Alguns autores usam a referência à paginação na edição de P. Wesseling (1735) para fazer a distinção dos itinerários, mas qualquer leitor interessado no estudo da rede viária lusitana sabe como essas referências podem ser confusas.

Certamente para resolver este problema, E. Saavedra (1862) numerou os itinerários relativos à *Hispania* de 1 a 34, numeração que é usada por A. Blázquez (1892) num dos primeiros trabalhos de referência sobre o tema na península ibérica. Esta numeração tem sido usada recorrentemente na bibliografia, sobretudo entre os autores de língua espanhola. É uma numeração artificial e completamente exógena à fonte mas que foi tornada muito operativa pelo uso que lhe foi dado no último século de investigação em Espanha e Portugal. Se quisermos usar o argumento da artificialidade ao limite, também a utilização da expressão *Item ab Olisipone Emeritam* é estranha aos documentos originais, já que resulta da fixação do texto a partir de cópias medievais.

Sem entrar numa discussão que se pode tornar bizantina, a expressão Via XII<sup>5</sup> será usada ao longo do texto para referir o itinerário em estudo, assumindo o carácter convencional da designação, da mesma forma que todos os arqueólogos o fazem quando usam termos como *Terra Sigillata* ou Dressel 14, por exemplo.

Outro elemento que deverá ser assumido como convencional é o próprio vetor desenhado para representar a Via XII. No capítulo 3 serão apresentadas as razões que determinaram essa representação e, na maior parte dos casos, o desenho fundamenta-se em interpretações a partir de dados indiretos, sem que possa ser reconhecido no terreno qualquer evidência material da via. Contudo, há que perceber que, mesmo quando existem provas documentais na paisagem, dificilmente se podem ter certezas na localização exata das infraestruturas viárias num tempo tão longo como o que neste trabalho é entendido como “Época Romana”. Também pela mesma razão, ainda que se identifiquem possíveis variantes no traçado, a opção foi a da representação do itinerário como um vetor único. Não vejo vantagem da apresentação de alternativas de traçado que resultam por vezes numa teia de vetores, desconexa e de difícil interpretação, cujo

---

<sup>5</sup> Nesta situação a palavra “Via” tem a qualidade de topónimo, sendo grafado em maiúscula conforme estipulado no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

exemplo máximo é a monumental obra de M. Saa (1956). A utilização de um vetor único, pelo contrário, permite a leitura linear do trajeto e uma série de exercícios geométricos sobre o traçado que facilitam a interpretação dos dados disponíveis.

Sendo este um trabalho que procura centrar-se na compreensão do território, a primeira abordagem foi a recolha de toda a informação julgada relevante numa ampla faixa definida a partir das estações viárias de localização segura: os pontos de partida e chegada (Mérida e Lisboa) e os locais claramente identificados como estações intermédias (Évora, Alcácer do Sal e Setúbal). Como a investigação contemporânea se encontra normalmente limitada às divisões administrativas atuais, as fronteiras dessa faixa foram definidas pelo desenho das unidades administrativas de 3º nível em Espanha (*municipios*) e de 2º nível em Portugal (municípios)<sup>6</sup>, atravessadas por um vetor que unia grosseiramente esses pontos (figura 2).

As fontes de informação utilizadas foram, preferencialmente, os dois inventários de sítios arqueológicos da responsabilidade entidades com a tutela do património cultural em Portugal e na província da Extremadura, em Espanha.

No caso do território atualmente português, a base de dados *Endovélico* constitui um repositório informação arqueológica resultante de “trabalhos de prevenção, salvaguarda, investigação e valorização patrimonial, desenvolvidos em Portugal Continental. A informação provém dos dados obtidos nos processos do arquivo histórico da arqueologia portuguesa e dos trabalhos de realocização e identificação de novos sítios, realizados pelos serviços do Estado”(Direção Geral do Património Cultural, 2015). Esta base de dados é de acesso público, com acesso condicionado a registo prévio do utilizador no caso da informação geográfica. Sendo de atualização diária, convém referir que os dados tratados são relativos a 08-05-2014, data da exportação solicitada à Direção Geral do Património Cultural (DGPC)<sup>7</sup>.

Em Espanha a inventariação de sítios arqueológicos é feita a nível autonómico, pelo que

---

<sup>6</sup> Nos casos em que foi possível aceder a conjuntos estruturados de dados que ultrapassavam esses limites, foi considerada toda a informação neles incluídos; refiro-me concretamente aos trabalhos de A. Carneiro (2011) e T. Cordero Ruiz (2012), a quem agradeço a disponibilização de informação em formato editável.

<sup>7</sup> Agradece-se ao Departamento de Bens Culturais da DGPC, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Ana Sofia Gomes, a disponibilização nos dados em formato editável.

foi solicitado à então *Consejería de Educación y Cultura* do governo da Extremadura o acesso à *Carta Arqueologica de Extremadura* (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural, 2014) <sup>8</sup>. Ao contrário do que acontece com a base de dados *Endovelico*, este não se trata de um documento público tendo sido disponibilizado no âmbito específico do trabalho académico em curso. Os dados fornecidos resultam de uma filtragem feita pelos serviços por unidade administrativa atual (*municipios* por mim indicados) e por cronologia (Época Romana e Tardo-Antiga). A informação é limitada à designação, descrição e bibliografia. A georreferenciação é expressa através de coordenadas geográficas correspondentes a um ponto ou, num reduzido número de casos, um conjunto de coordenadas que definem um polígono.

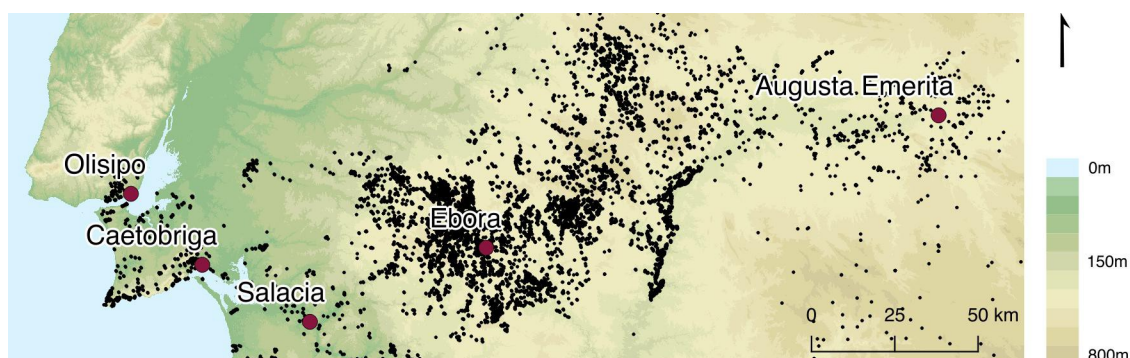
Além destes repositórios institucionais, foi também incluída a informação sobre sítios arqueológicos disponível em instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores Municipais, em Portugal, e *Planos Generales Municipales* ou *Planos Generales de Ordenación Urbana*, em Espanha).

A informação publicada na bibliografia foi também considerada, sempre que incluía dados que permitissem a georreferenciação dos sítios arqueológicos. Neste conjunto destacam-se naturalmente atlas e obras de síntese como o *Barrington Atlas of the Greek and Roman World* (Talbert, 2000), *Tabula Imperii Romani* (TIR) (Alarcão, Álvarez Martínez, Cepas Palanca, & Corso Sanchez, 1995) *Roman Portugal* (Alarcão, 1988) ou *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (IRCP) (Encarnação, 1984). Estudos realizados à escala regional que apresentam listagens de sítios arqueológicos (Almeida, 2000; Carneiro, 2011; Tomás Cordero Ruiz, 2013; Faria, 2002; Galamba, 2012; Gorges & Rodríguez Martín, 2000; Rodríguez Martín, 1993) foram fontes privilegiadas de informação, assim como as cartas arqueológicas publicadas (Ferreira, Tavares da Silva, Lourenço, & Sousa, 1993; Município de Palmela, 2015) e ainda recursos eletrónicos estruturados e validados.

---

<sup>8</sup> Dados relativos a 11-07-2014.





- Estações do Itinerário de Antonino (localização segura)
- sítios arqueológicos

Figura 2: Sítios arqueológicos na faixa alargada de território correspondente à Via XII

Nesta primeira fase de tratamento de informação, os dados relativos aos sítios arqueológicos cartografados não foram analisados em detalhe. Procurei sobretudo identificar e diferenciar os sítios que podiam corresponder a testemunhos diretos ou indiretos da passagem da via (cf. 1.3.2), em estreita articulação com a leitura das características geomorfológicas da paisagem. Desta leitura, e da análise crítica das propostas de outros autores (cf. 2.1.2), resultou um primeiro desenho do vetor correspondente à Via XII.

A definição de uma área de estudo em torno do eixo da via fez-se através de um buffer de 2 milhas, ou seja, 2.960 metros (figura 3). A escolha do número de milhas é assumidamente aleatória: atravessar as 4 milhas do corredor definido corresponderá, *grosso modo*, a uma hora de marcha mas esse é um argumento tão válido como qualquer outro no estabelecimento artificial de uma área de estudo. Já a opção de usar uma unidade de medida romana foi tomada por considerar que seria a mais coerente na análise que se pretendia fazer, sobretudo tendo em conta que a fonte primária do estudo, o *Itinerário de Antonino* (cf. 1.3.1), usa esse sistema de medida.

A discussão sobre o valor métrico da milha romana está longe de se encontrar resolvida, havendo autores que consideram que teria um valor fixo em todo o império e outros que admitem variações regionais<sup>9</sup>. Mesmo entre os que defendem um valor fixo não existe

<sup>9</sup> Para o caso hispânico, veja-se a título de exemplo as diferentes posições de J.M. Rodán Hervás (1970, 1975, pp. 29–35), A. Rodríguez Colmenero (2004, pp. 44–47), I. Moreno Gallo (2006, p. 163)

consenso sobre o mesmo, registando variações que se prendem ou com a análise específica de um determinado itinerário ou com o valor da unidade de base (*pēs, pēdis*), que pode oscilar, segundo diferentes fontes, entre 295,7mm e 334mm<sup>10</sup>. Não me considerando habilitada para contribuir de uma forma consequente para esta discussão, a opção foi usar os valores métricos das unidades de medida romanas conforme definidos na obra de referência *The Oxford handbook of engineering and technology in the Classical world* (Wikander, 2008), remetendo para esta obra a fundamentação das respetivas correspondências. Assim, ao longo da presente dissertação, sempre que for usada a unidade milha, isso refere-se a um valor de 1.480 metros.



Figura 3: Área de estudo definida em torno da Via XII

Num segundo momento, foi tratada de uma forma mais aprofundada a informação relativa aos sítios arqueológicos coincidentes com a área de estudo. Ao longo do processo de análise de dados foram feitos alguns ajustes ao desenho inicial do vetor que representa a Via XII com a consequente alteração do buffer e, pontualmente, a inclusão ou exclusão de sítios da amostra, que se fixou num total de 214 sítios arqueológicos (cf. anexo II).

A representação cartográfica destes sítios arqueológicos coloca algumas questões que importa discutir. Se o itinerário, por definição, é sempre representado por uma linha, os

ou V. Mantas (2014, p. 235).

<sup>10</sup> O valor que habitualmente designamos como milha no mundo romano corresponde a *mille passuum* ou 1.000 passos de 5 pés.

sítios arqueológicos deveriam preferencialmente ser representados por polígonos, já que é esse o tipo de geometria que corresponde à sua existência material no território.

O desenho do polígono relativo a um sítio é sempre um exercício de interpretação com base na informação arqueográfica disponível: a área de dispersão de vestígios visíveis à superfície, a área escavada integralmente ou a área compreendida entre sondagens de diagnóstico, por exemplo. Por essa razão, o desenho resultante dessa interpretação é sempre comprometido por fatores externos à materialidade do que seria o sítio arqueológico no momento em causa. Considerando um âmbito cronológico vasto, há ainda que ter em conta que a área do sítio pode ter significativas variações na diacronia de ocupação. Por outro lado, sobretudo nas ocupações rurais do território, há que decidir se o que queremos representar é a área efetivamente ocupada por estruturas construídas ou aquilo que julgamos ser a unidade territorial (cadastral, de propriedade, de influência) afeta ao sítio em causa.

Se todos estes constrangimentos se aplicam a sítios arqueológicos bem conhecidos e estudados, a representação cartográfica torna-se ainda mais delicada quando tratamos dados incompletos ou insuficientemente caracterizados. Na maior parte dos casos, a informação disponível para a amostra em estudo não permite qualquer representação poligonal: maioritariamente os produtores desta informação representam os sítios arqueológicos como pontos, sem que sejam esclarecidos quais os pressupostos da escolha daquele par de coordenadas e não outro. Considerando todas estas dificuldades, e por razões fundamentalmente pragmáticas, optei por representar os sítios em análise como pontos. De modo a uniformizar a amostra (figura 2), nos poucos casos em que a fonte de informação usa a geometria poligonal, foi extraído o centroide do polígono original, passando a ser essa a localização considerada.

O mesmo método foi usado quando identifiquei localizações diferentes para aquilo que interpreto como sendo o mesmo sítio arqueológico. Esta situação decorre da existência de registo de diferentes localizações para o mesmo sítio consoante a fonte de informação, mas também do fato de serem identificados como sítios diferentes realidades arqueológicas muito próximas, cuja descrição é semelhante ou complementar. Isto é muito frequente na base de dados *Endovélico* (Direção Geral do

Património Cultural, 2015) fruto da metodologia de alimentação da base de dados: a criação de registos de sítio é centrada no mecanismo administrativo da autorização de trabalhos arqueológicos e subsequente avaliação de relatórios, bem como na revisão bibliográfica (Bugalhão & Lucena, 2006; Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia, 2002). Parece nem sempre haver, no âmbito desse processo, a necessária verificação se os trabalhos arqueológicos, ou as referências bibliográficas, em tratamento administrativo se reportam a um sítio já registado na base de dados (com designação ou localização diferente, por exemplo), resultando por vezes na duplicação de informação. Por outro lado, existem questões de âmbito concetual que, também aparentemente, não estão definidas e que concorrem para esta situação: o achado isolado de uma peça notável, presumivelmente deslocada do contexto original, nas imediações de um sítio arqueológico contemporâneo e de funcionalidade compatível deve ser registado como um sítio diferente? E, caso contrário, que critérios seguir para definir o ponto ou polígono que representa o sítio? As diferentes intervenções arqueológicas em solo urbano devem ser registadas como sítios diferentes ainda que se tenham levado a cabo em lotes contíguos e façam parte da mesma realidade histórico-cultural? A mesma dificuldade em perceber critérios de introdução de dados foi encontrada na Carta Arqueológica de Extremadura (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural, 2014) e em muita da bibliografia consultada.

Estas questões levantam-se como mero exemplo da complexidade da representação espacial dos sítios arqueológicos, chamando a atenção para a necessidade de uniformizar critérios de modo a que a informação possa ser comparável entre diferentes produtores de informação. Mais do que uma crítica às instituições ou comunidade científica, que não pode ser isolada da crónica falta de meios que ambas sofrem nos dois estados ibéricos, pretendo contribuir para a discussão desta questão no plano metodológico.

Assim, no que ao presente trabalho diz respeito, sempre que identifiquei mais de dois pontos representando o mesmo sítio arqueológico foi criado um polígono convexo com base nos pontos em causa. O centroide desse polígono passou a ser considerado a localização do sítio, assumindo a artificialidade da mesma. Quando se tratam apenas de

dois pontos, o princípio é semelhante mas aplicado a um segmento de reta: a localização escolhida é o ponto central. A fundamentação da aglutinação das diferentes localizações é apresentada no campo de descrição do sítio na base de dados.

Excetuam-se deste procedimento as diferentes localizações de sítios registadas nas áreas urbanas das cidades romanas incluídas na base de dados. Nestes casos, o ponto que representa a cidade foi localizado no centro do *forum*, sempre que este é conhecido ou a sua localização é presumida e fundamentada em trabalhos publicados que se citam. Considerando as particularidades das intervenções arqueológicas nas cidades atuais que se sobrepõem às romanas, bem como a dificuldade de delimitar um perímetro da área urbana de cada uma delas durante a larga diacronia do “império”, pareceu-me ser esta uma opção razoável e coerente com o conceito de cidade em Época Romana<sup>11</sup>.

Os achados descontextualizados que não podem ser associados a um sítio arqueológico concreto são representados por um ponto correspondente ao local de achamento referido na fonte de informação original. Quando essa localização é apenas indicada pela toponímia atual, o ponto foi escolhido a partir da cartografia disponibilizada nas páginas na internet da DGT (Portugal) e do IGN (Espanha).

Os dados geoespaciais foram armazenados em formato *shapefile* (SHP) (U.S. Government, 2013) cumprindo ao nível dos metadados as especificações da diretiva *Infrastructure for Spatial Information in the European Community* (INSPIRE) (Parlamento Europeu & Conselho Europeu, 2007). Considerando a natureza dos dados tratados, o registo do grau de fiabilidade da informação geográfica é fundamental para a aferição das leituras e interpretações propostas. Esta questão na norma INSPIRE é remetida para o conceito de resolução espacial, definida como nível de detalhe do conjunto. Trata-se de informação expressa em valores numéricos relativos à distância de resolução ou escala equivalente.

A resolução espacial está associada sobretudo à transposição de informação já registada cartograficamente na origem: expressa assim erros e desvios decorrentes de métodos de transformação de coordenadas entre diferentes sistemas, distorção de imagens digitais

---

<sup>11</sup> A título de curiosidade, assinala-se que o ponto escolhido pela DGT para representar a sede do distrito e município de Évora na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) coincide exatamente com o templo romano.

no processo de georreferenciação e outras situações similares. Ora, no caso do conjunto de dados em análise, muitas das localizações são inferidas a partir de informação que não tem nenhuma base de referência geográfica absoluta.

Na bibliografia, incluindo alguma mais recente, a localização de sítios e monumentos arqueológicos frequentemente é feita a partir de descrições textuais ou de imagens (desenhos ou fotos) sem qualquer tipo de georreferenciação. Acresce o fato de nem sempre ser possível confirmar no terreno a existência de um sítio arqueológico que é referido em fontes antigas, seja porque se encontra destruído ou porque é invisível numa paisagem significativamente alterada. Muitos desses sítios são identificados através de notícias que apenas referem a toponímia. A referência toponímica é válida para a data da notícia e nem sempre é possível encontrar a correspondência direta na cartografia disponível para a área em causa. Por outro lado, quando não há coincidência do sítio arqueológico com um local de ocupação contemporâneo de quem o identifica, o hábito entre arqueólogos é usar como referência o topónimo “mais próximo”, com todo o grau de subjetividade que isso acarreta. Também se pode usar a toponímia da propriedade ou parcela de terreno em que o sítio arqueológico foi identificado, sendo necessário conhecer com rigor os seus limites (e evolução ao longo do tempo) para que essa informação seja georreferenciada numa área precisa.

Assim, foi introduzido um atributo a que chamei grau de confiança<sup>12</sup>, que pretende registar a fiabilidade da georreferenciação correspondente ao sítio arqueológico descrito. Tentando eliminar alguma subjetividade no conteúdo deste campo, recorri à utilização de um vocabulário controlado. A escolha recaiu sobre um dos vocabulários do reportório *Pleiades* (Bagnall et al., 2006), um dos índices de informação geográfica do mundo antigo mais utilizado pela comunidade científica (Ross & Sobotkova, 2010). Embora o vocabulário *Attestation Confidence* seja utilizado para o grau de fiabilidade da atribuição temporal dos topónimos antigos, a transposição para a fiabilidade da

---

<sup>12</sup> Na base de dados *Endovélico* existe um atributo com objetivo similar a que foi dada a designação “precisão”; a opção por não usar este termo prende-se com o fato de este ser usado na terminologia de sistemas de informação geográfica no mesmo sentido que “resolução espacial” e ser expresso através de um valor numérico; os termos usados no preenchimento desse atributo não reúnem condições (nomeadamente a definição dos conceitos) para que possam ser utilizados como terminologia controlada. Também o *Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico Concelhio* que integra o PDM de Évora regista o “Rigor da Localização” mas não apresenta qualquer definição para os termos empregues (Câmara Municipal de Évora, 2005).

georreferenciação é simples, sendo a tradução e adaptação dos termos (e respetivas definições) apresentadas no anexo II.

A utilização de vocabulários controlados foi uma preocupação na tentativa de contribuir para a normalização do registo de sítios arqueológicos em língua portuguesa. No caso da tipologia de sítios a necessidade de uniformização é evidente, nunca tendo havido consenso entre os arqueólogos portugueses sobre os termos e respetiva definição a usar. Acresce a isto o facto da maioria dos autores não definir (ou remeter para uma definição externa) o significado dos termos que usa, causando alguma confusão na altura de comparar dados provenientes de diferentes fontes. O glossário usado no campo “tipo de sítio” da base de dados *Endovélico* é um bom exemplo destes problemas, verificando-se uma série de redundâncias entre termos, sem que haja uma definição clara do que se entende por cada um deles. Curiosamente, o único termo que apresenta uma “descrição” é relativo à Época Romana e apresenta-se como equivalente a outro que também está presente na mesma lista, sem definição<sup>13</sup>.

Na ausência de um thesaurus ou de um vocabulário controlado em língua portuguesa que possa ser usado para a classificação de tipos de sítio arqueológico, pareceu-me lógico adaptar uma proposta já existente que pudesse ser facilmente traduzida. A escolha recaiu sobre o *Art & Architecture Thesaurus* desenvolvido pelo *Getty Research Institute* (AAT) (The J. Paul Getty Trust, 2015). A vantagem da adaptação deste thesaurus à realidade portuguesa tem sido bem fundamentada por N. Jorge (Jorge, 2011, 2012), remetendo-se para os seus trabalhos a justificação da escolha. Neste caso foram traduzidos para português os termos necessários à descrição das realidades arqueológicas observadas mas, por parecer redundante, não se apresentam as traduções das respetivas notas. O termo é sempre acompanhado pelo identificador único (ID) do thesaurus original, sendo assim mais fácil aceder à respetiva definição e posição hierárquica.

Outra questão que não se encontra estabilizada em língua portuguesa é a nomenclatura dos períodos históricos aplicados ao registo arqueológico. Mais uma vez, o glossário usado na base de dados *Endovélico* é o reflexo dessa indefinição, apresentando termos

---

<sup>13</sup> “Termo : quinta; Descrição: ou Granja. Aplicável ao povoamento rural romano” (Direção Geral do Património Cultural, 2015)

com grau de precisão cronológica muito diferentes entre si, ambíguos ou que se sobrepõem, sem que seja feita qualquer correspondência a datas concretas. Esta questão merece uma discussão ampla que deve congrega a comunidade de investigadores ibéricos, já que faz sentido considerar a península como uma unidade na definição dos períodos históricos que se aplicam a este espaço geográfico. Essa discussão escapa naturalmente ao âmbito do presente trabalho, pelo que optei também pela adaptação de uma solução já existente, mais concretamente a do reportório *PeriodO* («PeriodO – Periods, Organized», sem data). Embora a utilização destes termos, associados a datas concretas que nem sempre são aplicáveis à *Lusitania*, implique a simplificação de uma realidade complexa, parece-me contribuir positivamente para o necessário esforço de normalização na utilização de conceitos cronológicos, remetendo a sua definição para a autoridade da comunidade científica internacional. Aliás, é esse o objetivo expresso deste repositório: afirmar-se como um conjunto de referências estáveis que refletem o discurso sobre cronologias, mais do que impor o consenso – por definição inatingível – sobre a cronologia dos períodos históricos (Rabinowitz, 2014).

Além destes thesaurus e vocabulários, os topónimos e designação de áreas administrativas usam os termos das bases de dados geográficas da DGT e IGN, para a toponímia contemporânea, e do reportório *Pleiades* para a toponímia antiga. Também o campo relativo a outros inventários ou sistema de informação em que os sítios arqueológicos são referenciados recorre a uma lista de termos mas, neste caso, foi construída em função das designações dos mesmos ou referência bibliográfica abreviada.

No caso de dois atributos preenchidos com listas de termos não foi possível encontrar thesaurus ou vocabulários controlados adequados à descrição da entidade em causa. Ambos dizem respeito aos métodos próprios da disciplina arqueológica, mais precisamente à condição do monumento no momento da identificação (Contexto de achamento) e do método usado para atribuir a cronologia ao monumento ou sítio (Método de datação). O primeiro é sobretudo relevante para os monumentos epigráficos pelo que foi incluído na tabela relativa à inscrição. O segundo poderia recorrer, por exemplo, aos termos do thesaurus *Archaeological Sciences* (Forum on Information



Standards in Heritage, 2016) mas, infelizmente, a informação disponível sobre a metodologia de datação usada na esmagadora maioria dos sítios e monumentos em análise é demasiado vaga para que o thesaurus possa ser operativo. Ainda assim pareceu-me relevante distinguir de uma forma genérica os métodos de atribuição cronológica às entidades descritas, pelo que são definidos também no anexo II os termos incluídos nessa lista.

Além da normalização de terminologias, outra das principais preocupações no registo de informação foi a estrutura de dados. Não existindo nenhuma norma nacional para o registo de informação relativa ao património histórico-cultural, a opção foi a adoção de uma estrutura que respeitasse a norma do *International Council of Museums (ICOM)*, o *International Committee for Documentation (CIDOC) Conceptual Reference Model (CRM)* (ICOM-CIDOC, 2015) que, desde 2006, tem o estatuto de norma internacional ISO 201127:2006 (ISO - International Organization for Standardization, 2006).

A forma mais simples de respeitar esta norma e, simultaneamente, garantir mais interoperabilidade dos dados registados, pareceu-me ser a utilização de uma estrutura de dados pré-existente que cumprisse o CIDOC-CRM. Considerando o trabalho desenvolvido no âmbito do *English Heritage Trust* e a ampla discussão das normas de registo de património histórico-cultural que tem dinamizado, em colaboração com outras entidades não governamentais e académicas, a escolha recaiu sobre a norma *A Manual and Data Standard for Monument Inventories (MIDAS)* (English Heritage, 2012).

Foi construída uma base de dados relacional em que a tabela que descreve o monumento se assume como registo principal ou registo-pai, sendo as restantes tabelas relativas os atributos do monumento, em relações de 1 para  $n$  (figura 4). O termo monumento é utilizado na definição do artigo 1º da chamada *Convenção de la Valetta* (Assembleia da República, 1997), independentemente da sua natureza material. Os monumentos considerados são assim sítios arqueológicos e monumentos epigráficos que se integram na classe do CIDOC-CRM E24 (*Physical Man-Made Thing*), tratados da mesma forma quer façam parte da subclasse E22 (*Man-Made Object*) ou E25 (*Man-Made Feature*).

Apenas foram usados alguns dos temas da norma MIDAS. As razões da escolha foram

determinadas pela informação disponível mas também, e sobretudo, pelos objetivos que pretendia atingir com a análise de dados. A listagem de tabelas de atributos consideradas, assim como a definição dos respectivos campos e correspondência com o sistema MIDAS e as classes do CIDOC-CRM, encontram-se no anexo II.

A única diferença significativa na adaptação que fiz na estrutura de dados foi a inclusão de dois grupos de informação a que chamei “localização histórica”, que inclui informação relativa à toponímia e unidade(s) administrativa(s) dos sítios identificados em Época Romana e Tardo-Antiga, sempre que essa correspondência é possível. Na realidade, para ser rigorosa no cumprimento das normas adotadas, essa informação deveria fazer parte da mesma tabela destinada a registar a informação espacial<sup>14</sup> com referência ao período histórico, e/ou a uma data inicial e final, no qual os topónimos foram usados. No entanto, considerando que o estudo se centra num período histórico único e as vantagens de análise destes dados (sobretudo na sua projeção espacial) como um conjunto autónomo, foi mantida essa distinção. Esta opção foi mantida com a consciência simultânea do desrespeito da norma e da simplicidade de reversão desta informação numa tabela única, em subseqüentes análises a que este conjunto de dados venha a ser sujeito.

---

<sup>14</sup> Tema 4.4 (MIDAS) ou E48 (CIDOC-CRM)

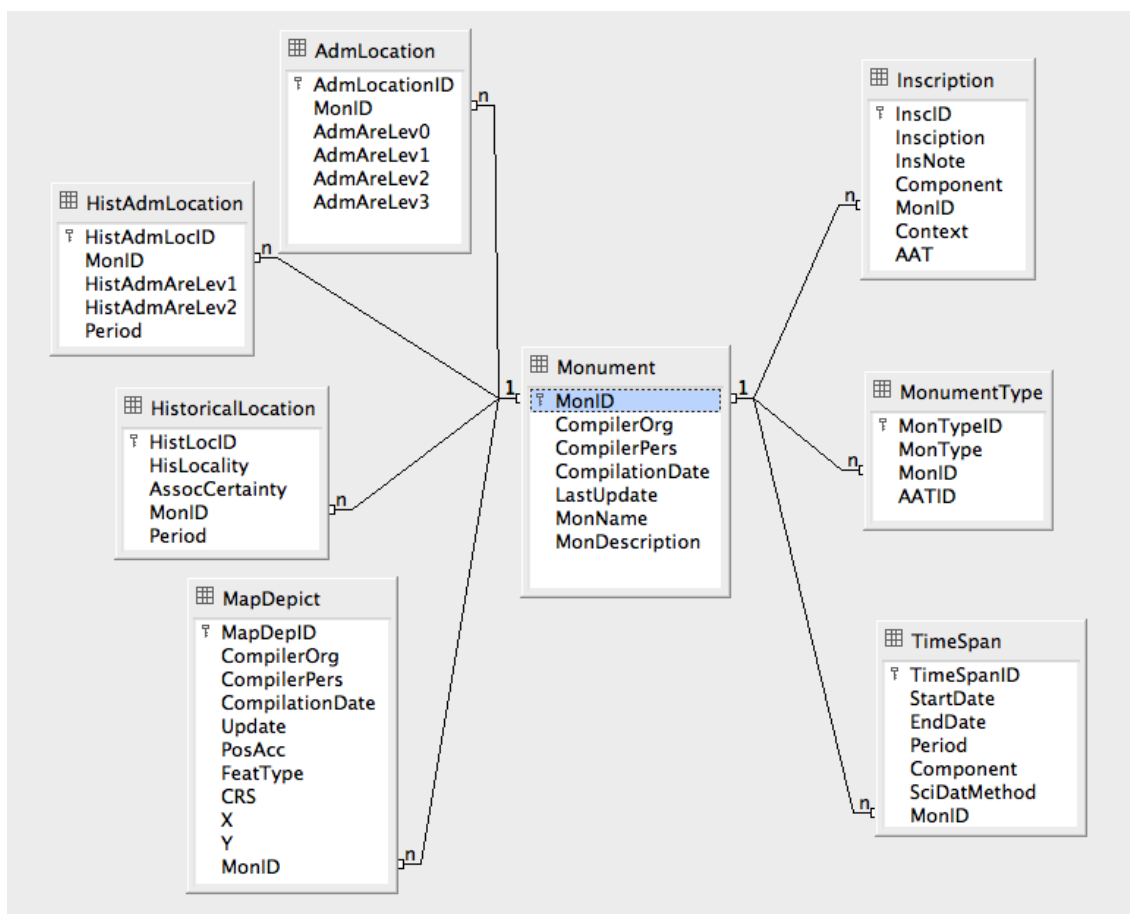


Figura 4: Estrutura de relações da base de dados

A organização dos dados de acordo com este modelo permitiu analisar a informação recolhida com o objetivo de fundamentar a proposta de traçado da Via XII, conforme é apresentada no capítulo 3. Além de servir o propósito do meu trabalho académico, o esforço de estruturação e normalização da informação nestes moldes pretende garantir a disponibilidade e interoperabilidade dos dados à comunidade de interessados. Além da apresentação tradicional das “fichas de sítio” em versão formatada para impressão (apresentada em suporte digital, em *Portable Document Format* (PDF), são incluídos na documentação digital entregue com a dissertação os ficheiros de dados em formato SHP e *Comma Separated Value* (CSV) (U.S. Government, 2013), que podem ser facilmente lidos e manipulados em diferentes plataformas.

O detalhe na descrição do modelo de dados, talvez excessivo numa dissertação que não tem as ciências da informação como área de especialidade, faz-se com a consciência da

necessidade do debate relativo à construção de inventários estruturados de informação de âmbito arqueológico. Este tema é muitas vezes negligenciado no discurso científico e na gestão do património arqueológico em Portugal e Espanha, embora nos últimos anos se tenha assistido a um crescente interesse na matéria.

Sabendo que o objeto de estudo da arqueologia enquanto disciplina é irremediavelmente fragmentário e corresponde a uma pequeníssima parte da realidade histórica que representa, a nossa obrigação como oficiais deste ofício é garantir a solidez da argumentação na qual baseamos as nossas hipóteses. Essa solidez só é possível se a informação que tratamos estiver devidamente estruturada e, sobretudo, se os dados poderem ser reutilizados sem grande esforço por outros investigadores dispostos a testar, validar e contradizer as nossas propostas.

## 1.3 Fontes utilizadas: crítica e problemática

### 1.3.1 Fontes itinerárias

O texto que conhecemos sob o título *Itinerário de Antonino* (Cuntz & Wirth, 1990) constitui-se como a fonte primária para o estudo do trajeto viário entre a capital da *Lusitania* e o porto de *Olisipo* por *Ebora*. Tomando *Olisipo* como ponto de origem, tal como os outros dois itinerários com o mesmo destino (cf.1.1), lista nove estações viárias até *Emerita*. Acompanhando esses nove topónimos, estão dez indicações de milha<sup>15</sup> que, somadas, perfazem o valor de 161 milhas. Sendo este valor manifestamente insuficiente para cumprir a distância total entre o ponto de origem e o ponto de chegada, o compilador acrescentou a expressão “*sic*” à primeira linha do itinerário, denotando assim o desconforto com o valor apurado através da adição: *Item ab Olisipone Emeritam m. p. CLXI sic*.

Existe apenas um outro texto onde se encontra referência a um caminho entre *Emerita* e *Olisipo* por *Ebora*, a chamada *Cosmografia do Anónimo de Ravena* (Pinder & Parthey, 1860). Não se trata contudo, como no *Itinerário de Antonino*, de uma ligação direta mas de uma combinação de duas listas de cidades parcialmente ordenadas de acordo com vias conhecidas, ambas com início em *Hispalis*. Estas listas estão ordenadas em sentido inverso ao do *Itinerário de Antonino* e colocam algumas dúvidas na sua interpretação (Alarcão, 2006, p. 219; Mantas, 2012a, pp. 146–201; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, pp. 64–67).

Não sendo o objetivo da presente dissertação fazer uma crítica das fontes literárias, mas utilizá-las na medida em que podem contribuir para a leitura do território, somente será considerado o texto do *Itinerário de Antonino* e apontadas as principais questões tidas como relevantes para a definição desta ligação viária.

O conjunto de textos reunidos no *Itinerário de Antonino* resulta de uma compilação de

---

<sup>15</sup> *m[īlia].p[asuum].* , seguido de numeral

cópias manuscritas medievais em que se encontram listados topónimos e distâncias. Estas listas austeras não apresentam qualquer uniformidade ou coerência entre os vários *itineraria*, não sendo fácil ao leitor contemporâneo compreender a que percepção, representação e organização do espaço geográfico correspondiam em Época Romana (Brodersen, 2001; Salway, 2007, pp. 203–205). A estrutura pouco coerente da compilação sugere uma multiplicidade de fontes originais: em alguns casos poderiam tratar-se de itinerários oficiais e/ou militares<sup>16</sup>, mas também terão sido consideradas vias locais, baseadas numa estrutura territorial regional, ou mesmo itinerários individuais de quem faz viagens por motivos específicos, por exemplo comerciais ou religiosos (Talbert, 2007, pp. 263–270). Já quanto à cronologia, existe maior consenso entre os investigadores que tendem a datar as fontes da compilação de um momento tardio do império, provavelmente correspondendo a uma realidade territorial do séc. III/IV (Arnaud, 2004; Graham, 2006; Reed, 1978; Salway, 2001; Whittaker, 2002).

As dificuldades de leitura e interpretação deste texto colocam-se tanto ao nível da compreensão do objetivo e âmbito dos itinerários compilados como ao nível da transposição de rotas específicas para o registo arqueológico de um território concreto. Dada a natureza compósita da obra, não é de esperar muita consistência na estrutura da informação entre itinerários, tornando perigosa qualquer generalização baseada no estilo do texto (Salway, 2007, p. 203).

Centrando-nos na Via XII, a primeira incongruência da fonte surge logo assinalada na apresentação do itinerário: como já foi referido, o valor da soma de todas as contagens miliárias peca por defeito em relação à distância real entre *Olisipo* e *Emerita*. No entanto, analisadas as que se supõem ser distâncias intermédias, há também valores que pecam por excesso, como parece ser o caso entre *Catobrica* e *Salacia*. Grande parte da discussão deste itinerário na bibliografia da especialidade centra-se assim nas “milhas a menos” e “milhas a mais” que se identificam na sequência listada.

Uma das explicações mais recorrentes para as dificuldades de leitura da informação contida no *Itinerário de Antonino* é a existência de erros nas cópias que chegaram até

---

<sup>16</sup> A correlação desta compilação com a *annonna militaris* é uma explicação recorrente para o propósito da obra (veja-se, por exemplo, Berchem, 1937; Rodríguez Morales, 2012, pp. 45–65), embora também recorrentemente contestada (por exemplo, Arnaud, 1993; Salway, 2007, pp. 182–188).

nós. Não negando naturalmente essa possibilidade (materializada aliás nas diferenças e variantes conhecidas nas fixações do texto), há que também fazer a pergunta: porque foi tantas vezes e durante tanto tempo copiada a informação deste itinerário? Fará sentido pensar num mero exercício de erudição através da cópia de informação obsoleta?

Talvez a resposta se encontre na dicotomia entre a transitoriedade das vias e a perenidade dos itinerários (Mantas, 2015, pp. 108–109; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, p. 4). Ao contrário do que acontece com outras infraestruturas e edifícios, as estradas romanas são obras que exigem uma manutenção frequente sem a qual estão condenadas a desaparecer em menos de uma centúria. Boa parte dessa manutenção encerra-se na própria utilização da estrada, sabendo-se que a diminuição da frequência do tráfego contribui para a sua degradação rápida. Já os itinerários, entendidos como conjunto de rotas entre pontos de partida e pontos de chegada, são independentes da homogeneidade das vias e da conservação das infraestruturas. Parecem assim perdurar muito para além das estradas e manter a sua funcionalidade no tempo longo. A cópia medieval dos manuscritos fez-se provavelmente sem consciência da heterogeneidade das fontes (Talbert, 2007, pp. 268–269) mas com a convicção da relevância da fixação dos itinerários na estruturação da rede viária imperial.

A primeira edição impressa do *Itinerário de Antonino* é de 1512 (Tory & Estienne, 1512), sendo a editada por P. Wesseling (1735) a que vai ser tomada como referência para os estudiosos do tema durante o séc. XVIII e XIX. Posteriormente, há duas edições que, partindo da edição de 1735, fazem a revisão dos manuscritos que estão na base da constituição da obra (Cuntz, 1929; Parthey & Pinder, 1848). Ambas registam variantes, quer no nome das estações viárias quer na contagem de milhas, e não são coincidentes na fixação que fazem do texto. Estas duas edições tiveram ampla difusão e servem de base a todos os estudos posteriores que utilizam o *Itinerário de Antonino*.

Curiosamente, a maioria dos autores que se dedicaram ao estudo da Via XII não refere qual das edições está a utilizar e até se verifica, em alguns casos, que reproduzem indiferentemente as duas fixações do texto no mesmo estudo. A edição utilizada na presente dissertação é a de O. Cuntz, reeditada em versão fac-similada (Cuntz & Wirth,

1990)<sup>17</sup>.

As questões colocadas pela edição e fixação de texto, que não foram confrontadas com as cópias manuscritas desde o início do séc. XX, são complexas e escapam ao âmbito do estudo que me proponho fazer. Ainda que me faltem as competências para julgar as edições críticas disponíveis, parece relevante registrar as diferentes variantes na fixação do texto nas duas principais edições de referência, quer no que diz respeito à grafia dos topónimos quer às distâncias listadas. Assim, nos quadros 1 e 2 apresenta-se o texto conforme fixado nas respetivas edições e as variantes assinaladas nas notas críticas dos editores. Por ter cristalizado na bibliografia da especialidade o hábito de fazer referência à primeira edição moderna do itinerário, nas primeiras colunas indica-se a numeração de páginas e linhas do itinerário na edição de P. Wesseling (1735).

As variantes, sobretudo no que diz respeito às contagens miliárias, foram assim incluídas na análise e interpretação de dados reunidos para a definição geográfica do itinerário em estudo. Ainda que a secção dedicada à *Hispania* seja das mais coerentes do *Itinerário de Antonino* (Talbert, 2007, pp. 261–262), as observações e interpretações que serão feitas ao longo deste trabalho devem ser consideradas apenas para o *Item ab Olisipone Emeritam* (Wesseling, 1735, pp. 416, lin. 4 – 418, lin. 5). Estando ausente qualquer perspetiva de crítica desta fonte escrita como um todo, a leitura que proponho do *Itinerário de Antonino* é assumidamente limitada à via entre *Augusta Emerita* e *Olisipo* por *Ebora*.

---

<sup>17</sup> As estações cuja localização é segura são referidas pelo topónimo romano conforme se encontram fixados no reportório *Pleiades*. Apenas é usada a grafia dos topónimos conforme a edição referida nos casos em que essa localização é conjetural ou quando o discurso se refere exclusivamente à condição do sítio enquanto local citado no itinerário.



Wess.		Parthey e Pinder 1848										
pag.	lin.	Fixação de texto		Variantes (notas)								
416	4	<i>Item ab Olisipone Emeritam</i>	<i>mpm CLXI sic</i>	<i>Olisippone (CDFGMRTU)<sup>18</sup></i>	<i>Olishippene (JLN)</i>	<i>Hihlippone (Q)</i>	<i>Emerita (Q)</i>				<i>CXLI (CDFJLB)</i>	<i>CLXXVII (GMOQTUV)</i>
	5	<i>Equabona</i>	<i>mpm XII</i>	<i>Aquabona (D)</i>	<i>Aequabona (MOQTUV)</i>						<i>XVI (GOTUV)</i>	
417	1	<i>Catobriga</i>	<i>mpm XII</i>	<i>Catobrica (BCD FGJ LMN OQR TUV)</i>								
	2	<i>Caeciliana</i>	<i>mpm VIII</i>	<i>Ceciliana (DLN)</i>	<i>Ciliana (GMOQTUV)</i>					<i>Ciciliana (BCFR)</i>	<i>XII (F)</i>	
	3	<i>Malececa</i>	<i>mpm XXVI</i>	<i>Maleceta (OQV)</i>	<i>Malecea (R)</i>	<i>Malecaeca (U)</i>	<i>Malateca (D)</i>	<i>Malceca (BF)</i>			<i>XVI (F)</i>	
	4	<i>Salacia</i>	<i>mpm XII</i>	<i>Salatia (CMOQTUV)</i>								
418	1	<i>Ebora</i>	<i>mpmXLIII</i>									
	2	<i>Ad Adrum flumen</i>	<i>mpm VIII</i>	<i>Atrum (JLN)</i>	<i>Dadrum (FG)</i>	<i>flumen inter versus sec (L)</i>					<i>VIII (B)</i>	
	3	<i>Dipone</i>	<i>mpm XII</i>	<i>Dippone (FGMOQTUV)</i>								
	4	<i>Evandriana</i>	<i>mpm XVII</i>	<i>Euandria (J)</i>	<i>Euendriana (R)</i>							
	5	<i>Emerita</i>	<i>mpm VIII</i>									

Quadro 1: *Item ab Olisipone Emerita*: fixação de texto de G. Parthey e M. Pinder (1848)

<sup>18</sup> Letras correspondentes aos manuscritos considerados (Cuntz & Wirth, 1990, pp. 6–9; Parthey & Pinder, 1848, pp. 12–24); sobre a problemática associada aos manuscritos veja-se o trabalho de J.M. Roldán Hervás (1975)

Wess.		Cuntz 1929					
pag.	lin.	Fixação de texto		Variantes			
416	4	<i>Item ab Olisipone Emeritam</i>	<i>m.p. CLXI, sic</i>	<i>Olishippone (L)</i>	<i>Olisippone (B)</i>	<i>Emerite (D)</i>	<i>CLX (D)</i>
	5	<i>Aquabona</i>	<i>m.p. XII</i>	<i>Equabona (L)</i>			
417	1	<i>Catobrica</i>	<i>m.p. XII</i>				
	2	<i>Caeciliana</i>	<i>m.p. VIII</i>	<i>Ceciliana (D)</i>			<i>XII (D)</i>
	3	<i>Malateca</i>	<i>m.p. XXVI</i>	<i>Malececa (L)</i>			
	4	<i>Salacia</i>	<i>m.p. XII</i>				
418	1	<i>Ebora</i>	<i>m.p. XLIII</i>				
	2	<i>Ad Atrum flumen</i>	<i>m.p. VIII</i>	<i>Ad Adrum (BD)</i>			
	3	<i>Dipone</i>	<i>m.p. XII</i>				<i>XI (D)</i>
	4	<i>Euandriana</i>	<i>m.p. XVII</i>				
	5	<i>Emerita</i>	<i>m.p. VIII</i>				

Quadro 2: *Item ab Olisipone Emerita*: fixação de texto de O. Cuntz (1929)

### 1.3.2 Fontes materiais

Os testemunhos materiais das infraestruturas viárias são as fontes arqueológicas mais evidentes para a definição de um caminho como o que me proponho estudar, embora, na maior parte dos casos, sejam os mais difíceis de reconhecer no registo arqueológico. Por outro lado, no caso específico da via entre a capital provincial e o porto de *Olisipo*, as características do território que atravessa dificultam ainda mais esse reconhecimento: numa paisagem sem grandes obstáculos à progressão no terreno, a necessidade de infraestruturar as estradas (nomeadamente com recurso a pavimentos rígidos ou construção de obras de arte) é diminuta. As alterações do curso da via seriam também frequentes pelo mesmo motivo: muitas vezes é mais rentável desviar o caminho do que o reparar e as alternativas são abundantes neste tipo de paisagem.

A imagem clássica das via romanas remete-nos invariavelmente para a ideia de calçada, sendo frequente que qualquer troço de via pavimentado com pedra seja popularmente conhecido como “estrada romana”. Sabemos, contudo, que o recurso ao calcetamento não era tão frequente como a tradição popular o considera, sendo muitas vezes apenas reservado para as vias urbanas, suburbanas ou periurbanas. Também seria usado nas situações em que o terreno apresenta pouca dureza ou compactação e a calçada se torna assim um meio para contornar a dificuldade de progressão de pessoas, veículos e animais (Quilici, 2008, pp. 553–552). Por outro lado, a atribuição de uma cronologia apenas a partir das técnicas construtivas usadas é problemática já que o calcetamento “romano” é uma tecnologia com longa diacronia de utilização.

A maioria das estradas que compõem este itinerário teria uma construção simples, muito provavelmente utilizando trilhos pré-existentes, não sendo fáceis de distinguir de alguns caminhos rurais contemporâneos. A única característica que pode ser considerada com alguma segurança como indicador é a largura, já que não é provável que uma via principal tivesse uma largura inferior a 4m (Adam, 2005, pp. 303–305). Assim, foram registadas todas as ocorrências em que era apontada a existência de testemunhos da existência de estradas ([AAT@300008217](#) e [AAT@300008283](#)) e pavimentos de calçada

([AAT@300002097](#)), ainda que nem sempre houvesse indicadores seguros de utilização em Época Romana. Neste caso concreto, a ausência de indicadores cronológicos não pareceu suficiente para excluir estes registos materiais de vias antigas<sup>19</sup> já que a posição em que se encontram pode indicar que fariam parte do itinerário em estudo<sup>20</sup>.



Figura 5: Infraestruturas viárias

A mesma argumentação relativa à dificuldade de atribuição cronológica através da técnica construtiva pode ser usada para as obras de arte ([AAT@300007836](#)). À exceção da monumental ponte sobre o Guadiana na saída de *Emerita* (Álvarez Martínez, 1983), nenhuma das pontes identificadas ao longo da Via XII pode seguramente ser atribuída à Época Romana. Contudo, ao contrário do que acontece com a necessidade de

<sup>19</sup> Entende-se “antigo” como sinónimo de pré-industrial, com toda a ambiguidade que o conceito encerra.

<sup>20</sup> Excetuam-se os sítios da Moita da Carne 5 (n.º 299) e Horta do Bispo 2 (n.º 306), que podem pertencer ao itinerário entre *Ebora* e *Pax Iulia*, mas que se incluem na amostra por estarem abrangidos pelo corredor considerado para estudo.

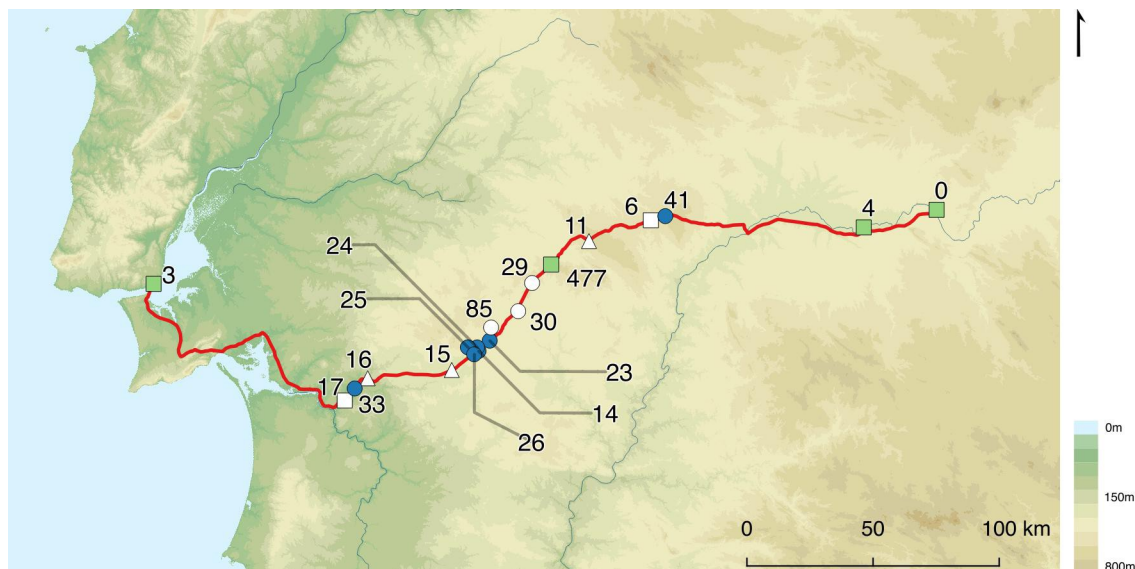
pavimentação, o percurso inclui várias travessias de linhas de água que implicariam a utilização de pontes. Algumas delas poderão ter sido substituídas pelas construções modernas e contemporâneas que hoje conhecemos ou foram construídas em material perecível, não restando delas qualquer registo arqueológico (Cordero Ruiz, 2013, pp. 252–253). A maioria das travessias deveria ainda assim fazer-se a vau, considerando o regime irregular da rede hidrográfica da região e o facto das viagens se realizarem preferencialmente em época de estio.



*Figura 6: Obras de arte*

Os marcos miliários ([AAT®300006973](#)) são os indicadores mais seguros da existência de uma estrada romana. No entanto, a sua identificação e georreferenciação não é isenta de problemas. Por serem elementos notáveis são frequentemente deslocados, não correspondendo necessariamente o seu local de achamento à localização original. Na Via XII o exemplo mais evidente desta situação é o marco miliário que hoje se encontra a servir de base à pia batismal da igreja matriz de Evoramonte (n.º 477): reaproveitado como material de construção, terá sido deslocado significativamente da estrada que

assinalava, já que não é sustentável que a via vencesse as vertentes abruptas da colina para passar no topo, onde cresceu o burgo medieval e moderno.



— Via XII (proposta de traçado)

● in situ

- 14 Cabida 2
- 23 Esparragosa
- 24 Alfarrobeira
- 25 Monte do Zambujeiro 1
- 26 Barrocal 5
- 33 Monte dos Carvalhos de Baixo
- 41 Alcarapinha

■ reutilizado

- 0 Mérida
- 3 Lisboa
- 4 Torre Águila
- 477 Evoramonte

○ deslocado

- 29 Herdade da Venda
- 30 Sousa da Sé
- 85 Herdade da Manizola

□ depositado em museu

- 6 Herdade de Alcobaça
- 17 Porto da Lama

△ paradeiro desconhecido

- 11 Senhora dos Mártires
- 15 Tabuleiros
- 16 Remourinho

*Figura 7: Marcos miliários - situação atual*

Alguns dos marcos miliários epigrafados ([AAT@300006973](#) + [AAT@300028719](#)) identificados no percurso encontram-se em depósito em museus ou coleções particulares, com documentação de incorporação escassa ou inexistente, tornando-se difícil a identificação da sua posição original na via. Existem ainda outros que são conhecidos apenas através de transcrições do texto, colocando outros problemas de identificação. Com efeito, a partir do séc. III, as fórmulas epigráficas dos marcos miliários passam mais frequentemente a usar o dativo no nome dos imperadores e também omitem regularmente as indicações das contagens miliárias. Este novo hábito

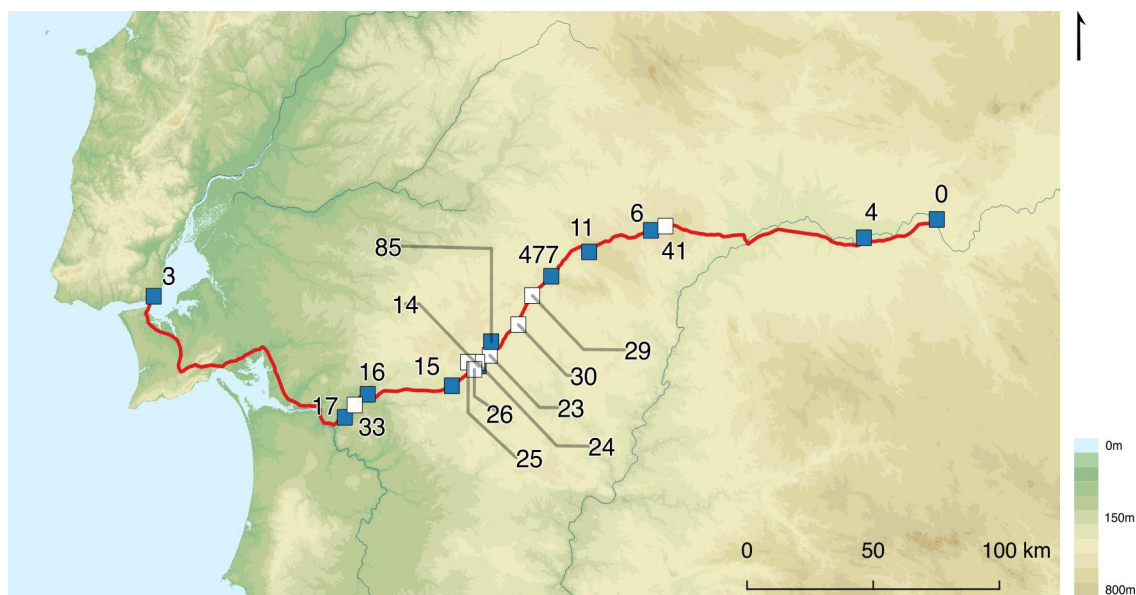
epigráfico dificulta a distinção destes textos viários de outro tipo de inscrições, nomeadamente as de carácter votivo ou memorial (Kolb, 2011, pp. 19–24).

Os marcos miliários anepígrafos são ainda mais problemáticos: alguns poderão corresponder a fustes de colunas ou outros elementos arquitetónicos de Época Romana<sup>21</sup>, ou mesmo de outras cronologias. A confusão entre marcos miliários e menires pré-históricos também não é inédita, existindo na amostra em estudo um exemplar na Herdade da Sousa da Sé (n.º 30) que alguns autores interpretam como marco miliário (Bilou, 2005, pp. 54–55), outros como menir (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 80), ou ainda menir reutilizado como miliário (Carneiro, 2008, p. 54).

Quando os marcos se encontram presumivelmente *in situ*, a análise do do contexto arqueológico é fundamental para a sua identificação. O contexto deve ser entendido contudo no sentido estrito de “contexto viário”: por exemplo, a observação nas imediações de cerâmica de construção ou de uso doméstico de Época Romana é um indicador da existência de ocupação dessa cronologia mas não obrigatoriamente da funcionalidade da coluna interpretada como marco miliário. Aliás, no caso dos miliários anepígrafos como, por exemplo, os do Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25) e Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33), o fato de não estarem associados a outros vestígios reforça a interpretação funcional: mais facilmente se pode classificar uma coluna isolada como elemento associado a uma estrada do que uma coluna integrada num conjunto de elementos arqueológicos visíveis à superfície. Neste último caso, a associação a outros materiais pode indicar a existência de complexos edificadas que recorriam ao uso de colunas como elementos decorativos e/ou estruturais.

---

<sup>21</sup> Em termos morfológicos a diferença mais significativa entre um fuste de coluna e um marco miliário é o fato de o segundo ter normalmente uma base (mais alargada e/ou de secção quadrangular) que permite a sua fixação no solo (Mantas, 2012a, p. 145); contudo a maioria dos exemplares identificados encontra-se fragmentada o que impossibilita essa distinção



— Via XII (proposta de traçado)

■ marcos miliários epigrafados

- 0 Mérida
- 3 Lisboa
- 4 Torre Águila
- 6 Herdade de Alcobaça
- 11 Senhora dos Mártires
- 14 Cabida 2
- 15 Tabuleiros
- 16 Remourinho
- 17 Porto da Lama
- 85 Herdade da Manizola
- 477 Evoramonte

□ marcos miliários anepigrafados

- 23 Esparragosa
- 24 Alfarrobeira
- 25 Monte do Zambujeiro 1
- 26 Barrocal 5
- 29 Herdade da Venda
- 30 Sousa da Sé
- 33 Monte dos Carvalhos de Baixo
- 41 Alcarapinha

*Figura 8: Marcos miliários -texto*

As *mansiones* ([AAT@300120555](#)) ou *mutationes* ([AAT@300120561](#)), locais de pernoita ou de paragem intermédia com serviços especificamente destinados aos viajantes, são outras das infraestruturas viárias inequivocamente associadas a um itinerário, correspondendo certamente aos topónimos listados no *Itinerário de Antonino* que não são núcleos urbanos. Mais uma vez, a identificação deste tipo de estruturas em registo arqueológico é problemática, colocando reservas à utilização destas fontes.

Em relação aos miliários, as estações viárias apresentam a vantagem de não poderem ser deslocadas quando perdem a sua funcionalidade. No entanto, podem ser – e muito provavelmente foram – refuncionalizadas quando a via que serviam perde importância face a outros itinerários. A identificação deste tipo de situações é praticamente



impossível a partir de dados de superfície, como são a maioria dos que constituem a amostra.

Por outro lado, o registo arqueológico deste tipo de ocupação é de difícil interpretação. Casos como o da Eira Velha, nos arredores de *Conimbriga* (Simão & Ramos, 2014), são absolutamente excepcionais na relação direta que se consegue estabelecer entre as estruturas identificadas e um troço de via. Na maior parte dos casos, o que seriam *mansiones e mutationes* em Época Romana representam em termos arqueológicos um registo que não se distingue do de pequenos sítios de ocupação em solo rural, normalmente classificados como “casais rústicos”. Estes sítios poderão, contudo, corresponder a uma multiplicidade de funções em Época Romana: edifícios de apoio à exploração agro-pecuária ou atividades extrativas de pequena escala, armazéns, oficinas, entre outros.

A classificação mais recorrente no conjunto em estudo é “edifícios” ([AAT@300004792](#)). A definição deste termos é, simultaneamente, muito operativa e muito vaga<sup>22</sup>. Na realidade, a única certeza que um arqueólogo pode ter ao observar *tegulae* à superfície de qualquer terreno é que aí existiu, pelo menos, um edifício coberto, num momento situado entre o séc. I e o séc. VIII. A presença de cerâmica de construção, com particular destaque para as *tegulae* por apresentarem características morfológicas que são introduzidas em Época Romana e não voltam a repetir-se em larga escala, é muitas vezes a única informação disponível para caracterizar os sítios romanos referenciados na bibliografia ou em inventários. Tirar mais conclusões sobre estes dados de superfície, sem um trabalho sistemático de revisão e um sólido programa de prospeção intensiva<sup>23</sup>, é pouco prudente. Dos 76 sítios arqueológicos incluídos na amostra em que se identifica a existência de edifícios, alguns poderão corresponder a estações viárias. Ou a uma multiplicidade de situações de uso e ocupação do espaço rural de funcionalidades diferentes que também poderão ter-se alterado na diacronia. Se olharmos para a imagem na figura 9 e imaginarmos o tipo de registo arqueológico que esta realidade

---

<sup>22</sup> Em 18 casos, a informação disponível é tão escassa que a opção foi pela classificação ainda mais vaga “sítios arqueológicos” ([AAT@300000810](#))

<sup>23</sup> Vejam-se por exemplo as questões levantadas no âmbito do projecto *Evolución de un paisaje agrario: El territorio de Medellín entre la protohistoria y la romanización*, desenvolvido na mesma área regional e com um tipo de paisagem semelhante (Mayoral et al., 2012).

contemporânea poderá deixar na paisagem, podemos ter uma ideia de quão complexo é interpretar a existência de *tegulae* ou outros materiais de construção romanos neste território.



*Figura 9: Edifício contemporâneo em espaço rural (freguesia da Orada, Borba, Portugal)*

Além das *mansiones* e *mutationes*, o itinerário lista também núcleos urbanos que cumpriram também funções como nós viários. A distribuição das cidades ([AAT@300008389](#) e [300008410](#)) ao longo do percurso é bastante irregular: da capital provincial até *Ebora*, numa distância de 109 milhas ou cerca de 6 dias de marcha (Scheidel & Meeks, 2012), não se conhece nenhuma outra cidade em Época Romana. A partir de *Ebora*, os aglomerados urbanos distribuem-se num ritmo mais uniforme, a cerca de dois dias de viagem entre eles ou menos, se considerarmos que na área estuarina o itinerário terrestre funcionava em regime complementar com o transporte fluvial e marítimo (cf. capítulo 3).

Esta ausência de núcleos urbanos em Época Romana no vale médio do Guadiana pode

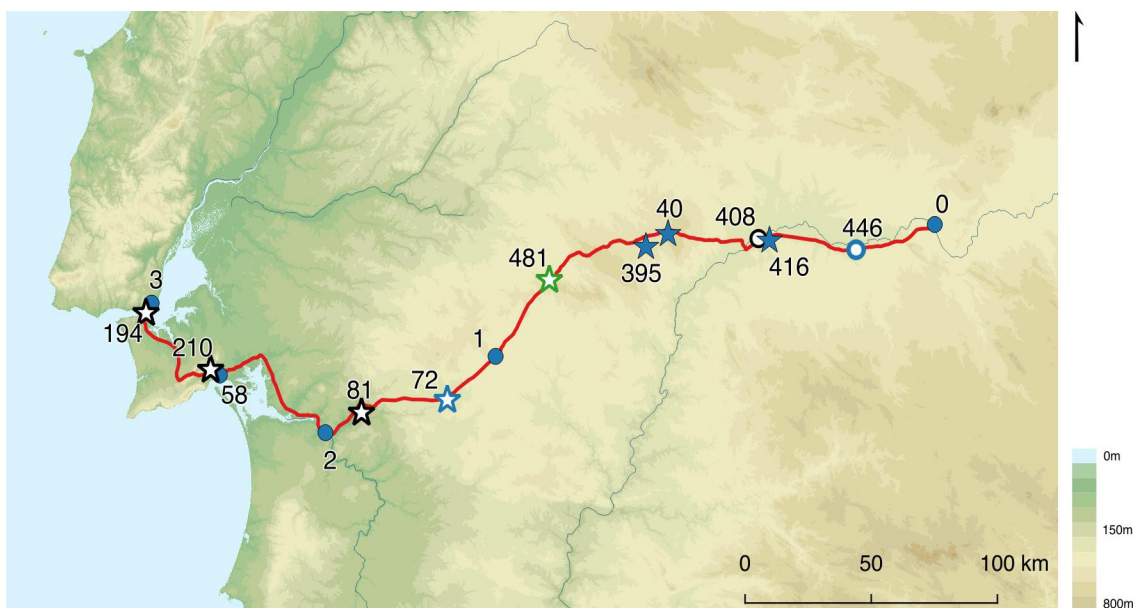
ser justificada pela estrutura fundiária em torno da capital provincial (Gorges, 2007, pp. 62–74) que teria, segundo as fontes escritas, uma *pertica* excepcionalmente ampla (Agenius Urbicus, Higinus Gromaticus em Thulin, 1913, pp. 44, 135–136). No entanto, essa justificação não parece válida para o território entre a travessia do Guadiana e Évora<sup>24</sup>, onde não existe registo de qualquer cidade. Existem alguns sítios que parecem ter correspondido a aglomerados populacionais ([AAT@300003847](#)) mas em que o estatuto de *urbs* estaria ausente. Será o caso de Badajoz (n.º 408) e Lobón (n.º 446): ainda que neste último apenas seja confirmada a ocupação a partir da Idade Média, a implantação e achados descontextualizados de materiais enquadráveis na Idade do Ferro (Jerez Linde, 2011) contribuem para a impressão de existência na antiguidade de um aglomerado populacional multifamiliar com um estatuto autónomo reconhecido localmente. Alguns dos sítios classificados como complexos edificados ([AAT@300000202](#)) podem ter tido um estatuto semelhante, mas o registo arqueológico conhecido é manifestamente insuficiente para que possam ser tiradas conclusões<sup>25</sup>.

Se acrescentarmos a este conjunto as fortificações ([AAT@300008450](#), [300134522](#) e [300387238](#)), a distribuição de aglomerados populacionais torna-se mais uniforme ao longo do corredor da via. A construção das primeiras vias na *Hispania* é um trabalho militar, feito muitas vezes em paralelo com a distribuição de terras na fundação das colónias (Ariño Gil, Gurt Esparraguera, & Palet Martínez, 2004, pp. 41–42; Mantas, 2015, p. 100), sendo manifesta a relevância dos sítios fortificados para a definição dos traçados.

---

<sup>24</sup> Mesmo ultrapassando o corredor definido como área de estudo, a ocidente de *Emerita* e oriente de *Ebora* apenas consideravelmente a sul (*Seria*, *Nertobriga*) e a norte (*Ammaia*) da Via XII se voltam a encontrar núcleos urbanos.

<sup>25</sup> O caso mais evidente será o da Senhora dos Mártires (n.º 11), onde é tentador ver um *uicus* integrado num eventual *pagus marmorarius* (Carneiro, 2011, vol. 1, p. 99), mas a informação disponível está longe de confirmar essa hipótese; em sítios como a Orada (n.º 42), a ausência de registo de ocupação anterior à Época Moderna invalida suposições sobre a antiguidade da povoação, embora a localização e documentação viária histórica o façam um local privilegiado para a existência de um aglomerado populacional associado à passagem da Via XII.



— Via XII (proposta de traçado)

● Cidades

- 0 Mérida
- 1 Évora
- 2 Alcácer do Sal
- 3 Lisboa
- 58 Setúbal

○ Aglomerados populacionais (época romana)

- 408 Badajoz

○ Aglomerados populacionais (época medieval)

- 446 Lobón

★ Fortificações (época romana)

- 40 Atalaia dos Sapateiros
- 395 Terrugem
- 416 Torrequebrada

☆ Fortificações (época pré-romana)

- 81 Castelejos
- 194 Quinta do Almaraz
- 210 Pedrão

★ Fortificações (pré-história recente)

- 72 Monte da Ponte ou da Fonte

★ Fortificações (época medieval)

- 481 Castelo de Evoramonte

*Figura 10: Cidades, aglomerados populacionais e fortificações*

Por essa razão foram também consideradas fortificações de épocas anteriores e posteriores que se localizam em pontos estratégicos de controle visual do eixo de tráfego definido pela Via XII. Relativamente a este tipo de sítios, a dificuldade de interpretação radica também na informação disponível: nem todos foram alvo de trabalhos arqueológicos sistemáticos ou, quando o foram, aguardam-se ainda as publicações das respetivas monografias. Assim, é difícil perceber o seu significado na diacronia e o tipo de relação que teriam com a ocupação das zonas baixas por onde passava a via. Aparentemente todas as fortificações do conjunto considerado estão

ocupadas num momento precoce da conquista do território mas faltam dados para saber se continuam a ser usadas – e com que funções – quando o império se consolida na *Hispania* e/ou durante a Antiguidade Tardia.

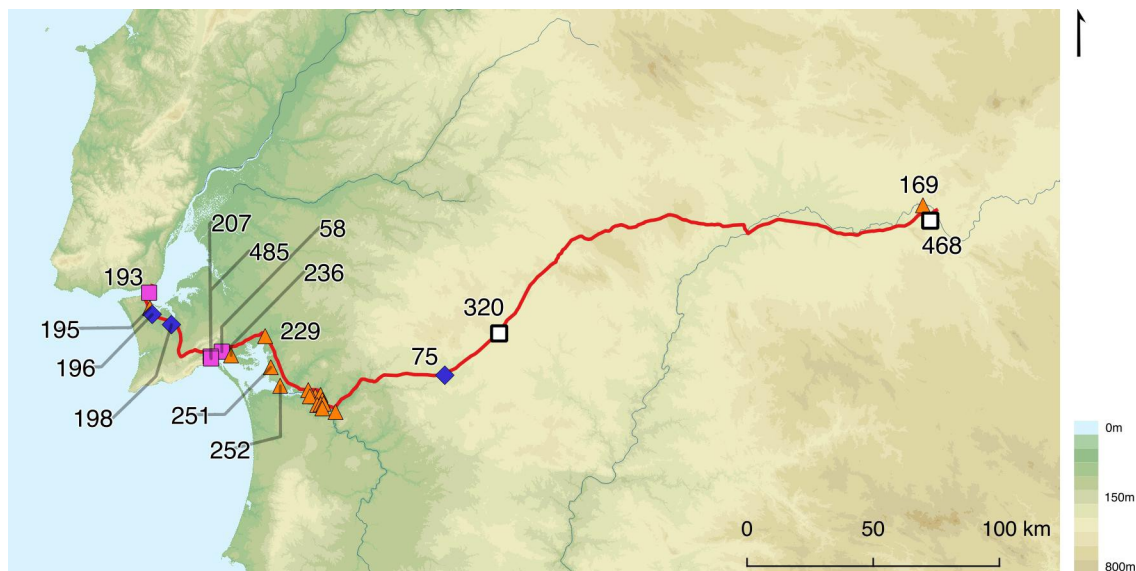
Em relação às restantes tipologias de sítio arqueológico nem sempre é possível estabelecer uma relação directa com a Via XII. Se, por um lado, praticamente todas as formas de ocupação do solo podem ser relacionadas com a existência de uma estrada principal porque dela beneficiam, por outro, a funcionalidade dos sítios identificados – que na maior parte dos casos não conhecemos com rigor – pode ser completamente independente do eixo viário.

Os sítios onde se conhecem testemunhos de atividades produtivas representam, neste conjunto, aqueles em que a implantação pode ser mais condicionada pelo traçado viário. É contudo significativo notar que se concentram sobretudo nas áreas do estuário do Sado e Tejo, onde o itinerário combinaria percursos terrestres, fluviais e marítimos. Isso fica-se a dever à natureza do tipo de atividades desenvolvidas (produção de preparados de peixe e produção de respetivos contentores cerâmicos<sup>26</sup>) mas também, naturalmente, à vantagem que o transporte aquático representa na movimentação de grandes cargas.

As atividades extrativas encontram-se pouco representadas sobretudo devido à dificuldade de identificação no terreno de elementos que confirmem a cronologia de utilização em Época Romana. Isto é particularmente notório na exploração de mármore na zona de Estremoz, que sabemos ter sido uma das atividades económicas mais significativas na área atravessada pela Via XII (Fusco & Mañas Romero, 2006; Mañas Romero, 2012, pp. 332–337). Contudo, no estado atual dos nossos conhecimentos, o único sítio em que a extração em Época Romana é inquestionável é a Herdade da Vigária (CNS5835), fora da área de estudo junto a Bencatel (Alarcão & Tavares, 1989). Na pedreira da Lagoa, em Vila Viçosa também fora do corredor definido em torno da Via XII, existem marcas de exploração antiga que se interpretam como sendo de Época Romana, embora na realidade possam ter sido feitas em qualquer momento pré-industrial (Carneiro, 2011, vol. 1, p. 114). A exploração de ouro no estuário do Tejo (Vale de Gatos n.º 196 e Foros da Catrapona n.º 198) bem como de cobre no maciço

<sup>26</sup> Documentadas através da existência de fábricas de salga ([AAT@300006335](#) e [300198941](#)) e olarias ([AAT@300000824](#), [300006310](#) e [300022798](#))

antigo de Évora (Alcalainha n.º 75) também é inferida a partir de testemunhos arqueológicos indiretos.



— Via XII (proposta de traçado)

▲ **Olarias**

- 58 Setúbal
- 80 Herdade da Barrosinha II
- 169 El Prado
- 195 Quinta do Rouxinol
- 229 Zambujalinho
- 236 Quinta da Alegria (Cachofarra)
- 251 Herdade do Pinheiro
- 252 Abul
- 254 Monte do Rapa
- 258 Monte do Bugio 1
- 259 Monte da Enchurrasqueira
- 260 Monte da Batalha
- 262 Ameira
- 263 Moinho da Ordem
- 264 Telhada
- 267 Parvoíce
- 278 Morgada

■ **fábricas de salga**

- 58 Setúbal
- 193 Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas - Largo Alfredo Dinis
- 207 Comenda
- 485 Rasca

◆ **Complexos mineiros**

- 75 Alcalainha
- 196 Vale de Gatos
- 198 Foros da Catrapona

□ **Estruturas industriais (atividade indeterminada)**

- 320 Évora - Escola Secundária Gabriel Pereira
- 468 Las Rozas

Figura 11: Sítios com testemunhos de atividades produtivas (transformação e extração)

No que diz respeito à exploração agrícola, colocam-se os mesmos problemas, ampliados à escala da multiplicidade de formas de ocupação em solo rural e da geografia da investigação. Existe uma certa tendência para classificar todos os testemunhos de ocupação romana fora das cidades como indicadores de atividade agrícola mas, na realidade, o registo material de uma pequena indústria transformadora não é muito

diferente do de um armazém de alfaias usadas no cultivo dos campos e manejo de animais. Acrescem ainda a este problema o carácter complementar destas atividades e as alternâncias de uso registadas ao longo do tempo.

Para identificar um complexo edificado ([AAT@300000202](#)) como *uilla* ([AAT@300005517](#)) ou outro tipo de complexo agrícola ([AAT@300125766](#)) são precisos trabalhos arqueológicos mais desenvolvidos que uma simples observação da área de dispersão de vestígios ou a tipologia dos materiais visíveis<sup>27</sup>. Assim, a figura 12 é mais uma imagem da geografia da investigação do que da distribuição de estabelecimentos agrícolas em torno da Via XII. Os sítios que não deixam dúvidas quando à sua vocação agrícola situam-se em áreas geográficas onde se desenvolvem ou desenvolveram programas estruturados de estudo sobre o mundo rural romano. O único indicador que pode ser considerado isoladamente no conjunto de dados é a existência de contrapesos de lagar ([AAT@300051285](#)): embora possam estar associados a outras atividades, é muito provável que se integrassem em lagares de vinho ou azeite, documentando assim a exploração agrícola de vinhas e olivais.

---

<sup>27</sup> As reflexões que fiz há mais de 10 anos sobre esta questão, tendo como exemplo os trabalhos realizados no sítio da Quinta das Longas (CNS5722), mantêm-se válidas (Almeida, 2000, pp. 153–160)



Figura 12: Sítios com testemunhos de atividade de exploração agrícola

A relação entre estradas e necrópoles, tal como a ideia de calçada, é recorrente na tradição popular. Esta associação decorre sobretudo da cristalização da imagem da *Via Appia* em Roma como modelo de todas as estradas romanas (Quilici, 2008, pp. 553–558). No entanto, se no caso das necrópoles ([AAT@300000372](#)) identificadas nas áreas periurbanas de *Emerita*, *Ebora* e *Salacia* a sua localização pode contribuir para a definição do traçado da via, o mesmo não é válido para as restantes e nem para monumentos funerários identificados no corredor em estudo ([AAT@300007027](#), [300028729](#)). Distribuindo-se de uma forma uniforme ao longo de todo o percurso, as informações disponíveis sobre estes monumentos são escassas e quase nunca permitem contextualizá-los: podem, efetivamente, tratar-se de testemunhos de necrópoles que ladeavam a via principal mas também podem ser documentos de práticas funerárias privadas associadas a *uillae* ou a aglomerados populacionais, cuja implantação de deve à dinâmica de ocupação do espaço própria de cada comunidade e é independente do



eixo viário.

Existe ainda uma multiplicidade de outros registos arqueológicos<sup>28</sup> que se constituem também como fontes materiais para o estudo da Via XII, embora a sua relação com o itinerário não seja direta. Esta dificuldade fica a dever-se à natureza da amostra, onde falta informação contextual para que estas fontes sejam compreendidas no seu verdadeiro significado. No entanto, ainda que não possam ser utilizados como fonte para a definição do traçado, estes dados contribuem para a compreensão da ocupação do solo no território atravessado pela Via XII, também um dos objetivos da presente dissertação.

---

<sup>28</sup> Por exemplo, de estruturas hidráulicas ([AAT@300006073](#), [300006084](#), [300006165](#), [300006179](#), [300006203](#), [300133792](#)), termas ([300120377](#)) ou edificios e monumentos religiosos e/ou cerimoniais ([300170443](#), [300007391](#), [300120364](#))

## **2 O itinerário entre *Augusta Emerita* e *Olisipo* por *Ebora***

### **2.1 O estado da arte**

#### **2.1.1 Um problema de escala e âmbito: leituras peninsulares vs. leituras nacionais e regionais**

O estudo da rede viária romana é um tema que tem ocupado a produção do discurso histórico desde o Renascimento. A afirmação da hegemonia de Roma através das estradas é um tema recorrente em obras de caráter geral, de manuais escolares a trabalhos de referência. Contudo, esta atenção da historiografia não resulta necessariamente num conjunto homogêneo de dados que possa ser tratado de uma forma coerente em todo o espaço do império.

No que diz respeito ao eixo viário entre a capital provincial da *Lusitania* e o seu porto marítimo, a primeira questão que se coloca é de escala. As três vias que o *Itinerário de Antonino* refere para esta ligação aparecem sempre representadas nos mapas da rede viária da *Hispania* (cf. a título de exemplo, TIR (Alarcão, Álvarez Martínez, Cepas Palanca, & Corso Sanchez, 1995) ou *Barrington Atlas of the Greek and Roman World* (Talbert, 2000). No entanto, à escala que é feita, esta representação limita-se a traçar linhas mais ou menos retas entre os pontos conhecidos do itinerário. Quaisquer tentativas de transposição dessa cartografia para uma escala mais aproximada são muito pouco úteis quando se procura uma compreensão efetiva do território servido por essas estradas.

Por outro lado, se os estudos centrados em áreas regionais mais restritas – como *Ebora* (Bilou, 2005) ou *Augusta Emerita* (Sánchez Barrero, 2010), por exemplo – apresentam vantagens no que à compreensão do território diz respeito, podem perder a visão global necessária ao entendimento das rotas destinadas a unir pontos de grande distância. Nos estudos mais aproximados, nem sempre é fácil distinguir itinerários principais de vias

secundárias e de ligação, sendo a imagem final por vezes um rendilhado de linhas tão pouco úteis quanto as grandes linhas retas das leituras de grande escala.

No caso concreto em estudo, a fronteira que separa os atuais estados ibéricos constitui ainda um constrangimento adicional à compreensão deste território. Na realidade, a fronteira entre Portugal e Espanha divide a investigação da *Lusitania*: determina o ponto de vista e a atenção distinta que é dada aos territórios do “lado de cá” ou do “lado de lá” da fronteira. Cada investigador procura estruturar a sua interpretação da via num percurso que tem o seu território nacional como origem. Assim, os investigadores radicados em Espanha tendem a analisar os percursos a partir de *Augusta Emerita* em direção a *Olisipo*, enquanto do “lado português”, se procura entender como se fazia o caminho de *Olisipo* em direção a *Augusta Emerita*.

A questão do sentido do vetor não é indiferente no que toca à interpretação dos itinerários romanos (Salway, 2007, pp. 182–201) mas, do ponto de vista estritamente cartográfico, a diferença do que é considerado como ponto de origem não deveria constituir qualquer problema. Contudo, na maior parte dos casos, a representação dos traçados propostos terminam na atual fronteira entre Portugal e Espanha ou, se a ultrapassam, fazem-no de uma forma menos atenta e pormenorizada. Isto determina um visível “desencontro” de cartografias que nem sempre é fácil de compatibilizar numa leitura global do traçado das vias.

### **2.1.2 Sistematização e cartografia das mais recentes propostas de traçado da via**

O imaginário das vias romanas está muito presente na cultura contemporânea e desperta frequentemente interesses e paixões em vários quadrantes da sociedade (Rodríguez Morales, 2013). A abundância de bibliografia e, sobretudo nos últimos anos, de recursos online dedicados ao tema resulta numa nuvem de informação desconexa. Nem sempre é fácil distinguir informação estruturada e fundamentada de bem intencionadas reflexões individuais. Estas últimas frequentemente têm como propósito enaltecer e valorizar realidades locais através da integração da rede viária antiga no universo do império romano.

Contudo, importa perceber que nem toda a informação produzida fora do contexto académico tradicional é necessariamente errónea ou digna de menos atenção. A nível peninsular, autores como Mário Saa (1893-1971) ou Gonzalo Arias Bonet (1926-2008) foram muitas vezes injustamente desconsiderados por não se enquadrarem no modelo tido como referencial para o investigador da historiografia clássica. A relevância da informação que veicularam, porém, vem sendo reconhecida paulatinamente e recuperadas algumas propostas e interpretações em que foram pioneiros (veja-se, a título de exemplo, (Encarnação, 1995; Plaza, Casado, Reher, & Gillani, 2008; Mantas, 2012).

Por estas razões, uma revisão crítica exaustiva de todas as fontes de informação, em que a Via XII se encontra referida, resultaria num vasto trabalho historiográfico, certamente interessante do ponto de vista epistemológico e da história da ciência, mas cujo esforço e resultado ultrapassam claramente os objetivos a que me proponho nesta dissertação. Assim, foram selecionadas para análise apenas as propostas mais recentes (publicadas nos últimos 10 anos) e que apresentam dados que permitem a sua representação cartográfica com um grau de rigor suficiente para poderem ser confrontadas com a minha própria proposta. Considerando que são poucos os autores que consideram a via em toda a sua extensão, desde o ponto de origem ao ponto de chegada, são incluídas nesta análise também propostas de definição parcial do traçado, seja por serem limitadas pela fronteira política entre Portugal e Espanha, seja por se construírem em torno de um centro urbano específico.

### 2.1.2.1 Propostas integrais do traçado da via

Em 2006, Jorge de Alarcão publica na revista *Conimbriga* um estudo sobre as vias romanas de *Olisipo* a *Augusta Emerita* onde “pretende fazer um balanço crítico da investigação até [então] realizada por vários autores e [apresentar] algumas hipóteses que, todavia, carecem de confirmação no terreno.” (2006, p. 211). O tema das vias já tinha sido tratado por diversas ocasiões por este autor em obras de síntese (Alarcão, 1987, pp. 65–112, 1988a, pp. 87–106, 1988b, 1990) e, a propósito de alguns topónimos citados no *Itinerário de Antonino*, publicou anteriormente artigos que recupera e

atualiza no trabalho de 2006 (Alarcão, 1999, 2001, 2004a, 2004b).

Este estudo encontra-se estruturado em função das três vias referidas no *Itinerário de Antonino*, que J. Alarcão designa como “Via por *Salacia* e *Ebora*”, “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Aritium Praetorium* e *Abelterium*” e “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Tubucci*.” Contudo, estas secções não são estanques, sendo frequente o autor invocar estações que o *Itinerário* refere numa via como argumentos para justificar o traçado numa outra e propor inclusive sequências alternativas à ordenação das mesmas no texto original. Esta maleabilidade na análise reflete-se na cartografia reproduzida, em que se distinguem “traçados quase seguros” de “traçados duvidosos ou alternativos”, mas onde não há uma clara distinção das três vias enunciadas no texto. O estudo inclui ainda um inventário de miliários, também organizado por vias, mas desta feita contando quatro secções distintas: “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Salacia* e *Ebora*”, “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Aritium Praetorium*”, “Via de *Abelterium* a *Augusta Emerita* por *Elvas*” e “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Tubucci*”. Neste inventário junta também dois miliários “de integração duvidosa.”

Esta estruturação do trabalho dificulta a separação das três vias, sobretudo em termos cartográficos. Na área em torno de Estremoz, J. de Alarcão propõe uma série de alternativas de ligação da Via XII com as vias XIV e XV, todas elas classificadas como “duvidosas ou alternativas”. A utilização dessa rede de ligação como ilustração de uma das três vias mencionadas no *Itinerário de Antonino* resulta assim pouco clara. Desta forma, a representação cartográfica da proposta de traçado da Via XII segundo este autor (figura 13) deve ser entendida como uma interpretação minha baseada no texto publicado, na cartografia e no inventário de miliários.



Figura 13: Proposta de traçado da via segundo J.de Alarcão (2006)

J. de Alarcão inicia a descrição da Via XII pelo local onde se faria o desembarque após a travessia do estuário, iniciada em *Olisipo*. Coloca a hipótese da travessia terminar em Coina, considerando a posição desta localidade no fundo de um dos esteiros navegáveis do Tejo. No entanto, rejeita a hipótese de Coina corresponder a *Equabona*<sup>29</sup> porque as 12 milhas teriam assim que corresponder a um trajeto fluvial, distâncias que o *Itinerário de Antonino* normalmente indica em estádios. Por outro lado, mesmo admitindo uma conversão em milhas do percurso fluvial, a distância de Coina a Setúbal excede as 12 milhas indicadas ente *Equabona* e *Caetobriga*<sup>30</sup>. Assim, prefere localizar *Equabona* “entre S. Lourenço e Vendas de Azeitão”, propondo que o caminho se fizesse por Palmela, de modo a cumprir a distância indicada. Na cartografia incluída no artigo, inicia a representação da via no Seixal, inferindo-se que propõe aí o local de desembarque, provavelmente para cumprir a distância de 12 milhas até S. Lourenço de Azeitão.

<sup>29</sup> O autor não refere qual das edições impressas do *Itinerário de Antonino* segue, oscilando entre utilização de topónimos, quer conforme a fixação de topónimos de G. Parthey e M. Pinder (1848) quer conforme a de O. Cuntz (1929).

<sup>30</sup> Neste caso, a grafia utilizada deriva da versão latina presente na *Geografia* de Ptolomeu (*Caetobrix*), embora não esteja registada em nenhuma das edições impressas do *Itinerário de Antonino*.

Não colocando dúvidas relativamente à identificação de *Caetobriga* com Setúbal, considera as variantes na contagem de milhas entre esta cidade e *Caeciliana*, assumindo que esta deverá estar a 12 ou 18 km de Setúbal<sup>31</sup>, nas imediações de Águas de Moura. Já a *mansio* seguinte, *Malateca*, não é claramente localizada, ainda que assuma que o topónimo da atual povoação e ribeira da Marateca derivem da *Malateca* referida no itinerário. A principal dificuldade de localização prende-se com a contagem de milhas indicada, que excede claramente a distância que é necessário percorrer até Alcácer do Sal. Curiosamente, aqui o autor opta por não considerar a variante de 16 milhas entre *Malateca* e *Salacia*, registada numa das cópias do manuscrito, o que encurtaria significativamente esse espaço. Prefere antes apresentar um traçado alternativo por Cabrela e Casebres, de modo a cumprir aproximadamente as 12 milhas de *Caeciliana* a *Malateca* (assumindo a variante, em vez das 8 fixadas pelo editor) somadas às 26 entre esta última *mansio* e *Salacia*.

O percurso entre *Salacia* e *Ebora* é apresentado como quase seguro, apoiado sobretudo na localização dos miliários de Porto da Lama (n.º 17), Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33), Remourinho (n.º 16), Tabuleiros (n.º 15), Herdade da Mitra (n.º 289), Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25) e Esparragosa (n.º 23). Deste conjunto, Hübner considera falsos os miliários de Remourinho e Tabuleiros (CIL II 434\* e 433\*, respetivamente), mas J. de Alarcão argumenta em favor da sua autenticidade, ainda que a nomenclatura imperial seja suspeita no caso deste último. Embora não seja cartografado na figura que encerra o artigo, é admitida a possibilidade de um traçado credível que passasse junto ao Monte dos Andrades e Monte da Venda (concelho de Montemor-o-Novo).

O troço seguinte da via, a partir de Évora, apresenta-se como mais problemático no confronto com o *Itinerário de Antonino* já que o autor admite como “óbvio que o roteiro omitiu estações entre *Ebora* e *Augusta Emerita*”, restando saber se *ad Adrum flumen*, *Dipo*<sup>32</sup> e *Evandriana* seriam as três *mansiones* imediatamente após a saída de *Ebora*, as

<sup>31</sup> Também sem referência expressa, depreende-se que o autor faz corresponder o valor da milha a 1500m.

<sup>32</sup> Partindo das duas referências em fontes literárias, em que o topónimo é usado em ablativo *Dipone* (Livius, sem data, liv. 30.39) ou acusativo *Diponem* (*La Penna & Funari, Rodolfo, 2015, p. 93*), o autor opta pelo que seria o nominativo, embora a forma *Dipo* não seja usada nos manuscritos que serviram à fixação das edições impressas do *Itinerário de Antonino*. Esta norma é seguida pela maioria dos autores e é essa a forma registada também no reportório *Pleiades* (<http://pleiades.stoa.org/places/260543>)

três últimas antes de chegar à capital ou, ainda, se as estações “omissas” se situariam entre elas (Alarcão, 2006, p. 218). Colocada nestes termos, a resposta a estas questões é simplesmente um exercício de cálculo combinatório com elementos omissos; ou seja, é irresolúvel. No entanto, ao assumir como certa a localização de *Adrum flumen* na ribeira do Freixo e *Dipo* em Evoramonte (Alarcão, 1999, 2001), resta apenas o problema da localização de *Evandriana*, para a qual o autor apresenta duas alternativas: Silveirona ou Borba.

O traçado da via de Evoramonte até à atual cidade de Estremoz é assumido como seguro, assim como deste ponto à Herdade da Silveirona, onde foi encontrado um marco miliário<sup>33</sup> (Encarnação, 1984, p. 731). Esta peça é referida frequentemente como tendo sido “reaproveitada” na necrópole, mas uma leitura atenta dos cadernos de campo de Manuel Heleno (Wolfram, 2008, p. 268) mostra que o miliário estava no interior de um “compartimento” que pertenceria a um edifício cuja interpretação permanece em aberto. O miliário pode ter sido descartado para o interior do mesmo quando a estrutura já não estava em uso ou ter sido usado como material de entulho. Estas circunstâncias de achamento aconselham a alguma prudência no que toca à coincidência do local com a passagem da via. Por outro lado, esta passagem pela Silveirona é, para J. de Alarcão, parte da já referida rede de ligação entre as três vias mencionadas no *Itinerário de Antonino* que seguiria, num traçado duvidoso, por Veiros até ao Monte das Esquilas (CNS 5735). Este local encontra-se sobre um traçado seguro (de orientação S-N) que se integraria naquela a que o autor chama “Via de *Olisipo* a *Augusta Emerita* por *Aritium Praetorium* e *Abelterium*”. Do Monte das Esquilas, local de achamento de uma inscrição dedicada aos *lares viales* (Mantas, 2010, pp. 19–24), este troço seguiria para sul por Torre do Curvo (CNS 5714=CNS 24179), onde foi encontrado um miliário<sup>34</sup> (Encarnação, 1984, p. 723) que J. de Alarcão integra no seu inventário como parte da “Via de *Abelterium* a *Augusta Emerita* por Elvas”.

Não é claro a que via pertencem estes testemunhos epigráficos que poderão estar num *diverticulum* de ligação da Via XII à Via XIV que coincide, *grosso modo*, com o atual limite administrativo entre os municípios de Monforte e Elvas (Carneiro, 2011, pp. 147–

---

<sup>33</sup> IRCP 673

<sup>34</sup> IRCP 664



148). Na proposta de J. de Alarcão, este troço entroncaria, no sítio do Monte da Nora (CNS 11667), com um novo traçado seguro, de orientação W-E, que se dirigia a Elvas e Badajoz.

O Monte da Nora – sítio arqueológico insuficientemente caracterizado na informação disponível sobre os trabalhos realizados no local (A. Gonçalves, Teichner, & alii, 2000; Teichner, 2008) – é identificado como *Montobriga, mansio* referida na Via XIV do *Itinerário de Antonino* ou, de acordo com a designação no estudo em análise, na “Via de *Olisipo a Augusta Emerita por Tubucci*”. Considerando a localização alternativa de *Evandriana* em Borba, a via chegaria ao Monte da Nora procedendo de Estremoz num percurso que implicaria o atravessamento longitudinal da Serra de Ossa. Deixando de parte a dificuldade de progressão no terreno que implicaria este traçado, coloca-se também outra questão: se o Monte da Nora corresponde a *Montobriga*, porque razão passaria por aqui a Via XII, já que *Montobriga* não está listada como *mansio* nesta rota? Para responder a esta questão, J. de Alarcão volta a invocar a omissão de estações nas cópias manuscritas do *Itinerário de Antonino*, admitindo que de *Evandriana* a via seguiria a *Montobriga, ad Septem Aras e Plagiaria*, sendo essas as *mansiones* omitidas até *Augusta Emerita*. Assim, as 9 milhas indicadas entre *Evandriana* e *Augusta Emerita* corresponderiam na realidade à distância de *Evandriana* a *Montobriga*, coerentes com a distância real entre Borba e o Monte da Nora.

Esta interpretação leva assim a que a descrição do traçado até Mérida seja tratada nas restantes secções do artigo, de alguma forma admitindo que o percurso da Via XII termina no entroncamento desta com as outras duas vias referidas no *Itinerário de Antonino*.

A passagem da via por Elvas é assumida como provável, invocando os achado epigráficos da Herdade da Fonte Branca (n.º 37) nas imediações da cidade. Neste local terão sido recolhidas duas aras votivas dedicadas a Proserpina (Vasconcelos, 1895, p. 244), sendo conhecidas três outras com a mesma dedicatória, a partir da descrição de André de Resende, que as viu em Vila Viçosa (Resende, 2009, p. 204 = IRCP 570 a 572 = IRCP 570 a 572). No entanto, estas inscrições tem sido republicadas como provenientes da área de Elvas, o que leva J. de Alarcão a levantar a hipótese de ter

existido um santuário a Proserpina na Herdade da Fonte Branca “junto ao qual ficaria a *mansio ad Septem Aras*” (Alarcão, 2006, p. 235). Mais à frente, contudo, verifica que esta possibilidade implicaria a identificação de *Budua* com Badajoz, o que refuta tomando como certa a localização desta *mansio* na atual Ermita de la Virgen de Bótoa. No entanto, a passagem por Badajoz é tida como segura, chamando a atenção que a fundação da cidade por Ibn Marwān não se faz *ex nihilo*, sendo possível que a ocupação de Época Romana no local tivesse alguma função na rede viária.

O percurso da via de Badajoz até Mérida é descrito com muito menos detalhe, sendo apenas referido que da atual fronteira ente Portugal e Espanha partiriam duas estradas “uma pela margem direita do Guadiana, passando por Novelda del Guadiana, Valdelacalzada e Puebla de la Calzada [e] outra, pela margem esquerda do rio, iria por Talavera la Real e Lobón.”(Alarcão, 2006, p. 238) No que diz respeito à Via XII – ou “via da margem esquerda”, como refere –, remete para os trabalhos de J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (1999), fazendo referência ao miliário encontrado na *uilla* de Torre Águila (n.º 4). Curiosamente, este miliário é omitido do inventário de miliários que encerra o artigo, bem como o miliário de Gévora que pode relacionar-se com as vias em análise (Sádaba, 1993, pp. 255–256 = HEp5,57).

Integrado na série *Studia Lusitana*, editada pelo Museo Nacional de Arte Romano (Mérida), é publicada em 2012 o livro *As vias romanas da Lusitânia* que teve como objetivo “reunir numa mesma obra a informação existente sobre a rede viária romana da Lusitânia” (Mantas, 2012a, p. 13). Nesta obra, a Via XII é tratada no capítulo “A rede viária dos itinerários antigos”, na secção “As vias da Lusitânia com início em *Olisipo*”. Esta formulação coloca desde logo o autor na perspetiva que tem *Olisipo* como ponto de origem mas, ao contrário de outros investigadores portugueses, Vasco Mantas vai tratar o percurso integralmente, incluindo informação relativa ao atual território espanhol.



Figura 14: Proposta de traçado da via segundo V. Mantas (2012)

A Via XII é designada como “estrada *Olisipo-Ebora-Emerita* (It., 416, 4-418,5), reportando-se à fixação da edição de Wesseling (1735) por O. Cuntz (1929). A primeira questão colocada diz respeito à dificuldade de identificação das estações intermédias, das quais considera só estarem seguramente identificadas três, “quatro se considerarmos como dado adquirido que *Dipo*<sup>35</sup> se situa perto de Talavera la Real” (Mantas, 2012a, p. 147). A questão da localização de *Dipo* é retomada mais à frente no texto, sendo a segurança nesta identificação remetida para os trabalhos de investigadores espanhóis (Almagro-Gorbea, Ripollès i Alegre, & Rodríguez Martín, 2009) e para o facto da distância entre Mérida e Guadajira corresponder às 26 milhas indicadas no itinerário, tendo Mérida como ponto de origem.

Desta forma, V. Mantas coloca-se do lado dos que defendem que uma das explicações para as “incongruências” da sequência miliária nesta via é o facto de, pelo menos no que diz respeito às últimas estações listadas, a leitura dever ser feita no sentido E-W e não W-E (Gorges & Rodríguez Martín, 1999, pp. 253–254). Para esta interpretação, o autor socorre-se da chamada *Cosmografia do Anónimo de Ravena* (Pinder & Parthey, 1860) que descreve esta via separada em duas, sempre no sentido inverso ao do *Itinerário de*

<sup>35</sup> cf. nota 32

*Antonino*. Juntando os dois tramos da estrada, neste texto *Salatia* aparece antes de *Ebora*, o que contraria a restante sequência. Esta contradição pode ser explicada, contudo, se considerarmos dois caminhos: um direto para *Salacia* por Estremoz, Arraiolos e Montemor-o-Novo, e outro por Évora de onde poderia partir um caminho direto para *Malateca/Malabiste*, sem chegar a Alcácer do Sal (Mantas, 2012a, pp. 148–149). A existência de um traçado que, passando a norte de Évora, se dirigia ao estuário do Tejo é coerente com uma travessia através do Mar da Palha à antiga Aldeia Galega (atual Montijo). Esta travessia, e o subsequente traçado por Montemor-o-Novo, são referidos em itinerários de Época Moderna. São estas fontes que V. Mantas invoca também como argumento a favor desta “variante” embora não permitam “como é óbvio, reconstituir diretamente a rede viária romana” (Mantas, 2012a, p. 160). A existência de abundantes vestígios de ocupação romana na área de Alcochete e Montijo (nomeadamente centros de produção oleira) são também indicadores que podem justificar a existência de uma estrada que os servisse.

A questão do ponto de atravessamento do Tejo prende-se com a localização de *Aquabona*, para a qual V. Mantas apresenta duas hipóteses alternativas: nas imediações da atual localidade de Coina ou perto do Montijo. Curiosamente, em trabalho posterior (Mantas, 2014, pp. 252–256), recupera a hipótese de M. Saa, que identifica esta estação com Coina-a-Velha (Saa, 1956, vol. 4, pp. 19–23, 27-29; vol. 6, pp.18–19). Admitindo que a travessia do Tejo não se dirigia diretamente a *Aquabona* (já que a distância em relação a *Olisipo* se encontra expressa em milhas e não em estádios como é habitual no *Itinerário de Antonino* para os percursos fluviais), o ponto de desembarque deverá ser na área de Cacilhas, local que se situa exatamente a 12 milhas da área da Coina ou, se se preferir, do fim deste esteiro navegável do Tejo. Já Coina-a-Velha situa-se a cerca de 16 milhas de Cacilhas, além de implicar um desvio a SW dificilmente justificável tendo em conta a necessária transposição da serra da Arrábida a partir desse local. Embora tenham sido identificados testemunhos de ocupação romana em Coina-a-Velha (Fernandes, 2004, p. 149) as características topográficas da sua implantação não são muito coerentes com a identificação de uma estação viária. É mais provável que a ocupação romana preceda, com funcionalidade semelhante, a ocupação medieval islâmica de caráter defensivo.

Contudo, se a travessia fosse feita a montante, em direção ao Montijo, V. Mantas admite que será nas imediações desta localidade que devemos procurar *Aquabona*, tanto mais que daqui até Setúbal, contornando a nascente a serra da Arrábida, se cumprem as 12 milhas do Itinerário. Ao formular esta hipótese, porém, o autor ignora a questão da distância expressa em milhas a partir de *Olisipo*. Na realidade, se *Aquabona* se situasse no Montijo, todo o percurso a vencer desde *Olisipo* seria um percurso fluvial e, como tal, expresso em estádios. Ainda que se admita a indicação em milhas da travessia do estuário, a distância entre Lisboa e o Montijo é menor que as 12 milhas indicadas no *Itinerário de Antonino*.

A localização das estações listadas depois de *Catobriga – Caeciliana e Malateca* – é igualmente dificultada pela indicação das milhas que, somadas, ultrapassam claramente a distância real entre Setúbal e Alcácer do Sal. Neste ponto, V. Mantas invoca a possibilidade de serem consideradas as variantes de um dos manuscritos: se, em vez das 8+26 milhas, considerarmos 12+16, o total perfaz um percurso de cerca de 42 km<sup>36</sup>: esta distância é possível se a estrada se dirigisse de Setúbal a Águas de Moura, Marateca e Palma. Nesta hipótese, existiria uma coincidência de *Malateca* com a atual povoação da Marateca, situando-se *Caeciliana* nas proximidades de Águas de Moura (Mantas, 2012a, p. 150). No entanto, a proximidade entre os dois topónimos não é valorizada pelo autor, assim como a possibilidade de – exclusivamente a partir da análise toponímica – *Caeciliana* corresponder a um acampamento de Q. Cecílio Metelo Pio. No artigo de 2014 já citado, o autor prefere a localização de *Malateca* em Cabrela, seguindo a proposta de J. de Alarcão, fazendo assim o percurso infletir para oriente, de modo a aumentar a distância em direção a Alcácer do Sal (Mantas, 2014, pp. 252–256).

A indicação de milhas no *Itinerário de Antonino* deixa de ser um problema para o percurso entre *Salacia* e *Ebora* já que as 44 milhas se adequam ao “espaço e às características a percorrer” (Mantas, 2012a, p. 151). No entanto, é salientada a necessidade de existirem várias *mutationes* e, pelo menos, uma *mansio*, correspondentes a estações não listadas no itinerário. Neste troço são conhecidos vários miliários que V. Mantas atribui a este troço da via, concretamente no Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33), Remourinho (n.º 16), Tabuleiros (n.º 15), Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25) – referido

<sup>36</sup> O valor considerado para a milha é de 1.481,5m (Mantas, 2012a, pp. 63–65)

nesta obra como “miliário de Valverde” – e Esparragosa (n.º 23). Já o miliário do Porto da Lama (n.º 17) é considerado como pertencente à via que de *Salacia* se dirigia a *Pax Iulia*, porque a integração na via em direção a *Ebora* implicaria uma dupla travessia da ribeira das Alcáçovas, argumento muito coerente com as características topográficas do terreno. Igualmente o miliário da Cabida 2 (n.º 14) poderá corresponder a uma variante da estrada ou também a outra via, mais precisamente à ligação de *Ebora* a *Pax Iulia* (Mantas, 2012a, p. 153).

Esta ligação não está contemplada no *Itinerário de Antonino* embora conte com uma série de miliários conhecidos, nomeadamente o miliário da Torre da Camoeira (CNS4762=IRCP664a) cuja indicação miliária confirma o estatuto de *caput viarum* da cidade de *Ebora*. Esta contagem de milhas com origem em Évora é atestada também pelo já referido miliário dos Tabuleiros (n.º 15), considerando ainda V. Mantas que existe uma terceira estrada com a mesma origem, também não referida no *Itinerário de Antonino*, tendo *Scallabis* como destino (Mantas, 2012a, p. 154 Fig. 46).

No troço seguinte, de *Ebora* a *Emerita*, volta a colocar-se o problema da contagem miliária já que a soma das distâncias intermédias é insuficiente, concluindo o autor que “os valores do *Itinerário* estão errados ou faltam estações.” (Mantas, 2012a, p. 153). Aqui também existiriam outros pontos de paragem, não listados, já que é impossível fazer todo o percurso ente *Ebora* e a capital provincial sem o apoio de *mutationes* e/ou *mansiones*.

O percurso da via proposto por V. Mantas a nascente de *Ebora* é semelhante ao cartografado por J. Alarcão (Alarcão, 2006), admitindo também uma alternativa a sul da Serra de Ossa por S. Miguel de Machede em direção da Bencatel. É neste troço que localiza a estação *Ad Atrum flumen*, junto ao rio Degebe. Esta localização é reafirmada no artigo de 2014, precisando o local como o Monte da Morgada (CNS6845), onde terá identificado em 1984 “uma estrutura quadrangular, desenvolvida em torno de um grande pátio” (Mantas, 2014, p. 246). Saliente-se que, muito próximo deste sítio arqueológico, terá sido identificado um marco miliário em trabalhos de prospeção em 1985 no âmbito do "Levantamento Arqueológico do Concelho de Évora", da responsabilidade de Jorge Oliveira, e que ainda foi avistado *in situ* por F. Bilou. O monumento (registado na base

de dados Endovelico com o CNS7083 e no PDM de Évora sob o n.º 1427) terá sido afetado pelo alargamento do caminho rural em 2000, estando nessa data desaparecido (Bilou, 2005, p. 60). Esta localização assume que a contagem miliária relativa a *Ad Atrum flumen* ainda se faz a partir de *Ebora*, ou seja, a estação encontra-se-ia a 9 milhas a ocidente desta cidade.

No entanto, como já foi referido, V. Mantas considera como segura a identificação de *Dipo* com um local indeterminado nas imediações de Talavera la Real, muito provavelmente Guadajira. Esta assunção implica que, no caso de *Dipo*, a contagem miliária se faz no *Itinerário de Antonino* em sentido inverso, estando esta estação a 26 milhas a ocidente da capital provincial. Recorrendo à *Geografia* de Ptolomeu, ainda que com necessárias reservas, verifica que o somatório dos valores ptolomaicos entre *Emerita* e *Evandria* e *Evandria* e *Ebora* correspondem com exatidão à distância entre as coordenadas atribuídas a Mérida e Évora. Combinando essa coincidência com a inversão do trajeto na *Cosmografia* do Anónimo de Ravena, e a referência *iterum* junto ao topónimo *Evandria* (Pinder & Parthey, 1860, p. 314), admite a possibilidade de existir uma repetição do traçado a partir desse ponto, talvez do troço *Ad Septem Aras* a *Emerita*, como aliás também já o tinha referido J. de Alarcão (2006, p. 219).

A localização de *Evandriana* em Cubillana o Cerro del Turuñuelo (n.º 458) seria assim justificada pela contagem das 9 milhas do Itinerário ser feita com origem em Mérida, situação coerente com a localização de *Dipo* em Guadajira, a 26 milhas da capital. O traçado da via era feito pela margem esquerda do Guadiana, mais ou menos paralelo ao que seguia pela margem direita e que pertencerá às vias XIV e XV. V. Mantas admite alguma mescla entre os percursos feitos pelas duas margens do rio a nascente de Elvas, que poderiam ser usados alternativamente em função do capricho de caudais e leitos irregulares, situação também descrita por outros autores (Gorges & Rodríguez Martín, 2000).

\*

A mais recente síntese sobre a rede viária hispânica é editada como número monográfico da publicação *El Nuevo Miliario: boletín sobre vías romanas, historia de los caminos y otros temas de geografía histórica* (Roldán Hervás & Caballero Casado,

2014). Esta publicação assume-se como herdeira de *El Miliario Extravagante*, editada por Gonzalo Arias e procura manter vivo o seu espírito e principais características, nomeadamente a abertura a todos os interessados no tema, quer se dediquem ou não profissionalmente a estes assuntos («EL NUEVO MILIARIO - Inicio», 2010).

O último número propõe-se fazer uma revisão daquela que tem sido uma das obras de referência no estudo da rede viária romana da península ibérica: o livro *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, também ele publicado como anexo de uma publicação periódica em 1975 (Roldán Hervás, 1975). O trabalho de revisão foi coordenado pelo próprio autor, agora no âmbito de projetos de investigação da Universidade Complutense de Madrid que congregaram uma vasta equipa em torno da construção de bases de dados de fontes literárias e epigráficas, bem como de outros elementos da historiografia viária hispânica. A informação recolhida e tratada é divulgada fundamentalmente através da página web da publicação *El Nuevo Miliario*, mas pareceu importante aos responsáveis oferecer também em suporte convencional a interpretação das principais fontes de documentação antigas que completassem as notas e comentários inseridos na sua edição em 1975.

Partindo da fixação de texto de O. Cuntz (Cuntz, 1929), e utilizando a numeração convencional proposta por E. Saavedra (1862), precedida pela letra A (correspondente a *Antonino*), a via é descrita sob o código A12 (Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, pp. 64–67). Na parte da obra referente ao *Anónimo de Ravena*, a Via XII volta a ser referida como parte dos trajetos identificados com R7 e R8 (com origem em *Hispalis*) que poderão incorporar em sentido inverso a via de *Olisipo* a *Augusta Emerita*. Contudo, é na secção dedicada ao *Itinerário de Antonino* que encontramos a informação mais detalhada relativa a esta via.

Sendo este um trabalho fundamentado numa base de dados, a estrutura de apresentação da informação é fixa para cada uma das vias (ou rotas, na designação dos autores): são listadas as fontes literárias e epigráficas (miliários), assim como as *mansiones* (e respetivas propostas de localização). O traçado e a infraestrutura viária são descritos numa secção de texto, tal como acontece com a história da investigação. A apresentação de cada via termina com a bibliografia relevante para a sua caracterização.



Na figura 15 reproduz-se a cartografia apresentada pelos autores sobre as bases cartográfica do *Ministerio de Defensa* de Espanha (Ministerio de Defensa, 2005) e da DGT de Portugal (Direção Geral do Território, 2014). Na listagem das *mansiones* são colocadas várias hipóteses contraditórias de localização, algumas das quais não se sobrepõem sequer ao traçado proposto (veja-se, por exemplo, a localização de *Malateca* em Grândola, segundo G. Arias). Por considerar que a representação de todas essas hipóteses não teria leitura, sobretudo na comparação com a cartografia das propostas por outros autores, limitei a indicação das *mansiones* àquelas que são referidas com algum grau de certeza na secção do texto intitulada “*Trazado del camino. Infraestructura viaria*”



*Figura 15: Proposta de traçado da via segundo J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado (2014)*

No que diz respeito às fontes epigráficas (miliários), os próprios autores admitem que estas não são muito úteis quanto à determinação do traçado, já que se distribuem uniformemente pelas diversas alternativas propostas (Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, p. 64). Com efeito, alguns poderão pertencer a outras vias, como parece ser evidente para o já citado miliário da Torre da Camoeira (CNS4762=IRCP664a) –

aqui designado como “Porto da Calçadinha” – que marcaria a milha XI na via que se dirigia de *Ebora* a *Pax Iulia*.

A proposta de traçado entre *Olisipo* e *Salacia* não se afasta muito da que é defendida por V. Mantas (Mantas, 2012a), fazendo coincidir, com reservas, *Caeciliana* com Águas de Moura e *Malateca* com os arredores da atual povoação da Marateca. É afirmado que *Aquabona* se situaria em Coina-a-Velha embora na representação cartográfica esta estação seja coincidente com a atual povoação da Coina. Na figura 15 optei por manter essa localização em detrimento de Coina-a-Velha (situada cerca de 9 km a sul, já nas faldas da serra da Arrábida), por se tratar provavelmente de um lapso decorrente da toponímia, já que os autores indicam que esta estação se situava “*junto al estuario del Tajo*” (Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, p. 65). A identificação de *Caetobriga*<sup>37</sup> com a moderna Setúbal é tida como segura.

O troço entre *Salacia* e *Ebora* seria feito por Montemor-o-Novo e Valverde, deslocando ligeiramente para norte a proposta de traçado em relação ao que é defendido por outros autores. Embora não a cartografem, admitem a possibilidade da via seguir pelo Torrão, que poderia corresponder a uma *mansio* onde entroncaria uma via precedente de Faro e Beja. Já a partir de *Ebora* em direção a NW, são cartografadas duas variantes que basicamente correspondem às duas alternativas de rodear a serra de Ossa: por Evoramente e Estremoz ou por São Miguel de Machede e Redondo. A explicação do facto das milhas indicadas no *Itinerário de Antonino* não serem suficientes para cumprir o trajeto até Mérida é deixada em aberto, invocando-se a teoria G. Arias segundo a qual faltaria a referência a uma *mansio* correspondente ao encontro da via com o rio Guadiana: *Ad Anam Flumen*, que corresponderia a Badajoz (Arias Bonet, 2000b). Também apontam como a possibilidade da chave ser encontrada numa leitura invertida, que coloca as últimas estações listadas como as primeiras de um troço de sentido E-W com a capital provincial como ponto de partida (Rodríguez Martín, 2008, pp. 419–431).

### 2.1.2.2 Propostas parciais do traçado da via

Na análise de propostas que não consideram o traçado da Via XII na sua totalidade,

---

<sup>37</sup> Ver nota 30

destaca-se o trabalho de Francisco Bilou intitulado *Sistema viário antigo na região de Évora* (2005). Na introdução da obra, o autor explica que expressão *antigo* tem um “princípio cronológico consensual – o romano – mas um limite final de difícil avaliação” (Bilou, 2005, p. 8). No entanto, embora inclua um capítulo relativo à rede viária no período árabe e medieval, a atenção que é dada à rede viária romana é bastante mais aprofundada. Por outro lado, é sobre este período cronológico que são apresentados dados arqueológicos inéditos recolhidos no terreno (enquanto as épocas posteriores se estudam os caminhos através de fontes escritas), o que torna esta publicação um marco incontornável na análise da rede viária romana na região.

Sendo um trabalho estruturado em função de um lugar central, a rede viária é apresentada radialmente: os itinerários principais são definidos sempre com *Ebora* como ponto de partida. Apenas um dos itinerários tratados é atribuído expressamente à Via XII do *Itinerário de Antonino*, designado como “via *Ebora-Salacia* (por Valverde)”. Contudo, outros três itinerários de orientação E-W deverão ser considerados já que poderão corresponder a outros troços (ou variantes) do *Item ab Olisipone Emeritam: Ebora-Salacia* (por Alcáçovas); *Ebora-Emerita* (por Evoramonte) e *Ebora Emerita* (por Redondo). Assim, na figura 16, isolam-se estes troços que podem corresponder ao traçado da Via XII na área de *Ebora*.



Figura 16: Proposta parcial de traçado da via segundo F. Bilou (2005)

Partido de *Ebora* para ocidente, F. Bilou considera duas vias que correspondem, grosso modo, a variantes do traçado da Via XII proposto por outros autores. Até ao moinho da Esparragosa (n.º 23), local onde se encontra um marco miliário, os dois percursos têm um traçado comum, seguindo um deles pelo atual município de Montemor-o-Novo e o outro, mais a sul, em direção à povoação das Alcáçovas. Embora a designação das vias tenha *Ebora* como ponto de origem, a descrição é feita no sentido W-E, colocando-se o autor sempre na perspetiva de quem chega à cidade.

Assim, a via “*Ebora-Salacia* (por Valverde)” começa a ser descrita no Monte da Venda (Montemor-o-Novo). No local existem restos de um edifício que terá funcionado como estalagem, cuja cronologia não pode ser precisada mas que terá tido intervenções de conservação até 1931. Embora o edifício pareça ser de Época Contemporânea, reutiliza na construção materiais romanos, sendo visíveis à superfície fragmentos de cerâmica comum e de construção da mesma cronologia. Uma coluna em granito, fragmentada, é interpretada como marco miliário, situação que se repete no Monte dos Andrades. Na realidade, a observação das imagens publicadas não é de todo conclusiva: estas peças poderão tratar-se de fustes de coluna. Sendo seguramente indicadores da ocupação romana, não são necessariamente testemunhos da existência de infraestruturas viárias.

Esta observação pode ser feita para muitos dos miliários identificados por F. Bilou ao longo da obra, sendo necessária alguma prudência na interpretação do percurso viário tendo como base exclusivamente estes elementos.

Em todo o percurso desta via “por Valverde” são contabilizados 5 marcos miliários anepígrafos, sendo apenas evidente esta classificação tipológica para o marco junto à ribeira de Valverde<sup>38</sup>. Embora possa parecer paradoxal, o facto de se encontrar num local onde não há mais vestígios de ocupação romana é um dos argumentos mais fortes para a sua interpretação como marco miliário. Nos restantes locais, a existência de cerâmica doméstica e elementos de construção (Bilou, 2005, pp. 39–41; Câmara Municipal de Évora, 2005, pp. 32, 88) aconselha a que se possam enquadrar os fustes de granito observados na categoria de colunas, elemento muito comum nas construções de Época Romana na região.

De qualquer das formas, este caminho é certamente parte de um eixo viário antigo, cuja existência é confirmada por fontes escritas e cartográficas de Época Moderna e Contemporânea (Castro, 1762; Eça & Almeida, 1808). A presença de sítios de ocupação romana em torno deste eixo remete para a sua utilização pelo menos desde esse período, embora não seja claro o estatuto e a posição que teria na hierarquia da rede viária romana.

A outra via identificada por F. Bilou, que de *Ebora* se dirige a *Salacia*, conta com indicadores mais seguros para a sua integração cronológica. Além de dois miliários anepígrafos sobre os quais se podem tecer as mesmas considerações que os anteriores (Barrocal 5 (n.º 26) – e o hipotético marco junto à igreja paroquial de Nossa Senhora da Tourega), existem dois marcos epigrafados que não deixam dúvidas quanto à utilização deste caminho em Época Romana. Um deles é o já referido marco miliário dos Tabuleiros (n.º 15), descrito por André de Resende e ainda visto por M. Saa. O outro foi identificado pelo próprio autor em 1997, no âmbito dos trabalhos de campo do trabalho académico que está na origem da obra publicada em 2005<sup>39</sup>. Encontrava-se fragmentado mas, numa das partes do fuste, conservava-se parte do campo epigráfico o que permitiu a sua leitura (Bilou & Encarnação, 2013).

<sup>38</sup> Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25)

<sup>39</sup> Cabida 2 (n.º 14)

Estes dois monumentos epigráficos permitem ao autor propor um traçado seguro entre o Monte dos Tabuleiros e a Esparragosa (local onde esta via se juntaria à procedente de Montemor-o-Novo). Este troço passa junto à *uilla* romana da Tourega que F. Bilou considera não ser necessariamente coincidente com o traçado da via “isto não obstante a existência de um possível marco miliário junto à igreja paroquial da Tourega” (Bilou, 2005, p. 47). No entanto, a observação da peça – com evidentes sinais de reutilização – não confirma a possibilidade de se tratar de um marco miliário, sendo mais verosímil tratar-se de parte de um fuste de coluna ou outro elemento arquitetónico da *pars urbana* da *uilla*.

A parte do percurso cartografada desde o monte dos Tabuleiros até ao convento de Nossa Senhora da Esperança (Alcáçovas) é apresentada como hipotética, cruzando a ribeira das Alcáçovas na Ponte de São Brás do Regedouro (n.º 76), designada pelo autor como “ponte velha”. A este troço, provavelmente por se situar fora dos atuais limites territoriais do município de Évora, é dedicada menos atenção do que ao que se desenvolve de Évora aos Tabuleiros.

Continuando a descrição partindo da cidade de Évora, F. Bilou identifica também duas vias em direção a *Emerita*: a via *Ebora-Emerita* (por Evoramonte) e a via *Ebora-Emerita* (por Redondo). Também nestes percursos a aproximação é feita em direção à cidade, ou seja, são descritos no sentido E-W.

A via por Evoramonte é confirmada pela existência do marco miliário que hoje se encontra na igreja de Nossa Senhora da Conceição (CNS 5837=IRCP 674), cuja localização original não é discutida pelo autor. Mais uma vez, embora o percurso entre Evoramonte e a Herdade da Venda (n.º 29) seja cartografado como seguro, a descrição da via inicia-se nos limites administrativos atuais do município eborense. Assim, da igreja paroquial de São Bento do Mato, a via dirige-se à Herdade da Venda, onde são conhecidos vestígios que indicam a existência de um sítio com alguma importância em Época Romana. Destes destaca-se a lápide funerária com a menção da *tribu Galeria* (IRCP 470) e um conjunto de três fragmentos de marcos miliários, que F. Bilou considera poderem pertencer a dois monumentos distintos. Mais uma vez, a morfologia das peças e o facto de se encontrarem num local onde poderá ter existido uma *uilla* pode

indiciar que se tratam de fustes de coluna. No entanto, a toponímia e as fontes históricas (Grilo & Segurado, 1758b) atestam a relevância do local na rede viária e podem concorrer para a confirmação de uma funcionalidade semelhante em Época Romana.

O percurso em direção a Évora é reconstituído sem que existam vestígios materiais da via, embora sejam identificados, a sul de Castelo Ventoso, troços de via calçada de cronologia indeterminada. É já na Herdade da Sousa da Sé que F. Bilou volta a identificar marcos miliários, um dos quais poderá estar fragmentado e cravado no solo em dois locais distintos. Na área central da herdade, encontra-se “um monólito de granito claro com 1,65m de altura, o qual apresenta uma morfologia tendencialmente 'menírica’” (Bilou, 2005, p. 55). Na realidade, alguns autores não tem dúvidas que este monumento é um menir (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 80), ou – quando muito – um menir que poderá ter sido refuncionalizado no âmbito da rede viária romana (Carneiro, 2008, p. 54). O que é inequívoco, porque confirmado por trabalhos de escavação arqueológica no local, é que este elemento foi deslocado do seu contexto original (A. Gonçalves, Pereira, Matos, Marques, & Ventura, 2009), sendo difícil tecer grandes considerações sobre a sua funcionalidade.

A área da Herdade da Sousa da Sé / Ribeira do Freixo conta com abundantes vestígios de ocupação pré-histórica e de Época Romana, sendo claramente um sítio de intensa ocupação que é provável que esteja relacionada com a sua posição relativa no caminho antigo de Évora para NE. O conhecimento da ocupação antiga desta área foi substancialmente ampliado com o processo de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) do empreendimento turístico “Évora Resort – Herdade de Sousa da Sé”, cuja respetiva Declaração Ambiental foi condicionada à execução de trabalhos de minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico identificado (A. Gonçalves et al., 2009). Num dos locais onde foram realizadas sondagens de diagnóstico, os autores do trabalho referem a existência de um “marco miliário em granito, que embora não se encontre *in situ*, terá sido deslocado de outro local próximo”. A observação das imagens do respetivo relatório de trabalhos arqueológicos é inconclusiva, tratando-se de uma peça muito semelhante às identificadas ao longo do trabalho de F. Bilou como “miliário anepígrafo”, monumentos que se colocam sob reserva no que diz respeito à

interpretação funcional.

O percurso da área da Sousa da Sé até Évora coincidiria, segundo este autor, com o traçado atual da linha de caminho de ferro, cruzando primeiro o Degebe e depois o Xarrama até entrar na cidade pela porta de Machede. Para definir este traçado socorre-se de fontes escritas medievais e modernas, nomeadamente documentos do séc. XV incluídos nos *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro* (Évora. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, 1941).

É também apoiado em documentação histórica que F. Bilou propõe o traçado da via *Ebora-Emerita* (por Redondo) que considera um eixo importante no transporte dos mármore de Vila Viçosa, Borba e Estremoz (Bilou, 2005, pp. 59–61). A via, descrita mais uma vez no sentido E-W ou, se se preferir na perspetiva de quem se dirige a *Ebora*, passaria a norte da atual povoação do Redondo, dirigindo-se depois a S. Miguel de Machede onde acompanharia o traçado da atual EN 254 até ao entroncamento com o caminho rural da herdade da Barrosinha. Neste local, F. Bilou cartografou e fotografou um fragmento de marco miliário que desapareceu após obras de beneficiação da estrada no ano de 2000. Trata-se mais uma vez de um monumento anepígrafo que pode confundir-se com um fuste de coluna. No entanto merece referência a proximidade com o sítio da Morgada (CNS 6845), local que é apontado por V. Mantas como a possível localização de *Ad atrum flumen* (Mantas, 2014, p. 246).

O traçado mantém-se retilíneo em direção a *Ebora*, até ao sítio da Fonte Boa (CNS 20371), onde poderia haver uma bifurcação de dois caminhos alternativos que voltariam a encontrar-se só na entrada pela porta de Machede. Um deles é referido na documentação moderna como “caminho velho do Redondo”, que atravessava uma zona de difícil acesso, referida nas fontes como “rebentão”. A opção pelo desvio na área da Fonte Boa evitava essa passagem e juntava-se depois à via procedente de Évoramonte, antes da travessia do Xarrama junto à quinta de Sande.

\*

Um dos trabalhos incontornáveis no estudo da rede viária da *Lusitania* é a monumental obra de M. Saa, publicada em edição de autor em 6 volumes (Saa, 1956). A obra teve



um impacto reduzido na altura da edição e durante muito tempo foi olhada com desconfiança pela comunidade académica e científica (Alarcão, 1987, p. 222). efetivamente as interpretações fantasiosas e a estrutura caótica da obra aconselham todas as cautelas na utilização da informação veiculada por Saa. Contudo, a obra é alicerçada no profundo conhecimento que o autor tinha do território. Este conhecimento é particularmente valioso considerando que o território foi percorrido sistematicamente antes, ou nos primeiros anos, das grandes alterações provocadas pela mecanização e intensificação da agricultura no Alentejo.

O valor intrínseco do trabalho de M. Saa, enquanto repositório de informação arqueológica, tem vindo a ser reconhecido nas últimas décadas por diferentes autores portugueses. Nesse reconhecimento destaca-se a obra de André Carneiro que se propõe fazer “uma releitura de *As grandes vias da Lusitania – o Itinerário de Antonino Pio* de M. Saa, cinquenta anos depois” (Carneiro, 2008). Enquadrada no âmbito de um projeto internacional patrocinado pela União Europeia<sup>40</sup>, a edição é da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (Portugal), pelo que a releitura que é feita se limita à área regional tutelada por esta entidade.

Partindo da obra de Saa, da qual faz uma apresentação crítica na primeira parte do livro, A. Carneiro acaba por apresentar também a sua proposta de traçado para as vias descritas, nomeadamente a Via XII, baseado na sua própria investigação na região. Mais tarde, no contexto da sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, vai retomar o tema das vias e complementar a releitura feita na obra de 2008. Neste trabalho restringe a análise à área do Alto Alentejo, que constitui o quadro geográfico de referência da dissertação (Carneiro, 2011, pp. 11–24)

<sup>41</sup>. Assim, a análise que se apresenta, e respetiva cartografia na figura 17, faz uma síntese destas duas propostas de traçado da Via XII, prevalecendo para a área norte alentejana a proposta mais recente.

---

<sup>40</sup> Vias romanas no Mediterrâneo – VREM, inserido no programa Interreg III B – MEDOCC (2002-2004)

<http://www.infoeuropa.euroid.pt/files/database/000050001-000051000/000050864.pdf>

<sup>41</sup> Por razões meramente pragmáticas, as referências e paginação reportam-se ao trabalho académico que estava disponível, quando iniciei o meu próprio, em <http://hdl.handle.net/10174/11094>. O trabalho foi posteriormente publicado em 2014 (Carneiro, 2014) sem que haja alterações muito significativas nos conteúdos que aqui são analisados.



Figura 17: Proposta parcial de traçado da via segundo A. Carneiro (2008, 2011)

Na releitura de M. Saa, A. Carneiro tenta “seguir o autor” (Carneiro, 2008, p. 50). A tarefa para a Via XII não é fácil tanto mais que ela é apresentada em dois volumes diferentes: no livro II do tomo I (1956) e no livro XI do tomo IV (1963), sendo o último a revisão integral do primeiro. A necessidade de revisão prende-se certamente com o decurso dos trabalhos de campo e, presumivelmente, com a fragilidade das interpretações apresentadas inicialmente que causaram desconforto ao próprio M. Saa numa fase subsequente da escrita. Mais do que o problema da interpretação dos dados e, sobretudo, da correspondência de topónimos antigos com realidades geográficas atuais, qualquer releitura da obra de Saa é extremamente dificultada pela estrutura caótica da apresentação de dados e temas que surgem, literalmente, “ao correr da pena” do autor.

A releitura de A. Carneiro inicia-se me Setúbal por constrangimentos que se prendem com o enquadramento territorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo). Isto faz com que seja deixado de fora o percurso desde *Olisipo* e, subsequentemente, as questões relacionadas com a localização de *Equabona*<sup>42</sup>. Aliás, a identificação das estações do *Itinerário de Antonino* é contornada pelo autor na descrição do percurso da via, quer no livro dedicado à obra de

<sup>42</sup> A. Carneiro usa os topónimos conforme fixados na edição de G. Parthey e M. Pinder (1848).

M. Saa, quer no capítulo dedicado à rede viária norte alentejana incluído na dissertação de doutoramento.

O percurso entre Setúbal e Alcácer do Sal é apresentado sumariamente, tal como o faz Saa que, além de se perder em argumentos para justificar a localização de duas hipotéticas *Salacia*<sup>43</sup>, considera que a ligação entre Setúbal e Alcácer seria preferencialmente feita através da navegação fluvial (Saa, 1956, vol. 6, pp. 80–81). Já entre Alcácer e Évora, A. Carneiro admite a existência de dois traçados diferentes.

O traçado mais meridional, confirmado pela existência de miliários não referidos por Saa mas identificados em investigações mais recentes<sup>44</sup>, dirigia-se a Santa Susana, passando a ribeira de Remourinho. Daí propõe um desvio a norte, de modo a ir encontrar os sítios do Monte da Venda e Andrades, seguindo depois aproximadamente o traçado desenhado por F. Bilou (2005).

Uma possível variante a sul, que é apenas esquematicamente apresentada por M. Saa, infletia em direção a Porto Rei, ponto que poderia representar o limite da navegação do Sado. Esta variante continuaria em direção a sul até ao sítio da Quinta da Cima (CNS7699) para daí retomar uma orientação NE, por Torrão e Alcáçovas. Este desvio a sul, desnecessário quando se quer atingir *Ebora*, aconselharia a que se colocasse a hipótese de pertencer a outro itinerário, nomeadamente à ligação de *Salacia* a *Pax Iulia*, eventualmente integrado na enigmática Via XIII do *Itinerário de Antonino (A Salacia Ossonoba*. Wess. 418, 6). No entanto, embora volte a referir este troço no capítulo dedicado ao “Itinerários do sul”, A. Carneiro (2008, pp. 77–78) não chega a colocar essa hipótese, considerando-o como um dos percursos alternativos da Via XII.

Da atual vila das Alcáçovas até Évora, o traçado proposto também se aproxima do cartografado por F. Bilou (2005), com passagem pelo miliário dos Tabuleiros (n.º 15) e pela Vila Romana da Tourega (n.º 172). A junção desta variante com o percurso que procedia de Montemor-o-Novo seria feita junto ao moinho da Esparragosa (n.º 23), que A. Carneiro identifica como a “pedra do cêvo” referida por Saa (Saa, 1956, vol. 1, pp. 114–115). No entanto, dadas as distâncias referidas por este último entre a “pedra do

---

<sup>43</sup> *Imperatoria Salacia* em Santiago do Cacém (Saa, 1956, vol. 1, pp. 101–106) e *Salacia* em Santa Margarida do Sado (Saa, 1956, vol. 4, pp. 47–53).

<sup>44</sup> Porto da Lama (n.º 17) e Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33).

cêvo” e a cidade de Évora (cerca de 11 km), é mais provável que esta designação se refira ao miliário do Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25).

De *Ebora* para *Emerita*, M. Saa propõe novamente duas alternativas mas A. Carneiro vai apenas considerar como pertencente à Via XII a alternativa por Evoramonte e Estremoz. A hipótese por Redondo e Vila Viçosa será tratada no capítulo dedicado a “Outros itinerários e traçados secundários”, na secção “de Évora para Juromenha” (Carneiro, 2008, pp. 105–111). O percurso a NE de Évora é aquele que o autor vai retomar na sua dissertação de doutoramento, revendo e atualizando a informação publicada em 2008, pelo que a análise do percurso depois de Evoramonte será feita com base neste trabalho mais recente. Na revisão da obra de M. Saa, o traçado entre Évora e Evoramonte (onde termina a descrição feita em 2011), segue de perto as propostas de F. Bilou (2005).

Na secção que dedica às “Três vias entre *Augusta Emerita* e *Olisipo*” no seu trabalho de doutoramento, A. Carneiro vai optar por “apresentar os itinerários a partir da condição de *caput viarum* que *Augusta Emerita*, enquanto capital provincial, assumiu” (Carneiro, 2011, p. 141). Esta opção é fundamentada na indicação de milha no marco da Herdade de Alcobaça (n.º 6), cuja contagem se faz claramente a partir de Mérida. Tal como justificado em trabalho anterior, considera que a sequência de estações viárias apresentada no *Itinerário de Antonino* depois de *Ebora* deverá ser lida no sentido E-W (Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín, & Morgado, 2011, p. 194).

Considerando o âmbito geográfico do trabalho, a descrição da Via XII inicia-se no ponto de atravessamento do Guadiana ou, se se preferir, na atual fronteira entre Portugal e Espanha. Descartando a hipótese levantada por Jean-Gérard Gorges e F. Germán Rodríguez Martín, que fazem atravessar a via na confluência do rio Olivenza com o Guadiana (Gorges & Rodríguez Martín, 2000, p. 111), propõe que a passagem se fizesse junto à Herdade das Caldeiras (n.º 34). Neste local poderá ter existido uma ponte, da qual existem referências em documentação contemporânea, que terá sido destruída na sequência de trabalhos agrícolas (Carneiro, 2011, p. 144).

A definição do traçado da Via XII é feita com base no conhecimento do território que o autor consolidou ao longo de vários anos de trabalho de campo na região. Socorre-se

também frequentemente de fontes escritas modernas e contemporâneas para fundamentar as opções tomadas, transformando este trabalho num importante repositório de informação sobre uma realidade arqueológica regional hoje desaparecida mas que deixou referências documentais que podem ajudar a caracterizá-la.

No percurso da Via XII, analisado no trabalho académico de 2011, merece especial referência o sítio da Herdade da Fonte Branca (n.º 37) onde A. Carneiro localiza um santuário dedicado a Proserpina que, considerando “o carácter salvífico e celebratório das epígrafes [dele conhecidas] é de supor que estivessem inseridas em estrutura cultural de grande visibilidade pública, com uma efetiva proximidade à via, para que os fiéis tivessem fácil acesso ao monumento”(Carneiro, 2011, p. 145). Como já foi referido, relação deste local com a passagem da via foi também aventada por J. de Alarcão que, inclusive, levanta a hipótese de se tratar da estação de *Ad Septem Aras* (Alarcão, 2006, p. 235).

A existência de um santuário é inferida a partir da concentração de um conjunto de cinco epígrafes com a mesma dedicatória provenientes do mesmo local (Carneiro, 2009, pp. 252–253). Contudo, as incertezas na proveniência de três delas aconselham alguma prudência nesta extrapolação. Só existe referência expressa à Herdade da Fonte Branca como proveniência das duas epígrafes (IRCP 573 e IRCP 574) que hoje se encontram à guarda da Câmara Municipal de Elvas e que foram recolhidas por António Tomaz Pires para o extinto Museu-Biblioteca da cidade (Vasconcelos, 1895). As três restantes<sup>45</sup> são conhecidas através da descrição de André de Resende que as viu em Vila Viçosa e aí localiza o santuário a Proserpina, mais precisamente “nos arredores, onde atualmente se encontra a igreja de Santiago” (Resende, 2009, p. 354).

Quando dá a notícia das epígrafes da Fonte Branca, J. Leite de Vasconcelos admite que as três inscrições referidas por A. de Resende poderão ser da área de Elvas já que, embora todas “existentes em Vila Viçosa”, uma delas “consta que fora achada, segundo nota o Sr. Hübner, no aro de Elvas” (Vasconcelos, 1895, pp. 245–246). Hübner suspeita desta atribuição por considerar que existiu uma confusão entre o antropónimo do dedicante (*Q. Helvius Silvanus*) e o topónimo “Elvas”, mas Vasconcelos discorda e

---

<sup>45</sup> IRCP570 = CILII 143; IRCP571 = CILII 144; IRCP572 = CILII 145

atribui todo o conjunto ao “aro de Elvas”, no que é seguido por J. d'Encarnação (1984, pp. 636–638) e, subsequentemente, por toda a bibliografia publicada desde então.

A. Carneiro vai mais longe e considera provável que as cinco epígrafes conhecidas sejam todas elas provenientes da Herdade da Fonte Branca, onde existiria um santuário ou outra estrutura cultural de porte significativo (Carneiro, 2011, p. 127; 145). Esta interpretação assenta na coincidência do presumível local de achamento das aras com a existência no terreno, na área da atual Quinta da Fonte Branca, de uma estrutura em alvenaria que identifica como a “atalaia” descrita por Victorino de Almada (Almada, sem data, p. [maço] 18) e António Thomaz Pires (Pires, 1931).

A hipótese de A. Carneiro é tentadora mas é importante salientar que é construída sobre suposições sucessivas. Objetivamente não há dados concretos que sustentem que as cinco epígrafes provêm da Herdade da Fonte Branca: apenas as recolhidas para o extinto museu de Elvas podem ser seguramente atribuídas ao local. A cronologia do edifício cujas ruínas são observáveis na Herdade da Fonte Branca também não é segura, podendo tratar-se de uma atalaia de Época Moderna, implantada sobre um sítio de ocupação romana, que reaproveitou materiais de construção anteriores. Verifica-se noutros locais, por exemplo na Torrequebrada (n.º 416) ou Atalaia dos Sapateiros (n.º 40), a coincidência de atalaias de Época Medieval e Moderna com pontos onde anteriormente houve ocupação romana e que parecem estar relacionados com o controle visual de um percurso viário principal. No entanto, este controlo pode fazer-se a alguma distância não sendo obrigatória (nem desejável, por razões pragmáticas) a coincidência com o eixo da via.

Outro ponto essencial na descrição da Via XII é a já referida Herdade de Alcobaça (n.º 6) pela posição que pode ter como “lugar muito relevante na estruturação do território e na definição de limites de administração em época romana” (Carneiro, 2011, p. 146). Não só a contagem de milhas do já referido miliário encontrado no local (IRCP 670) remete para a integração no território de *Augusta Emerita* (eventualmente no seu limite) como ainda hoje este é um local de fronteira de limites administrativos<sup>46</sup>. Por outro lado,

---

<sup>46</sup> Será esta posição face aos limites das freguesias contemporâneas a responsável pelos equívocos na atribuição de proveniência do marco miliário (Alarcão, 2006, pp. 233–234; Almeida, 2000, p. 163; Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín, & Morgado, 2011, p. 196).

A. Carneiro identifica um troço de via bem conservado cerca de 3km a NW, junto ao monte da Aldinha (n.º 68): estando este troço de via alinhado com o sítio da Torre do Curvo (CNS 5714 = CNS 24179), onde também foi encontrado um miliário (IRCP 664), o autor depreende a existência de um “*diverticulum* de ligação à Via XIV, no exato ponto dos *Lares Viales* em Monte das Esquilas” (Carneiro, 2011, p. 147). Note-se que o autor já tinha levantado a hipótese de haver outra ligação à Via XIV, que partiria da base da Atalaia dos Sapateiros em direção ao Monte dos Pequeninos, fazendo da área em torno da atual Vila Fernando uma verdadeira placa giratória no que à rede viária romana diz respeito.

Da Herdade de Alcobaça a Via XII passaria, segundo A. Carneiro, junto da atual povoação da Orada e entraria na área de Estremoz sensivelmente com a mesma orientação da EM 506 e não, conforme proposto em 2008, infletindo a sul para coincidir com o traçado da EN 4. A via contornaria a colina de Estremoz a sul, passando pelo sítios da Senhora dos Mártires (n.º 11) e Tanque dos Mouros (n.º 475). Deve-se a A. Carneiro a recuperação da notícia de achamento (provavelmente *in situ*) do marco miliário publicado por J. d'Encarnação (1984, p. 733), que estaria integrado num troço de via a sul da atual ermida da Senhora dos Mártires “em zona mais plana onde a transitabilidade é facilitada” (Carneiro, 2011, p. 148). A existência de uma inscrição votiva também proveniente do mesmo local (Encarnação, 1984, pp. 521–523), bem como escultura com motivos zoomórficos (L. J. Gonçalves, 2007, pp. 450–451, 528–529), leva a que o autor considere que poderia ter existido uma estrutura votiva de porte ostentativo em estreita relação com a via, repetindo de alguma forma a situação que propõe para o hipotético santuário da Fonte Branca.

O caminho em direção a *Ebora* implica a travessia da ribeira de Tera, que A. Carneiro propõe que se fizesse no Pego do Sino (n.º 44), baseando esta hipótese numa notícia publicada no *Arqueólogo Português* em que se refere a existência “em tempos remotos, uma ponte, cujos alicerces ainda se percebem.” Contudo, no mesmo texto se refere que este pego é notável pela sua “grande profundidade” e que “nos rochedos, quasi impraticaveis, que naquelle sitio são as margens da ribeira veem-se uns sulcos semelhantes aos que produzem os rodados das carretas e as patas dos bois. **O povo crê**

**que efetivamente passaram por ali bois conduzindo carretas.**” (Um filho de Evoramonte, 1906, p. 278) A última frase, omitida da transcrição de A. Carneiro, sublinha a dificuldade em admitir que este fosse um ponto de trânsito na ribeira que, na área do Pego do Sino, corre encaixada entre escarpas xistosas de grande imponência. Existem no local ruínas de um moinho, e restos de uma construção que poderá ter feito parte de um açude, mas nada parece indicar a existência de uma ponte e muito menos é possível determinar uma cronologia para estes elementos. A dificuldade de acesso e de progressão no terreno, por mim confirmada no local, colocam muitas dúvidas a que este fosse o ponto de atravessamento da ribeira de uma via principal com o tráfego que teria a Via XII.

Um dos argumentos usados a favor desta passagem por A. Carneiro é a sua fácil relação com o sítio de São Marcos (n.º 13), onde a ampla área de dispersão de vestígios arqueológicos de Época Romana, visíveis à superfície em torno da ermida, faz antever a existência de um sítio de ocupação com alguma dimensão. Conjugando a realidade arqueológica com a tradição de festividades ligadas à transumância, o autor atribui a São Marcos a proveniência do marco miliário hoje integrado na pia batismal da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Evoramonte (IRCP 674). Esta atribuição faz deslocar o traçado da Via XII um pouco mais para ocidente em relação às propostas de outros autores que preferem fazer coincidir a via com a atual EN 18, cruzando a ribeira de Tera mais a montante. O sítio de São Marcos é sem dúvida um importante testemunho de ocupação romana no sopé da colina de Evoramonte mas esse facto não implica necessariamente que daqui provém o marco miliário que hoje se encontra na igreja matriz de Evoramonte. Este local, contudo, pode ter alguma importância na rede viária integrada noutra rota que não necessariamente a Via XII: podemos admitir que São Marcos estaria integrado numa outra via que, derivando da Via XII nas imediações de Evoramonte, tivesse como objetivo alcançar o estuário do Tejo e fazer a travessia para Lisboa no Montijo. Este trajeto (por Venda do Duque, Arraiolos, Montemor-o-Novo e Vendas Novas) está atestado desde Época Medieval até ao Período Contemporâneo, sendo possível que também fosse utilizado em Época Romana, ainda que não citado no *Itinerário de Antonino*.



\*

O estudo da rede viária da *Lusitania* conta há várias décadas com o trabalho de F. Germán Rodríguez Martín, investigador de origem extremeña e profundo conhecedor do território regional. Partindo do estudo da *uilla* de Torre Águila (n.º 4), objeto da sua dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Extremadura (Rodríguez Martín, 1993), junta-se a Jean-Gérard Gorges num programa-quadro de investigação da Casa de Velazquez intitulado *Peuplement, territoires et gestión de l'espace en moyenne vallée du Guadiana (VI<sup>e</sup> a.C. - V<sup>e</sup> p.C)*. A descoberta, no decurso dos trabalhos em Torre Águila, de um marco com indicação da contagem de milhas veio permitir aos autores apresentar uma nova proposta de traçado para a Via XII, bem como confirmar o estatuto de *caput viae* que a capital provincial tinha em relação a este itinerário (Gorges & Rodríguez Martín, 1999, 2000).

Em artigo divulgado em 2012 (embora com data publicação de 2008-2009), G. Rodríguez Martín faz uma síntese dos conhecimentos relativos à rede viária no *conuentus Emeritensis* e a sua projeção em direção à fachada atlântica (Rodríguez Martín, 2008). A Via XII surge integrada no conjunto de caminhos que, partindo de *Augusta Emerita*, tem como objetivo alcançar os portos atlânticos a ocidente. Assim, o autor considera inequivocamente que Mérida se trata do ponto de partida dos itinerários que são apresentados no *Itinerário de Antonino* no sentido inverso. É aliás no artigo em que é publicado o miliário de Torre Águila que se formula pela primeira vez claramente a possibilidade da sequência das últimas três estações ser lida *a contrario*, resolvendo assim a aparente questão das “milhas em falta” na Via XII (Gorges & Rodríguez Martín, 1999, pp. 253–254).

A localização de *Dipo*<sup>47</sup> torna-se uma peça chave na leitura da Via XII já que G. Rodríguez Martín considera que ocupava uma posição central dentro do seu espaço territorial em Época Proto-Histórica. Em conjunto com *Conisturgis*, seria um dos principais núcleos populacionais que controlavam as veigas do Guadiana e um ponto vertebrador nos caminhos que, a partir do sul peninsular, permitiam o contacto com as zonas mineiras do norte extremeño. Antes da planificação realizada pelos romanos, de

---

<sup>47</sup> A justificação da situação de *Dipo* no vale do Guadiana é assumida como segura, remetendo o autor a respetiva argumentação para o trabalho publicado anteriormente na revista *Conimbriga* (Almagro-Gorbea, Ripollès i Alegre, & Rodríguez Martín, 2009). Sobre a questão do uso das formas *Dipo* / *Dipone* cf. nota 32.

*Dipo* partiam para o Oeste duas calçadas que posteriormente se transformaram na Via XII e XIV do *Itinerário de Antonino*. A primeira acompanhava a margem esquerda do rio, por terreno não inundável, coincidindo, *grosso modo* com a Via XII (Rodríguez Martín, 2008, pp. 422–424).

Assumindo o sentido E-W na leitura deste itinerário, a primeira estação depois de *Emerita* é *Euandriana*, a menos de uma jornada da capital. A presença desta paragem, aparentemente desnecessária pela curta distância percorrida, justifica-se também pela importância do local em Época Pré-Romana, como atestam os vestígios arqueológicos de Turuñuelo (Jiménez Ávila & Domínguez de la Concha, 1995). Por outro lado, esta *mansio* situar-se-ia num dos dos eixos menores da centurição emeritense (Rodríguez Martín, 2008, p. 420). O autor considera ainda que a Via XII marcava a fronteira entre o terreno centuriado e o terreno público (*subsesivae*), que se define pelo limite inundável do Guadiana, estabelecendo assim uma estreita relação entre a via e a estruturação do território, já sublinhada em trabalhos anteriores (Gorges & Rodríguez Martín, 2004, pp. 103–104).

A análise que é feita da rede viária circunscreve-se ao território do *conuentus Emeritensis* pelo que é apresentada apenas uma proposta parcial de reconstituição do traçado da Via XII, partindo de *Augusta Emerita*. O limite ocidental da proposta é definido pelo local de achamento do marco miliário da Herdade de Alcobaça (n.º 6), ainda que seja projetada a sua continuação até Estremoz (Figura 18).



*Figura 18: Proposta parcial de traçado da via segundo F. G. Rodríguez Martín (2008)*

O traçado da Via XII pela margem esquerda do Guadiana segue de perto, como já foi referido, o limite da zona inundável do rio. Ao contrário do defendido em proposta anterior (Gorges & Rodríguez Martín, 2000, pp. 101–103), esta coincidência começa logo após o cruzamento do rio à saída da cidade: da ponte, ou da passagem a vau utilizada antes da sua construção (F. Germán Rodríguez Martín, 2004, pp. 366–367), a via seguia o leito do rio pela margem esquerda procurando um caminho cómodo que evitava vencer desnecessariamente declives que a opção anterior implicava. Por outro lado, este traçado vai ao encontro daquele que é considerado pelo autor como o único testemunho material conservado da Via XII: o resto de um pavimento encontrado junto do mausoléu em El Prado (n.º 169) que faria parte de uma necrópole associada à via.

Ao longo de todo o vale médio do Guadiana, a proposta de traçado acompanha o curso do rio, fazendo-se a ressalva da irregularidade que o leito do *Anas* teria em relação à situação atual. Isso justifica, por exemplo, que no trajeto junto da atual povoação de Lobón a via tenha sido destruída pela deslocação para sul do leito do Guadiana. A própria *uilla* de Torre Águila (n.º 4) encontrava-se ao momento da sua construção na margem esquerda do Guadiana, sendo que hoje a alteração do curso do rio a coloca na oposta (Gorges, 2007, p. 54). A esta situação de irregularidade de caudal e instabilidade

do posicionamento do leito do Guadiana, que se verificava na antiguidade, há ainda que juntar a profunda alteração de paisagem que representou a execução do chamado *Plan Badajoz* (1952-1965)<sup>48</sup>. Ainda assim, o autor considera que o traçado desde Mérida até à atual Badajoz não apresenta dúvidas consideráveis, acompanhando a margem esquerda do rio no que seria o limite inundável em Época Romana.

O Guadiana abandona o sentido E-W na zona da confluência com o rio Xévorá, no local onde se implantou a cidade de Badajoz. Será a partir daí que G. Rodríguez Martín propõe dois caminhos alternativos, ainda que considere que apenas um deles faz parte da Via XII. Aquele que designa como “*Camino de Jurumenha*”, que continuaria a acompanhar o curso do Guadiana para sul, apresenta alguns inconvenientes, sobretudo a viabilidade do percurso para alcançar *Ebora* depois da travessia em Jurumenha. Não descarta a hipótese de este se tratar de um caminho pré-romano que continuou a ser usado mas parece-lhe mais viável que se encontre integrado numa rota que acompanhava o Guadiana até à sua foz, eventualmente com a passagem a trajeto fluvial depois do acidente geográfico do Pulo do Lobo (Mértola). Assim, embora pudesse articular-se com a rede de caminhos da margem direita do Guadiana a partir de Jurumenha e assim atingir *Ebora*, a via “oficial” plasmada no *Itinerário de Antonino* nada tinha a ver com este “*Camino de Jurumenha*”.

Uma vez chegada a terras de Badajoz, a Via XII teria que atravessar o Guadiana propondo o autor que isso se fizesse na passagem a vau junto da povoação de Gévorá, num ponto que ainda hoje se mantém seco em grande parte do ano. É na atual Gévorá que o autor identifica a *mansio* de *Ad Atrum flumen*, identificando-a também como um ponto de confluência com a Via XV, que procedia de *Emerita* pela margem direita do Guadiana. Esta junção de traçados, que parece fazer sentido do ponto de vista geográfico considerando o traçado proposto para a Via XV (Rodríguez Martín, 2008, pp. 430–431), não encontra correspondência no *Itinerário de Antonino* já que seria de esperar que, a verificar-se, a estação de *Ad Atrum flumen* se encontrasse repetida nos dois *itineraria*.

Ao contrário do sugerido em trabalhos anteriores (Gorges & Rodríguez Martín, 1999,

---

<sup>48</sup> *Plan de obras hidráulicas, colonización, industrialización y electrificación de la provincia de Badajoz (Ley de 7 de Abril de 1952)*

2000), em que faz a Via XII entrar em território atualmente português a sul de Badajoz na confluência do Caia com o Guadiana, nesta proposta o traçado vai atravessar o Caia mais a norte junto ao Porto da Amoreirinha. Saliente-se que neste local se conhecem vestígios arqueológicos que parecem corresponder a uma ocupação com alguma relevância na Idade do Ferro e Época Romana<sup>49</sup>. De registar ainda a relação deste traçado proposto com o povoado de Segóvia (CNS164), que teria assim uma posição de claro destaque e domínio visual sobre a via.

Este “desvio” a norte parece aproximar a Via XII da Via XV, admitindo o autor a existência de um caminho secundário de ligação a este itinerário na direção do Monte da Capela (CNS5718) e igreja da Ventosa (CNS13650). No entanto, a via principal seguiria em direção à Herdade de Alcobaça (n.º 6), contornando a sul as atuais povoações de S. Vicente e Ventosa e Vila Fernando. Neste contexto surge um pouco estranha a referência a um marco miliário de Barbacena<sup>50</sup> que implicaria um novo desvio a norte a não ser que, mais presumivelmente, este testemunho viário estivesse integrado na Via XV.

O troço de via junto à Herdade de Alcobaça é considerado “*uno de los mejores tramos del recorrido*” (Rodríguez Martín, 2008, p. 427), sublinhando-se a proveniência de dois marcos miliários um dos quais com a indicação da contagem miliária (XXXXXXV) feita com origem em *Augusta Emerita*. O traçado da Via XII a partir deste ponto é descrito esquematicamente, acentuando o autor a relação da via com a área de exploração de mármore de Borba-Estremoz.

\*

<sup>49</sup> Refiro-me ao sítio Amoreirinha [do Caia] (CNS 14994); o sítio Amoreirinha dos Arcos (CNS 88 = 5712), cartografado na base de dados Endovelico a cerca de 350m do primeiro, corresponde na realidade outra designação pela qual a Herdade do Correio-Mor (CNS 5712 = 88) é referida em bibliografia antiga; trata-se pois de um erro de georeferenciação decorrente da toponímia que deverá ser tido em linha de conta na análise destes dados.

<sup>50</sup> São atribuídos a Barbacena dois miliários (IRCP661 e IRCP663) hoje desaparecidos que se conhecem apenas pela transcrição de André de Resende. Hübner considera ambos falsos por serem apenas referidas por este autor. Quer J. d’Encarnação (Encarnação, 1984, pp. 720, 722) quer J. Alarcão (Alarcão, 2006, pp. 232–233) admitem que podem ser autênticos, argumentando o primeiro autor que a consistência da fórmula epigráfica do monumento IRCP661 justifica essa legitimidade. Um deles apresenta uma indicação de milha (XXII) que Resende atribui à distância relativa a *Ebora*, numa provável reconstituição abusiva do topónimo também difícil de sustentar face à distância real entre os dois pontos. Não existe mais informação disponível que permita contextualizar o local de achamento destes miliários, tendo em conta que a referência de Resende pode corresponder ao “termo de Barbacena” e não propriamente à povoação de Barbacena, que foi vila e sede de concelho desde o séc. XIII até à reforma administrativa dos municípios no séc. XIX.

Integrada na série *Ataecina : colección de estudios históricos de la Lusitania* do Instituto de Arqueología de Mérida (IAM), é publicada em 2010 uma obra dedicada aos itinerários e caminhos do entorno emeritense (Sánchez Barrero, 2010). Embora seja uma análise micro-espacial da zona suburbana e periurbana de *Augusta Emerita* inclui as vias principais que partiam da cidade, fundamentando as propostas de traçado na análise toponímica, teledeteção, revisão da cartografia antiga e, sobretudo, nos dados arqueológicos recolhidos ao longo de vários anos de trabalho sistemático do IAM na cidade e seus arredores.

A Via XII aparece integrada na secção dos caminhos periurbanos da zona ocidental da colónia, designada como “via ou caminho 13”, de acordo com a numeração de caminhos tratados na obra (Sánchez Barrero, 2010, pp. 133–137). A cartografia deste eixo, que se reproduz na figura 19, é apresentada para a área em que o autor identifica uma malha reticulada que constituiria um emparcelamento do território decorrente da centuriação da colónia (Sánchez Barrero, 2010, pp. 92–95). No que à Via XII diz respeito, isto equivale a dizer que é proposta a reconstrução da via em cerca de 12 milhas a ocidente da cidade ou, *grosso modo*, de *Emerita* até à Ermita de Perales (n.º 416).



Figura 19: Proposta parcial de traçado da via segundo P. D. Sanchez Barrero (2010)

Ao contrário de outras vias principais que atravessam o espaço suburbano e periurbano de *Augusta Emerita*, a Via XII não conserva nesta área vestígios materiais, miliários ou obras de arte significativas. Na época em que o marquês de Valdeflores realizou a sua viagem pela Extremadura (Velázquez de Velasco, 1753) ainda seriam visíveis, junto ao antigo mosteiro de Cauliana – eventualmente o sítio Cubillana I (n.º 459) – restos de calçada que o autor atribui a Época Romana. A única ponte identificada no percurso, sobre o arroio de Calamonte (n.º 467), coloca problemas quanto à sua datação já que foi amplamente reparada em Época Contemporânea. A reutilização de elementos construtivos de Época Romana (dos quais se destaca um capitel) não é suficiente para saber se a ponte atual substitui uma ponte romana pré-existente ou se se trata do reaproveitamento de materiais de um sítio arqueológico próximo. P. Sánchez Barrero refere a existência de um sítio nas imediações, Santa María (n.º 476), onde existe restos materiais que atestam uma ocupação romana datável do alto império (Sánchez Barrero, 2010, p. 69).

Ao sair de *Emerita* pela ponte sobre o Guadiana, a Via XII partilha a primeira milha com a via X (*Item ab Hispali Emeritam*), que se dirige para sul a partir desse ponto. O itinerário em direção a *Olisipo* seguiria o traçado da antiga estrada Mérida-Badajoz, numa zona de transição entre o vale e a meia encosta. As primeiras cinco milhas da via coincidiriam com a orientação e limites do emparcelamento agrário decorrente da centurição (Sánchez Barrero, 2010, p. 137). Esta estreita relação com a estruturação do território já havia sido apontada por J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín, que consideram que o ponto em que se separam as vias X e XII constitui o *locus gromae*, ponto de origem dos eixos principais da *pertica* emeritense (Gorges & Rodríguez Martín, 2004, pp. 105–106). A Via XII continuará em direção a SW, sempre procurando um caminho topograficamente favorável nos limites do vale do Guadiana, até sair do entorno periurbano considerado pelo autor.

Apoiado na revisão da cartografia antiga, propõe que existisse uma alternativa a este traçado que acompanhava mais de perto a margem esquerda do rio. Este caminho, referido em fontes históricas como “Camino del Prado”, separava-se da via principal logo à saída da ponte prosseguindo pela planície aluvial onde o trânsito de pessoas e

mercadorias se fazia sem dificuldades (Sánchez Barrero, 2010, pp. 134–136). Tendo em conta a irregularidade do caudal do Guadiana, esta facilidade de trânsito deverá ser contudo considerada sazonal, situação que faz algum sentido se considerarmos o caráter complementar deste trajeto face à via principal.

Este percurso alternativo ou complementar atravessa uma área onde existem evidências arqueológicas de intensa ocupação em Época Romana, destacando-se os sítios de El Prado (n.º 169) e El Escobar (n.º 465). Em El Prado, além do já referido espaço funerário, foram também identificados testemunhos de complexos de funcionalidade produtiva, situação identificada também pontualmente em trabalhos de arqueologia preventiva e de emergência no atual polígono industrial. Nesta área, o autor refere o reconhecimento do que poderão ter sido restos de um pavimento associado a este caminho, embora as condições da realização dos trabalhos não permitam afirmá-lo com segurança (Sánchez Barrero, 2010, p. 137).

Este caminho pela margem do Guadiana iria juntar-se depois à via principal no local onde outros autores identificam a *mansio Euandriana* (Cordero Ruiz, 2013, p. 521; Rodríguez Martín, 2008, p. 420).

\*

Também no âmbito do trabalho do IAM, mais precisamente na linha de investigação “*Arqueología de los Espacios Políticos*”, foi publicado recentemente um trabalho dedicado ao território emeritense durante a antiguidade tardia (Cordero Ruiz, 2013). Embora a baliza cronológica apontada no título se restrinja ao período compreendido entre os séc. IV e VIII, ao procurar fazer a “*génesis y evolución del mundo rural lusitano*”, muita da informação tratada é relevante para todo o período que genericamente consideramos como Época Romana.

É o caso da rede viária, que significativamente é incluída s no capítulo intitulado “*El territorio anterior: la ordenación del campo en época romana*” (Cordero Ruiz, 2013, pp. 245–254). Dados os objetivos da obra, a apresentação da rede viária faz-se na perspetiva da leitura da estruturação do território emeritense em torno dos principais eixos de comunicação da *provincia*: o eixo longitudinal conhecido popularmente como



“Via da Prata” e o eixo que faz a comunicação deste com a fachada atlântica através das três estradas que se projetam a ocidente a partir de *Augusta Emerita*.

Naturalmente, T. Cordero Ruiz assume que *Emerita* é o ponto de partida e *Olisipo* o ponto de chegada destes itinerários, sendo este último a principal saída marítima da capital provincial e, conseqüentemente, a sua ligação ao resto do império. No entanto, chama a atenção que este postulado não deverá fazer esquecer a complexidade e amplitude das comunicações na *Lusitania* e as relações que a *Emerita* terá tido como o setor ocidental da *Baetica* através das ligações viárias com *Italica*, *Hispalis* e *Corduba* (Cordero Ruiz, 2013, p. 426).

A Via XII, como aliás todas as outras que atravessam o território emeritense, não é descrita em detalhe embora seja apresentada a sua cartografia que se reproduz na figura 20.<sup>51</sup>

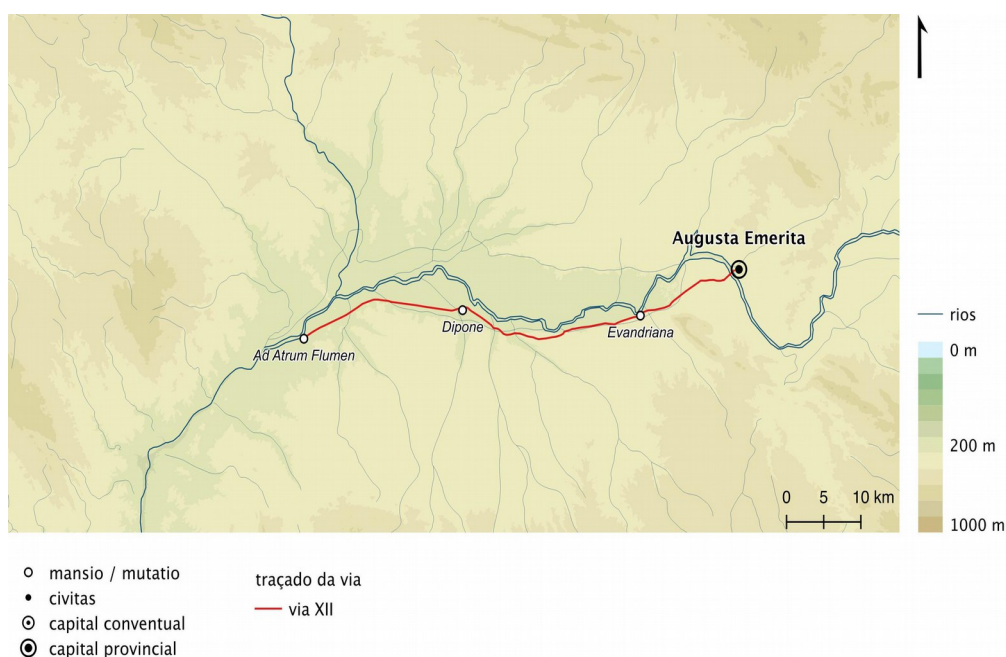


Figura 20: Proposta parcial de traçado da via segundo T. Cordero Ruiz (2013)

A proposta de traçado é semelhante à dos restantes investigadores espanhóis já referidos (Rodríguez Martín, 2008; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014), divergindo apenas no que diz respeito ao local de atravessamento do Guadiana. Considerando que a

<sup>51</sup> Agradece-se a T. Cordero Ruiz a generosa disponibilização desta informação em formato editável.

passagem nas imediações Badajoz representa um desvio desnecessário, recupera a proposta de F. Fernández Corrales (Fernández Corrales, 1987, pp. 52–55), fazendo percurso dirigir-se a sul da cidade para atravessar o rio na zona de La Corchuela. É neste ponto que localiza *Ad Atrum flumen*, ainda que com reservas (Cordero Ruiz, 2013, p. 249).

A localização de *Euandriana* e *Dipone*<sup>52</sup> é definida pela contagem miliária do *Itinerário de Antonino*, assumindo a leitura *a contrario*, ou seja, estas estações estarão a 9 e 26 milhas da capital. Assim, *Euandriana* situar-se-ia junto ao meandro do Guadiana, nos atuais limites municipais de Mérida e Arroyo de San Serván, e *Dipone* nos arredores da área urbana de Talavera la Real (Cordero Ruiz, 2013, p. 249). Embora aflore a questão da incoerência entre a distância de *Ebora* a *Emerita* indicada no *Itinerário de Antonino* e a distância real entre os dois pontos, o autor não se detém na discussão deste tópico e a localização destas *mansiones* é dada pela correspondência direta da contagem de milhas sobre o itinerário cartografado<sup>53</sup>.

Relativamente ao testemunhos materiais de infraestruturas viárias, refere o marco miliário de Torre Águila (n.º 4) como o único conservado na bacia média do Guadiana, ignorando o já citado marco encontrado em Gévora (Sádaba, 1993, pp. 255–256). T. Cordero Ruiz opta contudo por considerar que o miliário de Torre Águila pertence à Via XIV (*Alio itinere ab Olisippone Emeritam*), ou mais precisamente ao troço comum entre a Via XIV e XV, certamente por o seu local de achamento se encontrar hoje na margem direita do Guadiana.

No que diz respeito às pontes, assinala o escasso número de exemplares conhecidos no *ager emeritensis*, situação que pode indicar que um conjunto delas recorressem a materiais precívalis na sua construção. Além disso, a passagem a vau dos cursos de água seria provavelmente mais frequente do que hoje consideramos, desempenhando estes pontos um papel determinante no sistema de comunicações da antiguidade (Cordero Ruiz, 2013, pp. 254–254). A única ponte pétreia que é assinalada no traçado da

---

<sup>52</sup> O autor respeita a toponímia fixada por O. Cuntz (1990) em detrimento da utilização da forma em nominativo (cf. nota 32)

<sup>53</sup> T. Cordero Ruiz admite o valor de 1480m para a milha romana, remetendo a justificação deste valor para o trabalho de P. Sillières (1990, p. 62)

Via XII é a sobre o arroio de Calamonte (n.º 467), sobre a qual levanta reservas quanto à datação já que afirma não existirem provas conclusivas para a sua atribuição ao período romano.

### 2.1.3 Análise comparativa

Quando se sobrepõe as propostas analisadas (Figura 21), a primeira impressão é a da heterogeneidade na opinião dos diferentes autores. Com efeito, praticamente os únicos pontos concordantes são as estações do *Itinerário de Antonino* cuja identificação é consensual: *Augusta Emerita*, *Ebora*, *Salacia*, *Catobrica* e *Olisipo*. O percurso entre estes pontos, considerando os traçados assinalados pelos investigadores como seguros mas também os incertos, resulta numa complexa teia de caminhos que dificilmente se conseguem conciliar.

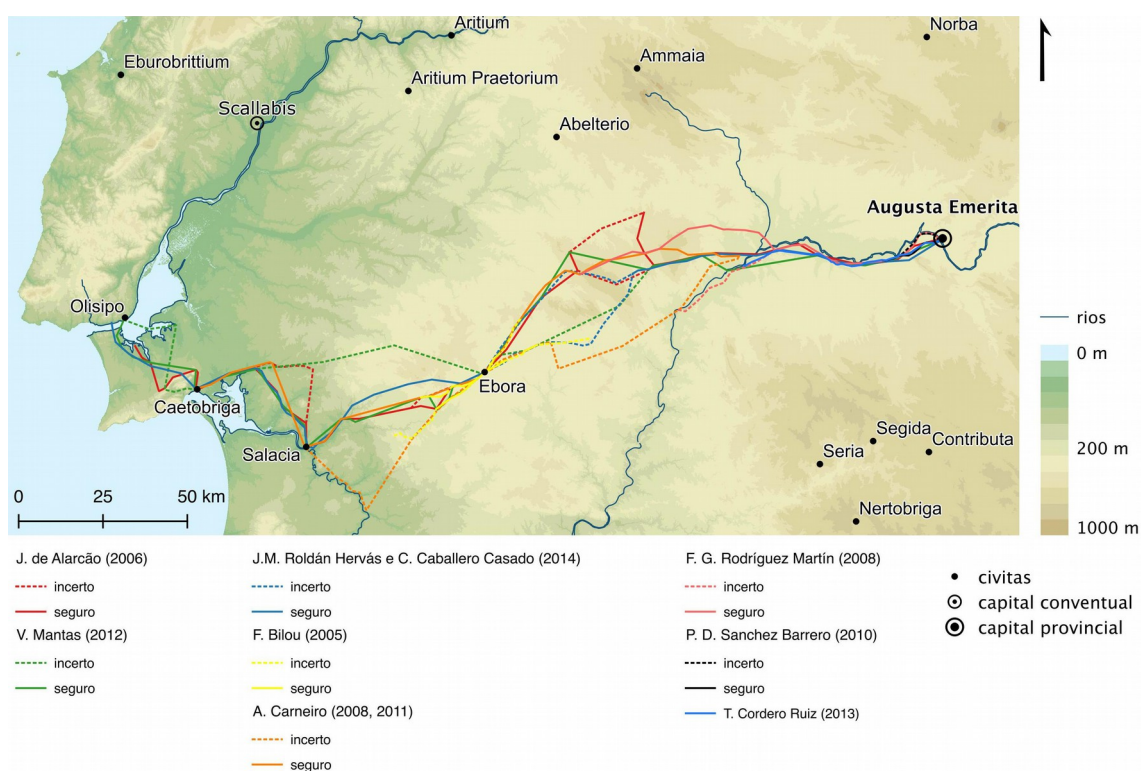


Figura 21: Sobreposição das propostas de traçado da via

O troço que ainda assim reúne mais consenso é o que acompanha a margem esquerda do Guadiana desde a capital provincial até à sua confluência com o rio Xévorá. A primeira

razão para esta concordância é geográfica: tendo o rio a mesma orientação do itinerário que se pretende seguir em direção a ocidente, é natural que a via siga de perto o desenho da sua planície aluvial. Esta estreita relação da rede viária com o rio<sup>54</sup> será um reflexo da própria organização do território da colônia, que terá no Guadiana o seu eixo estruturante (F. Germán Rodríguez Martín & Gorges, 2006).

Por outro lado, há razões que se prendem com a geografia e história da investigação: o trabalho desenvolvido por J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín no âmbito do citado projeto da Casa de Velázquez (cf. p. 89) constitui um marco na investigação do território emeritense, sobretudo no que diz respeito ao território a ocidente da capital ou, se se preferir, à bacia média do Guadiana. É pois natural que a maioria das propostas de traçado da Via XII que se publicam posteriormente remetam para o trabalho destes autores. Os principais desencontros na representação cartográfica da via na margem esquerda do Guadiana devem-se mais a questões de transposição de escala do que propriamente a divergências na interpretação dos dados arqueológicos.

A exceção a este consenso diz respeito ao ponto de atravessamento do Guadiana por alturas em que o seu curso abandona o sentido E-W. Uma das possibilidades é que a via cruze o rio no ponto onde se situa a cidade de Badajoz, situação que se encontra atestada em Época Medieval islâmica e períodos subseqüentes (García Mercadal, 1999; Pacheco Paniagua, 1991). É esta a opinião de J. de Alarcão, assim como de J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado, listando estes últimos uma hipotética *mansio*, omitida no *Itinerário de Antonino*, coincidente com a cidade de Badajoz (*Ad Anam Flumen*).

Já V. Mantas e T. Cordero Ruiz preferem a opção do atravessamento a sul da cidade, evitando o aumento de caudal que existira nas imediações de Badajoz causado pela confluência com o Xévora e outros cursos de água de menor importância. Embora o caudal não fosse significativo nesta área do rio, chegando inclusive a desaparecer em época estival permitindo a passagem a seco (Gorges, 2007, pp. 60–61), esta opção segue uma topografia favorável pela margem esquerda do Guadiana, mais ou menos até à confluência com o Caia, ponto que hoje marca a fronteira política entre os dois estados ibéricos.

---

<sup>54</sup> Lembremos que a situação da Via XII na margem esquerda é replicada na margem direita pelas vias XIV e XV, cujo traçado é comum nesta área.

Esta traçado é esboçado cartograficamente nos trabalhos de J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (Gorges & Rodríguez Martín, 1999, p. 252, 2000, p. 120; F. Germán Rodríguez Martín & Gorges, 2006, p. 180) mas, no trabalho mais recente que o último autor dedica à rede viária lusitana, a proposta de atravessamento do Guadiana faz-se a montante da cidade de Badajoz, dirigindo-se pela margem direita à povoação de Gévora, onde situa a *mansio* de *Ad Atrum Flumen*. Esta proposta faz desviar a via a NW, aproximando-a do traçado da Via XV. Aliás, a projeção a ocidente já em território português, em direção ao povoado de Segóvia (CNS164), parece mais coerente com a integração na Via XV, mantendo a orientação NW até ao vale do Tejo.

Esta aparente promiscuidade com o traçado da Via XV parece ser também a justificação das diferenças entre as propostas de traçado na área norte alentejana. É muito provável que existissem vias de ligação entre estes itinerários principais referidos no *Itinerário de Antonino*, criando assim alguma dificuldade no momento de identificar a que via pertencem determinados testemunhos viários. Parece ser esse o caso da inscrição aos *Lares Viales* (Encarnação, 1995, pp. 631–634), encontrada no Monte das Esquilas (CNS5735), que faz J. Alarcão deslocar sensivelmente para norte a proposta de traçado (ainda que incerto) da Via XII. Também os miliários da Torre do Curvo (CNS5714=24179=IRCP664) e Barbacena<sup>55</sup> (CNS5733=IRCP6 6 1 e IRCP663) encontrarão melhor integração numa via de ligação, de orientação N-S, entre os dois itinerários principais.

A determinação do local de achamento de um outro miliário, o da Herdade de Alcobaça (n.º 6), é responsável também pela variação do percurso proposto para a Via XII na área de Elvas. Este miliário, cuja menção à milha 65 o torna uma peça chave neste percurso, é atribuído ou à Herdade de Alcobaça, a cerca de 6 km SW da atual povoação de Vila Fernando (Almeida, 2000, pp. 163–164; Carneiro, 2011, p. 141; Rodríguez Martín, 2008, p. 427), ou à povoação da Terrugem, sede da freguesia com o mesmo nome até à última reforma administrativa portuguesa (Alarcão, 2006, pp. 233–234; Mantas, 2012a; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014). A fundamentação da opção por mim defendida desde 2000 já foi publicada (Almeida et al., 2011, pp. 196–197), pelo que será redundante repeti-la. O que importa, quando analisamos comparativamente as

<sup>55</sup> Cf. nota 50 relativamente à dificuldade de localização da posição original dos miliários.

diferentes propostas de traçado para a Via XII, é que, ao considerar que o marco miliário em causa provém “da Terrugem”, os autores que defendem esta opção cartografam o local de achamento na antiga sede de freguesia, deslocando significativamente a sul o percurso proposto.

Outras propostas que implicam um “desvio” a sul do troço entre o Guadiana e *Ebora* prendem-se com as duas hipóteses possíveis para contornar o primeiro obstáculo topográfico com que o viajante se depararia ao deslocar-se de *Augusta Emerita* para ocidente: a serra de Ossa. Embora sempre indicado como percurso incerto, J. Alarcão, V. Mantas e J.M.Roldán Hervás e C. Caballero Casado admitem que este acidente geográfico possa ser contornado a nascente, por Vila Viçosa e Redondo. Também F. Bilou faz sair de Évora um itinerário em direção a Mérida “por Redondo”. Esta opção seria aquela que mais se aproximaria das pedreiras de mármore da área de Vila Viçosa<sup>56</sup> mas coloca algumas questões quanto à dificuldade de progressão no terreno se o objetivo fosse escoar a produção para *Augusta Emerita*: para encontrar um caminho de trânsito mais suave até poder cruzar o Guadiana, o traçado teria que infletir a norte para a área de Elvas, tornando talvez desnecessário este desvio. Embora não o considere como parte da Via XII, A. Carneiro assinala a existência de uma via que também contornava a nascente a Serra de Ossa, ainda mais a sul, pela área de Jutomenha. É interessante confrontar esta proposta com a do “*Camino de Jurumenha*” enunciado por F.G. Rodríguez Martín: eventualmente esta rota, que acompanhava o Guadiana pela margem esquerda, cruzaria o rio junto a Jurumenha e seguiria pelo percurso assinalado por A. Carneiro desde Évora. efetivamente, existem evidências arqueológicas e fontes históricas posteriores que tornam verosímil a utilização deste percurso em Época Romana, embora não pareça integrar-se na Via XII descrita no *Itinerário de Antonino*. Seria, na formulação de A. Carneiro, um percurso incluído na categoria de “Outros itinerários e traçados secundários”.

A maioria dos autores considera contudo que a via contornava a serra de Ossa no seu limite NW, fazendo-se a passagem junto a Evoramonte. Este é o caminho referido em

---

<sup>56</sup> Recorde-se que o único testemunho inequívoco de exploração de uma pedreira de mármore em Época Romana até hoje identificado na região situa-se em Vila Viçosa (Herdade da Vigária CNS5835).

fontes históricas modernas e contemporâneas (Breval, 1726; Cornide, 1775; Villuga, 1546) e a existência de um miliário na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (CNS5837=IRCP674) confirma a sua utilização em Época Romana. Não é contudo conhecido o contexto original deste marco miliário que se encontra reaproveitado como suporte da pia batismal da igreja. Sendo o local de implantação de Evoramonte “no alto de um cerro de difícil acesso por todas as partes” (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, pp. 382–383), a estrada naturalmente seguiria o seu curso no sopé da colina onde, num ponto indeterminado, terá sido recolhido o marco miliário.

Todas as propostas analisadas fazem coincidir esse percurso com o traçado da atual EN18, à exceção de A. Carneiro que considera que a Via XII contornava a elevação de Evoramonte pelo lado poente. Não repetindo a argumentação já apresentada (cf. p. 87 e seguintes), esta hipótese é difícil de sustentar face às características da ribeira da Tera na área do Pego do Sino (n.º 44). O leito encaixado e as pendentes abruptas das suas margens dificultam grandemente o atravessamento, sobretudo se pensarmos no transporte de mercadorias que muito provavelmente circularia por uma via principal. Não sendo certo que a via romana tinha a mesma configuração que em épocas posteriores, no relato da viagem que Albert Jouvin de Rochefort (c. 1640 – c. 1710) faz a Portugal existem elementos que sustentam a ideia que o caminho desde Estremoz se fazia pelo lado nascente da colina, bem como a existência de um percurso em direção a Lisboa por Arraiolos que evitava a cidade de Évora<sup>57</sup>. Seria nesse percurso que eventualmente se integrava o sítio de S. Marcos (n.º 13), local que A. Carneiro supõe ser o de achamento do marco miliário que hoje se encontra em Evoramonte.

O percurso entre Evoramonte e Évora é praticamente coincidente em todos os autores analisados. É no troço seguinte, entre *Ebora* e *Salacia*, que voltam a existir divergências significativas nas propostas. Mais uma vez, coloca-se a dificuldade da distinção do que seria o traçado da Via XII dos traçados de outras vias que, coexistindo em Época Romana, representavam percursos alternativos não referidos no *Itinerário de Antonino*.

---

<sup>57</sup> “Saimos de Estremoz seguindo um pequeno ribeiro que rega várias grandes hortas; passamos outro rio, tendo à direita a pequena cidade de Evoramonte, que vimos sobre uma montanha, a chegar à venda, onde há um grande caminho que volta à esquerda para ir à cidade de Évora que é uma das principais cidades de Portugal. Desde essa venda passamos também por um bosque, onde há um ribeiro e chegamos a uma grande planície donde avistámos Arraiolos.” (García Mercadal, 1999, vol. 3 pp. 631–632) [tradução livre a partir da edição espanhola]

O viajante optava por qualquer uma dessas alternativas em função do seu destino final e/ou dos pontos intermédios que lhe eram fundamentais na jornada. Se, procedendo da área de Badajoz/Elvas o destino final era *Olisipo* não há razão, como vimos, de rumar a sul em direção a Évora: passada a serra de Ossa em Evoramonte, o percurso pode fazer-se pela Venda do Duque e Arraiolos e daí à zona de Montemor-o-Novo. Igualmente, estando em *Ebora* e querendo chegar a *Olisipo* também não há necessidade de infletir a sul e passar por *Salacia*: saindo da cidade em direção a ocidente, o caminho pela área de Montemor-o-Novo é a alternativa mais direta para chegar ao destino final. A existência de abundantes vestígios de ocupação de Época Romana no atual município de Montemor-o-Novo, alguns dos quais interpretados como testemunhos viários<sup>58</sup>, contribui para a fundamentação das propostas de traçado que se desenvolvem a sul da serra de Monfurado, em detrimento de um percurso mais próximo da ribeira das Alcáçovas.

Na aproximação a *Salacia*, os diferentes autores analisados convergem na área da atual povoação de Santa Susana, apoiando as suas propostas na existência dos marcos miliários do Remourinho (n.º 16), Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33) e Porto da Lama (n.º 17). Uma alternativa de chegada à cidade vindo de sul, acompanhando a margem direita do Sado, procedente da atual povoação do Torrão, parece mais uma vez estar integrada noutra itinerário que não a Via XII. Além da possibilidade já referida de se tratar de parte da Via XIII do *Itinerário de Antonino (A Salacia Ossonoba. Wess. 418, 6)*, os testemunhos viários invocados<sup>59</sup> poderão fazer parte de uma rede de ligação entre vias principais, nomeadamente com a via *Ebora – Pax Iulia*. Dessa rede faria parte o percurso *Ebora-Salacia* (por Alcáçovas) proposto do F. Bilou, bem como o percurso alternativo que A. Carneiro considera que pode seguir a margem direita do Sado até ao sítio da Quinta de Cima (CNS7699), deslocando consideravelmente para sul o traçado da via. É importante neste ponto referir que a navegabilidade do Sado se estendia pelo menos até Porto Rei, a cerca de 55 km da foz<sup>60</sup>. Alguns dos indícios de rede viária romana nesta área poderão estar relacionados com o tráfego fluvial, representando

---

<sup>58</sup> Por exemplo os existentes no Monte da Venda e Monte dos Andrades (Bilou, 2005, pp. 215–216)

<sup>59</sup> Particularmente os troço de via pavimentado conhecido como Calçadinha do Torrão (CNS2415)

<sup>60</sup> Até ao séc.XIX, Porto Rei era acessível durante todo o ano por embarcações até 60/70 toneladas (Matos, 1980, pp. 294–295).



infraestruturas terrestres de apoio ao mesmo.

No troço entre *Salacia* e *Catobrica*, a principal dificuldade que os autores encontram é o “excesso” de milhas indicadas no *Itinerário de Antonino* em relação à distância real entre estes dois pontos, seguramente identificados como Alcácer do Sal e Setúbal. É esta a razão para que uma das propostas de traçado incerto apresentada por J. de Alarcão acompanhe a ribeira da Marateca em direção a Cabrela, num desvio que apenas tem como objetivo aumentar a distância a percorrer. Desta forma, o traçado aproximava-se mais do que seriam as contagens miliárias do *Itinerário de Antonino*, embora contrarie a lógica da mais eficaz progressão no terreno. V. Mantas considera também este desvio, integrando-o contudo no percurso alternativo da via que se dirigia a *Ebora* sem passar por *Salacia*. No entanto, todas as propostas de traçado “seguro” convergem num percurso mais ou menos coincidente com a rede viária atual, ou seja com o IC1, seguindo depois a EN10 até Setúbal.

Chegando a este ponto coloca-se novamente a questão do atravessamento de uma barreira geográfica significativa: a cordilheira da Arrábida. Apenas J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado consideram que o percurso da Via XII pudesse fazer-se em linha reta, atravessando a serra de S. Luís. Quer J. Alarcão, quer V. Mantas, propõem que este acidente seja contornado a nascente, pela baixa de Palmela. Divergem quanto à forma de atingir o estuário do Tejo, já que J. Alarcão faz a via contornar a Arrábida pela Quinta do Anjo em direção a Vila Nogueira de Azeitão (n.º 201) para depois infletir para norte até ao esteiro da Coina, enquanto V. Mantas considera que o percurso pode ser mais direto. Este último propõe um percurso alternativo que atravessa a cordilheira, aproveitando o vale entre a serra de S. Luís e a Serra da Arrábida, à semelhança do que faz a atual EN10. Seria esse percurso alternativo que se dirigia à antiga Aldeia Galega (atual Montijo) para atravessar o estuário do Tejo no Mar da Palha.

À exceção desta proposta alternativa ou incerta de V. Mantas, todas as outras admitem que a travessia do Tejo deveria ser feita na área mais estreita do estuário, nas imediações da atual Almada. A possibilidade do embarque ser feito na Coina, no que seria um esteiro navegável em Época Romana, é levantada tanto por J. Alarcão como por V. Mantas, mas ambos acabam por descartá-la. Embora sem menção expressa no texto, a

representação cartográfica da Via XII incluída no artigo de J. Alarcão (2006) inicia-se na área do atual Seixal, provavelmente de modo a que possa ser cumprida a distância de 12 milhas até S. Lourenço de Azeitão, onde localiza *Aquabona*.

A sobreposição das diferentes propostas de localização das estações do *Itinerário de Antonino* (Figura 22<sup>61</sup>) revela também o caráter inconciliável das leituras feitas pelos autores analisados. Como já foi referido, apenas existe concordância na identificação de *Augusta Emerita*, *Ebora*, *Salacia*, *Catobrica* e *Olisipo* que correspondem às atuais cidades de Mérida, Évora, Alcácer do Sal, Setúbal e Lisboa, respetivamente. Em relação às restantes, as principais divergências dizem respeito às estações listadas no itinerário entre *Ebora* e *Emerita*: *Ad Atrum Flumen*, *Dipone* e *Euandriana*.

---

<sup>61</sup> Por razões de legibilidade do mapa, não se distinguem graficamente as autorias das propostas, remetendo-se essa informação para o quadro que o acompanha



	Alarcão 2006	Mantas 2012	Roldán e Caballero 2014	Rodríguez Martín 2008	Cordero 2013
○ mansio / mutatio					
● civitas					
⊙ capital conventual					
⊙ capital provincial					
Olisipone	Lisboa (PT)	Lisboa (PT)	Lisboa (PT)		
Aquabona	S. Lourenço de Azeitão (PT)	Coima ou Montijo (PT)	Coima (PT)		
Catobrica	Setúbal (PT)	Setúbal (PT)	Setúbal (PT)		
Caeciliana	Águas de Moura (PT)	Águas de Moura (PT)	Águas de Moura, Molho Novo ou SE de Tróia (PT)		
Malateca		Marateca ou Cabrela (PT)	Marateca ou Grândola (PT)		
Salacia	Alcácer do Sal (PT)	Alcácer do Sal (PT)	Alcácer do Sal ou Santa Margarida do Sado (PT)		
Ebora	Évora (PT)	Évora (PT)	Évora (PT)		
Ad Atrum flumen	Ribeira do Freixo (PT)	Monte da Morgada (PT)	Ribeira de Machede ou Elvas (PT)	Gévora (ES)	La Corchuela (ES)
Dipone	Evoramonte (PT)	Guadajira (ES)	Evoramonte (PT) ou Talavera la Real (ES)	Guadajira (ES)	Talavera la Real (ES)
Euandriana	Silveirona ou Borba (PT)	Toruñuelo (ES)	Arroyo de San Serván (ES)	Toruñuelo (ES)	Toruñuelo (ES)
Emerita	Mérida (ES)	Mérida (ES)	Mérida (ES)	Mérida (ES)	Mérida (ES)

Figura 22: Sobreposição das proposta de localização de mansiones / mutationes

Esta divergência radica na questão, repetidamente mencionada, da aparente incoerência entre a leitura da sequência miliária e a distância real entre Évora e Mérida. Quer se considere que “faltam milhas”, ou que o sentido da sequência deve ser invertido em determinado ponto, as propostas de localização destas três estações dividem-se em dois grandes blocos: ou são os pontos de paragem que se seguem a *Ebora*, num percurso de orientação W-E, e situam-se assim em atual território português; ou, pelo contrário, são os três imediatamente após *Emerita*, num percurso de orientação E-W, e situam-se em atual território espanhol. Apenas V. Mantas vai apresentar uma proposta mista, considerando que a distância indicada para *Ad Atrum Flumen* se reporta a *Ebora*,

situando-a a cerca de 9 milhas a nascente da cidade<sup>62</sup>, enquanto que, para *Euandriana* e *Dipone*, o *caput viae* seria *Emerita*, estando assim estas estações a 9 e 26 milhas a ocidente da capital provincial.

Nesta discussão, a localização de *Dipone* assume um destaque particular já que existe um consenso na identificação desta estação do *Itinerário de Antonino* com a cidade de *Dipo*, referida nas fontes clássicas (La Penna & Funari, Rodolfo, 2015, p. 93; Livius, sem data, p. 39,30). A problemática e contexto destas referências na antiguidade, bem como a historiografia das diferentes propostas de localização, encontra-se exaustivamente tratada num trabalho publicado na revista *Conimbriga* por um conjunto de investigadores espanhóis que defendem a sua localização no vale médio do Guadiana (Almagro-Gorbea et al., 2009, pp. 8–15). Esta é também um discussão com uma dimensão nacional, ou mesmo nacionalista, no âmbito da historiografia antiga da Ibéria: os investigadores espanhóis defendem a localização no seu território nacional, enquanto os portugueses argumentam que *Dipone* se situaria em Portugal. A única exceção a esta tendência é o investigador português V. Mantas que, como já foi referido, assume como segura a localização de *Dipone* em território espanhol.

As primeiras estações referidas na sequência do *Itinerário de Antonino*, embora não apresentem diferenças tão profundas nas propostas de localização, ainda assim também não reúnem consenso entre os autores analisados. Do conjunto destas *mansiones* ou *mutiones* não identificadas – *Aquabona*, *Caeciliana* e *Malateca* – apenas parecem estar de acordo ao localizar *Caeciliana* nas imediações de Águas de Moura. Curiosamente, a atual povoação de Águas de Moura é pouco distante do lugar da Marateca, onde a proximidade toponímica apontaria a localização de *Malateca*. No entanto, a distância indicada no *Itinerário de Antonino* entre *Catobrica* e *Salacia* excede a distância real de um percurso próximo da rede viária atual, que passa por Águas de Moura, Marateca e Palma. É essa a razão que faz J. Alarcão propor uma extensão do percurso até Cabrela, onde V. Mantas vai localizar *Malateca*. Ambos autores sublinham que a proximidade do topónimo Marateca não deve condicionar a proposta de

---

<sup>62</sup> Esta localização de *Ad Atrum Flumen* nas imediações de S. Miguel de Machede é admitida também por J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado mas, como vimos, estes autores limitam-se a listar as várias hipóteses de localização publicadas, incluindo as contraditórias

localização da estação do *Itinerário de Antonino*, lembrando que é também o hidrónimo de um afluente do Sado que atravessa um vasto território desde a nascente, na serra de Monfurado. Além disso, importa referir que o próprio vocábulo “malateca” se encontra registado como regionalismo no Dicionário da Língua Portuguesa (Costa & Melo, 1994) com o significado de “pequena herdade alentejana”. Assim, é de deixar em aberto a possibilidade do atual topónimo Marateca<sup>63</sup>, derivar desta asserção e nada ter que ver com uma hipotética evolução do topónimo referido no *Itinerário de Antonino*.

Na identificação de *Aquabona*, também a toponímia atual contribui para a divergência opiniões quanto à sua localização. A coincidência de *Aquabona* com a povoação da Coina é tradicionalmente fundamentada na evolução toponímica (Rasteiro, 1897, p. 7), mas quer J. de Alarcão quer V. Mantas preferem situá-la em Coina-a-Velha, admitindo mesmo o primeiro autor uma migração do topónimo. A desconfiança na localização na Coina deve-se ao facto de serem desconhecidos quaisquer vestígios de ocupação romana no local, por um lado, e, por outro, à posição geográfica da localidade no fundo de um dos esteiros navegáveis do Tejo. Com efeito, esta posição geográfica remete para a função de cais de embarque na travessia do Tejo, função que sabemos que teve em Época Moderna e Contemporânea<sup>64</sup>. Se também em Época Romana a ligação entre *Olisipo* e *Aquabona* fosse fluvial, J. Alarcão (2006, p. 214) e V. Mantas (2012, pp. 149–150) consideram que a distância no *Itinerário de Antonino* deveria ser expressa em estádios: como está expressa em milhas, o percurso deverá ser terrestre e, como tal, descartam a coincidência de *Aquabona* com a moderna Coina. A existência de uma Coina-a-Velha na toponímia atual parece oferecer a solução, não fosse esta Coina-a-Velha distar mais de 10 km da “nova” e situar-se em plena serra da Arrábida, fazendo assim o percurso da Via XII ter um desnecessário desvio numa zona topograficamente acidentada. Sob pena de cometer alguma injustiça nesta apreciação, parece ter havido alguma falta de cuidado destes autores na verificação da correta localização de Coina-a-Velha, situação que se torna evidente pelo menos com J.M. Rodán Hervás e C. Caballero Casado que, como vimos, identificam no texto *Aquabona* com Coina-a-Velha

<sup>63</sup> Ou mais precisamente S. Pedro da Marateca, cuja igreja nomeou a freguesia.

<sup>64</sup> Na sua viagem a Portugal em 1619, Filipe III embarca e desembarca na Coina nas travessias para Lisboa (Silva, 2008, pp. 286, 300–302). Em 1820 existiam três barcas de passagem que faziam a ligação diária Coina-Lisboa-Coina (Matos, 1980, pp. 427–434).

mas, na representação cartográfica, fazem coincidir a estação com a moderna Coina<sup>65</sup>.

Já no que diz respeito a *Ad Atrum flumen*, é a toponímia antiga que coloca a principal questão: a que rio se faz referência no itinerário? O facto da estação ser identificada pelo nome do rio faz pensar que deveremos estar em presença de um curso de água de alguma importância. Este seria um argumento em favor das propostas de F.G. Rodríguez Martín e T. Cordero Ruiz que situam esta estação junto dos rios Xévorá e Guadiana, respetivamente. Com efeito, as ribeiras do Freixo e de Machede, junto das quais J. Alarcão e V. Mantas localizam *Ad Atrum flumen*, são cursos de água de caudal irregular que desaparecem na estação seca<sup>66</sup>, sendo difícil acreditar que servissem de referência ao viajante. No entanto, dada exatamente a importância do Guadiana, não seria de esperar que fosse nomeado pelo hidrónimo antigo (*Anas*) que se encontra atestado em outras fontes literárias clássicas? Esta aparente falha foi notada por G. Arias (Arias Bonet, 2000a) que chega a propor uma *mansio* omissa no itinerário, com o nome *Ad Anam flumen*, proposta que, como já foi referido, foi recuperada por J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado.

Em relação à localização de *Euandriana*, existe consenso entre os partidários da leitura invertida do *Itinerário de Antonino* nas estações que antecedem *Emerita*. Contando 9 milhas a ocidente da cidade a estação encontrar-se-ia nas imediações de Arroyo de San Serván, podendo corresponder ao sítio arqueológico de Cubillana ou Cerro del Turuñuelo (n.º 458) ou à *uilla* de Floriania (n.º 473). Esta localização corresponde ao final do meandro que o Guadiana desenha desde Mérida, seguindo depois um percurso mais linear de orientação E-W, que a Via XII irá acompanhar. Será eventualmente esse destaque geográfico, e a importância que a área teria em Época Pré-Romana (Jiménez Ávila & Domínguez de la Concha, 1995), que justificam a existência de uma *mansio* tão

---

<sup>65</sup> Note-se que Mário Saa, o primeiro autor a identificar *Aquabona* com Coina-a-Velha, estava contudo consciente desta dualidade: “Exacta é a posição de Equábona em Coina a Velha (no Vale de Coina e junto do Castelo dos Mouros), onde houve uma remota localidade romana. Coina (a nova), no esteiro do Tejo, era o porto marítimo de Equábona que, desenvolvendo-se, a dentro da era portuguesa, veio a ganhar foros de vila.” (Saa, 1956, vol. 6, pp. 18–19) ; “Na época romana não era Coina localidade habitada, mas somente um sítio, ou um cais correspondente ao de Olisipo. Navegava-se de Lisboa ao cais fronteiro, em águas de maré, e logo aqui se tornava caminho de terra para Palmela.” (Saa, 1956, vol. 4, p. 24)(Saa, 1956, vol. 4, p. 24)

<sup>66</sup> Pelo menos para a ribeira de Machede essa situação encontra-se reportada nas Memórias Paroquias de 1758 (Grilo & Segurado, 1758a)

próxima do ponto inicial da via. Com efeito, mesmo considerando a jornada mais lenta por meio de transporte<sup>67</sup>, não há necessidade de fazer uma paragem apenas a 9 milhas do início da viagem. Curiosamente, a mesma observação pode ser feita para as propostas de localização de *Ad Atrum flumen* feitas por J. Alarcão e V. Mantas. Ao considerar uma leitura no sentido W-E neste troço, esta estação dista as mesmas 9 milhas da cidade de *Ebora*, demasiado perto para colocar um ponto de paragem, se considerarmos apenas a necessidade de descanso no fim de uma jornada.

J. Alarcão é o único autor analisado que propõe a localização de *Euandriana* em atual território português, apresentado duas alternativas consideravelmente afastadas geograficamente: Silveirona ou Borba, tendo ainda em trabalho anterior defendido a opção de Bencatel (Alarcão, 2001). Esta contradição resulta da existência de uma rede de ligação entre vias principais na área norte alentejana que, segundo o autor, poderia também explicar o que considera erros e omissões do *Itinerário de Antonino*: conforme já foi referido, 9 milhas indicadas entre *Euandriana* e *Augusta Emerita* corresponderiam na realidade à distância de *Euandriana* a *Montobrica*, estação referida na Via XV. Nesta interpretação, a Via XII do *Itinerário de Antonino* listaria apenas as estações desde *Olisipo* até ao entroncamento com a Via XV, sendo *Euandriana* a última estação no percurso.

A imagem que resulta da análise comparativa de propostas de traçado e localização de *mansiones* ou *mutationes* é confusa e contraditória. Perante as dificuldades de interpretação da fonte, os autores analisados esgrimem argumentos nem sempre fundamentados na realidade arqueológica reconhecida no território atravessado pela Via XII. Significativamente, as propostas que apenas consideram parte do traçado (Bilou, 2005; Carneiro, 2008, 2011; Cordero Ruiz, 2013; Rodríguez Martín, 2008; Sánchez Barrero, 2010) são as que mais próximas se encontram de uma análise baseada em dados arqueológicos, enquanto as leituras globais (Alarcão, 2006; Mantas, 2012a; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014) tendem a basear-se em pressupostos teóricos mais generalistas e afastados do território. No entanto, estas abordagens, por vezes contraditórias e frágeis na argumentação, levantam questões essenciais na leitura, quer da fonte literária, quer do próprio território. A reflexão e crítica suscitada por estes

<sup>67</sup> 12 km/dia em carro de bois: cf. 1.3 e Scheidel & Meeks, 2012.

autores contribuí assim para uma melhor fundamentação da minha própria leitura sobre a Via XII e o território que atravessa.



## Illustration Index

Figura 1: Proposta de traçado da via segundo J.de Alarcão (2006).....	4
Figura 2: Proposta de traçado da via segundo V. Mantas (2012).....	8
Figura 3: Proposta de traçado da via segundo J.M. Roldán Hervás e C. Caballero Casado (2014).....	14
Figura 4: Proposta parcial de traçado da via segundo F. Bilou (2005).....	16
Figura 5: Proposta parcial de traçado da via segundo A. Carneiro (2008, 2011).....	21
Figura 6: Proposta parcial de traçado da via segundo F. G. Rodríguez Martín (2008)...	29
Figura 7: Proposta parcial de traçado da via segundo P. D. Sanchez Barrero (2010).....	32
Figura 8: Proposta parcial de traçado da via segundo T. Cordero Ruiz (2013).....	35
Figura 9: Sobreposição das propostas de traçado da via.....	37
Figura 10: Sobreposição das proposta de localização de mansiones / mutationes.....	43

### 3 Descrição e fundamentação do traçado proposto

Reunidos e analisados os dados considerados relevantes, incluindo na análise o confronto com as hipóteses publicadas mais recentemente, a imagem final do traçado da Via XII que proponho é a representada na figura 23. É importante perceber que o vetor desenhado é o resultado de um exercício de leitura de dados arqueológicos sobre a paisagem contemporânea. A amostra tem todas as limitações que decorrem dos problemas descritos no capítulo 1 e a análise, sendo sempre um trabalho subjetivo, reflete o meu percurso individual na investigação deste tema. Contudo, talvez a condicionante maior da proposta resida exatamente no território, já que toda a construção da hipótese é feita sobre uma paisagem contemporânea: objetivamente não sabemos em que medida o território atual reflete a realidade da época em que este itinerário foi usado.



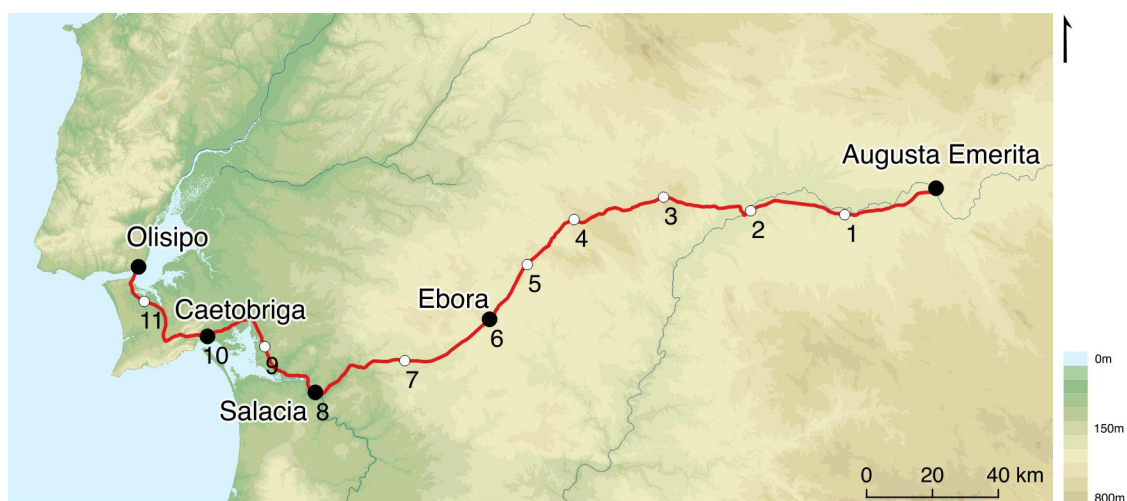
*Figura 23: Proposta de traçado da Via XII*

O século XX trouxe grandes alterações à utilização do solo nesta área regional, as maiores das quais se materializam no *Plano Hidroagrícola do Vale do Sado* (1935-1949), em Portugal, e no *Plan Badajoz* (1952-1965), em Espanha. Além destes dois

grandes empreendimentos, terá havido ao longo do tempo alterações de menor escala, difíceis de documentar com rigor, que terão sido também responsáveis por variações nas características do território que condicionam a passagem de uma infraestrutura viária. A evolução das condições climáticas certamente determinou transformações na hidrografia e coberto vegetal que hoje não conseguimos identificar.

Assim, para que o estudo da rede viária romana seja feito com maior rigor e significado histórico é urgente a colaboração interdisciplinar que permita a construção de um quadro paleogeográfico coerente. Alguns passos tem sido dados nesse sentido mas há ainda, literalmente, uma longa estrada a percorrer. Assim, a presente proposta pretende sobretudo levantar questões e discutir hipóteses e deve ser entendida como um trabalho em contínua construção.

Apresenta-se em seguida a descrição do itinerário, seguindo o ritmo de uma viagem iniciada na capital provincial em direção ao Atlântico. O tempo da jornada baseia-se na duração média do que seriam as formas mais comuns de viajar neste itinerário: viajantes a pé, incluindo exércitos em marcha, animais com carga moderada, carros de mulas e caravanas. A distância percorrida por dia é a proposta por W. Scheidel e E. Meeks (2012) ou seja 30 km/dia ou, se preferirmos, pouco mais de 20 milhas. Considerando que as estações do *Itinerário de Antonino* que correspondem a cidades seriam naturais pontos de pernoita, alguns troços foram ajustados de modo a respeitarem essa coincidência (figura 24).



- Via XII (proposta de traçado)
- Estações do Itinerário de Antonino (localização segura)
- dias de viagem (viajantes a péincluindo exércitos em marcha, animais com carga moderada, carros de mulas e caravanas)

Figura 24: Duração da viagem entre Augusta Emerita e Olisipo por Eborac

### 3.1 Pela margem esquerda do Guadiana: os primeiros dois dias de viagem

O início da viagem começa na capital provincial, que se assume assim como ponto de origem do itinerário. Em termos meramente pragmáticos, o início do percurso viário seria sempre considerado a partir da saída da ponte ou, antes sua da construção, depois de atravessado a vau o rio Guadiana.

A existência de um vau de passagem no local onde hoje se encontra a ponte romana poderá aliás ter sido uma das razões para a escolha do lugar de implantação da cidade: trata-se do o único ponto seguro de atravessamento ao longo de todo o ano em vários quilómetros e terá sido usado desde os primórdios da fixação humana na região (F. Germán Rodríguez Martín, 2004, pp. 386–387). Esta passagem natural é essencial para o eixo Norte-Sul, tradicionalmente designado como *Via da Prata*, e será partilhada também pela Via XII, que se dirige a ocidente pela margem esquerda do Guadiana (Gorges & Rodríguez Martín, 2000, pp. 144–145). O desvio de cerca de 3° que o eixo da ponte apresenta em relação ao prolongamento do *decumanus* pode ser uma

consequência da utilização deste vau nos primeiros momentos da colônia: o *decumanus* estava perfeitamente alinhado com esta passagem, sendo o desvio da ponte um sinal da sua cronologia mais tardia em relação à definição do urbanismo da cidade (Álvarez Martínez, 2006, pp. 248–250).

À saída da ponte, existem duas alternativas de percurso em direção a ocidente: a via pode acompanhar a margem esquerda do Guadiana, pelo caminho historicamente conhecido como *Camino del Prado*, ou seguir um traçado mais retilíneo até encontrar novamente o rio, a cerca de dez milhas da cidade. A existência deste percurso marginal foi proposta por Sánchez Barrero (2010, pp. 134–136) e retomada<sup>68</sup> por Rodríguez Martín (2008, pp. 424–427), com o argumento de que este é um percurso mais favorável ao trânsito, sobretudo de mercadorias. Com efeito, em termos topográficos, a margem do rio oferece pendentes mais suaves e fáceis de vencer. Além disso, esta hipótese colocaria a via em mais estreita relação com um tipo de ocupação na margem do Guadiana mais vocacionado para atividades produtivas (Sánchez Barrero, 2010, p. 135). Com efeito, o sítio El Prado (n.º 169) pode representar um testemunho das estruturas industriais periurbanas associadas a este caminho, registrando-se também a presença de uma área de necrópole e um mausoléu, ocupações do espaço também coerentes com a proximidade de um eixo viário (Casillas Moreno, 1994)

Embora esta alternativa esteja situada nos limites do que seria habitualmente o terreno inundável do Guadiana, a irregularidade do caudal e a ocorrência frequente de cheias (Muñoz Barco, Martínez Flores, & Garzón Heydt, 2005, pp. 91–92), podem condicionar a utilização deste caminho, pelo menos sazonalmente. A hipótese tradicional, que segue uma reta com o mesmo alinhamento do eixo da ponte, implica a subida da elevação conhecida como “cerro del Lorito” para atingir uma quota mais elevada em relação ao leito do Guadiana. Depois segue uma linha de transição entre o vale do rio e uma meia encosta suave, situação muito favorável ao trânsito de pessoas e mercadorias. É esta a opção da antiga estrada Mérida-Badajoz que se encontra representada na cartografia desde, pelo menos, o séc. XIX.

---

<sup>68</sup> Sobre a discrepância entre a data de edição e a divulgação da publicação veja-se 2.1.2.2

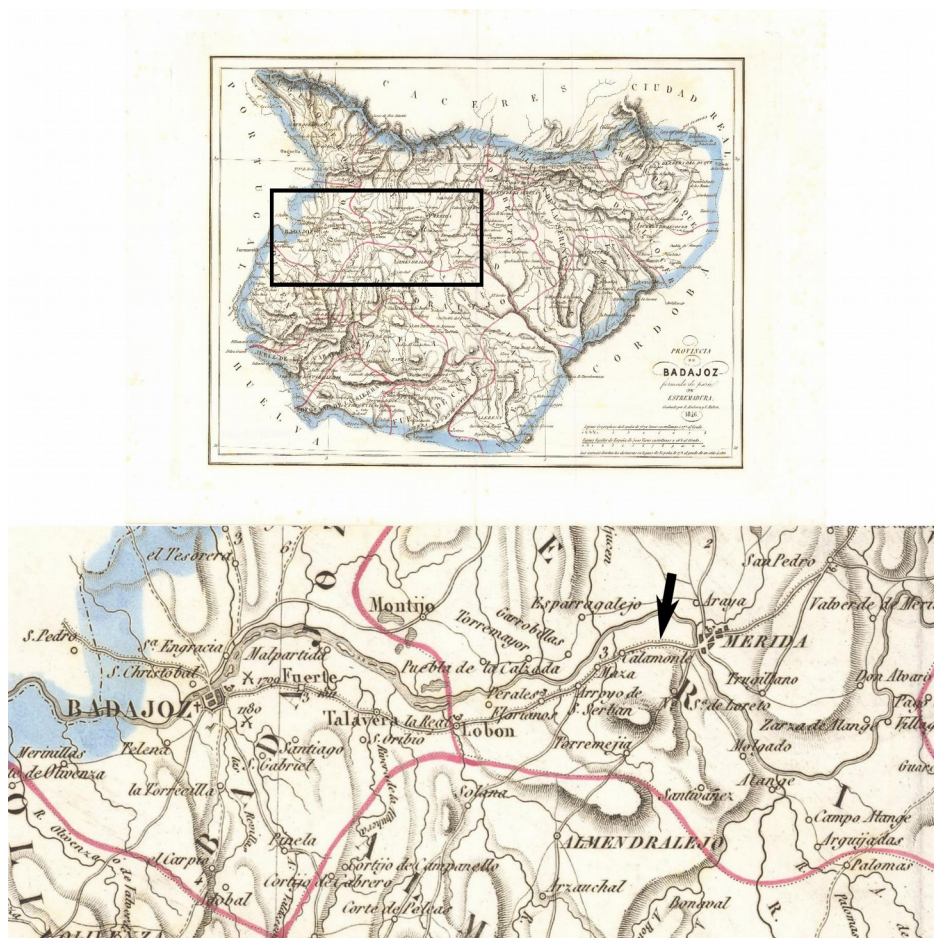


Figura 25: Excerto de mapa (Alabern [y Casas] & Mabón, 1846) com representação da estrada Mérida-Badajoz por Calamonte

Neste troço, a informação arqueológica conhecida não ajuda a decidir por qualquer uma das hipóteses de traçado. Com efeito, o traçado retilíneo por Calamonte atravessa uma área onde são escassos os vestígios arqueológicos de ocupação romana. A possibilidade da ponte sobre o arroio de Calamonte (n.º 467) ser de Época Romana é meramente intuída a partir do reaproveitamento de materiais de construção dessa cronologia, o que não é manifestamente suficiente para saber se se trata de uma ponte moderna que substituiu uma ponte romana pré-existente (Sánchez Barrero, 2010, p. 69). O único sítio de ocupação romana conhecido nas imediações, Santa María (n.º 476) é apenas referido por Sánchez Barrero (2010, p. 69) sendo insuficientemente caracterizado pela dispersão de materiais arqueológicos à superfície, dos quais se destacam *tegulae* e outros não

especificados que atestariam a sua ocupação no alto império. O sítio de Las Rozas (n.º 468), embora se encontre dentro do corredor de duas milhas definido como área de influência direta da Via XII, estará provavelmente associado à via que se dirige de *Emerita* para sul em direção a *Hispalis*.

Já a alternativa que acompanha a margem do Guadiana poderia convir mais ao escoamento de mercadorias das áreas de presumível produção agroindustrial identificadas na área de El Prado (Casillas Moreno, 1994; Osorio, 1998; Gorges & Rodríguez Martín, 2000, p. 116; Rodríguez Martín, 2008, pp. 424–427), servindo também dois sítios que terão tido alguma relevância em Época Romana e durante a antiguidade tardia: El Escobar (n.º 466) e Cubillana I (n.º 459). O primeiro foi identificado como *uilla* por J.G. Gorge e F. G. Rodríguez Martín a partir de vestígios visíveis à superfície (Gorges & Rodríguez Martín, 2000, p. 116). Já em 2001, na sequência de trabalhos agrícolas, foi descoberta uma cancela de altar, datável tipologicamente dos séc. VI a VIII. Esta descoberta pode indiciar que El Escobar (n.º 466) se trata de uma *uilla*, ou outro tipo de complexo edificado, com ampla diacronia de utilização, refuncionalizada em época tardo-antiga como edifício religioso (Cordero Ruiz, 2013, pp. 184–185).

A identificação do Cortijo Viejo de la Cubillana com o antigo mosteiro de *Cauliana* mencionado na obra *Liber vitas sanctorum patrum emeretensium*, texto datado do início do séc. VII, remonta a B. Moreno de Vargas (1633). Contudo, não existem indicadores claros de ocupação antiga que possam confirmar esta associação, já que o sítio de Cubillana I (n.º 459) é identificado através de elementos de construção dispersos (fustes de coluna e silhares almofadados) junto das construções atuais da quinta, sobretudo em redor da capela. F. G. Rodríguez Martín e J.G. Gorges terão observado à superfície escassos fragmentos de cerâmica de Época Romana, incluindo cerâmica de paredes finas e *terra sigillata* hispânica, vestígios que já não foram identificados em trabalhos de prospeção mais recentes. Segundo V. Navarro de Castillo, obras realizadas na ermida em 1695 teriam revelado objetos e estruturas de Época Romana, argumento que usa a favor da identificação do local com *Euandriana* (Navarro del Castillo, 1964). Esta associação parece difícil de sustentar face à fraca evidência de ocupação antiga no local,

que apenas autorizam a que se possa deduzir a existência de edifícios, com algum grau de sofisticação, durante a Época Romana.

Esta aparência de maior densidade e relevância económico-social da ocupação junto à margem do rio pode, porém, ser um argumento a favor de que o *Camino del Prado* represente uma via complementar da Via XII, já que os preceitos clássicos aconselham o afastamento do povoamento das vias principais<sup>69</sup>. Por outro lado, o traçado reto também parece ir mais ao encontro do que são as preferências de construção da rede viária romana (Davies, 1998). Mas o argumento que me leva a considerar o traçado por Calamonte como o da via principal prende-se com a contagem miliária. Os dois únicos marcos miliários conhecidos com indicação de milha, tendo *Emerita* como *caput viae*, são os de Torre Águila (n.º 4) e Herdade de Alcobaça (n.º 6). Considerando a proposta que apresento, os respetivos locais de achamento encontram-se junto das milhas 16<sup>70</sup> e 65, correspondendo – com assinalável precisão – à epigrafia miliária. A hipótese que segue o *Camino del Prado* implica aumentar em cerca de duas milhas a distância a percorrer, tendo deste modo que admitir um desvio equivalente do local de achamento dos marcos miliários em relação à sua posição original, o que não parece justificável.

Assim, a Via XII seguiria um traçado mais ou menos retilíneo, acompanhando sempre a linha de meia encosta do limite do vale aluvial do Guadiana, durante 10 milhas até se encontrar novamente com a margem do rio, na curva do meandro que este descreve nas imediações de Arroyo de San Serván. Aqui encontramos o sítio de Cubillana o Cerro del Turuñuelo (n.º 458) que terá sido identificado aquando da construção do canal de Lobón no início do séc. XX. Nessa ocasião foi recolhido um sarcófago em mármore e uma tessera em chumbo; mais recentemente, prospeções de superfície identificam, numa área de 2.000m<sup>2</sup>, fragmentos de cerâmica de construção, comum e de mesa (Cordero Ruiz, 2013). O sítio romano encontra-se nas imediações do complexo monumental funerário da Idade do Ferro conhecido como *El Turuñuelo* (Jiménez Ávila & Sánchez Barrero, 2001, pp. 337–338), o que é tido como indicador da centralidade e relevância do local

---

<sup>69</sup> Cf. por exemplo Columela (1941, liv. I, 5)

<sup>70</sup> No caso de Torre Águila existe um afastamento de cerca de 2 km a norte do eixo da via, resultado da reutilização do marco miliário como material de construção, bem como das alterações do caudal do Guadiana nessa área (Gorges & Rodríguez Martín, 1999); este facto contudo não invalida a precisão da contagem miliária que se fazia no sentido E-W.



ao longo de uma grande diacronia (Rodríguez Martín, 2008, p. 420). É nesta área que alguns autores identificam a *mansio Evandriana*, baseados na coincidência destes sítios arqueológicos com a milha nove, contada a partir de *Augusta Emerita* (cf. 2.1.3).

Toda a zona da bacia média do Guadiana até Badajoz não apresenta grandes dificuldades de progressão no terreno, à exceção das que seriam causadas pela irregularidade do seu caudal. No entanto, durante a maior parte do ano, o rio não se apresentaria como qualquer obstáculo ou barreira impermeável. Relatos dos geógrafos árabes indicam mesmo que em alguns pontos o rio corria subterrâneo, reaparecendo noutros com caudal mais significativo (Coelho, 1989, vol. I, pp. 65–72; Pacheco Paniagua, 1991, pp. 31-36; 48-54). Em aparente paradoxo, esta facilidade de percorrer o território constitui a principal dificuldade no momento de definir o traçado da via: não havendo obstáculos a contornar ou a evitar, qualquer opção para percorrer o caminho entre dois pontos é igualmente defensável.

A esta dificuldade acresce a situação que, neste troço, não é fácil definir quais seriam pontos obrigatórios, ou pelo menos mais prováveis, que a via deveria tocar. Daquilo que conhecemos da realidade arqueológica, trata-se de uma área densamente povoada em Época Romana. Ainda que todos os pontos cartografados possam não ser contemporâneos<sup>71</sup>, o vale do Guadiana tinha um potencial económico que foi intensamente explorado, sendo que a margem esquerda parece vocacionar-se para as atividades agrícolas e a margem direita mais para a exploração florestal e industrial (Gorges, 2007, pp. 50–61). A única área onde parece existir uma menor densidade de ocupação em Época Romana (entre Talavera la Real e Badajoz) corresponde, grosso modo, à área do atual aeroporto de Badajoz, podendo essa “escassez” de sítios arqueológicos resultar de constrangimentos contemporâneos na utilização e transformação do solo. Ainda no que diz respeito às perturbações contemporâneas da paisagem, o já referido *Plan Badajoz* é também responsável pela adulteração da imagem que temos da ocupação deste território em Época Romana: não só terá contribuído para a destruição de muitos dos seus testemunhos, como também essa mesma destruição

---

<sup>71</sup> Com algumas exceções, das quais se destacam os trabalhos sistemáticos em Torre Águila (n.º 4), a maioria dos sítios é identificada através de prospeções de superfície que revelam uma ampla diacronia de ocupação, difícil de contextualizar apenas através dos materiais arqueológicos recolhidos.

potenciou uma maior visibilidade dos vestígios de ocupação antiga em determinadas áreas em detrimento de outras.

A maioria dos sítios arqueológicos identificados no vale médio do Guadiana serão ocupações de carácter rural. Muitos são identificados como *uillae* embora nem sempre seja possível atribuir uma tipologia com base na informação disponível. De qualquer das formas, parece evidente a escassez de aglomerados populacionais de carácter urbano, que pudessem balizar os tais pontos de passagem “obrigatória” da via. Lobón (n.º 446) e Talavera la Real (n.º 423) aparecem como pontos destacados nos itinerários de viagem de época posterior<sup>72</sup>, considerando alguns autores que o primeiro poderá corresponder à fortaleza referida por Al-Idrīsī entre Badajoz e Mérida (Pacheco Paniagua, 1991, pp. 37–46). Lobón também poderá ter sido um lugar urbano de destaque durante a Idade do Ferro (Almagro-Gorbea, Ripollès i Alegre, & Rodríguez Martín, 2009, pp. 17–18), mas objetivamente não existem dados que nos permitam saber se se tratava de um aglomerado urbano em Época Romana.

A identificação de *Dipo* com a atual Guadajira parte do pressuposto da existência de uma cidade “tartéssica-turdetana” (Almagro-Gorbea et al., 2009), que teria sido ocupada em continuidade até Época Romana. Importa contudo chamar a atenção que nunca existiram escavações arqueológicas sistemáticas no local e que todas as recolhas de material arqueológico são de difícil contextualização, sobretudo as moedas, que provêm maioritariamente da atividade de detetoristas de metais. A localização proposta para a zona ocupada pela antiga cidade (Almagro-Gorbea et al., 2009, p. 60, fig. 4), é exatamente sob o *pueblo de colonización* de Guadajira. A fundação e construção de Guadajira em 1958 certamente alterou profundamente a topografia que os agrimensores romanos conheceram quando construíram, ou reabilitaram, o itinerário principal a que chamamos Via XII.

Guadajira situa-se no extremo ocidental de uma formação de argilas terciárias

---

<sup>72</sup> Lobón: (Bronseval, 1970, pp. 602-624;655-670; Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, pp. 366–371; García Mercadal, 1999, p. 243–285 (vol.1); Pérez Alvarez, 1992, pp. 51–57; Ponz, 1988, p. 600–607 (vol. 2); Talavera la Real: (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, pp. 366–371; Bronseval, 1970, pp. 655–670; García Mercadal, 1999, p. 117–214; 411–451 (vol.2); 579–666 (vol.3); 443–496 (vol.4); Laborde, 1997, pp. 42–53; Pérez Alvarez, 1992, pp. 27–29; Ponz, 1988, p. 600–607 (vol.2).

fortemente erodida pelas cheias e desvios do curso do rio. As alterações geomorfológicas decorrentes da erosão fluvial implicam a existência de uma pendente abrupta com cerca de 50m de diferença de quota altimétrica entre este *plateau* e o Guadiana. Esta formação geológica é conhecida no seu outro extremo (oriental, junto a Lobón) como *Balcón de Extremadura* (Jiménez Ávila & Sánchez Barrero, 2001, p. 338). Esta faixa planáltica paralela ao curso do Guadiana encontra-se limitada a sul pelo rio Guadajira, que contorna o esporão ocidental para ir desaguar no Guadiana. Embora este rio estivesse praticamente seco durante o estio, podia ser intransponível no inverno, conforme relatam fontes de Época Moderna que reclamam a construção de pontes que facilitassem o trânsito entre Mérida e Badajoz (Jerez Linde, 2004). A atual ponte de Guadajira (nº 170) é de construção contemporânea mas provavelmente situa-se no ponto mais favorável de passagem a vau, que podia também ser utilizado em Época Romana (Rodríguez Martín, 2008, p. 426).

Os sítios arqueológicos de El Cotorrillo (nº 171) e El Cuco (n.º 438), este último já na margem oposta do rio Guadajira, testemunham a ocupação antiga da área do *pueblo de colonización* de Guadajira. As informações de que se dispõem são contudo muito pouco conclusivas sobre o tipo de habitat que aí existiria e muito menos sobre o tipo de relação que teria com a via. No entanto, se considerarmos uma jornada média de 30 km (ou 20 milhas se se preferir)<sup>73</sup>, é exatamente no extremo ocidental desta plataforma<sup>74</sup>, que se ergue sobre a margem do Guadiana, que deveria situar-se o primeiro ponto de paragem do viajante que se dirigia de *Emerita* a *Olisipo*. O facto da via abandonar, por alturas de Lobón, a linha média do vale aluvionar e procurar uma passagem mais elevada é facilmente justificável pela proteção que essa alternativa oferecia face aos caprichos do caudaloso leito do Guadiana. Isto sem prejuízo de que, em épocas mais precoces da ocupação romana do vale médio do Guadiana, a Via XII pudesse seguir mais de perto a margem do rio, tendo modificado o seu percurso em função das alterações da paisagem devido à erosão do caminho (Rodríguez Martín, 2008, p. 424).

Em todo o percurso que se cumpriria na primeira jornada de viagem, não existem

---

<sup>73</sup> Cf. 1.3

<sup>74</sup> Por onde passa também o limite administrativo dos territórios atuais dos municipios de Lobón e Talavera la Real.

testemunhos diretos da passagem da via, à exceção do miliário de Torre Águila (n.º 4), que se encontrou em contexto de reutilização, não podendo por isso ser considerado como uma infraestrutura viária *in situ*. Na *uilla* de La Tiesa (n.º 79), identificada em sequência da destruição parcial aquando da construção do canal de Lobón, existem vestígios de uma calçada que poderá estar associada ao itinerário principal (Fernández Corrales, 1987, pp. 52–55). O mesmo acontece ao longo do caminho da segunda jornada, que terminaria junto da atual Badajoz, ou mais precisamente na confluência do Guadiana com o Xévorá, marcando a inflexão do curso do rio no sentido N-S: a maioria dos sítios identificados são insuficientemente caracterizados não sendo possível estabelecer qualquer tipo de relação com a utilização da via.

Na ausência de estudos sobre a paleogeografia do vale médio do Guadiana em Época Romana, bem como da exata medida das transformações que o *Plan Badajoz* introduziu nesta paisagem, a proposta de traçado da Via XII limita-se a ser uma aproximação ao traçado da estrada que até ao séc. XIX ligou Mérida a Badajoz. Este parece ser o caminho mais lógico na margem esquerda do Guadiana, seguindo mais ou menos paralelo ao leito do rio, observando uma distância prudente das áreas potencialmente afetadas por cheias.

Já quando nos aproximamos da atual Badajoz, a opção medieval e moderna<sup>75</sup>, estará demasiado condicionada pela passagem pela cidade e pela travessia que se faz, desde o séc. XV, pela *Puente de Palmas*. A travessia do Guadiana neste ponto é bastante vulnerável às cheias, conforme comprovam as sucessivas reconstruções e reparações que a ponte sofreu até ao séc. XIX (González Rodríguez, 1995). A confluência do Xévorá com o Guadiana aporta um caudal significativo ao rio neste local, que seria pontualmente reforçado pelos caudais dos afluentes da margem esquerda, Rivillas e Calamón. Esta situação só virá a ser regularizada em pleno séc. XX com as obras hidráulicas empreendidas pelo Estado espanhol.

Por essa razão, tradicionalmente considera-se que a via em Época Romana iria procurar uma passagem a vau para continuar o seu percurso em direção a ocidente. A questão coloca-se em saber se essa passagem se faz a montante, cruzando o Guadiana mais ou

---

<sup>75</sup> que terá sido continuada pela contemporânea N-V e agora substituída na sua quase totalidade pela A-5.

menos por onde o faz a via rápida A5, dirigindo-se depois a Gévora (Rodríguez Martín, 2008, p. 426), ou se contorna a elevação onde se implanta Badajoz para passar o Guadiana mais a sul, naquele que é conhecido como *Vado del Moro* (Cordero Ruiz, 2013, p. 249; Fernández Corrales, 1987, pp. 52–55).

Ambas as alternativas implicam a passagem subsequente de outros afluentes da margem direita do Guadiana. Se o cruzamento do rio se faz nos baixos do *pueblo* de Gévora, depois terá que atravessar o rio homónimo e, posteriormente, também o Caia para entrar em atual território português na zona do Porto da Amoreirinha (CNS14994). A existência de um marco miliário encontrado em Gévora (Sádaba, 1993, pp. 255–256 = HEp5,57) não deixa muitas dúvidas quanto à passagem de uma via principal pelas imediações. Contudo, conforme já foi referido, parece fazer mais sentido enquadrar estes troço na via XV, que se dirigia a NW, do que no percurso que tinha como objetivo atingir *Ebora* e, subsequentemente, o estuário do Sado.

O *Vado del Moro* é o ponto de passagem do Guadiana da via pecuária designada como *Cañada de Sancha Brava*<sup>76</sup>, que pode estar integrada numa rede ancestral de caminhos utilizados deste a Pré-História (Duque Espino & Enríquez Navascués, 2015, p. 100). Sabe-se também que esta passagem teve um papel fundamental no cerco de Badajoz em 1658, tendo sido estabelecida uma ponte de barcas que punha em contacto as tropas de defesa espanholas que se aquartelaram em ambas as margens do rio (Cruz Villalón, 1988, pp. 121–122). Estas vias “naturais”, utilizadas pelos movimentos ganadeiros, não são necessariamente indicadores de coincidência com vias principais em Época Romana; estas últimas são mais vocacionadas para ligar diretamente pontos de interesse estratégico ou económico, enquanto as vias pecuárias se adaptam mais organicamente à paisagem (Alfaro Giner, 2001, pp. 218–219). No entanto, aqui o que proponho não é que a Via XII pudesse seguir o mesmo percurso da via pecuária mas que procurasse o mesmo local para atravessamento do Guadiana. E essa escolha seria feita pelas mesmas razões de facilidade de trânsito sentidas, quer pelos movimentos ganadeiros, quer pelos exércitos de Época Moderna.

A ocupação antiga da cidade de Badajoz (n.º 408), ou mais precisamente da zona da

---

<sup>76</sup> Ramal de la *Cañada Real Soriana Occidental* (Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, sem data)

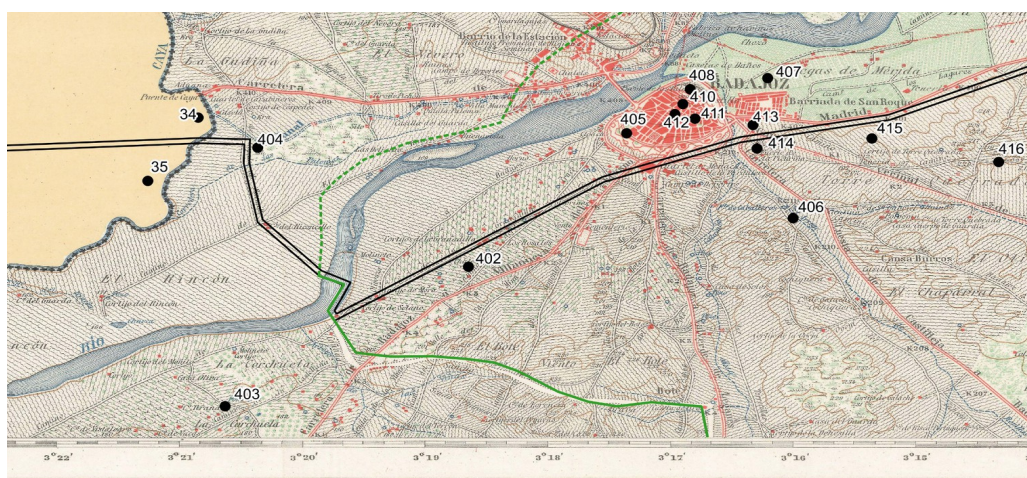
alcáçova ou *Cerro de la Muela*, encontra-se atestada desde o 3º milénio a.C., tendo assumido um papel de relevância durante a proto-história (Berrocal-Rangel, 1994, 2008). Já não é tão claro o tipo de ocupação que terá tido a partir do séc. II-I a.C, sendo certo que não terá tido estatuto urbano em Época Romana e, muito menos, que se possa identificar com a “invenção humanista” de *Pax Augusta* (Ramírez Sádaba, 2009, 2013). Todos os achados de cronologia romana atribuídos à alcáçova de Badajoz ou envolvente próxima são resultado de reaproveitamento posterior de materiais de construção ou encontram-se insuficientemente caracterizados pela informação de que dispomos. A única exceção é constituída por uma necrópole, escavada no âmbito da construção de um parque de estacionamento na *calle Montesinos*, na qual foram identificadas sepulturas de incineração, datadas do séc. I-II, e de inumação, do séc. III. Não se conhecem contudo estruturas habitacionais que possam estar relacionadas com estes enterramentos, ficando em aberto a possibilidade da existência de um aglomerado populacional em Época Romana na parte alta da atual cidade, sem que seja possível caracterizá-lo (Pérez Picado, 2007). Também a ocupação tardo-antiga é conhecida através de achados de peças escultóricas que, embora numerosas, se encontram descontextualizadas: alguns autores consideram que se tratam de materiais deslocados de Mérida, enquanto outros nelas vêm a prova da existência de um aglomerado populacional em época visigoda que precederia a fundação almóada da cidade (Cordero Ruiz, 2013, pp. 133–134).

Sem grandes bases documentais, pode deduzir-se que o *Cerro de la Muela* manteve algum tipo de ocupação em Época Romana, que não é possível caracterizar, mas não teria provavelmente o estatuto de cidade. Não se constituindo como um nó viário, a Via XII contornaria o cerro, dirigindo-se ao ponto de passagem do Guadiana, conhecido posteriormente como *Vado del Moro*.

O traçado proposto (que, mais uma vez, se baseia na cartografia moderna e contemporânea bem como nas características topográficas do terreno) aproxima-se da necrópole de inumação de La Picuriña (n.º 415), embora a relação desta com a via seja estabelecida de uma forma assumidamente empírica. Continuando em direção ao ponto onde o rio seria atravessado a vau, encontra-se o sítio de Malos Caminos (n.º 402),

topónimo certamente sugestivo mas do qual se sabe pouco mais do que foram registados vestígios de ocupação romana e também paleolítica (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural, 2014).

Após o cruzamento do Guadiana, a via pecuária de *Sancha Brava* continuava a acompanhar a margem direita do rio em direção a norte, enquanto a Via XII se dirigia a ocidente, provavelmente para atingir o sítio de Granja Céspedes (n.º 404). Neste local foi escavada uma necrópole de inumação, datada do séc. VI ao séc. VIII, assinalando os autores a reutilização de materiais de construção que poderão ter pertencido a uma calçada (Matesanz Vera & Sánchez Hernández, 2007, p. 142). Embora os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos proponham que, no momento de utilização da necrópole, a via calçetada estivesse em desuso, este dado parece relevante para a proposta apresentada. Daqui, a Via XII retomaria a sua orientação primordial W-E, sendo necessário atravessar o Caia, sensivelmente onde ainda hoje se marca a fronteira entre os dois estados ibéricos.



Cañada Real de Sancha Brava (adaptado de <http://wms.magrama.es/sig/Biodiversidad/ViasPecuarias/wms.aspx?>)

- Cañada
- - - Cañada con sobrante
- == Via XII (proposta)
- Sítios arqueológicos

*Figura 26: Sobreposição da proposta de traçado da Via XII com a via pecuária Cañada de Sancha Brava sobre base cartográfica anterior ao Plan Badajoz (Dirección General del Instituto Geográfico y Catastral, 1941, pt. Hoja 775)*

O exato ponto da travessia do rio Caia é difícil de determinar considerando que o

regime deste curso de água é, tal como do Guadiana, muito irregular e registou frequentes alterações de curso, até à sua regularização com a construção da barragem do Caia em 1967. Desde o estabelecimento da fronteira entre os dois estados ibéricos que o atravessamento do rio assume um carácter simbólico, espelhado no famoso episódio da troca das princesas em 1729, no âmbito do contrato de casamento das infantas Bárbara de Bragança e Mariana de Bourbon com os herdeiros dos reinos vizinhos. Não é esta a primeira “entrega” de uma noiva real a ter lugar na fronteira do Caia já que, em 1543, D. Maria de Portugal, filha de D. João III, empreende uma viagem terrestre de Lisboa a Valladolid para casar com o herdeiro da coroa espanhola, príncipe das Astúrias, futuro Filipe II. O relato dessa viagem é publicado em 1744, e descreve a entrega na princesa, pelos duques de Bragança e arcebispo de Lisboa ao duque de Medina, na travessia do Caia (Espanca, 1965).

Nessa descrição refere-se a existência de uma ponte de pedra, cuja cronologia de construção não é possível precisar, atravessada pela comitiva de D. Maria de Portugal. Já aquando da troca de princesas em 1729, a ponte encontrava-se semi-soterrada no leito primitivo do rio, desviado entretanto de forma natural. Este facto leva a que seja elaborado um projeto de limpeza do curso de água e construção de um dique, para recondução do Caia ao antigo leito. Prevê-se a reparação da ponte de pedra, sendo que a travessia se fazia então por uma estrutura de madeira no novo leito do Caia. Este projeto destinava-se a garantir a dignidade das edificações de aparato que se prepararam para a ocasião (Pimentel, 2010, p. 68).

Este episódio histórico serve para chamar a atenção para o carácter precário que podem ter os traçados viários devido a alterações climáticas e geomorfológicas que, infelizmente, não conseguimos documentar tão bem em Época Romana. É possível que a ponte que teria existido na Herdade das Caldeiras (n.º 34) “no antigo leito do Caia (...), de boa construção, muito antiga, onde deveriam ir dar caminhos”, referida por Leren Antunes em 1926<sup>77</sup>, fosse a mesma que já estaria soterrada sob os arrozais em 1982, quando Manuel Justino e Tarcísio Maciel a identificam através de “algumas aduelas de um arco e sinais de um outro” (Maciel & Maciel, 1985). Mas trata-se-á da ponte de pedra que D. Maria de Portugal cruzou em 1543, posteriormente reabilitada em

<sup>77</sup> Epistolário de Leite de Vasconcelos citado por A. Carneiro (2011, vol. 1, p. 144)



1729? E a ponte de pedra do séc. XVI estaria assente sobre (ou seria ainda) uma ponte de Época Romana? É de todo impossível saber. A referência ao recurso a uma ponte de madeira no episódio da troca das princesas afigura-se-me mais valiosa por poder indiciar que esta era uma solução frequente, presumivelmente também em Época Romana, para resolver as travessias viárias sobre cursos de água de caudal e percurso muito inconstante ao longo do tempo.

A existência de elementos seguros de ocupação romana junto da Herdade das Caldeiras (n.º 34) e da Alfarófia (n.º 35) levam-me a considerar que a Via XII atravessaria o Caia num ponto intermédio entre os dois locais, eventualmente no mesmo ponto de atravessamento usado pela estrada de Época Moderna. A descrição das condições de achamento de uma inscrição funerária, “perto do actual caminho que se dirige ao rio, do lado esquerdo, a cerca de duzentos metros da ponte” (Maciel & Maciel, 1985), reforça a possibilidade de existência de uma necrópole junto à via. A árula funerária muito provavelmente encontrar-se-ia *in situ*, tendo sido identificada no decurso de uma terraplanagem. No entanto, apesar de em 1990 os restos visíveis da ponte terem sido suficientes para que fosse cartografada no processo IPPAR n.º 4.07.007 (Carneiro, 2011, vol. 1, p. 144), os trabalhos de prospecção realizados posteriormente, quer por mim própria (Almeida, 2000, p. 133) quer por A. Carneiro (2011, vol. 1, p. 144) não puderam inequivocamente atestar a existência desta estrutura e, muito menos, de vestígios materiais da via que esta obra de arte servia.

### 3.2 Da travessia do Caia à milha 65

Da travessia do Caia, até à área mais acidentada onde se implanta a cidade medieval de Elvas, não existem grandes obstáculos a contornar, pelo que parece plausível que a via mantivesse um traçado retilíneo que se adaptaria à orografia suave do vale da ribeira da Lã, passando nas proximidades do sítio da Nora Úveda (n.º 36). Neste local foram por mim identificados significativos vestígios de ocupação romana (Almeida, 2000, pp. 112–113) que anos mais tarde tinham já sofrido considerável destruição devido à abertura de valas de rega (Carneiro, 2011, vol. 2, p. 152).

A relação deste local com a proximidade de um itinerário principal é dada por fontes históricas que referem ser este um dos sítios em que o exército português assentou arraiais durante a Guerra da Restauração (Pires, 1931, p. 33,72). As mesmas fontes registam a existência de uma atalaia ou torre, com as designações de Atalaia da Têrrinha, Atalaia do Guadiana ou Torre de Úveda. Também à herdade da Nora Úveda está associado a um casamento de dois elementos de importantes casas nobres portuguesas e espanholas durante o período da união ibérica: “numa capela que nos antigos documentos oficiais tem a invocação de S. João d'Ubeda<sup>78</sup>, se celebrou aos 16 de Junho de 1603” o casamento de D. Theodosio II, 7º duque de Bragança, com D. Ana de Velasco y Giron, filha do 5º duque de Frías<sup>79</sup> (Pires, 1931, p. 72).

Continuando a atravessar uma paisagem de relevo suave e com uma rede hidrográfica pouco significativa, a via não encontraria nenhum obstáculo orográfico até à área onde se situa a atual cidade de Elvas. A passagem da via por Elvas (n.º 124) é tida como muito provável para vários autores (Alarcão, 2006; Mantas, 2012a; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014), embora não seja claro que tipo de ocupação teve o local em

---

<sup>78</sup> Este matrimónio aparece referido em muitas fontes historiográficas como tendo sido celebrado em Elvas ou mesmo Vila Viçosa. Haveria que explorar melhor as invocações dos templos nesta área regional para ter como certeza a localização da capela de S. João de Úbeda na atual Herdade da Nora Úveda mas, nesta fase, confia-se na interpretação do erudito elvense A. Thomaz Pires. A ermida ou capela, bem como as casas de habitação da propriedade, terão sido destruídas na sequência da Guerra da Restauração, estando em ruína em 1678 (memórias manuscritas de Afonso Gama Palha, citadas por Thomaz Pires).

<sup>79</sup> Desta união nasceria, no ano seguinte em Vila Viçosa, o futuro rei de Portugal D. João IV.

Época Romana.

A ocupação romana da atual cidade de Elvas é tradicionalmente assumida, como costuma acontecer em Portugal com muitos núcleos urbanos de fundação anterior à nacionalidade. Contudo, os vestígios dessa ocupação, habitualmente invocados, são achados descontextualizados de inscrições, um fragmento de mosaico e um baixo relevo (Alarcão, 1988, p. 156). Desconhecem-se as condições em que estes achados foram feitos e, das 12 epígrafes publicadas, a maioria é referente ao “aro de Elvas” não sendo certa a sua atribuição à área urbana (Encarnação, 1984, p. 636 e ss). Uma destas inscrições (IRCP576) refere-se a um cidadão inscrito na tribo *Papiria*, e foi vista na cidade por André de Resende "em casa de um fidalgo", não havendo contudo nenhuma indicação da sua localização original (Resende, 2009, pp. 350–351).

Esta riqueza epigráfica é certamente responsável pela presunção da existência de um núcleo urbano romano em Elvas, ainda que de segunda ordem (Alarcão, 2006, p. 255). Este aglomerado antecederia a fundação árabe da cidade mas, na realidade, nenhuma das intervenções arqueológicas realizadas até agora na área urbana revelaram ocupação anterior ao séc.X<sup>80</sup>. A inexistência de uma ocupação de carácter urbano na colina onde se implantou a cidade medieval não invalida, contudo, que existisse uma densa ocupação rural na planície circundante. Este território, de elevada aptidão agrícola e abundantes recursos hídricos, certamente beneficiou da passagem de uma via principal para o seu desenvolvimento económico (Almeida & Carvalho, 2004; M. J. de Almeida, Carvalho, Dias, & Prudêncio, 2005). Muitos dos vestígios de ocupação romana atribuídos à cidade de Elvas poderão ser provenientes desta área rural, tendo sido transportados para o núcleo urbano em época histórica, sobretudo nos séc. XVIII e XIX quando se assiste a um interesse antiquarista e colecionista pela antiguidade clássica elvense (Almeida, 2002).

A ocidente de Elvas e até Estremoz, a proposta de traçado da via segue a antiga estrada real Lisboa-Badajoz. Esta estrada terá sido alterada com a ascensão da Casa de Bragança ao trono de Portugal: a área de Borba / Vila Viçosa passa a assumir uma

---

<sup>80</sup> Informação baseada na informação disponível sobre trabalhos arqueológicos no centro histórico da cidade de Elvas (Direção Geral do Património Cultural, 2015); a propósito da fundação árabe ou “visigótica” da cidade vejam-se os trabalhos de M. Sampayo (2008) e F. Branco Correia (2013).

relevância que justifica o desvio a sul para servir o que passou a ser, em Época Moderna, um nó central na rede viária. Até então, o caminho fazia-se mantendo a orientação E-W, passando pela atual povoação da Orada (n.º 42). Este eixo foi fundamental durante a Guerra da Restauração, sendo referido frequentemente na movimentação dos exércitos português e espanhol, com particular destaque para o episódio do “desastre do terço de Évora” em outubro de 1645 (Pereira, 1947, pp. 387–390).

A povoação da Orada tem o seu topónimo derivado do orago da igreja de Nossa Senhora da Orada, cuja fundação é atribuída ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira (Espanca, 1978, pp. 149–151). Contudo, em documentação mais antiga, o local é referido como Vendas de Alcaraviça ou Alcaravissa, o que pode confundir a referência a este topónimo com a povoação de Alcaraviça, mais a sul. Na realidade, o topónimo deriva de um hidrónimo (Serra, 1965, p. 105) que dá nome, quer à ribeira de Alcaraviça<sup>81</sup> (Cardoso, 1747, p. 164), quer aos *campos* que esta atravessa (J. de M. e Castro, 1752, p. 179). Não há dúvida pois que a “passagem da Alcaraviça” se refere ao local da *venda*, onde existia também, em Época Medieval e Moderna, uma estação de posta (G. Ferreira, 2008, p. 70) e que corresponde à povoação da Orada.

Assim, a ocidente de Elvas, a via seguiria este eixo, parcialmente coincidente (até Casas Velhas) com a atual EN 372. Neste primeiro troço, teria passagem por dois pontos que, não tendo qualquer evidência material de ocupação em Época Romana, parecem ser muito relevantes na rede viária medieval e moderna. O Chafariz d'el Rei (n.º 38) é uma estrutura de Época Moderna, integrada no aqueduto da Amoreira, cuja construção se inicia no séc.XVI e se prolonga até ao início da centúria seguinte. O local está associado a um ponto de paragem no percurso da “estrada velha” ou “estrada real” entre Lisboa e Badajoz. António Tomas Pires refere que o monumento, em alguns documentos da cidade de Elvas, é designado Chafariz da Mesa d'El-Rei ou Sítio das Mesas d'El-rei; a tradição popular justificaria esta designação porque “Vindo de Elvas um dos reis de Portugal e passando naquele local, ali se armaram tendas e se estenderam mesas para se lhe oferecer uma refeição” (Pires, 1931, p. 38). A maioria dos itinerários documentados em época histórica tem naturalmente a cidade de Elvas como local de paragem, mas,

<sup>81</sup> Também com a grafia Alcazariffa (Duarte, 1758).

admitindo a inexistência de um núcleo urbano em Época Romana, o local do Chafariz d'el Rei (n.º 38) representaria um ponto de paragem lógico: situa-se sensivelmente a meio de uma jornada de viagem que se tivesse iniciado na travessia do Guadiana. Regista-se a coincidência deste sítio com a milha 54 a contar de *Augusta Emerita*, de acordo com o traçado proposto. Embora seja tentador justificar a relevância do sítio na Via XII com base nesta coincidência, mais significativa parece ser a disponibilidade de água no local. A estrutura moderna destina-se à distribuição de água conduzida pelo aqueduto da Amoreira, mas nas imediações existem abundantes poços e nascentes, recurso essencial a um ponto de paragem em qualquer caminho<sup>82</sup>.

Também o sítio da Calçadinha (n.º 39) não tem qualquer evidência conhecida de ocupação romana mas é considerado por diferentes autores como ponto de passagem da via (Saa, 1956, vol. 1, p. 130; M. J. de Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín, & Morgado, 2011, p. 196; Carneiro, 2011, vol. 1, p. 145). A primeira referência ao topónimo, como Herdade da Calçadinha, data de 1535 (Câmara Municipal de Elvas, 2010), depreendendo-se a existência de uma via pavimentada, pelo menos, desde o séc. XIV/XV. A tradição popular atribui a cronologia romana a esta calçada mas, objetivamente, não há elementos que permitam aferir a sua cronologia, tanto mais que hoje a referida “calçadinha” não passa de uma memória toponímica. Mais uma vez, é no percurso da antiga estrada real que fazia a ligação de Badajoz a Lisboa que se baseia a proposta de traçado, na falta de informação arqueológica coeva.

Para ocidente, a Via XII percorria um território de fácil progressão, com relevo suave e cursos de água pouco caudalosos. Esta seria uma paisagem rural fortemente humanizada, pontuada por *uillae* e outros tipos de ocupação de carácter agrícola. Destaca-se o complexo que agrega a *uilla* do Carrão (n.º 120) e a necrópole da Chaminé (n.º 121), bem como os sítios de São Romão (n.º 119) e Monte do Passo (n.º 118), que parecem também corresponder a edifícios ou complexos edificados de alguma relevância. Estes sítios encontram-se relativamente afastados do que seria a via principal, sendo muito provavelmente servidos por uma rede de caminhos secundários.

---

<sup>82</sup> A menos de um quilómetro existe um manancial de água com propriedades termais, designado como Fonte Santa; a estrutura existente no local é de cronologia indeterminada mas regista-se o potencial que representaria como ponto de apoio ao viajante neste eixo viário (Bastos, Quintela, & Matos, 2002).

O percurso continuaria a acompanhar a atual EN 372 até encontrar a ribeira da Colónia, curso de água que atravessaria onde hoje se situa o monte das Casas Velhas. Nesse local, a via romana seguia para ocidente, enquanto a estrada contemporânea se dirige a NW para servir a povoação de Vila Fernando<sup>83</sup>.

Esta orientação E-W implica a transposição de um conjunto de elevações, de orientação perpendicular, que têm no vértice geodésico dos Sapateiros o seu ponto mais elevado a sul (469m). Com os cabeços de Alcarapinha (455m) e S. Romão (448m), define uma linha de cumeeada que, não sendo um verdadeiro obstáculo à progressão no terreno, é muito expressiva na paisagem.

Com efeito, apesar da cota altimétrica não ser muito elevada, a posição relativa na paisagem garante um impressionante domínio visual sobre a zona envolvente (figuras 27 e 28). Estas características terão estado na base da implantação da ocupação romana identificada na Atalaia dos Sapateiros (n.º40) por A. Viana e A. Dias de Deus (1955, pp. 571–577), bem como da fortificação moderna cujas ruínas se conservam no local.



*Figura 27: Cume dos Sapateiros: vista para nascente*

<sup>83</sup> Este aglomerado populacional terá origem num conjunto disperso de habitações rurais, referidas por este topónimo a primeira vez em meados do séc. XIV; o nome deve-se a D. João Fernandes de Lima, casado com D. Maria Anes, filha de D. João Peres de Aboim e herdeiro das suas terras na zona de Elvas. Anteriormente este conjunto de habitações eram conhecidas pelo topónimo Alcarapinha. Por vezes também é referido como Aldeia da Conceição, topónimo derivado do orago da igreja matriz (Louro, 1966; Câmara Municipal de Elvas, 2010; Lopes, 2011, p. 49).



*Figura 28: Cume dos Sapateiros: vista para poente*

Infelizmente não sabemos muito sobre a ocupação romana, já que a escavação realizada em meados do séc. XX se limitou a um “pequeno espaço de terreno” onde foi recolhida abundante cerâmica comum e de construção, *terra sigillata*, pesos de tear e moedas de bronze. No conjunto numismático destacam-se as cunhagens emeritenses, além de um denário republicano, um bronze de Augusto, um de Cláudio e outro de Domiciano (Deus et al., 1955, p. 571; 577). A referência a materiais de cronologia republicana levou C. Fabião (1998, p. 385) a levantar a possibilidade de se tratar de núcleo de povoamento “principal” durante a Idade do Ferro, ao qual estaria associada necrópole da Chaminé (n.º 121). Com efeito, aí foi identificada uma primeira fase de utilização com 150 sepulturas de incineração cuja cronologia se situará entre a Idade do Ferro e os começos do império (Frade & Caetano, 1993, p. 850). Esta fase da necrópole seria assim contemporânea da ocupação da Atalaia dos Sapateiros, seguida de uma fase mais tardia, aparentemente após um hiato de utilização, onde o rito passa a ser a inumação. Esta necrópole está associada à *uilla* do Carrão (n.º 120), que terá sido ocupada, pelo menos, até época baixo-imperial (Deus et al., 1955, p. 577). A informação disponível sobre os trabalhos arqueológicos realizados na Atalaia dos Sapateiros, Carrão e Chaminé não é suficiente para perceber a relação funcional e cronológica entre eles, mas deixa antever uma importância estratégica deste sítios na ocupação do espaço em

Época Romana, a que não seria alheia a passagem de uma via principal.

A relevância da Atalaia dos Sapateiros na definição do traçado da via é dada também pelas referências na literatura militar e de viagens, de Época Moderna e Contemporânea, por autores como E. Lassota de Steblovo (1580-1584)<sup>84</sup>, A. Jouvin (1672)<sup>85</sup> ou J. de Cornide (1801)<sup>86</sup>. Nas memórias paroquiais de 1758 refere-se claramente a ligação da “celebre atalaya chamada dos Sapateyros” à “estrada real da Corte para a cidade de Elvas” (Segurado, 1758). Outro dado importante é a disponibilidade de água: a “Fonte dos Sapateiros” é assinalada nas fontes históricas, escritas e cartográficas, sendo certamente um ponto de paragem e de abastecimento de água de viajantes e animais<sup>87</sup>. Considerando a hipótese do Chafariz d'el Rei (n.º 38) corresponder a uma paragem a meio do 3º dia de jornada, o viajante procedente de *Augusta Emerita*, na zona dos Sapateiros, estaria a cumprir o final desse dia de viagem.

A identificação no terreno da fonte dos Sapateiros não foi possível já que existe, no sopé da cumeada dos Sapateiros, uma série de estruturas deste tipo (tanques, poços e fontes de chafurdo) que podem corresponder a esta fonte histórica<sup>88</sup>. Sendo aproveitamentos hidráulicos utilizados numa diacronia longa, são sucessivamente remodelados ou substituídos por estruturas adjacentes, sendo praticamente impossível perceber qual a cronologia inicial da sua construção.

Será a fonte dos Sapateiros que é assinalada na Carta Corográfica de Portugal (Folque, 1856, f. 25) como “Chafariz del Rei”, a sul do vértice geodésico da Atalaia dos Sapateiros, numa estrada principal de orientação E-W entre Elvas e Estremoz (por Orada).

---

<sup>84</sup> *Viajes de extranjeros por España y Portugal*, J. García Mercadal, ed. (1999, vol. 2, pp. 411–451)

<sup>85</sup> *Idem* (García Mercadal, 1999, vol. 3, pp. 630–631)

<sup>86</sup> *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801* (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, pp. 371–381)

<sup>87</sup> A importância do abastecimento de água neste local é atestada pela destruição que os portugueses fazem do “tanque da fonte dos Sapateiros, romp[endo]-lhe os canos e dividi[ndo]-lhe a água”, por ocasião do cerco de Vila Viçosa em 1665, com o intuito de travar a marcha dos exércitos espanhóis (L. de Meneses, 1751, vol. IV, pp. 299–300); a fonte é referida também no *Aquilégio Medicinal* assinalando-se que nela “acamparam os exércitos nas referidas guerras que houve entre Portugal e Castela” (Henriques, 1726, pp. 191–192)

<sup>88</sup> Nomeadamente nos atuais montes da Alcarapinha, Alatalaia, Alalaia Nova e Texugo





Figura 29: Reprodução parcial das folhas 25 e 26 da Carta Corográfica de Portugal (Folque, 1856)

A representação desta estrada principal a sul da Atalaia dos Sapateiros coloca uma série de questões sobre a forma como a Via XII contornaria ou atravessaria esta linha de elevações. Embora sem o rigor da cartografia de Filipe Folque, justamente considerado o introdutor da cartografia científica em Portugal (M. C. P. da Costa, 1990), o mesmo eixo viário aparece representado na carta de Tomás Lopez (1782) aparentemente contornando este acidente geográfico a norte (Figura 30). No entanto, a representação do relevo na cartografia do séc. XVII não pode ser entendida de uma forma realista, assumindo muitas vezes um carácter simbólico associado a interesses geopolíticos (Dainville, 1964, pp. 167–171). No caso concreto desta carta pode ainda corresponder a uma delimitação de bacias hidrográficas, numa aplicação gráfica dos preceitos do cartógrafo Philip de Bouache (Alegria, 1977, pp. 190–191). Em qualquer dos casos, parece relevante considerar esta representação cartográfica dos finais do séc. XVIII na proposta de desenho da via romana neste ponto.



Figura 30: Excerto do Mapa General do Reyno de Portugal (1782) com indicação da linha de relevo representada na área dos Sapateiros

Em trabalhos anteriores publicados com A. Carneiro, F.G. Rodríguez Martín e P. Morgado, defendi que a via romana faria o atravessamento entre os cumes de Alcarapinha e São Romão (Almeida & Carneiro, 2014; M. J. de Almeida et al., 2011, pp. 196–197). Essa proposta baseava-se na informação arqueológica dos sítios de Alcarapinha (n.º 41) e Herdade de Alcobça (n.º 6), na análise do que nos pareceu ser a fossilização do traçado romano na rede de caminhos rurais atuais e nas características do percurso observadas no terreno.

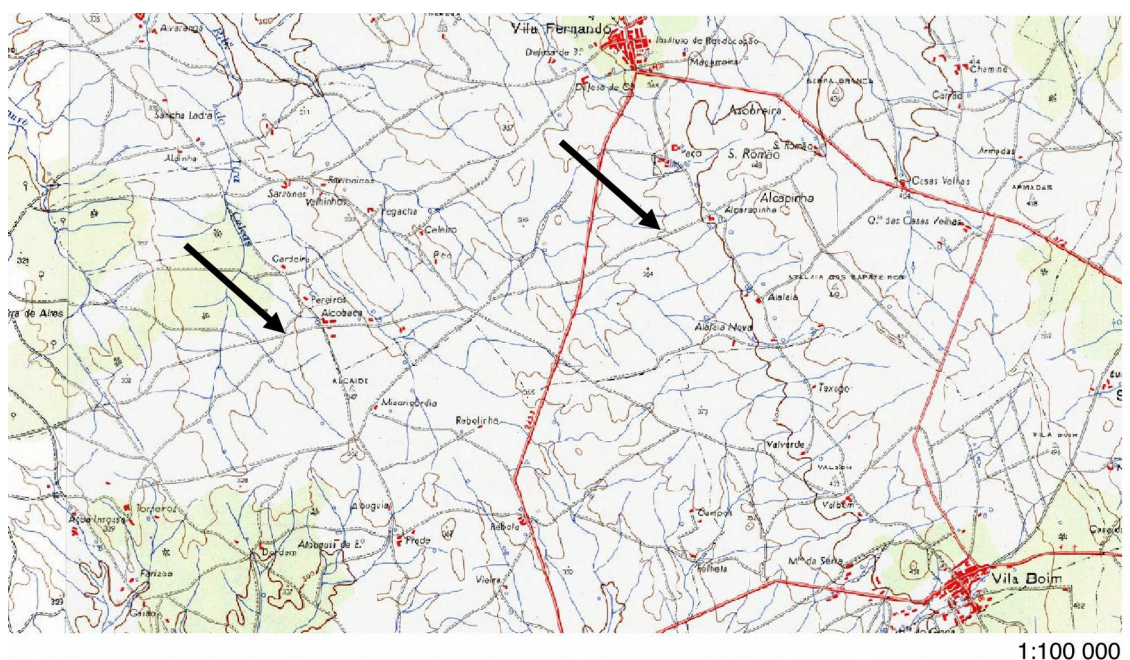


Figura 31: Reprodução parcial da carta de Portugal Continental (Direção Geral do Território, 2016) com indicação dos caminhos rurais na base da proposta de traçado da Via XII

Na realidade, este conjunto de colinas não constitui nenhuma barreira intransponível sendo fácil a passagem entre os cumes. A possibilidade de as contornar, quer a sul quer a norte, também é viável e não implica um desvio muito significativo na orientação pretendida. Apenas se se escolher a opção a norte o caminho se torna um pouco mais longo, porque faz sentido que contorne também o vértice da Serra Branca (435m), alinhado com o extremo norte da cumeada dos Sapateiros.

De uma forma esquemática, a figura 32 representa quatro hipóteses de percurso:

- A: Caminho de menor custo entre Calçadinha (n.º 39) e Orada (n.º 42)<sup>89</sup>
- B: percurso desenhado sobre as folhas 25 e 26 da [Carta Corográfica de Portugal 1:100000 (Folque, 1856);
- C: percurso desenhado em função da informação arqueológica, análise no terreno e dos caminhos rurais atuais;

<sup>89</sup> O mapa de custo foi calculado exclusivamente com base na altimetria; o caminho de menor custo foi calculado com recurso ao software *Grass* utilizando o algoritmo *r.drain*

- D: percurso desenhado de forma esquemática por comparação visual do *Mapa general del Reyno de Portugal* (Lopez de Vargas Machuca, 1782) com a cartografia atual.

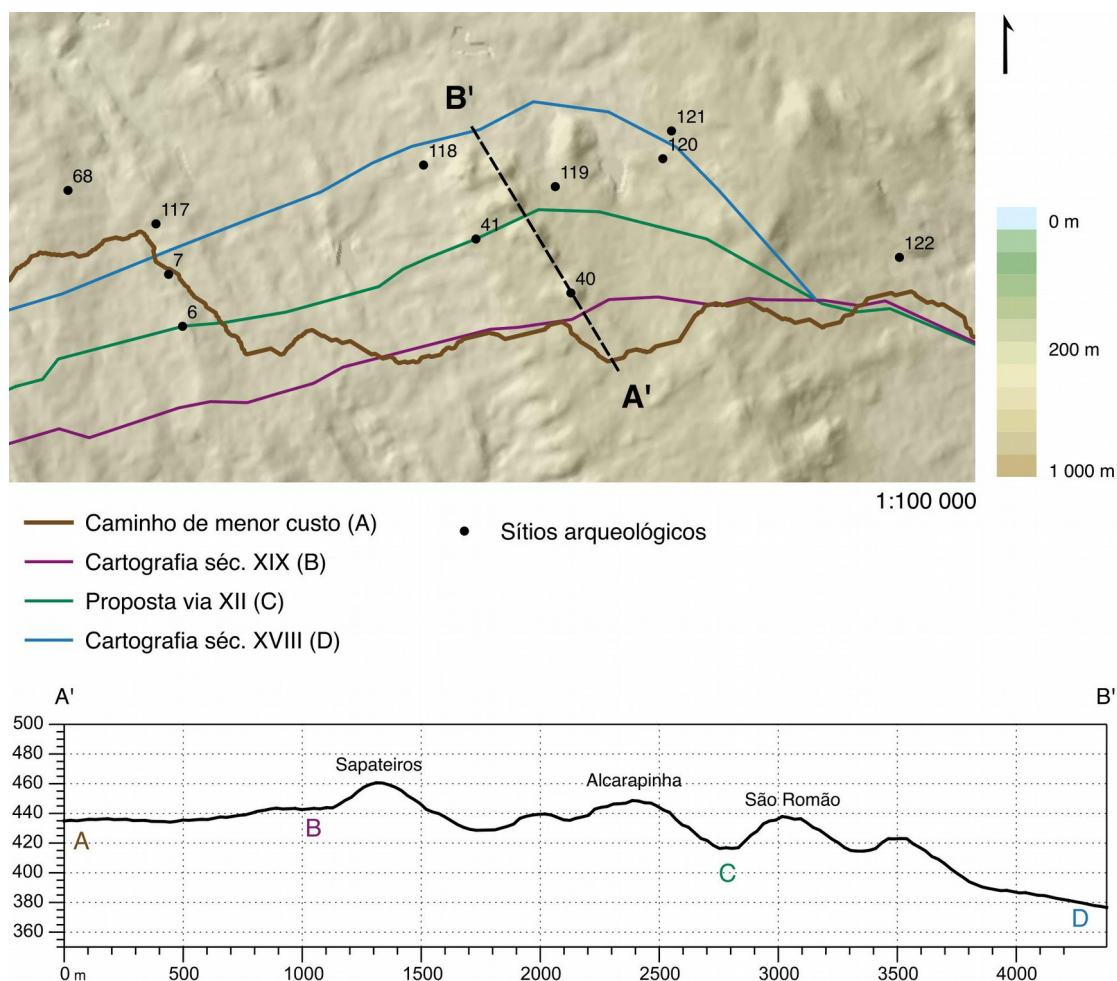


Figura 32: Representação esquemática das hipóteses de atravessamento da cumeada dos Sapateiros

O perfil A'/B' reforça a ideia da viabilidade de qualquer das hipóteses e a importância da Atalaia dos Sapateiros (n.º 40) no controlo visual de qualquer uma delas. Os vales entre os cumes de Sapateiros e Alcarapinha, e entre este e São Romão, são ambos atravessados atualmente por caminhos bastante usados por veículos ligeiros e agrícolas, podendo ser as portelas a que o topónimo do Monte do Passo (n.º 118) se refere.

A inclusão do caminho de menor custo neste conjunto de hipóteses faz-se com a consciência da sua artificialidade. Os pontos de partida e chegada foram escolhidos em função da orientação geral do traçado, presumida previamente com base em informação de época histórica, sem que possa haver uma certeza da sua correspondência em Época Romana. Não é possível, a esta escala de análise, incluir todos os fatores que determinavam o custo de deslocação porque não existem dados que permitam reconstituir com objetividade a paisagem que a via romana atravessava. Mesmo a topografia, o único fator considerado, pode ter sofrido alterações – que modificam o resultado final – decorrentes da transformação do solo pelo intenso uso agrícola que aqui se verificou no último século. Por último, e talvez mais importante, uma abordagem deste tipo, para ser consequente, implica um domínio das ferramentas de análise que não possuo e que provavelmente só conseguiria em colaboração com especialistas de outras disciplinas que pudessem complementar a leitura arqueológica deste território (Herzog, 2013). Ainda assim, pareceu-me interessante juntar este vetor aos restantes três, também eles contaminados pela artificialidade decorrente das limitações das respetivas fontes documentais.

O que este exercício mostra, sobretudo, é a multiplicidade de opções alternativas de progressão numa paisagem de trânsito fácil. Não é fácil escolher nenhuma delas porque todas são viáveis. Considerando a longa diacronia de utilização deste eixo viário, é até mesmo possível que todas tenham sido utilizadas em momentos distintos, já que a perenidade das vias romanas se afirma mais nos grandes eixos definidos por itinerários de longa distância do que na materialidade e conservação das infraestruturas (Mantas, 2015, p. 108).

As hipóteses B e C são os percursos mais retilíneos que, como tal, mais vão ao encontro aos padrões de construção viária do império (Quilici, 2008, pp. 558–562). O traçado mais sinuoso do caminho de menor custo é resultado de uma progressão natural e não construída: o que são hoje os caminhos rurais na base da hipótese C foram abertos em linha reta, cortando e afeiçoando em alguns pontos o substrato rochoso de modo a obter um pavimento regular, técnica construtiva frequente no mundo romano peninsular (Moreno Gallo, 2009). Curiosamente, destes dois trajetos paralelos, a hipótese B é

aquela de que menor evidência se reconhece hoje na paisagem, quer na observação no terreno quer na fotografia aérea. Eventualmente podemos pensar que o traçado representado por F. Folque no séc. XIX corresponde a uma deslocação da “estrada velha” (hipótese C) para sul: teria assim estado em uso menos tempo, perdendo importância para o eixo correspondente à atual EN 4 que, já na época dos levantamentos da *Carta Geral do Reino*, era o percurso preferencial. No entanto, esta possibilidade é meramente conjectural no estado atual dos nossos conhecimentos.

O que me leva a manter a hipótese C como proposta de traçado da Via XII não é, contudo, nem o traçado retilíneo, nem as características construtivas e muito menos conjecturas tão válidas como quaisquer outras igualmente infundamentadas. O confronto com a informação arqueológica nesta área é essencial e pode fornecer argumentos mais válidos para o desenho proposto.

A ocupação romana de Alcarapinha (n.º 41) é testemunhada pela existência de uma necrópole identificada por A. Dias de Deus junto de uma anta (Viana, 1950, p. 293). O padre H. Silva Louro refere ainda um marco miliário em granito com a inscrição [incompleta] CAES., “que se encontrava na esquina do monte de Alcarapinha” (Louro, 1966, pp. 5–6). No local coincidente com esta descrição existe um elemento em granito que poderá corresponder ao miliário. Em nenhuma das faces visíveis se identifica a suposta inscrição, mas é visível um entalhe que indica a sua utilização ou reutilização como contrapeso de lagar. Na face encostada ao edifício parece adivinhar-se um “C” mas, dadas as condições de observação e a impossibilidade de deslocar a peça, esta identificação deve ser considerada com muitas reservas. Assim, continua em aberto a possibilidade de se tratar do miliário descrito pelo P.º Louro e/ou de ser um elemento que testemunha a produção de azeite ou vinho em Época Romana.



*Figura 33: Eventual miliário e/ou contrapeso de lagar em Alcarapinha (n.º 41)*

Da Herdade de Alcobaça (n.º 6) são provenientes dois marcos miliários (IRCP 670 e 679) que comprovam a existência de uma via romana nesta área. Infelizmente não são conhecidas as circunstâncias do achamento destes monumentos epigráficos, um dos quais se encontra depositado no MNA em Lisboa desde o início do séc. XX e o outro no Museu de Vila Viçosa. Ambos terão sido recolhidos na propriedade agrícola designada como Herdade de Alcobaça, um dos quais com a indicação toponímica de “Cabanas” (IRCP 679), que não foi possível identificar. Este último deverá ser o exemplar que Mário Saa viu no “Monte de Alcobaça [...] [e que] deve ter recolhido ao Museu Elvense”<sup>90</sup> (Saa, 1956, vol. 1, p. 293).

<sup>90</sup> Poderá ter sido posteriormente levado para o museu de Vila Viçosa (são vários os sítios arqueológicos do concelho de Elvas cujo espólio foi repartido em meados do séc. XX por estes dois museus) ou tratar-se de uma presunção errada do autor.

Um destes monumentos (IRCP 670 = MNA E 6342) tem a menção expressa à contagem miliária (*milia passuum XXXXXXVI*), o que o torna num elemento precioso para a interpretação da rede viária regional. Por essa razão, a atribuição de proveniência assume uma relevância significativa, podendo alterar consideravelmente as propostas de traçado da via. A localização original do miliário na Terrugem, presumivelmente associado ao sítio romano e tardo antigo existente na antiga sede de freguesia (CNS 4599 = 5700), foi por mim contestada no âmbito da minha dissertação de mestrado (Almeida, 2000, pp. 162–164). O erro na atribuição da proveniência radica na referência à “freguesia da Terrugem” na notícia de incorporação da peça no MNA (Vasconcelos, 1914, p. 249): embora não seja possível conhecer com segurança os limites da propriedade designada como “Herdade de Alcobaça” no início do séc.XX, sabemos que estaria integrada em duas freguesias diferentes: Terrugem e Vila Fernando, sendo que o limite das atuais freguesias<sup>91</sup> passa exatamente no local onde se situam as casas do monte do Alcobaça<sup>92</sup>.

Embora a minha argumentação seja contestada por autores como J. Alarcão (2006, pp. 233–234), o confronto com a realidade arqueológica observada no local parece validar esta proposta (Rodríguez Martín, 2008, pp. 424–427; Carneiro, 2011, vol. 2, pp.140–141). Por outro lado, a contagem de milhas desde *Augusta Emerita* ao longo do traçado proposto, situa a milha 65 a menos de 500m a W das casas do monte ou, provavelmente mais significativo, do limite territorial das antigas paróquias de Vila Fernando e Terrugem.

Nas imediações do conjunto edificado do atual monte, trabalhos de prospeção de superfície permitiram identificar manchas de dispersão de materiais arqueológicos romanos em ambos os lados do caminho. Na notícia de achamento de um dos miliários (IRCP 679) afirma-se que este monumento foi encontrado junto com uma coluna e capitel de mármore, numa área "a poente do monte e, a poucos metros na descida, os arados levantam grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o

---

<sup>91</sup> União das freguesias de Terrugem e Vila Boim e União das freguesias de Barbacena e Vila Fernando.

<sup>92</sup> No *Diccionario Geografico* do Pe. LuisCardoso (1747, p. 173) refere-se Alcobaça como “aldeia na província do Alentejo, bispado e comarca da cidade de Elvas, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Fernando”, depreendendo-se da classificação como *aldeia* a existência de um aglomerado populacional de alguma dimensão .



trigo" (Louro, 1966, pp. 6–7). Não é possível saber a que tipo de ocupação estes vestígios correspondem, podendo tratar-se de uma *uilla* ou de um estabelecimento de apoio à circulação viária<sup>93</sup>.

A menos de um quilómetro a norte, foi identificada uma necrópole de inumação, Monte do Alcobaça (n.º 7), parcialmente destruída em 1986 em sequência de trabalhos agrícolas. Os dados disponíveis relativos à intervenção arqueológica de emergência realizada no ano seguinte não permitem caracterizar este sítio do ponto de vista cronológico, sendo o espólio recolhido maioritariamente constituído por material de construção, com escassos fragmentos de cerâmica comum e *terra sigillata* não classificada. Foi recolhido um denário de Antonino, sem contextualização estratigráfica (Dias & Fernandes, 1989).

Registe-se que este último sítio se encontra também próximo (mais ou menos à mesma distância para norte do que a que o separa a sul do monte de Alcobaça) da área do Monte dos Serrones (n.º 117), onde é bem conhecida uma necrópole escavada por Abel Viana e A. Dias de Deus, em que se identifica a coexistência de rituais funerários de incineração e inumação (Frade & Caetano, 1993, p. 852). Trabalhos de prospeção realizados em 2000<sup>94</sup> dão conta da existência de sepulturas de cronologia romana nas imediações do Monte dos Serrones e Sarronicos, bem como de achados descontextualizados (“peso de tear, estatueta em cerâmica, *sigillata*”) que poderão estar relacionados com a necrópole escavada em meados do séc. XX ou com outro tipo de ocupação coeva. Provavelmente todos estes achados (identificados na base de dados *Endovélico* como sítios diferentes) fazem parte da mesma realidade arqueológica, testemunhando a utilização do espaço numa larga diacronia<sup>95</sup>.

Verificando a distribuição destes achados – ao qual se junta o sítio da Aldinha (n.º 68) – ao longo de um caminho retilíneo de orientação N-S, A. Carneiro (2011, vol. 1, pp. 147–148) supõe, como já foi referido, a existência de um *diverticulum* que faria, neste ponto, a ligação entre a Via XII e a via XIV. Este eixo secundário coincide parcialmente com o

<sup>93</sup> Note-se que as hipóteses não são mutuamente exclusivas.

<sup>94</sup> Projecto *PNTA/98 - As Comunidades Pré-históricas dos 4º e 3º milénios na Região de Monforte* da responsabilidade de Rui Jorge Narciso Boaventura

<sup>95</sup> Uma das sepulturas (CNS 24162) é datada da Época Medieval pela tipologia (fossa de forma sub-retangular escavada na rocha).

caminho de menor custo (A), continuando para norte, passando na Torre do Curvo, já fora da área de estudo por mim considerada, onde se regista a existência de um marco miliário (CNS5714=CNS24179=IRCP664).

A informação arqueológica de que dispomos para caracterizar esta área é fragmentária e dispersa: no entanto, é suficiente para antevermos uma ocupação intensa em Época Romana que beneficiaria da passagem de uma via principal e a ela estaria intimamente ligada. A contagem miliária expressa num dos marcos aqui encontrado faz-se tendo a capital provincial como *caput viae*, deixando adivinhar uma significativa relevância deste ponto como nó viário. O facto de nesta zona se cruzarem uma série de limites administrativos atestados desde, pelo menos, Época Moderna – paróquias, municípios e comarcas (Silveira, 2005) –, pode ser um argumento a favor dessa relevância, como se explorará mais adiante. (cf. 4.2). Outro dado digno de nota, já por mim destacado em trabalho anterior (Almeida, 2000, p. 165), é que esta faixa definida pelo traçado da Via XII na área de Sapateiros / Alcobaça corresponde à linha de fecho entre as bacias hidrográficas do Tejo, a norte, e do Guadiana, a sul. Embora este limite provavelmente não fosse percebido em Época Romana como o entendemos hoje, pode estar na origem da definição de unidades fisiográficas na paisagem que determinam ser esta uma zona onde se encontram territórios diferentes, atravessados por um eixo viário principal cujo controlo assume particular importância. Embora numa época historicamente muito diversa, esta percepção de fronteira delimitada pela hidrografia terá encontrado eco na representação cartográfica desta área no séc. XVIII, assumindo a interpretação já referida de F. Alegria (1977, p. 191) relativa ao significado das linhas de relevo como “divisórias de águas”.

Assim, a área onde terá sido recolhido o miliário correspondente à milha 65 a contar da capital provincial pode representar a um nó de primeira ordem na rede viária, eventualmente marcando uma transição entre territórios. Analisado o ritmo de viagem, verifica-se que o final do terceiro dia de marcha se cumpre junto da cumeada dos Sapateiros. Os sítios de São Romão (n.º 119), Monte do Passo (n.º 118) e Alcarapinha (n.º 41) podem ser locais de paragem para a noite ou, estendendo a jornada mais 4 milhas, o próprio sítio da Herdade de Alcobaça (n.º 6).

### **3.3 O caminho das pedreiras e a travessia da Serra de Ossa**

A ocidente de Alcobaça, a via seguiria em linha reta em direção à atual povoação da Orada, fazendo um ligeiro desvio para sul para contornar a Serra de Aires. A Orada corresponde, como vimos, às Vendas de Alcaraviça, referidas nas fontes históricas de Época Moderna como ponto de passagem da estrada real Lisboa-Badajoz: além das movimentações dos exércitos português e espanhol durante a Guerra da Restauração, já na viagem de Filipe III a Portugal em 1619, o caminho de Elvas a Estremoz se faz “por Vila Boim e Vendas da Alcaraviça” (Silva, 2008, p. 282).

As memórias paroquiais de 1758 fornecem também importantes dados sobre a relevância viária do sítio da Orada (n.º 42). Ficamos a saber que, à data, tinha um “correyo de postas com treze cavallos promptos” e “tres estalages, que ficam na estrada real de Estremoz para Elvas”. Refere-se ainda que a mesma estrada real tem “huma ponte de pedraria, muito perto da jgreja parochial” (Duarte, 1758).

Apesar da abundância de fontes para épocas históricas, não existe nenhuma evidência material que inequivocamente associe o atual caminho rural, entre a Herdade de Alcobaça e Orada, à via romana. Junto do cemitério da Orada, existe um painel de azulejos contemporâneo que assinala, no início desse caminho rural, a “estrada romana”: trata-se da memória da via romana que sobreviveu na tradição popular ou uma criação contemporânea de uma ideia que se pretende construir como memória futura? É impossível saber. No entanto, considerando os testemunhos de ocupação romana, que se distribuem ao longo deste caminho entre a ribeira da Colónia e a ribeira da Alcaraviça, e a relevância deste eixo viário em época histórica, parece coerente fazer coincidir a Via XII com este traçado.



*Figura 34: Marco quilométrico contemporâneo com alusão à estrada romana (Orada)*

Da Orada para ocidente, até à área de Estremoz, o traçado proposto coincide com a EM 506. Não existe nenhuma evidência no terreno que autorize esta reconstituição mas parece ser a passagem em linha reta topograficamente mais favorável, com um desvio a sul na zona da Estalagem da Raposa para evitar o atravessamento da ribeira de Ana Loura, que aí tem um caudal mais significativo. O topónimo “estalagem” é certamente sugestivo (Carneiro, 2011, vol. 1, p. 147), mas nada indica que possa ter origem romana: como vimos, este é o trajeto histórico da estrada real, podendo o topónimo estar associado a uma utilização semelhante em Época Medieval e Moderna. No único ponto próximo em que se registam testemunhos arqueológicos de Época Romana, Monte da Igrejinha (n.º 181), o que é observável hoje no local não confirma a monumentalidade dos vestígios descritos por T. Espanca (1975, p. 221), que refere a existência de “alicerces de um balneário, sepulturas, fragmentos de colunas de mármore, cerâmica e outros elementos arqueológicos”.

Junto à colina onde se implantou o núcleo urbano medieval de Estremoz, os testemunhos de Época Romana são abundantes e significativos. O desenvolvimento da cidade de Estremoz e, sobretudo, a exploração das pedreiras adjacentes, causaram contudo grandes transformações na paisagem em época histórica que dificultam a

leitura e interpretação desses vestígios.

Embora as notícias dos achados sejam pouco precisas, estes parecem concentrar-se em torno da capela gótica da Senhora dos Mártires (n.º 11). É referida a observação, normalmente em sequência de obras de remodelação da capela e respetivo convento, de sepulturas de inumação, dois túmulos em mármore, moedas, bem como de espólio votivo encontrado em sepulturas (Crespo, 1950; Espanca, 1975, pp. 89–92; Fonseca, 2003, p. 148–149; 180).

Um dos testemunhos mais notáveis é uma ara dedicada a Cibele cuja atribuição de proveniência é, infelizmente, pouco fundamentada: foi adquirida num antiquário em Cascais, em conjunto com fragmentos de mosaico. Posteriormente, o comprador “conseguiu avistar-se com o achador da ara e dos fragmentos, que lhe declarou que eles provinham da grande estação arqueológica da Senhora dos Mártires, a sueste de Estremoz.” (J. M. de Almeida & Ferreira, 1967, p. 47). A. Carneiro (2011, vol. 1, p. 82) levanta a possibilidade de esta ara fazer parte de uma estrutura cerimonial mais complexa na qual eventualmente estaria integrada a escultura figurativa também identificada com a mesma proveniência (Gonçalves, 2007, pp. 450-451; 528-529).

No final do séc. XVIII foi recolhido, cerca de 300m a sul da capela, um marco miliário em honra da nomeação como *caesari* de Crispo, Licínio-o-jovem e o futuro Constantino II. A fórmula epigráfica é semelhante à dos marcos miliários reaproveitados na igreja matriz de Evoramonte (n.º 477) e na necrópole da Silveirona (IRCP 673), o que parece demonstrar a importância dada nesta área da *Lusitania* a esse fato político (Encarnação, 1984, p. 758). Na notícia de achamento diz-se que a descoberta se fez na sequência de trabalhos agrícolas, mas é admissível que o miliário estivesse *in situ* ou, pelo menos, próximo da localização original (Carneiro, 2011, vol. 1, pp.148–149).

Não é possível saber que relação teria a via com os vestígios identificados na área da Senhora dos Mártires (n.º 11) que também não são fáceis de interpretar. A extensa área onde são reportados testemunhos romanos e a diversidade dos mesmos parece indicar a existência de complexos edificados que poderão fazer parte de algum tipo de aglomerado populacional. A implantação em plena área de exploração de mármore aponta para uma vocação industrial deste aglomerado, que A. Carneiro (2011, vol. 1, p.

99) considera ser um *uicus* integrado num eventual *pagus marmorarius*. Recorde-se, contudo, que até hoje o único local do anticlinal de Estremoz onde foi inequivocamente atestada a exploração de pedreiras em Época Romana é a Herdade da Vigária (CNS 5835), fora da área de estudo, junto a Bencatel (Alarcão & Tavares, 1989). A exploração dos mármore desta região em Época Romana é inquestionável e deduzida através de estudos petrográficos de proveniência do “produto final”: elementos arquitetónicos, escultura, suportes epigráficos em mármore “de Estremoz” são reconhecidos em vários pontos da *Hispania* (Cabral, Mustra, & Hauschild, 2004; Lapuente, Nogales-Basarrate, Royo, & Brilli, 2014; Mañas Romero, 2012; Taelman et al., 2013). A quase ausência de testemunhos diretos de exploração, inevitável numa área de laboração praticamente ininterrupta até aos dias de hoje, não facilita contudo a análise da distribuição espacial da atividade. A perceção da dimensão territorial da exploração do mármore em Época Romana seria fundamental para contextualizar os vestígios observados no sítio da Senhora dos Mártires (n.º 11), que não sabemos se ocuparia uma posição central ou periférica nesse contexto.

A grande estrutura hidráulica conhecida como Tanque dos Mouros (n.º 475) pode lançar alguma luz sobre o tipo de ocupação desta área. Situado a menos de 500m da capela gótica (considerada como ponto central da área de dispersão de vestígios de Época Romana), as suas dimensões originais – que se estimam 90x45x(3 a 5)m – implicam o armazenamento e/ou aproveitamento de uma massa de água significativa que parece ultrapassar as necessidades de uma simples exploração agrícola do tipo *uilla*. A relação direta com o sítio da Senhora dos Mártires (n.º 11) é deduzida não só pela proximidade mas também pela presumível existência de um canal que escoava a água do tanque em direção a SE (Figura 35).



11 Senhora dos Mártires       eventual canal de escoamento  
 475 Tanque dos Mouros

*Figura 35: Relação entre o Tanque dos Mouros (n.º 475) e o sítio arqueológico da Senhora dos Mártires (n.º 11)*

Exatamente no canto SE da estrutura observam-se o que parecem ter sido duas câmaras, definidas pelos contrafortes, alimentadas por orifícios de escoamento. A.C Quintela, J.L. Cardoso e J.M Mascarenhas (1987, p. 138) levantam a hipótese de terem existido, no interior das câmaras, máquinas hidráulicas para a produção de força motriz. A possibilidade de se tratarem de “máquinas de elevação de água”, conforme propõe A. Carneiro (2011, vol. 1, p. 182), não parece sustentável dado que, da fachada sul do tanque em direção à Senhora dos Mártires, a distribuição pode ser feita eficazmente de forma gravítica. Merece destaque a referência de A. Henriques da Silveira à existência no séc. XVIII de uma “fonte pública” na Senhora dos Mártires, que poderá estar relacionada com o complexo hidráulico em causa (Fonseca, 2003, p. 190).

Dado o estado de conservação da estrutura, amputada em cerca de 1/3 pelo alargamento da EN 4 em 1963 (Espanca, 1975, p. 92), e a ausência de trabalhos arqueológicos no local, todas as interpretações funcionais são meramente conjecturais. Contudo, as características descritas, numa área de óbvio potencial para a exploração de mármore, apontam para uma utilização de matriz “industrial” à qual poderiam estar associados complexos edificados com a mesma vocação na área da Senhora dos Mártires (n.º 11). A ser assim, faz todo o sentido que esta zona fosse servida pela via principal entre a

capital provincial e o porto de *Olisipo*, cujo traçado proponho que passasse a norte destes complexos, no sopé da colina onde se vai posteriormente implantar a vila medieval de Estremoz.

A antiga estrada real, que a presente proposta acompanha *grosso modo* desde Elvas, foi atravessada pela linha de caminho de ferro que, procedente de Évora, se projetava ser continuada até ao Crato para fazer a ligação à linha do leste (Caminhos de Ferro Portugueses, 1996). Esse atravessamento faz-se junto à fonte conhecida como “do Imperador” que, até ao desvio da EN 4 já na última metade do séc. XX, constituía um importante ponto de paragem nesta estrada. O topónimo é certamente sugestivo mas nada na estrutura construída da fonte existente no local pode remeter para a cronologia romana: trata-se de uma fonte de Época Moderna, sucessivamente remodelada até aos dias de hoje (Câmara Municipal de Estremoz, 2015).

No entanto, a menos de 350m a norte da fonte, na povoação da Fonte do Imperador, foi identificado no âmbito de estudos de avaliação de impacto ambiental um sítio arqueológico de Época Romana. Na pequena área onde se realizaram sondagens de diagnóstico (cerca de 12 m<sup>2</sup>) não foram encontradas quaisquer estruturas construídas e o espólio recolhido é sobretudo constituído por cerâmica comum e de construção, tendo sido recolhida uma moeda datada do séc. III (Falcão, 2009).

Foram reconhecidas, como sítios distintos, duas manchas de dispersão de materiais à superfície, designadas como Vinha da Fonte do Imperador (CNS 31491) e Monte do Coelho 1 (CNS 33150) (Albergaria, 2011; Falcão, 2009). O polígono definido por estes dois pontos e o local onde foram realizadas as escavações arqueológicas não excede 1ha, parecendo lógico considerar todos estes testemunhos como pertencentes ao mesmo sítio arqueológico da Fonte do Imperador (n.º 43).

A. Carneiro (2011, vol. 1, 149; vol. 2, 181, 185) interpreta este local como uma *mansio* baseado na relação com o presumível traçado da Via XII (o sítio implanta-se numa pequena elevação que dominaria visualmente o percurso) e o facto de não terem sido recolhidos indicadores de monumentalidade numa vasta área de dispersão de vestígios. É importante considerar que este sítio, identificado já no séc. XXI, deverá ter sido bastante afetado pela construção, e sucessivas remodelações, quer da estrada real e



posterior EN 4, quer do caminho de ferro.

É difícil arriscar quaisquer interpretações funcionais de acordo com os dados disponíveis mas a passagem destas infraestruturas modernas e contemporâneas pode ser considerada um indicador da apetência desta área como corredor de passagem entre Estremoz e Évora. Considerando a posição relativa do local com o sítio da Senhora dos Mártires (n.º 11), onde foi identificado um miliário, parece fazer sentido considerá-lo como ponto de passagem da Via XII. A abundância de recursos hídricos (fontes, poços, nascentes) reforça a importância do local como ponto de paragem num percurso viário de longo curso.

Para seguir em direção a *Ebora*, a via tem que infletir para sul após a passagem na Fonte do Imperador (n.º 43). A continuação em linha reta para ocidente até ao estuário do Tejo, seguindo o atual percurso da EN 4, seria provavelmente também uma possibilidade em Época Romana. Este caminho, por Arraiolos e Montemor-o-Novo, está profusamente documentado a partir da Reconquista Cristã, nomeadamente nos itinerários régios e roteiros terrestres (J. B. de Castro, 1814; Galego, Alegria, & Garcia, 1988; Moreno, 1968; Rau, 1962; Serrão, 1975; Villuga, 1546) e na literatura de viagens ibérica (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009; Bronseval, 1970; J. B. de Castro, 1814; Espanca, 1965; Laborde, 1806; A. de Meneses, 1976). Embora alguns autores considerem que este eixo remonta a Época Medieval Islâmica (Marques, 1993, pp. 168–171), a única fonte primária para os caminhos do Al-Andaluz segue de perto o que seria a Via XII do *Itinerário de Antonino*, fazendo passar a rota de Badajoz a Lisboa por Évora e Alcácer do Sal (Idrīsī, 1989, p. 82).

É exatamente o facto de *Ebora* e *Salacia* serem estações viárias neste itinerário que o faz curvar para sul, entrando numa paisagem onde vai encontrar os primeiros verdadeiros obstáculos do trajeto, evitáveis se o objetivo exclusivo fosse alcançar *Olisipo*. Refiro-me à Serra de Ossa e ao leito caudaloso, encaixado e irregular da ribeira de Tera na base do extremo NW desse alinhamento montanhoso.

O ponto de atravessamento da ribeira de Tera não é fácil de definir. A. Carneiro sugere que se fizesse no Pego do Sino, baseando esta hipótese numa notícia publicada no *Arqueólogo Português* em que se refere a existência “em tempos remotos, uma ponte,

cujos alicerces ainda se percebem.”(Carneiro, 2011, vol. 1, p. 149) Contudo, nesta área a ribeira de Tera corre encaixada em escarpas de xisto com alguma imponência, sendo a sua geometria e impermeabilidade responsáveis por movimentos de cheias recorrentes (Ramos, 1994, pp. 187–188).

Ao local está também associada uma lenda, segundo a qual na noite de São João se ouvem sinos e sons aterradores de almas errantes (Reis, 2006); uma lenda mais ou menos semelhante é descrita por Abel Viana num local com o mesmo topónimo mas no concelho de Ourique. O topónimo derivará do termo latino *sinus*, na aceção “sinuosidade, concavidade”, sendo assim uma redundância: pego da concavidade ou pego do pego (M. B. Ferreira, 1993, p. 224).



*Figura 36: Pego do Sino: vista do topo da escarpa a montante na margem esquerda com indicação do local de atravessamento da ribeira junto às ruínas do moinho*

Parece difícil acreditar que a passagem se fizesse num local com estas características, não sendo identificáveis quaisquer elementos que indiquem a existência dos alicerces da ponte referida na notícia do *Arqueólogo Português*. Contudo, esta estrutura poderá ter existido a montante, eventualmente no caminho que atravessa a ribeira entre o monte do Pego do Sino Pequeno e o monte da Marmeleira, representado na folha 25 da Carta

Corográfica de Portugal (Folque, 1856).

Esta presunção baseia-se no microtopónimo referido na notícia de achamento do epitáfio da Herdade do Marmeleiro (n.º 44): “no sítio do Pégo da Ponte, junto do açude do moinho da Sr.<sup>a</sup> D. Brígida do Carmo Pinheiro, na Herdade do Marmeleiro, freguesia de Vidigão, concelho de Arraiolos, a 4 kilometros de Evora Monte, na margem da ribeira de Ter.” (Vasconcelos, 1905).

Sem conhecer os limites da herdade do Marmeleiro à data, sabemos contudo que esta se situa na margem esquerda da ribeira de Tera e que ainda hoje existe um açude, cerca de 200m a montante da ponte do caminho de ferro, que poderá corresponder ao descrito na notícia de achamento. Por outro lado, esta peça foi oferecida ao MNA por um funcionário da “repartição dos Caminhos de Ferro do Sul” o que pode apontar para que a sua descoberta se tenha feito aquando da construção desta infraestrutura, que atravessa a ribeira de Tera com recurso a uma ponte de alguma imponência, junto ao Moinho das Nogueiras.

No entanto, estas suposições não parecem ser fundamento suficiente para justificar a passagem da via junto à localização inferida para o achamento da lápide funerária, tanto mais que no terreno não é visível nenhuma evidência de atravessamento frequente do leito da ribeira. Assim, a proposta segue de perto o percurso da atual EN 18, que atravessa a ribeira num ponto que, em época de estio, poderia ser passado a vau. Não é de excluir a existência de uma ponte em madeira em qualquer ponto entre a atual EN 18 e o caminho de ferro, área onde o leito da ribeira de Tera passa a correr encaixado em escarpas xistosas.

Continuando para SW em direção a *Ebora*, três milhas após atravessar este curso de água, o viajante encontrava o primeiro obstáculo topográfico do percurso: o limite ocidental da Serra de Ossa, do qual o vértice geodésico de Evoramonte é o ponto mais destacado. A orientação NW-SE desta barreira é perpendicular ao traçado da via constituindo assim um entrave à progressão no terreno.

Contudo, embora possa ser considerado que em Época Romana a Serra de Ossa seja uma fronteira natural entre as realidades alto-alentejanas e o território de Évora

(Carneiro, 2011, vol. 1, pp. 13–14), em épocas tão díspares como o séc. XX ou a Pré-História recente, este conjunto de elevações não impediu os “movimentos dos homens, que contornaram sem grandes dificuldades a oeste e a leste e a cortaram ainda com facilidade no sentido norte-sul” (Gaspar, 1981, p. 40), beneficiando da “existência de várias portelas que facilitam a travessia e permitem o contacto entre os vales a sul e a norte da serra.” (Calado, 2001, p. 21)

A existência do marco miliário em Evoramonte (n.º 477) não deixa grandes dúvidas que a travessia da serra no sentido N-S se fazia em Época Romana. Contudo, esse miliário está hoje em óbvio contexto de reutilização, colocando um problema à localização dessa travessia. O marco miliário suporta a pia batismal da igreja de Nossa Senhora da Conceição, no extremo sul da área muralhada de Evoramonte. Não se conhece o local original do monumento, sabendo-se apenas que a pia batismal fará parte da parte da reforma que a igreja sofreu em 1568 (Espanca, 1975, p. 228). Embora sejam conhecidos vestígios de ocupação romana no castelo de Evoramonte, não só a cronologia desses achados não é coerente com a cronologia da epígrafe do marco miliário, como a mais elementar lógica indica que este elemento de infraestrutura viária foi transportado do sopé da colina onde se implanta a fortaleza medieval e moderna.

Defendendo a possibilidade da Serra de Ossa ser contornada a ocidente, A. Carneiro (2011, vol. 1, p. 149) atribui a proveniência do marco miliário ao sítio de São Marcos (n.º 13). Sem repetir a argumentação já utilizada (cf. 2.1.2.2), a posição deste local face à rede viária parece estar mais relacionada com os caminhos que atravessam o maciço antigo longitudinalmente e em direção ao estuário do Tejo (por Arraiolos e Montemor-o-Novo) do que com a via que se dirige a *Ebora*, a sul.

Na falta de evidências materiais de qualquer tipo de ocupação romana no sopé da colina de Evoramonte, o marco miliário foi cartografado no Rossio da Corredoura, para onde se verificou a expansão urbana contemporânea da vila de Evoramonte, ao longo da atual EN 18. O topónimo Corredoura tem o significado de local de passagem, próprio para as corridas ou passagem de gado. Neste caso, com a associação à denominação de Rossio, testemunha a existência em época histórica de um arraial de gado no espaço periférico do aglomerado urbano de altura (Freire, 1999, p. 47). Não sendo um argumento

determinante para fundamentar esta localização, a toponímia indica a utilização deste corredor pelos movimentos ganadeiros, tornando plausível a sua utilização também como eixo viário.

A informação conhecida sobre a ocupação romana da colina de Evoramonte é escassa, embora tenham sido realizados trabalhos arqueológicos na área de implantação da fortaleza medieval e moderna. Numa das encostas voltadas a SE, as escavações identificaram uma ocupação tardia da Idade do Ferro, datável do séc. II a.C. Os materiais de Época Romana são residuais e recolhidos em contextos de épocas posteriores, como é o caso de um numisma com a ceca de *Dipo*, identificado em níveis de ocupação medieval (Mataloto, Williams, & Roque, 2014). Sondagens de diagnóstico realizadas na envolvente do castelo registaram uma ocupação de Época Romana, genericamente datada do séc. I a.C. a II d.C., muito afetada pela construção do paço ducal, após o terramoto de 1531, e por uma fossa detritica de Época Medieval ou Moderna (T. Costa & Liberato, 2008).

Das três moedas romanas conhecidas, duas são provenientes de dois locais citados no *Itinerário de Antonino: Dipo e Salacia*. A terceira, identificada nas sondagens junto ao castelo (T. Costa & Liberato, 2008, p. 368) tem a ceca de *Sekaisa* (identificada com *Sageda* na província de Saragoça) e demonstra também a integração de Evoramonte nas rotas de difusão monetária republicana ao longo dos eixos de comunicação da meseta ibérica com o ocidente peninsular (Cerrato, 1995). No entanto, estamos a falar de apenas três exemplares, o de *Salacia* poderá não ser da área alta de Evoramonte<sup>96</sup>, e os recolhidos em contexto arqueológico foram-no em níveis de deposição bastante alterados por ocupações posteriores.

A “passagem pelo local de elementos militares romanos” (Mataloto et al., 2014) é deduzida da referência ao achado de projéteis que se interpretam como *glandes latericiae*. Na realidade, as notícias antigas dão conta apenas de um exemplar, que terá sido recolhido no “ferragial denominado Paxola”. Não foi possível identificar a localização a partir desta indicação mas a referência toponímica a um campo de forragem para gado pode indicar que não se trata de uma recolha feita na área alta de

---

<sup>96</sup> Trata de uma oferta ao MNA feita no início do séc. XX, encontrada no “ferragial da Torre pela menina Generosa Maria Dias” (Vasconcelos, 1918, p. 80)

Evoramonte, mas sim dos arredores, como aliás é dito no início da notícia da oferta dos objetos ao MNA (Vasconcelos, 1918, p. 78). O projétil de funda achado nas escavações realizadas no castelo encontrava-se nos níveis de derrube da estrutura romana identificada, em conjunto com fragmentos de “cerâmica campaniense, *terra sigillata*, um fragmento de ânfora republicana (incorporado na estrutura) [...] e [a] moeda ibérica cunhada na cidade de *Sekaisa*” (T. Costa & Liberato, 2008, p. 638). Sendo inequívoca a sua cronologia, não parece contudo ser suficiente para justificar uma vocação militar da ocupação romana de Evoramonte.

Estes dados são valorizados pelos autores que defendem a localização de *Dipo* em Evoramonte (Alarcão, 2001, 2006, pp. 218–219; Guerra, 2010, p. 90; Mataloto, 2009, 2010), colocando aqui um dos episódios das guerras sertorianas descrito por Salústio. A expressão *uvalidam urbem* usada por Salústio, ao descrever *Dipo* nesse contexto (La Penna & Funari, Rodolfo, 2015, p. 93), é tida como uma confirmação de que esta cidade se situava num ponto de altura, aparentemente inexpugnável, como seria o cabeço de Evoramonte. A juntar a estes argumentos está a contagem do *Itinerário de Antonino*: Evoramonte está a cerca de 18 milhas de *Ebora*, pouco menos das 21 milhas entre *Ebora* e *Dipo*, se considerarmos uma leitura linear cumulativa de sentido W-E das indicações miliárias (Alarcão, 2001, 2006, pp. 218–219).

Contudo, os dados arqueológicos conhecidos até ao momento não são suficientes para confirmar a existência de um aglomerado populacional no local após a Idade do Ferro, ficando a ideia de uma ocupação residual em Época Romana. É preciso notar que as escavações realizadas foram enquadradas por projetos que procuravam respostas a outras questões que não a ocupação romana de Evoramonte: os trabalhos em 2004/2005 foram de carácter preventivo e pretendia-se salvaguardar a informação arqueológica a ser afetada pela execução de uma obra de requalificação da torre do Castelo (T. Costa & Liberato, 2008, pp. 632–634); as escavações realizadas entre 2010 e 2013 enquadraram-se em projetos de investigação vocacionados para o estudo da proto-história regional<sup>97</sup>. No entanto, mesmo que as condições dos trabalhos arqueológicos tivessem sido outras,

---

<sup>97</sup> Projectos *PNTA/2006 - Viver no Campo: As Sociedades Camponesas no Iº milénio a.C. no Alentejo Central* (Rui Mataloto) e *PNTA/2011- Tempo dos Heróis* (Catarina Alves e Rui Mataloto); os trabalhos em Evoramonte não tiveram continuidade por razões alheias à vontade da equipa responsável, conforme informação pessoal de Rui Mataloto, a quem se agradece.

é preciso não esquecer que a área do castelo foi profundamente afetada pelo terramoto de 1531 e pela reconstrução posterior da fortaleza e edificação do paço ducal (Instituto Português do Património Cultural, 1989). É muito provável que, durante o séc. XVI, tenha havido grandes deslocações de terras e/ou elementos construídos que podem ter comprometido irreversivelmente a leitura da diacronia de ocupação no local. A reutilização do marco miliário como apoio da pia batismal da igreja matriz – reconstruída em 1568 – é um possível testemunho desse fenómeno.



### 3.4 Pelas planícies de *Ebora* até à milha 12

Ultrapassado o obstáculo da serra de Ossa, a via seguia para sul atravessando uma paisagem de orografia suave sem cursos de água de caudal significativo. Mais uma vez, estas características geográficas tornam difícil ter certezas quanto ao percurso. O traçado proposto acompanha a EN 18 mas são igualmente plausíveis outras alternativas que seguissem, como este o faz, a faixa definida pela linha de festo das bacias hidrográficas do Tejo, a noroeste, e do Guadiana, a sudeste.

Seguindo este percurso, a via iria passar junto de São Bento do Mato (n.º 86) onde são conhecidos vários testemunhos de ocupação antiga, a maioria dos quais datados da Pré-História recente e associados ao monumento megalítico ao qual a atual igreja se sobrepõe. A ocupação romana é atestada pela existência de uma ara votiva, hoje depositada no Museu de Vila Viçosa, que terá sido recolhida “junto à igreja de S. Bento do Mato”, de acordo com a notícia publicada no *Jornal de Évora* em 1968 (Encarnação, 1984, p. 448). É provável que estivesse já deslocada do seu contexto original sendo impossível reconstituir o processo de achamento. A menos de 500m a norte da igreja, é identificado no PDM de Évora um sítio de cronologia romana “ou posterior”, caracterizado pela observação à superfície de cerâmica comum e de construção (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 116). Não é possível saber a que tipo de ocupação correspondem estes vestígios embora no seu trabalho sobre antas-capelas J. Oliveira, P. Sarantopoulos e C. Balestero considerem tratar-se de “um importante sítio romano” (J. Oliveira, Sarantopoulos, & Balesteros, 1994, p. 292). É tentador ver no caráter votivo da inscrição romana um elo na continuidade da sacralização deste espaço, que se teria iniciado com a construção e utilização do sepulcro megalítico e se manteria até Época Contemporânea com a igreja paroquial. No entanto, apenas trabalhos arqueológicos no local poderiam esclarecer não só a tipologia da ocupação do espaço como a sua evolução diacrónica.

A igreja de São Bento do Mato é a sede rural de uma paróquia cuja população se concentrava no séc. XVIII em duas aldeias, *Venda das Brosserans* e *Foros d’Arazucha*

(Grilo & Segurado, 1758). Na primeira existia, à data das memórias paroquiais de 1758, uma estalagem cuja localização não pode ser georreferenciada com rigor mas que muito provavelmente coincidiria com as atuais casas de habitação da Herdade da Venda (n.º 29). Em toda a área envolvente se observam vestígios de ocupação de Época Romana (cerâmica comum e de construção) tendo sido recolhidas localmente informações orais que dão conta de “construções” que ficaram visíveis, em diferentes ocasiões, na sequência de trabalhos agrícolas efetuados nos campos que ladeiam o caminho de acesso ao monte. Este é também o local indicado para a proveniência de uma inscrição funerária, que menciona um indivíduo da tribo Galeria, encontrada “ao fazer-se uma lavoura próximo do monte da herdade da Venda” (Jornal de Évora, 1968).

Junto às casas do monte encontram-se ainda três fragmentos de cilindros em granito que F. Bilou (2005, pp. 38–39) considera pertencerem a dois marcos miliários. As peças estão hoje caídas de branco o que dificulta a sua interpretação funcional: podem tratar-se de fustes de colunas que estariam integrados em edifícios, mas a classificação como marcos miliários é plausível, tanto pela morfologia como pelo fato de se encontrarem num local que acumula outros indicadores da passagem de uma via principal em época histórica.



*Figura 37: Miliários na Herdade da Venda (n.º 29)*

Nas memórias paroquiais assinala-se que a freguesia não tem correio porque se “serve do da Cidade de Évora, capital do Arcebispado, de que dista três legoas, e de Lisboa capital do Reino dista vinte e huma legoas dezouto por terra e três por mar.” (Grilo & Segurado, 1758). Além desta indicação de que o local estava integrado nas rotas regulares para Évora e Lisboa, também por aqui se encontra atestada a passagem da

princesa D. Maria de Portugal em 1543 (Espanca, 1965) ou de J. Cornide nas suas viagens ibéricas entre 1754 e 1801 (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, pp. 382–383). Registe-se ainda que este local aparece representado<sup>98</sup>, como ponto intermédio na estrada entre Evoramonte e Évora, em cartografia histórica (Albernaz, 1644; Hall, 1829).

A ocorrência na Herdade da Venda de todos estes testemunhos materiais de Época Romana e as referências documentais de época histórica não deixam muitas dúvidas sobre a integração da área da Herdade da Venda / Azaruja no eixo viário que fazia o acesso a *Ebora*. Na envolvente da atual vila da Azaruja, são conhecidos outros testemunhos de ocupação romana, nomeadamente no Monte do Almo (n.º 385), Monte da Pedregosa 1 (n.º 387) e Herdade da Machoqueira (n.º 45). Todos estes sítios arqueológicos são conhecidos através de prospeções de superfície, o que dificulta a sua interpretação cronológica e funcional. Na Herdade da Machoqueira, além de um *dolium* que foi descoberto inteiro e publicado por J. Nolen (1985), foi também encontrada uma placa funerária. Desconhece-se o contexto deste último achado que apenas se regista que estava no monte da herdade em agosto de 1982, fragmentado e muito gasto pela erosão (Encarnação, 1984, p. 464), o que pode indicar tratar-se de uma recolha antiga em sequência de trabalhos agrícolas.

A sul da Azaruja, a proposta de traçado faz-se de uma forma assumidamente artificial, definindo uma reta de orientação NE-SW até à Ribeira do Freixo, área onde se voltam a registar vestígios de ocupação de Época Romana e hipoteticamente se cumpria o final da quinta jornada de viagem desde *Augusta Emerita*. Existem vários caminhos rurais que poderiam ter sido usados como referência, nomeadamente o que vai da Azarujinha ao Castelo Ventoso, contudo não há informação concreta que permita uma atribuição cronológica a nenhum deles. Em alguns pontos verifica-se o calcetamento de pontos de passagem de linhas de água com recurso a lajes de granito, mas essa parece ser uma solução muito frequente nesta área (voltando a repetir-se já junto a Évora no leito do Degebe) para a qual não é possível saber mais do que ser esta uma técnica construtiva histórica usada para facilitar o trânsito de pessoas, animais e veículos em solo rural (Figura 38). O PDM de Évora regista sistematicamente estes calcetamentos de leitos de

<sup>98</sup> com a grafia *Venda das briceiras* e *Venda de Groseyras*

ribeiras, frequentemente com a indicação cronológica “Época romana ou posterior” ou “Idade Média ou posterior” (Câmara Municipal de Évora, 2005). A análise da distribuição espacial destes pontos não revela contudo nenhum alinhamento que permita associá-los ao eixo da Via XII. Em alguns casos podem coincidir pontualmente com os limites da malha cadastral de *Ebora* (Mascarenhas & Barata, 1997, p. 68) mas não existem elementos que permitam atribuir-lhes uma cronologia concreta coerente com essa interpretação (Plana-Mallart, 2002). A paisagem rural em torno de Évora é intensamente ocupada desde a Pré-História recente até aos nossos dias e essa ocupação produziu um conjunto significativo de testemunhos materiais indiferenciáveis por corresponderem a atividades e gestos que se repetem, ao longo de toda essa diacronia, recorrendo à eficácia de uma tecnologia simples e da utilização de materiais locais. Estes pavimentos podem ser o testemunho material desse fenómeno.



*Figura 38: Calçetamento do vau de uma linha de água junto ao Monte do Almo (Azaruja)*

Na área do Monte do Freixo e Herdade da Sousa da Sé, ao longo do curso da ribeira do Freixo ou da Fonte Boa, encontra-se registado um conjunto significativo de testemunhos de ocupação antiga, muitos deles de cronologia romana. O reconhecimento desta área

como um ponto de passagem da Via XII deve-se à identificação por F. Bilou (2005, pp. 54–55) de um marco miliário no pátio do actual monte da Sousa da Sé. Alguns autores, contudo, interpretam este monólito de granito como um menir (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 80), ou ainda como um menir reutilizado como marco miliário (Carneiro, 2008, p. 54).

A identificação destes testemunhos de ocupação antiga foi substancialmente ampliada com os processos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de dois empreendimentos turísticos confinantes (*Évora Resort*<sup>99</sup> e *Empreendimento Turístico Royal*<sup>100</sup>, ambos não executados), de um aproveitamento hidroagrícola (*Barragem da Sousa da Sé*<sup>101</sup>) e ainda um itinerário rodoviário principal (*Subconcessão da Auto-Estrada do Baixo Alentejo – Lanço E - IP2-Évora/ São Manços*<sup>102</sup>). Todos estes processos tiveram decisões favoráveis condicionadas, com as respetivas Declarações de Impacto Ambiental (DIA) a referir a necessidade de execução de trabalhos de minimização de impactes negativos sobre o património arqueológico identificado no âmbito da caracterização da situação de referência.

A multiplicação de trabalhos arqueológicos, contudo, resultou numa nuvem de informação desconexa de difícil interpretação. Foram realizadas prospeções de superfície, sondagens por meios mecânicos e manuais, com objetivos, critérios e metodologias diferentes consoante a equipa de trabalho ou a fase do processo de AIA. Por outro lado, cada ocorrência identificada em prospeção e cada local sondado foram considerados como sítios arqueológicos distintos. Como praticamente toda a área sujeita a AIA foi ocupada em Época Romana, não é clara a relação entre os diferentes pontos identificados: tratar-se-iam de vários conjuntos edificados e pertencentes a uma mesma propriedade agrícola ou de uma área intensamente ocupada em regime de pequena propriedade? Os escassos elementos cronológicos disponíveis apontam de uma forma indiferenciada para uma ampla diacronia de ocupação, pelo que também a dimensão temporal é de difícil leitura: terão sido todos estes pontos contemporâneos ou a imagem revelada por estes trabalhos é um palimpsesto?

<sup>99</sup> <http://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=1909>

<sup>100</sup> <http://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=1881>

<sup>101</sup> <http://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=664>

<sup>102</sup> <http://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=1202>

O exercício de interpretação e síntese dos relatórios de trabalhos arqueológicos disponíveis (M. do R. Fernandes, 1998; A. Gonçalves, Pereira, Matos, Marques, & Ventura, 2009; Pineda Cabello & Henriques, 2009; Ramos, 2004), resultou na identificação de três grandes grupos de ocorrências de informação arqueológica de campo que foram considerados, na amostra em análise, como três sítios distintos: Sousa da Sé (n.º 30), Freixo (n.º 31) e Carrascal (n.º 364)<sup>103</sup>. Em relação à proposta de traçado, situam-se em ambos os lados do eixo da via e também da ribeira do Freixo, que deveria ser atravessada mais ou menos no mesmo local onde esta encontra a linha de caminho de ferro.

A concentração de vestígios de Época Romana nesta área deixa adivinhar uma intensa ocupação eventualmente associada à passagem da via. A já referida coluna de granito existente na Herdade da Sousa da Sé, infelizmente, não serve de argumento para sustentar esta hipótese: a análise morfológica é contraproducente e uma sondagem realizada na base de implantação atual (no pátio das casas do monte) revelou aquilo que o bom senso já fazia suspeitar: quer se trate de um menir ou de um marco miliário, a peça foi deslocada do seu contexto original em Época Moderna ou contemporânea (A. Gonçalves et al., 2009). Também numa das sondagens realizadas na herdade do Freixo (n.º 31 = CNS 26052 = CNS 33396) as autoras dos trabalhos identificam um marco miliário que teria sido deslocado “de um lugar próximo” (A. Gonçalves et al., 2009). As fotografias inseridas no relatório, contudo, deixam-me muitas reservas quanto a esta interpretação funcional do que parece ser um fuste de coluna, que poderia estar integrado num dos edifícios parcialmente postos a descoberto.

Seguindo a cadência rigorosa de 20 milhas por dia de marcha, o ponto em que a proposta de traçado se encontra com a ribeira do Freixo coincidiria com o fim da 5ª jornada de viagem desde *Augusta Emerita*. A proximidade da cidade de *Ebora*, a oito milhas, não justifica provavelmente esta paragem: faria sentido fazer uma jornada um pouco mais longa para poder pernoitar na cidade. Ou, alternativamente, fazer essa

---

<sup>103</sup> O sítio Algraveos 5 (n.º 371), identificado pela primeira vez em 1995, pode tratar-se de um erro de cartografia ou estar já destruído: em 2010, escavações no local cartografado a partir de prospeções de superfície não revelaram qualquer ocupação antiga; sem que haja dados conclusivos sobre a destruição ou inexistência do sítio arqueológico neste local, mantém-se a georreferenciação da base de dados Endovélico.

paragem antes, ou em S. Bento do Mato (n.º 86) ou na Herdade da Venda (n.º 29), encurtando a jornada anterior à chegada a *Ebora*. No entanto, também não deixa de ser lógica a existência de uma estrutura de apoio aos viajantes na aproximação da cidade, para quem não tivesse *Ebora* como destino mas apenas ponto de passagem em direção a *Salacia*. Os testemunhos da área do Freixo/Sousa da Sé podem também ser interpretados nessa perspetiva.

A inexistência de elementos normalmente indicadores da existência de uma *pars urbana* de uma *uilla* (mosaicos, mármore decorativos), bem como a presença maioritária de cerâmica de armazenamento (*dolia*) no conjunto de recipientes recolhido, ou elementos associados à produção de bens alimentares (almofarizes e eventuais estruturas de lagar), foi interpretado pelos autores dos trabalhos arqueológicos como sinal de que as sondagens foram realizadas na *pars rustica* ou *fructuaria* de um complexo edificado desse tipo (A. Gonçalves et al., 2009). Mas este registo material pode corresponder a outro tipo de ocupação, nomeadamente a uma *mansio* ou *mutatio*<sup>104</sup>. A informação que se pode extrair dos relatórios de trabalhos arqueológicos é, infelizmente, muito difusa e fragmentada pelo que esta possibilidade deve também ser encarada com muitas reservas: o espólio e registo documental resultante deste conjunto de trabalhos merece uma análise e estudo aprofundado, muito para além dos “requisitos legais” do relatório entregue à tutela, de forma a que a quantidade de informação recolhida possa de fato corresponder a um aumento do conhecimento sobre a ocupação romana da área do Freixo / Sousa da Sé.

A partir deste ponto, o traçado poderia seguir exatamente o percurso da ferrovia até ao cruzamento do rio Xarrama, às portas de *Ebora*. É um traçado favorável em termos orográficos, atravessando linhas de água de caudal irregular que permitiriam certamente a passagem a vau em boa parte do ano.

No corredor definido para análise, em torno da proposta de traçado da via, são muitos os sítios arqueológicos registados quer na base de dados *Endovelico* quer no PDM de

---

<sup>104</sup> O confronto com o registo arqueológico da estação viária da Eira Velha (CNS 15444) nos arredores de *Conimbriga* (Simão & Ramos, 2014) sugere um certo “ar de família” entre as duas realidades arqueológicas, embora uma correspondência tipológica seja sempre muito questionável face à informação disponível do Freixo/Sousa da Sé.



Évora. Todos identificados a partir de observações de superfície, encontram-se maioritariamente pouco caracterizados. A atribuição de uma cronologia de Época Romana é feita com recurso à cerâmica de construção como indicador, mais precisamente baseada na existência de fragmentos de *tegula*. Alguns destes sítios incluem referências a infraestruturas viárias, como a Quinta do Brigadeiro 1 (n.º 330), Quinta dos Altos 1 (n.º 337), ou Montinho 1 (n.º 341). Contudo, como já foi referido, não só não é possível identificar a sua cronologia de construção e utilização apenas a partir da técnica construtiva, como também não definem nenhum alinhamento que possa ser claramente atribuído a uma via principal<sup>105</sup>. Ainda que possam ter cronologia romana, por estarem associados por proximidade a sítios onde essa ocupação é identificada, podem tratar-se de caminhos secundários ou vias privadas de acesso a propriedades rústicas no entorno da cidade.

A entrada nascente em *Ebora* far-se-ia pela atual Porta de Machede, sendo o traçado retilíneo da rua homónima correspondente à orientação do *decumanus* (V. Mantas, 2010, pp. 176–177; Plana-Mallart, 2002). A porta de Machede é uma das entradas/saídas principais da cidade na Idade Média (Beirante, 1995, p. 448) e, embora não tenhamos dados seguros que nos permitam fazer uma afirmação semelhante para Época Romana, a identificação da necrópole na Escola Secundária Gabriel Pereira (n.º 320) é um dado relevante para esta proposta, já que a sua localização é coerente com esta interpretação.

A necrópole foi escavada parcialmente, pelo que a informação revelada pelo seu estudo pode não ser significativa da unidade da qual fazia parte (T. M. Fernandes, Paredes, Rebocho, Lopes, & Janeirinho, 2012, p. 193). Igualmente, também não sabemos se a área escavada era central ou periférica na necrópole e a que percentagem correspondia do espaço funerário. Noutra área de intervenção, foi identificado um complexo edificado que terá incorporado estruturas de um lagar (G. Gonçalves & Maia, 2010).

A análise espacial que se pode fazer da informação disponível é fortemente condicionada pelo fato da escolha dos locais onde se realizaram trabalhos arqueológicos

---

<sup>105</sup> à exceção dos troços identificados sob o registo Quinta dos Altos 1 (n.º 337), que muito provavelmente correspondem ao antigo traçado da via Évora-São Miguel de Machede em Época Contemporânea (Folque, 1856, f. 29), eventualmente fundada sobre uma via mais antiga cuja cronologia não é possível especificar.

ter sido definida pelas necessidades de minimização de impactes da obra de reconstrução do edifício escolar e não de um programa de trabalho com objetivos de estudo da cidade de *Ebora*. Ainda assim, faz sentido que estejamos em presença de uma necrópole associada a uma das vias de acesso à cidade. As estruturas de produção poderão ter estado em funcionamento em época distinta, mas também se enquadram nas ocupações prováveis nos arrabaldes da cidade junto a uma via principal.

A saída da cidade fazia-se pela área da atual Porta do Raimundo, seguindo o alinhamento da EN 380 até à zona do moinho da Esparragosa (n.º 23). Neste local encontra-se um fragmento de coluna em granito que é identificado como marco miliário anepígrafo. A identificação como miliário baseia-se na sua posição: para os autores que estudaram o cadastro de *Ebora*, a Esparragosa situa-se no prolongamento do *decumanus maximus* no setor sudoeste da cidade (Mascarenhas & Barata, 1997; Plana-Mallart, 2002); já F. Bilou (2005, p. 41) assinala a coincidência deste ponto com a segunda milha a contar a partir da cidade. A morfologia da peça não é conclusiva mas a localização é um argumento válido para esta interpretação funcional. Nas imediações são conhecidos vários pontos com ocupação romana embora, como acontece frequentemente no conjunto de dados cuja origem são os estudos decorrentes da elaboração do PDM de Évora, sejam todos insuficientemente caracterizados: pouco mais se sabe que terão existido no local edifícios com cobertura cerâmica composta de *tegulae*. Mais uma vez, a intensa ocupação do solo rústico na área suburbana e periurbana da cidade de *Ebora/Yabura/Évora* não facilita a leitura dos vestígios materiais que se sobrepõem e, na maior parte dos casos, não se distinguem em termos cronológicos e/ou funcionais.

A partir da Esparragosa (n.º 23), como bem identificou F. Bilou (2005), existem duas alternativas na rede viária antiga a ocidente de Évora em direção a Alcácer do Sal: um caminho mais meridional que segue, *grosso modo*, a ribeira das Alcáçovas ou outro, mais a norte, que acompanha a vertente sul da serra de Monfurado dirigindo-se depois à ribeira de São Cristóvão, para infletir a sul em direção a Santa Susana e Santa Catarina de Sítimos. É nesta área que voltam a existir testemunhos inquestionáveis da passagem da via romana, mais concretamente os miliários de Remourinho (n.º 16), Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33) e Porto da Lama (n.º 17).

O problema que se coloca ao decidir qual das duas alternativas mais conviria à via descrita no *Itinerário de Antonino*, entre *Ebora* e *Salacia*, é a parca informação arqueológica disponível para o troço a ocidente de *Ebora* desde os limites do atual município de Évora e a barragem do Pego do Altar. Não é certamente por acaso que estas balizas correspondem a realidades que nada tem a ver com a Época Romana: os limites administrativos do município de Évora determinam uma fronteira em projetos de investigação e estudo que, ou são promovidos e/ou financiados pela autarquia, ou se enquadram nesse território contemporâneo por uma questão de comodidade, face à dificuldade de definir limites geográficos e históricos<sup>106</sup>. Essa é a razão para o evidente contraste entre os dados disponíveis na área do corredor em estudo que atravessa o atual município de Viana do Alentejo (Galamba, 2012) e os dados da área contígua no município de Évora: não é crível que houvesse uma quebra tão grande da ocupação do espaço rural em Época Romana no território que hoje pertence ao concelho de Viana, tanto mais que a paisagem dos “dois lados” apresenta uma manifesta continuidade.

Já a barragem do Pego do Altar constitui uma profunda alteração da paisagem em Época Contemporânea que compromete a leitura histórica que dela podemos fazer. Com uma albufeira com 655ha de área inundada ao nível pleno de armazenamento (Agência Portuguesa do Ambiente, 2015), faz parte do primeiro conjunto de barragens construídas durante o Estado Novo para cumprimento do seu plano de fomento hidroagrícola (Pato, 2013, pp. 69–72). Com projeto de 1932, a obra concluiu-se em 1949, sendo as fotografias aéreas mais antigas disponíveis para esta área do voo USAF de 1958 (Redweik, Roque, Marques, Matildes, & Marques, 2010). A cartografia histórica (Folque, 1856) mostra significativas diferenças na rede viária anterior à construção, sendo de esperar que também o registo arqueológico tenha sido bastante alterado com a construção da barragem.

Ainda que haja pouca informação sobre a ocupação do solo em Época Romana ao longo do caminho mais meridional, depois do presumível local de achamento do miliário dos Tabuleiros (n.º15), parece ser este o itinerário mais lógico para atingir a área de Santa Susana: bordejar a serra de Montemuro implica também atravessar uma zona mais

---

<sup>106</sup> Veja-se a título de exemplo, embora para outra área regional, a argumentação de A. Carneiro na definição do âmbito espacial do seu projeto de doutoramento (Carneiro, 2011, vols. 1, p. 29–38).

acidentada a SE de Casa Branca e atravessar a ribeira de São Cristóvão numa área em que esta tem um caudal significativo. Embora a tradição popular atribua uma cronologia romana à ponte sobre a atual EM 353 na localidade de São Cristóvão, a obra de arte que se encontra no local é de Época Contemporânea, não existindo quaisquer indícios que se tenha sobreposto a uma estrutura pré-existente.

Alguns elementos atestam a existência de uma via romana a NW de *Ebora*, em direção à área de Santiago do Escoural, o mais significativo dos quais é o miliário do Monte do Zambujeiro 1 (n.º 25) que parece encontrar-se *in situ* (Figura 39). Este monumento corresponderá a um dos dois miliários referidos por M. Saa nas imediações de Valverde e Herdade da Mitra, na chamada *Estrada dos Almocreves* (Saa, 1956, vols. 1, p. 114–115). Deste eixo viário fariam parte também o miliário da Alfarrobeira (n.º 24), de interpretação mais duvidosa, e, já fora da área de estudo e também de funcionalidade questionável, os miliários dos Andrades e Monte da Venda (Bilou, 2005, pp. 38–40)<sup>107</sup>. Com base nestes elementos, e no que se conhece da ocupação romana a NW de *Ebora*, faz todo o sentido que existisse um eixo viário com esta orientação durante o império. Este eixo podia fazer quer a ligação ao estuário do Tejo, na zona da antiga Aldeia Galega, quer aos caminhos que colocavam a *Ebora* em contacto com a capital do *conuentus* vizinho, ou seja, *Scallabis*. No entanto, esse troço de via não integraria de nenhum dos itinerários que fazem parte da compilação *de Antonino*, como aliás acontece com a estrada *Ebora – Pax Iulia*, bem documentada pela epigrafia viária (Sillières, 1984).

---

<sup>107</sup> Registe-se que estes últimos são identificados exclusivamente por F. Bilou, sendo depois referidos por diferentes autores para sustentar propostas de traçado que atravessam a área do atual município de Montemor-o-Novo (Alarcão, 2006, p. 216; Carneiro, 2008, p. 51; Mantas, 2012a, p. 152); M. Saa, embora faça passar uma das vias entre Salacia e Ebora por estes dois locais, não faz qualquer referência à existência de “colunas miliárias” (Saa, 1956, vols. 1, p. 109–110).



*Figura 39: Miliário do Monte do Zambujeiro 1*

Pode ainda considerar-se que, tal como acontecia no séc. XX antes da construção das atuais auto-estradas do sul de Portugal (Gaspar, 1981, pp. 348–357), esse eixo fosse sobretudo importante para o tráfego de pessoas enquanto que, para mercadorias, o eixo privilegiado fosse a ligação a *Salacia*. A opção pelo percurso em direção ao vale do Sado não só encurta a distância – fator essencial nos custos de transporte de carga – como evita a zona de terrenos arenosos, entre Vendas Novas e Aldeia Galega, onde a progressão de veículos pesados é mais difícil e deixa as estradas em muito mau estado, como se queixa um funcionário dos correios em 1855 em relatório sobre a mala-posta (G. Ferreira, 1946, p. 146). Só com o início da exploração do caminho de ferro entre o Barreiro e Vendas Novas, em 1861, passa a ser rentável o transporte de mercadorias por esta rota. Embora não haja nenhuma prova documental que esta situação se verificasse

também em Época Romana, a natureza dos terrenos era a mesma e parece assim lógico que o transporte de mercadorias se fizesse em direção ao vale do Sado. Este itinerário pela área de Montemor, em direção a um ponto de atravessamento do Tejo existente junto à antiga Aldeia Galega, seria preferencialmente usado por viajantes a pé, ou por animais com carga moderada.

Por outro lado, também é possível que tenha havido oscilações nos percursos preferenciais entre *Ebora* e *Salacia* ao longo do longo período a que chamamos Época Romana. A profusão de “variantes” existentes nas diferentes propostas de traçado entre estas duas cidades (cf. 2.3.1) muito provavelmente resulta desta variabilidade diacrónica. Considerando todas estas variáveis, mas sendo meu objetivo definir um vetor único para representar a Via XII (cf. 1.2), a proposta de traçado, após o moinho da Esparragosa (n.º 23) e até à *uilla* da Tourega (n.º 172), segue uma orientação semelhante à atual EN 380 e à linha do caminho de ferro. Neste troço, a fundamentação da proposta é sustentada pelo achado, provavelmente *in situ*, de um marco miliário epigrafado no sítio da Cabida 2 (n.º 14) (Bilou, 2005, pp. 48–49).

A inscrição foi inicialmente considerada como dedicada ao ao imperador Décio, embora J. Alarcão (2006, p. 218) colocasse dúvidas quanto a esta leitura. Já em 2013, o achador e J. d'Encarnação apontam a hipótese de estarem mencionados dois imperadores, considerando a fórmula epigráfica, datando a inscrição dos finais do séc. III / princípios do séc. IV (Bilou & Encarnação, 2013). A epígrafe esclarece quaisquer dúvidas que a morfologia da peça pudesse causar em relação à sua funcionalidade. A sua posição relativa ao miliário da Esparragosa (n.º 23) reforça a possibilidade de ter sido encontrado *in situ*: a distância entre os dois pontos coincide com quase precisão a três milhas (excede esse valor por menos de 1.000 pés) e o alinhamento definido é coerente com a interpretação do cadastro de *Ebora*, situando estes dois miliários no prolongamento do *decumanus*.

Nas imediações terá sido recolhida uma lápide funerária, embora não seja possível saber ao certo qual o local de achamento nem a relação que eventualmente teria com o marco miliário da Cabida 2 (n.º 14). No PDM de Évora, a proveniência da inscrição é atribuída ao Pomarinho (n.º 298), cerca de 1800m a ocidente do ponto que representa o local de

achamento do miliário. No entanto, este é o único elemento cronologia romana referido no local, sendo que a observação de materiais arqueológicos à superfície indicava duas ocupações espacialmente distintas de época pré-histórica e medieval (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 91). É muito provável que se trate da mesma peça que foi vista em 2013 na Herdade da Comenda Grande, no município de Arraiolos, já que os autores da sua publicação dão conta de “relatos da sua transferência desde o Monte das Flores, no concelho de Évora, perto da antiga via de ligação entre *Ebora* (Évora) e *Salacia* (Alcácer do Sal), onde foi identificado um importante miliário fragmentado em dois” (Barbosa & Encarnação, 2014). A referência ao Monte das Flores, topónimo pelo qual o marco miliário aparece referenciado em algumas publicações, pode indicar uma maior proximidade dos locais dos dois achados mas, sem uma análise mais cuidada da documentação que possa existir em arquivo (quer da autarquia, quer da administração central, já que a lápide funerária terá sido identificada por técnicos dos antigos SRAS), esta associação entre os dois monumentos epigráficos é meramente conjectural.

No mesmo alinhamento definido pelos miliários da Esparragosa (n.º 23) e Cabida 2 (n.º 14), encontra-se o monumento do Barrocal 5 (n.º 26) que se tratará de um marco miliário anepígrafo (Bilou, 2005, p. 47). A identificação deste monumento como miliário, contudo, não é inequívoca; sendo a Herdade do Barrocal conhecida pela abundância de monumentos megalíticos, é de considerar a hipótese de que o monumento possa ter outra cronologia e/ou funcionalidade, já que a morfologia da peça não é conclusiva. No PDM de Évora refere-se também a existência “nas imediações, [de] restos de pedra solta da antiga calçada e trincheiras.” (Câmara Municipal de Évora, 2005, p. 93). A menos de 300m a nascente do ponto duplamente cartografado<sup>108</sup>, volta a referir-se a existência de uma “trincheira muito escavada” que se atribui a Época Romana ou posterior (n.º 894 do PDME = CNS 25707). Esta parece ser uma solução construtiva usada em todo o caminho entre a ribeira da Viscosa e o atual monte do Barrocal não havendo elementos que permitam definir a sua cronologia de construção.

Apesar destas reservas, a posição relativa do monumento do Barrocal 5 (n.º 26) face ao miliário epigrafado da Cabida 2 (n.º 14) parece favorecer a interpretação daquele como marco miliário. Acresce a este argumento a localização num caminho que parece ser de

<sup>108</sup> Sobre a duplicação deste sítio no PDM de Évora veja-se a respetiva ficha de inventário.

alguma relevância em época histórica, embora de cronologia não determinada, e que hoje se conserva como limite de propriedades.

A via continuaria a seguir a mesma orientação até à área de confluência das ribeiras de S. Brissos e Valverde com a ribeira das Alcáçovas, passando junto da *uilla* da Tourega (n.º 172). Embora a *uilla* não se situasse sobre o eixo da via, teria certamente uma relação muito próxima com a mesma. A cerâmica de importação parece mostrar uma relação privilegiada com a área do estuário do Sado (Pinto & Lopes, 2006; Pinto, Viegas, & Dias, 2004), o que reforça esta presunção. F. Bilou (2005, p. 47) levanta a hipótese de se conservar um marco miliário junto à igreja paroquial da Senhora da Tourega, hipótese também aceite por V. Mantas (2012b, p. 152). A morfologia da peça, com entalhes que sugerem a utilização ou reutilização com outra funcionalidade (contrapeso?), não confirma esta possibilidade, sendo mais verosímil tratar-se de parte de um fuste de coluna ou outro elemento arquitectónico da *pars urbana* da *uilla*.

Cerca de 3 milhas a ocidente da Tourega ou, se preferirmos, a 12 milhas de *Ebora*, estariam dois marcos miliários hoje desaparecidos. A primeira referência a estes monumentos é de A. de Resende (2009, p. 282) que apenas pode ler a inscrição de um deles. M. Saa ainda viu e fotografou no local “uma coluna legionária, ou miliária, de granito, muito cravada no solo [...] Alguém tentou, ultimamente arrancar a coluna, mas desistiu, pois que a sua raiz é profunda e a sua altura grande” (Saa, 1956, vols. 4, p. 81–82). Não é claro se se tratava do miliário a partir do qual Resende fez a transcrição do texto, já que M. Saa remete sempre a leitura para este autor, afirmando apenas “provável que o miliário da referência de Resende seja o mesmo” por ele avistado (1956, vol. 4, p. 84).





*Figura 40: Marco miliário dos Tabuleiros fotografado por M. Saa (1956, vol. 4, p. 80)*

O texto transcrito por A. de Resende foi considerado falso por E. Hübner (1863), usando como argumentos uma nomenclatura imperial suspeita, bem como a menção a *Ebora* que, para este autor, é tomada como indicadora de falsificação pelo humanista. Contudo, a autenticidade do texto foi reabilitada nos últimos anos, não só porque a nomenclatura imperial pouco usual pode dever-se a um erro de transcrição mas, sobretudo, porque a distância do presumível local do achado a Évora é coincidente com as 12 milhas indicadas (Alarcão, 2006, p. 217; V. Mantas, 2012a, p. 152).

Com efeito, cartografando o local a partir da informação publicada por M. Saa, e seguindo o alinhamento da proposta de traçado desde o miliário da Cabida 2 (n.º 14), a distância até ao presumível ponto central do *forum* de *Ebora* é de exactamente<sup>109</sup> 12 milhas. O local também se encontra sobre um entrocamento de caminhos rurais que tem atualmente alguma expressão da paisagem (Figura 41). O caminho que faço coincidir com o eixo da Via XII dirige-se ao ponto de atravessamento da ribeira de São Brissos

<sup>109</sup> Para ser rigorosa, excede este valor em 362m, ou menos de 2 estádios, erro que me parece aceitável para qualquer agrimensor romano.

conhecido como *Porto de Alcalá*<sup>110</sup> (Bilou, 2005, p. 47).

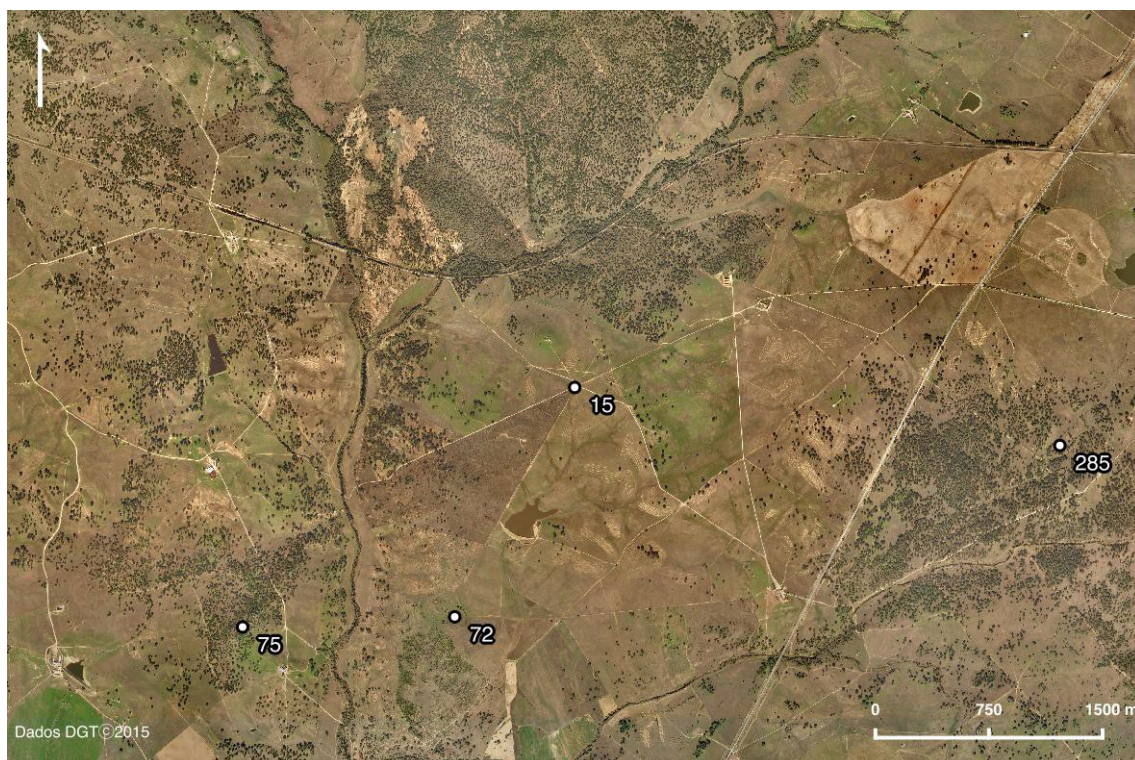


Figura 41: Área envolvente do presumível local original do miliário dos Tabuleiros (n.º 15)

Este ponto de passagem parece ter tido alguma relevância em época antiga, sendo sem dúvida sugestivo o topónimo de *Alcalá*. A referência a uma fortificação pode estar relacionada com o grande povoado calcolítico do Monte da Ponte (n.º 72) que tinha várias linhas de muralhas, bastiões e um torreão central (Kalb & Höck, 1997). Embora os autores que se dedicam ao seu estudo não refiram qualquer ocupação de Época Romana, a descrição e localização que M. Saa faz do sítio do Curral, “entre o M.te de Tabuleiros de Baixo e a ribeira das Alcáçovas”, parece corresponder à mesma realidade arqueológica: “o pequeno outeiro do Curral, [...] dá mostras de ter sido antigamente um castro ou fortaleza de romanos, dada a fragmentação abundante de tegula e imbrex, coexistente com sinais duma forte cerca ou muralha envolvente”. Para este autor, teria havido uma transferência do topónimo *Alcalá*, desta “fortaleza do Curral” para o atual monte de Alcalá, situado na margem direita da ribeira (Saa, 1956, vol. 4, p. 82). No seu

<sup>110</sup> Este porto fluvial é referido em documentação medieval e também parece significativo a existência de juizes no Reguengo de Alcalá em Época Moderna (Cosme & Varandas, 2009, vols. 1, p. 392–396).

dicionário geográfico, o padre Luís Cardoso refere a existência, no reguengo de Alcalá, de “um sítio, em que se acham ainda hoje alguns vestígios de povoação antiga, como são argamassas e muros: querem alguns antiquários fosse a antiga cidade de Arandis.” (1747, vols. 1, p. 148–149).

Esta impressão de coincidência entre o outeiro do Curral<sup>111</sup> e o povoado do Monte da Ponte (n.º 72), bem como a referência a argamassas, *tegulae* e *imbricis*, não são suficientes para confirmar a existência de uma fase romana no sítio, que só poderá ser atestada com a revisão dos dados das escavações arqueológicas realizadas ou mesmo com novos trabalhos no local. No entanto, a posição do povoado face à paisagem envolvente e o controlo visual que tem sobre a zona de passagem da linha de água, bem como do corredor que a ela dá acesso, são certamente fatores que poderão ter determinado a implantação do sítio em época pré-histórica (Höck & Kalb, 2000, pp. 164–166) e que terão, eventualmente, mantido a sua relevância em épocas posteriores.

Outra das razões de implantação do povoado calcolítico é a ocorrência nas imediações de filões de cobre que permitiriam a sua exploração a céu aberto. Essa jazidas encontram-se registadas hoje na margem oposta da ribeira (Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 2010a), próximas do sítio da Alcalainha (n.º 75). A identificação deste sítio arqueológico deve-se aos autores da folha 40-A da *Carta Geológica de Portugal*, que o incluem na respetiva nota explicativa com referência a uma ocupação de Época Romana e Medieval (Carvalhosa, Carvalho, Alves, & Pina, 1969). Trabalhos de prospeção realizados no âmbito do PDM de Évora confirmam a localização do sítio e assinalam, além da observação de cerâmica comum e de construção de Época Romana, a existência de um talude e vestígios de exploração mineira antiga.

O sítio da Alcalainha (n.º 75) tem também ocupação da Pré-História recente, não sendo possível, com os dados disponíveis, saber a cronologia desta exploração mineira, presumivelmente iniciada no calcolítico. A continuidade de exploração em Época Romana é plausível mas não confirmada. De qualquer das formas, parece haver uma relação entre o Monte da Ponte e a Alcalainha, quanto mais não seja de

---

<sup>111</sup> O topónimo *Curral*, infelizmente, não se encontra registado em nenhum dos materiais cartográficos consultados; parece fazer sentido contudo que os restos das muralhas circulares pré-históricas tenham sido interpretadas, ou mesmo usadas, como recinto de contenção de gado em época histórica.

complementaridade na paisagem: situam-se em pontos elevados em margens opostas da linha de água, com amplo domínio visual da área envolvente e de um corredor de passagem de orientação E-W. Também parece relevante referir que esse corredor se cruzaria aqui com um dos eixos de movimentos ganadeiros com origem em Alcácer do Sal, conhecido como *Estrada das Quadrilhas* (Lima, 2015).

### **3.5 Em direção ao mar: a chegada a *Salacia***

Atravessando a ribeira de São Brissos neste ponto, e tendo como objetivo atingir *Salacia*, parece fazer sentido que a via continuasse em linha reta para ocidente já que, até à ribeira de São Cristóvão, estamos em presença de uma extensa planície sem quaisquer obstáculos à progressão no terreno. Repetindo uma ideia já explorada, este é o tipo de paisagem em que é mais difícil fazer escolhas quanto a propostas de traçado viário: quaisquer alternativas são igualmente defensáveis. Por outro lado, como também já foi referido, existe uma lacuna de informação arqueológica sobre esta faixa de território que corresponde, atualmente, ao limite norte da freguesia das Alcáçovas, no município de Viana do Alentejo.

O único sítio registado com ocupação romana<sup>112</sup> nesta área é Água de Elvira dos Padres (n.º 282), sobre o qual a informação disponível é muito escassa (Galamba, 2012, p. 177). O sítio é classificado com *uilla* na base de dados Endovélico, deduz-se que pela extensão da área de vestígios. Trabalhos de prospeção por mim realizados não lograram a localização do sítio no terreno, embora tenham permitido a identificação de um outro, Carrascal 2 (n.º 314), ainda que a sua interpretação cronológica e funcional não seja muito conclusiva. A cerâmica de construção e armazenagem observada à superfície pode ser de Época Romana mas também é plausível que seja mais tardia. Junto às casas do monte do Carrascal encontram-se depositados vários elementos de construção (pedras aparelhadas de grandes dimensões em granito, placas de mármore molduradas e

---

<sup>112</sup> Também noutras cronologias existe este vazio de informação. Apenas mais um sítio se encontra registado na base de dados *Endovélico* no município de Viana do Alentejo a norte da ribeira das Alcáçovas: trata-se de um pequeno monumento megalítico (Almo de Baixo CNS 14686) identificado por M. Höck e P. Kalb a cerca de 200m da fronteira administrativa da freguesia das Alcáçovas com o município de Évora.

uma decorada) que também deixam a mesma dúvida: a morfologia não é suficiente para esclarecer a sua cronologia, sendo igualmente defensável a possibilidade de terem estado integradas num edifício renascentista. Também não é claro o tipo de relação que existiria, se existiria, entre estes elementos deslocados e o pequeno sítio com vestígios de estruturas soterradas por mim identificado, cerca de 500m a nascente do atual monte.

Esta ausência de vestígios arqueológicos estranha-se pelo contraste com o quadro de referência conhecido na área contígua que hoje pertence ao município de Évora. Como já se afirmou, esta situação pode ser explicada por diferentes atitudes e circunstâncias contemporâneas relativas ao estudo e valorização do património arqueológico no município de Viana do Alentejo. Contudo, poderá haver outro tipo de explicações fundamentadas na demografia e tipo de ocupação do espaço rural que, infelizmente, não temos como reconstituir em Época Romana.

Partindo dos dados do numeramento de 1527-1532, deduz-se uma fraca densidade populacional nesta área (Galego & Daveau, 1986, pp. 60–66). Em Época Moderna, sabemos através das *Memórias Paroquiais* que a freguesia das Alcáçovas “no seu termo, que tem tão dilatado, não inclui[a] aldeias e lugares” (Cosme & Varandas, 2009, vol. 1, p. 392). À data da realização do último censo em Portugal, dos 2.111 habitantes na freguesia, apenas 216 residiam fora da vila das Alcáçovas (Instituto Nacional de Estatística, 2014). Esta fraca densidade populacional no espaço rural também se verificaria em Época Romana? Não existem dados que permitam afirmá-lo com segurança. No entanto, esta é uma possibilidade que deixo em aberto, a par das questões relacionadas com a geografia da investigação arqueológica, que pode contribuir para a explicação do aparente vazio de informação sobre a ocupação antiga deste espaço.

Apesar da escassez de informação poder corresponder a uma escassez efetiva de ocupação do espaço em Época Romana, isso não é impeditivo da passagem de uma via principal. A necessidade de pontos de apoio ao viajante decorre da duração das jornadas e, curiosamente, o termo do primeiro dia de uma viagem iniciada em *Ebora*, seguindo o traçado proposto até aqui, coincide com a localização aproximada do sítio de Água de Elvira dos Padres (n.º 282). Assim, a proposta segue de perto alguns caminhos rurais atuais que atravessam esta área no sentido E-W, mantendo preferencialmente um

traçado retilíneo. Sendo uma paisagem sem grandes obstáculos (Figura 42), e na ausência de quaisquer indicadores diretos, a sua validade é tão sustentável como a de quaisquer outras alternativas com a mesma orientação.



*Figura 42: Caminho rural a ocidente de Água de Elvira dos Padres (n.º 282)*

Junto da albufeira da barragem do Pego do Altar são conhecidos dois troços de calçada habitualmente referidos como sendo de cronologia romana: Herdade da Biscainha (n.º 55) e Casa Branca (n.º 56). Este último encontrava-se já destruído aquando dos trabalhos no âmbito da realização de uma carta arqueológica do distrito de Setúbal (Ferreira, Tavares da Silva, Lourenço, & Sousa, 1993, p. 59). A única descrição disponível é de finais dos séc. XIX, dando conta da existência de “uns duzentos metros de calçada, feita com grandes pedaços de basalto”, sendo a atribuição à Época Romana da responsabilidade do autor da sua publicação (Baptista, 1896, p. 8). A paisagem da área encontra-se profundamente alterada pela barragem do Pego do Altar, mas a análise de cartografia histórica parece indicar que este troço de via se integraria no eixo de ligação de Alcácer do Sal a Beja.

Já a calçada na Herdade da Biscaíña (n.º 56) foi por mim localizada no terreno, embora a observação do pavimento não seja conclusiva quanto à sua cronologia (Figura 43). O próprio J. Leite de Vasconcelos deixa como interrogação a possibilidade de se tratar de uma via romana, fundamentando essa hipótese exclusivamente na associação a uma lenda local, já que é frequente atribuir “ao Diabo e a outras entidades fabulosas ou sobrenaturais as obras de certa importância” (1898, p. 111).



*Figura 43: Troço de calçada na Herdade da Biscaíña (n.º 56)*

Assinale-se que o caminho rural atual, onde a calçada foi identificada, fazia parte de uma estrada entre Alcácer do Sal e Évora, desativada com a construção da barragem do Pego do Altar na primeira metade do séc. XX. No séc. XIX essa estrada atravessava a ribeira de São Cristóvão, ou rio Mourinho, com recurso a uma ponte de pedra. A ponte encontra-se submersa pelas águas da albufeira, só sendo visível em ocasiões de seca extrema (Figura 44). A memória paroquial de Santa Susana não refere a existência da ponte (Pimenta & Olival, 1758), pelo que a construção da ponte, iniciada entre 1815 e 1822 (Matos, 1980, p. 38), não deve ter aproveitado a localização de nenhuma estrutura pré-existente. No que diz respeito a documentos cartográficos, a ponte aparece

representada na folha 28 da *Carta Corográfica de Portugal*, cujas datas de levantamento se situam entre 1853 e 1861 (Folque, 1856), não tendo sido identificada em nenhuma das cartas anteriores consultadas.



*Figura 44: Ponte submersa na albufeira da barragem do Pego do Altar (1999)*

Embora a construção desta ponte seja de Época Contemporânea, a relevância deste ponto na rede viária é provavelmente mais antiga, sendo referido em várias fontes itinerárias e cartográficas históricas (Bonnet, 1851; Castro, 1762, 1814; Eça & Almeida, 1808; Lopez de Vargas Machuca, 1782). A toponímia registada varia entre Rio Mourinho (ou Moirinho) e Remourinho, tendo sido esta última forma que se fixou na cartografia atual. O hidrónimo refere-se a uma linha de água<sup>113</sup>, mas o topónimo referido nestas fontes históricas parece corresponder ao ponto de atravessamento da mesma, no local da ponte hoje submersa, ou ao conjunto de edifícios que fazem parte do monte do Remourinho<sup>114</sup>.

De uma forma assumidamente conjectural, é neste conjunto edificado que proponho a localização do marco miliário do Remourinho (n.º 16). A primeira referência ao

<sup>113</sup> Afluente da margem direita da ribeira das Alcáçovas com a nascente na serra de Montemuro (Montemor-o-Novo).

<sup>114</sup> Embora não seja possível de localizar com rigor, merece referência “uma fonte chamada Riourinho”, junto da qual se faz uma pausa durante uma batida ao javali (1895), descrita nas memórias de Salvador da Costa (Fonseca, 1992, p. 72); pode corresponder a um ponto de paragem habitual nos itinerários regionais.



monumento é feita por A. de Resende, indicando que este se encontrava numa elevação sobranceira ao rio Mourinho<sup>115</sup>, sendo esta descrição coerente com a do ponto cartografado. A mesma peça foi observada por J. D. Breval no séc. XVIII (Canto, 2004, pp. 288, 340), embora pudesse estar já deslocada em relação à posição em que a viu Resende, encontrando-se nessa ocasião mais próxima da margem<sup>116</sup>.

A inscrição foi considerada falsa por E. Hübner (1863) por ser referida exclusivamente por A. Resende e por ser igual à de um outro miliário (CIL II 4676 proveniente de Béjar, Salamanca), a partir do qual o humanista teria produzido a cópia. O miliário de Béjar (que Hübner também conheceu através de cópia) foi reencontrado em meados do séc. XX, permitindo verificar que as inscrições são semelhantes mas não idênticas (Puerta Torres, 1995, pp. 445–449). Por outro lado, a leitura de J.D. Breval, sendo coerente com a de A. de Resende, apresenta diferenças na leitura que fazem pressupor que o autor inglês não se limitou a copiar a informação publicada no séc. XVI. Estas razões levam a que se tenha reabilitado a autenticidade do texto, sendo a existência do miliário tida como comprovativo da passagem da via neste local (Alarcão, 2006, p. 216; Canto, 2004, p. 340; V. Mantas, 2012a, p. 152).

Também do ponto de vista da coerência do traçado, faz sentido que seja este o percurso escolhido para a via romana na aproximação a *Salacia*: depois de transposto o rio Mourinho, o caminho infletia para sul, mais ou menos onde hoje se situa a povoação de Santa Susana. Aqui foi identificada uma vasta área de dispersão de vestígios de ocupação romana, (Alarcão, 1988b, p. 131; Faria & Ferreira, 1986, p. 51; Ferreira et al., 1993, p. 91) conhecida como *uilla* da Portagem (n.º 69). É escassa a informação sobre o local mas alguns autores admitem que se possa tratar de uma *mansio* ou um *uicus* (Alarcão, 2006, p. 216; V. Mantas, 2012a, p. 151). Na realidade, a única certeza que podemos ter a partir da descrição dos vestígios é que aí existiriam edifícios em Época Romana. O sítio encontra-se apenas a 10 milhas de *Salacia*, que sabemos ser ponto de paragem no itinerário, podendo eventualmente corresponder a uma paragem intermédia numa jornada que tenha essa cidade como origem ou destino. Penso contudo que faz

---

<sup>115</sup> “*in colle super flumen*” (Resende, 2009, pp. 280–282)

<sup>116</sup> “*Upon the banks of a little river (called Rio Maurin)*” (Breval, 1726, p. 326); também é admissível uma alteração do leito do rio entre os momentos de observação de A. de Resende e J.D. Breval.

mais sentido que tenha sido um complexo edificado do tipo *uilla*, ocupado em continuidade, dando assim origem à vila medieval de Santa Susana, situação que parece repetir-se com Santa Catarina de Sítimos (n.º 281). O topónimo Portagem remete sem dúvida para o universo viário e, de acordo com a análise de cartografia antiga (Folque, 1856, f. 28), pode estar relacionado com um cruzamento de vias de sentido N-S com o eixo longitudinal procedente de Évora.

De Santa Susana até Alcácer, a proposta segue o traçado da EN 253, que corresponde à estrada real de 2ª classe entre Alcácer do Sal e Évora («Systema geral das comunicações do reyno a que se refere a proposta de lei datada de 28 de Fevereiro de 1854», 1854). Esta hipótese de traçado é reforçada pela existência de um marco miliário anepígrafo no Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33), junto do que seria o eixo da via. Trata-se de uma coluna de granito com cerca de 50cm de diâmetro “e saliente 1m da terra”, deixando-se em aberto a possibilidade da peça poder estar invertida e haver uma inscrição na parte soterrada (Faria & Ferreira, 1986, p. 49).



*Figura 45: Miliário do Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º 33) - foto reproduzida a partir de Faria, 2002*

A via seguia pela margem direita da ribeira de Santa Catarina de Sítimos, acompanhando a linha de meia encosta que constitui o limite do vale aluvial que, muito provavelmente, em Época Romana corresponderia a uma área sazonalmente inundada. As alterações do regime da ribeira introduzidas pela construção da barragem do Pego do Altar, bem como o cultivo intensivo de arroz, vieram alterar profundamente a paisagem em meados do séc. XX mas é plausível imaginar que, também em Época Romana, esta fosse uma área de exploração agrícola de média ou grande escala. A ribeira de Santa Catarina seria navegável, como se encontra documentado para o séc. XVIII (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, p. 569; Pimenta & Olival, 1758), garantindo a possibilidade de escoamento de produtos por via fluvial até *Salacia*. A estrada, no limite da zona inundável, funcionaria certamente como um complemento terrestre deste percurso fluvial.

Os vestígios de ocupação romana nesta área encontram-se implantados no vale aluvial, na margem esquerda da ribeira, com exceção da Herdade de São Braz (n.º 82). Os

testemunhos são bem conhecidos localmente, existindo a crença popular na existência de uma “grande cidade ao longo da margem esquerda da ribeira, desde a herdade de Arrais até ao Porto da Lama” (Carvalho, 2007). Com efeito, nem sempre é possível distinguir com rigor as notícias de achados de Época Romana nesta área e atribuí-los aos sítios arqueológicos publicados e registados em diferentes inventários: Pedrões (n.º 57), Santa Catarina de Sítimos (n.º 281) e Porto da Lama (n.º 17). O caso de Pedrões, por exemplo, é interpretado como uma grande *uilla* mas a ampla área de dispersão de materiais observáveis à superfície pode ser resultado da destruição parcial que sofreu – por ocasião de terraplanagens para plantio de arroz –, e não necessariamente um indicador da dimensão do sítio romano.

O sítio melhor conhecido é Santa Catarina de Sítimos (n.º 281) que foi objeto de escavações arqueológicas em 1986 e 2006-2007. Após a identificação accidental na sequência de trabalhos de renovação de arruamentos, levados a cabo em 1977, as escavações tiveram como objetivo a delimitação da área onde se encontravam conservadas estruturas construídas. Os trabalhos não se encontram ainda publicados mas a informação disponível aponta para a existência de dois núcleos de ocupação, um dos quais será um complexo termal do qual foi escavada uma *natatio* com a respetiva escadaria de acesso ao interior. A referência a uma “grande construção circular” – junto do edifício da escola primária e que teria sido destruída pela construção da rua – pode apontar para a existência de um edifício com compartimentos(s) de planta abisdada. Os materiais arqueológicos recolhidos apontam para uma longa ocupação, desde meados do séc. I a.C ao séc.V/VI e atestam a importância do sítio em Época Romana. Existem também elementos que indicam a ocupação em período medieval islâmico e cristão, em moldes pouco definidos.

Na encosta, junto ao monte de Fanais (também grafado como Famais em algumas fontes), foi descoberta uma sepultura de incineração e uma estela em calcário, sem vestígios de inscrição mas que os autores da sua publicação consideram que poderia ter sido originalmente epigrafada (Faria & Ferreira, 1986, pp. 48–49). Embora a informação disponível sobre o sítio seja escassa, parece tratar-se de uma *uilla* ocupada em continuidade, dando origem à atual povoação de Santa Catarina de Sítimos, cuja

igreja aparece referida em documentação do séc. XIII.

A vocação agrícola destes sítios deduz-se pela implantação nas terras férteis do vale da ribeira mas também pela presença de contrapesos de lagar em Pedrões (n.º 57) e Porto da Lama (n.º 17), bem como uma mó em Santa Catarina de Sítimos (n.º 281). O sítio do Porto da Lama (n.º 17) é habitualmente referido como uma *uilla*, embora os dados disponíveis não permitam uma classificação funcional inequívoca. As cerâmicas recolhidas e depositadas no museu municipal de Alcácer do Sal são de Época Romana, abrangendo uma cronologia desde o início do império até à Antiguidade Tardia.

O achado mais notável do Porto da Lama (n.º 17) é um marco miliário com uma inscrição em honra dos imperadores da Tetrarquia (Encarnação, 1984, pp. 729–730; Faria, 2002). A peça encontra-se em depósito no museu municipal e, embora não se encontrem publicadas as condições do achado, é provável que se encontrasse *in situ*. Esta dedução baseia-se na referência ao Porto da Lama como nó viário em várias fontes escritas e cartográficas históricas (Eça & Almeida, 1808; Hall, 1829; Lopez de Vargas Machuca, 1782; Matos, 1980, pp. 77–178; Seco & Ortelius, 1560).

Contudo, estas referências (e a consequente relevância como nó viário) fazem-se assinalando o Porto da Lama como ponto de passagem da ribeira de Sítimos em direção a sul, mais precisamente nos itinerários que de, Alcácer do Sal, se dirigiam a Beja. Embora não referida no *Itinerário de Antonino*, a existência deste itinerário em Época Romana é admitida por vários investigadores (Alarcão, 1988a, pp. 100–101; Lopes, 2003, pp. 81–82; V. Mantas, 1993, p. 465). Como bem assinalou V. Mantas (2012b, pp. 151–152), a integração do miliário do Porto da Lama na Via XII implicaria uma dupla travessia da ribeira das Alcáçovas que é dificilmente sustentável. Assim, faz sentido considerar que o monumento do Porto da Lama faria parte do itinerário *Salacia*, - *Pax Iulia* eventualmente integrado no enigmático percurso que o *Itinerário de Antonino* regista entre *Salacia* e *Ossonoba*, sem estações intermédias e com a indicação de 16 milhas (Wesseling, 1735, p. 418, lin. 6).

A aproximação a *Salacia* (n.º 2), após a confluência da ribeira de Santa Catarina de Sítimos com o Sado, fazia-se muito provavelmente com um traçado semelhante ao da atual EN 5. Continuava pelo limite do vale aluvial, evitando o leito de cheia, e entraria

na cidade mantendo uma orientação E-W, mais ou menos retilínea. A área urbana de *Salacia* coincidiria, *grosso modo*, com a alcáçova medieval de *al-Qaşr*/Alcácer sendo verosímil que existisse um núcleo ribeirinho vocacionado para atividades económicas que dependiam do rio e dos férteis terrenos agrícolas circundantes. Contudo, a informação disponível do único sítio arqueológico identificado na zona baixa junto ao Sado, Horta das Ponces (n.º 275), não é suficiente para trazer alguma luz sobre esse tipo de ocupação.

Sabemos que a cidade era abastecida de água através de um aqueduto, reconhecido no Bairro do Rio dos Clérigos (n.º 277), do qual poderão também fazer parte as estruturas hidráulicas postas a descoberto na área de São Francisco / EN 5 (n.º 273). Registe-se também a existência de uma cisterna circular no Olival de São João (n.º 265), próxima do sítio da Horta do Crespo (n.º 266) onde foram escavadas estruturas que podem pertencer à *pars rustica* de uma *uilla* periurbana (Faria & Ferreira, 1993).

Já a posição das necrópoles conhecidas na periferia de *Salacia* pode fornecer algumas pistas sobre os eixos viários principais que se cruzariam na cidade. Infelizmente não são muitas as informações de que dispomos para reconstituir o urbanismo de *Salacia*. As escavações realizadas frente à Igreja Matriz de Alcácer do Sal puseram a descoberto um conjunto de estruturas que devem corresponder a parte do *forum* (Faria, 1998, 2002, pp. 87–119). A área escavada é relativamente pequena (menos de 750 m<sup>2</sup>) mas, ainda assim, permite adivinhar a orientação da eventual malha ortogonal da cidade que se prolongaria nos eixos viários principais na área periférica. Com as necessárias cautelas, dada a fragilidade dos dados disponíveis, verifica-se que as necrópoles do Bairro do Crespo (n.º 271) e da Azinhaga do Senhor dos Mártires (n.º 270) podem estar alinhadas com o eventual *decumanus*; a necrópole de São Francisco (n.º 274) estaria assim no prolongamento do *cardo*.

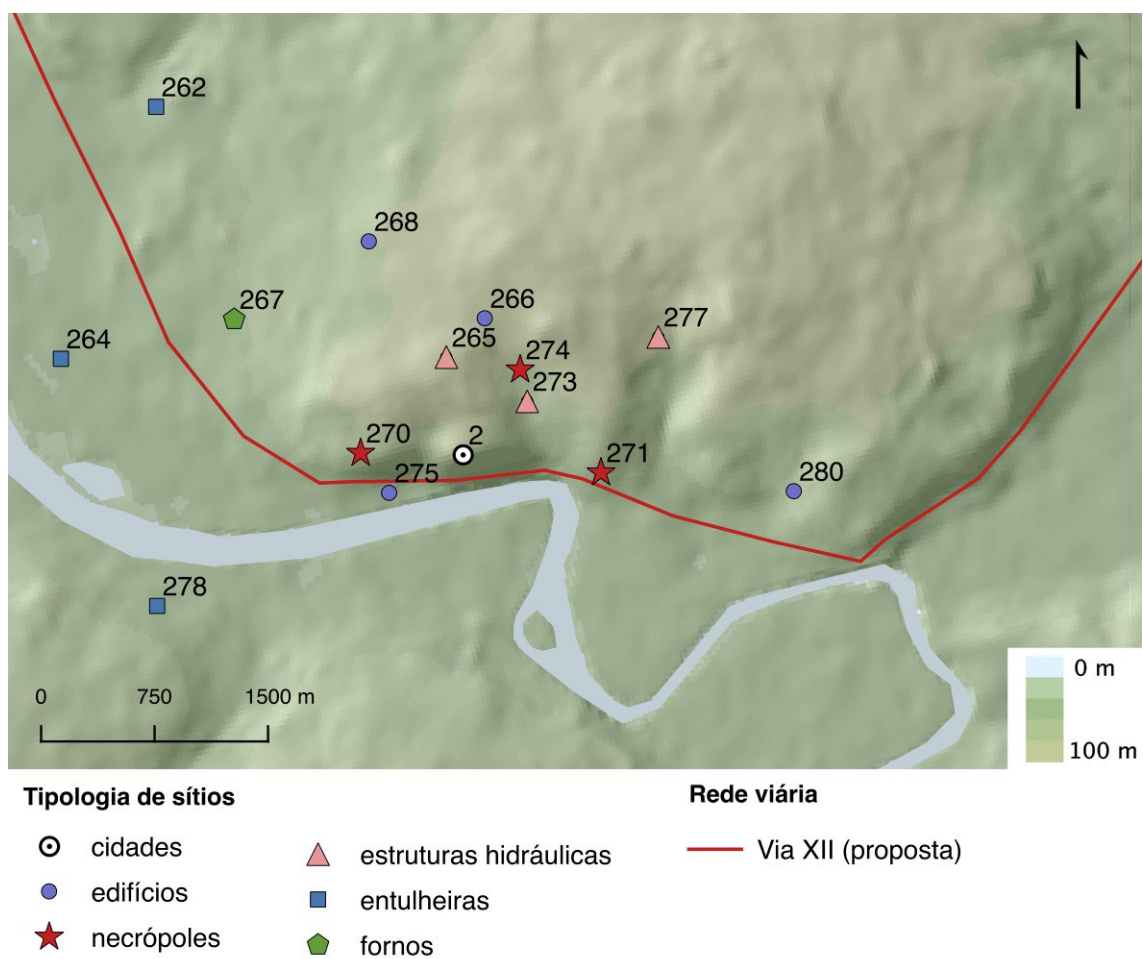


Figura 46: Sítios arqueológicos na periferia de Salacia

Ainda que esta interpretação seja questionável, parece seguro que as necrópoles se situariam na área periurbana de *Salacia*, bem como os restantes sítios com ocupação romana que são identificados nas imediações (Figura 46). É a ocidente da cidade que se vão concentrar as estruturas de produção que a bibliografia arqueológica consagrou como “os fornos de ânforas do Sado”. Com base na informação disponível, é importante referir que estes centros de produção oleira fabricariam outros tipos de contentores cerâmicos (Fabião, 2004) e que, em muitos dos sítios referidos como fornos, o que são conhecidas são áreas de entulheira. Naturalmente que estas entulheiras estariam associadas a centros produtores, mas não podemos saber a que olarias correspondem; é também prudente pensar que possa ter havido uma dispersão de áreas de descarte ao longo do tempo, o que cria um palimpsesto no registo arqueológico difícil de interpretar.

Em qualquer dos casos, é evidente a importância que têm as margens do Sado, a ocidente de *Salacia*, na produção industrial de cerâmica. Esta produção incluiria contentores de vários tipos e funcionalidades, bem como material de construção, beneficiando da proximidade do rio como via no processo de distribuição e comercialização. Embora o transporte fluvial fosse à partida mais rentável que o terrestre, a complementaridade com a rede viária é um fator determinante na eficiência do transporte na *Hispania* (Carreras & Soto, 2013, pp. 123–125). Esta é uma das razões que me faz propor que o traçado da Via XII, entre *Salacia* e *Caetobriga*, se fizesse mais próximo da margem do Sado do que as hipóteses publicadas até ao momento (cf. 2.1).

Outra fundamentação desta proposta pode ser encontrada nas fontes medievais. No séc. XVI, o eixo central da vila junto ao rio era a Rua Direita<sup>117</sup> que se iniciava *no cabo da vila contra Ebora*, a nascente, e terminava *no cabo da vila contra Setúbal*, a poente (Pereira, 2000, pp. 95–96). Ainda que estas expressões não sejam obrigatoriamente uma indicação viária, a documentação medieval refere claramente que a estrada procedente de Évora desembocava junto do chafariz, no extremo nascente da Rua Direita (idem, 2000, p. 56). Sabendo que o *cabo da vila contra Évora* coincidia com o início da estrada que ligava Alcácer a essa cidade, não será despropositado fazer coincidir o *cabo da vila* oposto também com o início da estrada que se dirigia a Setúbal.

Até porque a alternativa, quer em Antiguidade Tardia quer em Época Romana, seria subir a colina em direção ao castelo, ou ao *forum*, para depois voltar a infletir a nascente para encontrar um percurso próximo da atual EN 5. A ligação da zona portuária à parte alta da cidade encontra-se documentada para Antiguidade Tardia nas referências à *Calçada* ou *Rua da Calçada*<sup>118</sup> mas parece que a maioria das atrelagens subiria pela travessa e rua do *Chupalhapele*, a nascente do *cabo da vila contra Ebora* (Pereira, 2000, pp. 100–101). De um ponto de vista muito pragmático não faz sentido que o tráfego que se dirigia a *Caetobriga/Setúbal*, sobretudo de veículos de mercadorias, evitasse a área portuária com esse desvio. Por outro lado, as propostas de traçado que evitam a zona baixa de *Salacia* podem estar condicionadas pela falta de informação arqueológica da

---

<sup>117</sup> Atuais ruas de Salema, da República e Marquês de Pombal

<sup>118</sup> É tentador encontrar nesta toponímia uma origem romana desta via urbana medieval mas não há objetivamente nenhum fundamento para o fazer



beira-rio, em contraste com a proveniente da colina e arrabaldes a norte, como já foi notado para períodos históricos subsequentes (Cottart & Carvalho, 2010, pp. 188–190).

A hipótese de fazer coincidir a Via XII com este eixo medieval paralelo ao rio não invalida a existência de uma estrada de orientação N-S que poderia estar, como já foi referido, no prolongamento do *cardo*. Mais uma vez, sendo minha intenção apresentar um vetor único para representar a Via XII, na escolha de uma de duas alternativas, esta é aquela que me parece mais verosímil face à informação disponível.

Importa referir que *Salacia* poderia bem ser o ponto de destino de uma viagem, com início na capital provincial, cujo objetivo fosse chegar ao mar. A condição de porto marítimo de *Salacia* é bastante conhecida (Blot, 2003; Fabião, 2009a, 2009b; Mantas, 2010; Mayet & Silva, 2010) mantendo essa posição – com períodos cíclicos de perda de importância em relação à foz do Sado (Fabião, 2009a, p. 63; Pereira, 2000, pp. 31–50)– nos períodos históricos subsequentes. As fontes árabes sublinham a vocação de *al-Qsar* como porto comercial do *Al-Andalus* (A. B. Coelho, 1989, pp. 1, p.53–63, p. 65–72; Picard, 2000, vols. 194–196), posição que mantém na reconquista cristã (Garcia, 1984, pp. 22–26). A complementaridade com a rede viária é evidente, radizando aí também o seu sucesso enquanto entreposto comercial, já que se assume como nó viário nas ligações terrestres de orientação E-W e em direção a sul, a partir deste ponto (V. Mantas, 2004, p. 438).

Assim, pode o viajante procedente de *Augusta Emerita* terminar aqui o seu percurso terrestre, continuando a viagem através do estuário até *Caetobriga* e daí a *Olisipo*, também por via aquática como mais à frente se verá. Não existem evidências materiais diretas da navegação do estuário do Sado a partir de *Salacia*<sup>119</sup> mas a distribuição de ânforas provenientes dos centros produtores do Sado é um testemunho inquestionável de que essa navegação se fazia integrada em rotas de longo curso no espaço do império (Étienne & Mayet, 2002; Fabião, 2009a; Parker, 1996).

---

<sup>119</sup> A existência de um presumível local de naufrágio junto a Alcácer é inferida a partir do achado de quatro ânforas inteiras, três das quais teriam sido recolhidas no mesmo local, “onde as redes prendem”, segundo informações orais do pescador que as depositou no Museu Municipal de Alcácer do Sal (Diogo & Alves, 1988, p. 231); por muito tentador que seja ver nesta informação uma evidência da navegação romana no estuário, só um programa de estudo e prospeção sistemática orientado nesse sentido poderá confirmá-la.

### **3.6 O percurso viário no estuário do Sado: complemento e alternativa**

Fontes históricas indicam-nos que o percurso fluvial entre Setúbal e Alcácer do Sal se podia fazer em 3 horas, representando uma economia de tempo considerável em relação ao percurso terrestre, que demorava 2 a 3 dias (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, p. 569; Landmann, 1818, vol. 2, p. 47). No início do séc. XIX existia uma ligação diária entre Setúbal e Porto Rei, passando por Alcácer. Uma estatística da Intendência Geral de Polícia, datada do primeiro quartel do mesmo século, indica a existência de 39 barcas de passagem, das quais 10 são grandes (para transporte de mercadorias) e 4 de “barra fora”, indicando a navegação ao largo da costa atlântica (Matos, 1980, pp. 432, 295).

No entanto, esta facilidade de tráfego não deve fazer esquecer algumas dificuldades a que este percurso estaria sujeito. As 3 horas de travessia são uma duração mínima, só conseguida aproveitando o movimento da maré, combinado com ventos favoráveis, já que as correntes são fortes e dificilmente contrariáveis; a existência de bancos de areia e margens lodosas é também um fator que dificulta a navegação e, conseqüentemente, o ritmo da viagem (Landmann, 1818, pp. 47–48). Por outro lado, a navegação devia também ser afetada pelas condições climáticas: um contrato celebrado em 1854 para condução de um “varino com as malas de correio de Alcácer do Sal para Setúbal, e vice versa” é apenas válido de junho a outubro, indicando a sazonalidade do transporte fluvial num serviço regular como este seria (G. Ferreira, 2008, p. 538). Naturalmente que este paralelo não pode ser transposto de uma forma linear para a Época Romana, sobretudo quando sabemos que os problemas mais graves de assoreamento do estuário são mais recentes. Por outro lado, a morfologia do casco das embarcações ou o tipo de aparelho podiam adaptar-se às características dos diferentes canais de navegação, tornando possível a navegação em condições mais adversas. No entanto, parece relevante chamar aqui esta referência contemporânea como possível indicador da variação anual do tráfego no rio.

Na ausência de estudos de geomorfologia histórica para esta região, as hipóteses

levantadas devem ser encaradas com cautela. Ainda assim, é possível que o tráfego de mercadorias transportadas pela Via XII fosse, a partir deste ponto, transferido para embarcações no porto de *Salacia* e o resto do percurso se fizesse por via fluvial e/ou marítima (Mantas, 2010, p. 205). Mas isso talvez não fosse garantido ao longo de todo o ano, havendo uma suspensão do transporte de grandes cargas durante o inverno e/ou uma alternativa terrestre. No caso do trânsito de pessoas e pequenas cargas, o percurso descrito entre *Salacia* e *Olisipo* no *Itinerário de Antonino* representava certamente essa alternativa terrestre.

Nas margens do Sado, a jusante de *Salacia*, concentra-se um importante conjunto de vestígios de olarias, sejam fornos<sup>120</sup> ou entulheiras<sup>121</sup>, que testemunham uma intensa atividade industrial à qual estariam associadas também a exploração de sal e a produção de preparados de peixe. Os centros oleiros melhor conhecidos situam-se na margem direita do estuário: Abul (n.º 252), Herdade do Pinheiro (n.º 251) e Zambujalinho (n.º 229), este último na foz da ribeira da Marateca. A via preferencial de escoamento da produção destas olarias era certamente fluvial, mas parece fazer sentido que também fossem servidas por uma estrada, tanto mais que a ocupação desses espaços não se esgotava nas atividades produtivas.

No Zambujalinho (n.º 229), a identificação de um núcleo habitacional e de uma necrópole atestam claramente a ocupação permanente do espaço por uma comunidade de artesãos (Isabel Cristina F. Fernandes & Carvalho, 1996; Isabel Cristina Ferreira Fernandes, 2006). Esses indícios não são tão evidentes no caso de Abul (n.º 252) e da Herdade do Pinheiro (n.º 253), mas existe informação que permite que se possa inferir um modelo de ocupação semelhante nesses locais (Fabião, 2004, pp. 393–396; Mayet & Silva, 1998; Mayet, Silva, & Makaroun, 2002)<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> Monte da Enchurrasqueira (n.º 259); Parvoíce (n.º 267)

<sup>121</sup> Moinho da Ordem (n.º 263); Monte da Batalha (n.º 260); Ameira (n.º 262); Monte do Rapa (n.º 254); Telhada (n.º 264)

<sup>122</sup> Embora não tenham sido realizados trabalhos de escavação, a informação disponível sobre a Herdade da Barrosinha II (n.º 80), mais a montante no curso do Sado, também aponta para a existência de um complexo edificado com várias áreas funcionais para além da olaria, entre as quais uma necrópole e estruturas habitacionais (Diogo & Faria, 1990; Diogo, Faria, & Ferreira, 1987); o caso mais paradigmático é contudo o do complexo industrial de Tróia (CNS 2), fora do corredor em estudo, onde se encontra bem documentada a existência de várias áreas funcionais e uma ocupação em permanência de população residente (Étienne, Makroun, & Mayet, 1994).

No caso concreto da Herdade do Pinheiro (n.º 253), importa reler algumas referências históricas à ocupação antiga do local. A. de Resende regista a existência de “ruínas de uma povoação” (*Oppidi ruinae supersunt*). Essa menção é suficiente para justificar a deslocação de J. Cornide, em Julho de 1800, à Herdade do Pinheiro com objetivo específico de encontrar as ruínas descritas pelo humanista (Abascal Palazón & Cebrián Fernández, 2009, p. 642). Embora não as consiga encontrar, esta referência parece indicar que existiria no séc. XIX uma memória de vestígios com alguma imponência, antes de haver notícia dos fornos.

A. de Resende menciona ainda um cipo epigrafado cuja inscrição transcreve (2009, pp. 280–281). A peça encontra-se referida no capítulo dedicado às vias militares (Livro Terceiro) mas a palavra usada por Resende para a designar é *cippus* e não *columna*, como acontece nas ocasiões em que transcreve marcos miliários. A tipologia do monumento não é clara, embora F. Bandeira Ferreira (1959a, 1959b) a considere um miliário, reabilitando a inscrição que E. Hübner reputa como falsa na publicação do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (1869, CIL II 8\*). A favor da autenticidade do texto, F. Bandeira Ferreira inverte o argumento do propósito da falsificação: se, no caso das inscrições de Sertório, o propósito é claramente enaltecer a terra natal do humanista, não se vislumbra nenhum benefício na falsificação desta inscrição. Antes pelo contrário, para sustentar a sua teoria da localização de *Caetobriga* em Tróia, uma falsificação de um miliário na margem esquerda do Sado seria muito mais útil que esta inscrição na Herdade do Pinheiro (F. B. Ferreira, 1959b).

As anomalias na fórmula epigráfica, mais concretamente da titulatura imperial, podem resultar de erros de leitura do próprio Resende ou de quem lhe copiou a inscrição. Este argumento foi um dos utilizados por A. Canto para comprovar a autenticidade da inscrição do miliário dos Tabuleiros (n.º 16), transcrito por Resende mas que ainda terá sido avistado por J. D. Breval no séc. XVIII (Canto, 2004, pp. 288, 340). No caso da inscrição da Herdade do Pinheiro, o texto é próximo do de uma placa honorífica depositada na Câmara Municipal de Beja (Encarnação, 1984, pp. 361–363 IRCP 291), cuja leitura de A. de Resende também foi questionada por Hübner (que só teve acesso a uma transcrição) mas foi comprovada pelo relato de viagem do cavaleiro inglês (Canto,

2004, p. 336). Embora com reservas, pode admitir-se que a transcrição de Resende não se trata de uma falsificação mas de uma *columna* honorífica que o humanista efetivamente viu na Herdade do Pinheiro. A possibilidade de ser um marco miliário é mais difícil de sustentar.

O contexto em que se encontraria a peça também não é reconstituível, mas é admissível que se encontrasse nas ruínas, *in situ* ou reaproveitado como material de construção. Se Resende a tivesse visto no palácio da Herdade do Pinheiro, integrada na coleção do Duque de Aveiro, faria menção a esse fato, como acontece em outras circunstâncias similares. Ao referir-se especificamente à propriedade rústica, dizendo que o cipo está no itinerário (*In hoc itinere in praedio quod Pinarium uocant, Illustrissimi Ducis Auiariensis*), parece indicar que a viu no terreno. Em qualquer dos casos, este elemento pode ser um indicador da existência de uma ocupação romana com alguma monumentalidade, associada ao complexo oleiro conhecido através de trabalhos arqueológicos.

Admitindo a existência de uma ocupação de carácter permanente dos complexos industriais situados na margem direita do Sado, a minha proposta de traçado da Via XII acompanha esses pontos de povoamento, seguindo o traçado da linha de caminho de ferro. Este desenho é mais próximo do leito do rio do que o das propostas tradicionais, que o fazem coincidir com o atual EN 5/IC 1 (cf. 3.1). Esse é o percurso da estrada real referida em fontes históricas, que atravessava a ribeira de S. Martinho em Palma, através de uma ponte construída no início do séc. XIX incluída no mesmo programa de obras que ditou a construção da ponte sobre o rio Mourinho (Matos, 1980, pp. 38, 77–178). Não há nenhuma evidência material que possa ser invocada para sustentar qualquer das propostas: a estrada romana atravessaria uma área de terrenos instáveis e frequentemente alagados, sendo provável que o percurso se alterasse frequentemente em função da dinâmica do estuário. O investimento na construção de infraestruturas viárias capazes de contrariar estas características geomorfológicas – e que deixariam traços mais visíveis na paisagem – não se justificaria face ao carácter complementar que a via terrestre teria em relação à via fluvial, pela qual circularia o tráfego pesado de mercadorias.

Na ausência de outros, os argumentos em favor de um traçado mais próximo da margem esquerda do Sado prendem-se com a distribuição de sítios arqueológicos com ocupação romana que, entre Alcácer e a foz da ribeira da Marateca, se concentra junto ao estuário<sup>123</sup>. Por outro lado, além da estrada real, com passagem por Palma, a cartografia histórica representa uma estrada paralela ao rio, assinalando como pontos de passagem “Seixola” e “Pinheiro” (figura 47). Note-se que o topónimo “Seixola” se encontra representado na localização da atual Herdade do Pinheiro e “Pinheiro” junto da travessia da ribeira da Marateca, ou seja perto, da olaria do Zambujalinho (n.º 229).

---

<sup>123</sup> Entre as ribeiras de São Martinho e da Marateca, os únicos sítios arqueológicos com ocupação romana referenciados a nascente da linha de caminho de ferro resultam de erros de cartografia ou não foram confirmados no terreno: o sítio de Monte Novo (CNS 253) corresponde à mesma realidade arqueológica que Abul (n.º 252) e os sítios Calhas (CNS 31109) e Zambujal A (CNS 31110) são identificados a partir de informações orais não confirmadas no âmbito dos trabalhos de prospeção da *Carta Arqueológica de Palmela* (Isabel Cristina F. Fernandes & Santos, 2012)

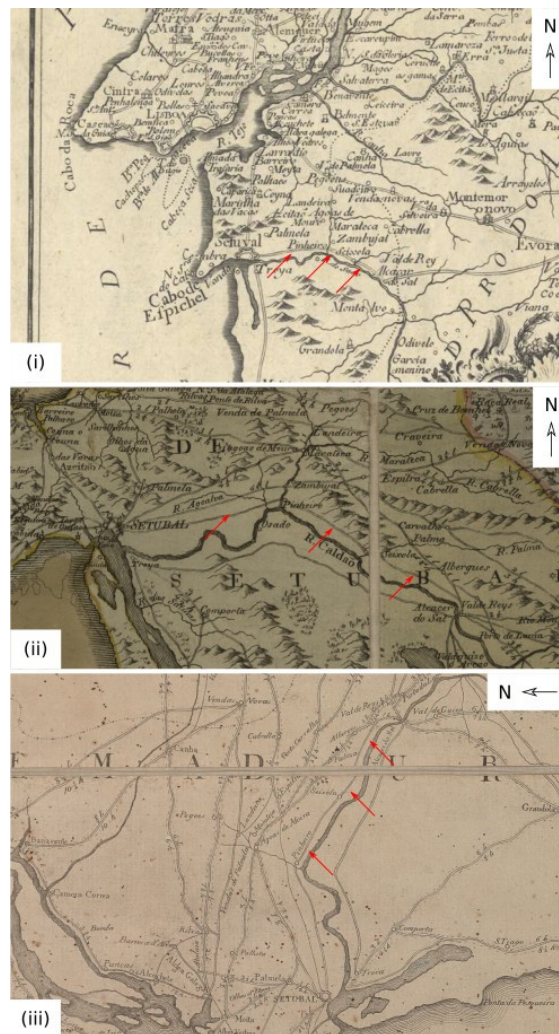


Figura 47: Reprodução parcial de cartografia histórica com identificação da estrada por Seixola e Pinheiro: (i Carpinetti, 1762; ii Lopez de Vargas Machuca, 1782; iii Eça & Almeida, 1808)

Assim, a proposta segue o traçado da linha de caminho de ferro do Sado, com a consciência de que é uma hipótese artificial para representar um troço da via que não terá sido fixo ao longo do tempo, devido às características do território que atravessa.

A transposição da ribeira da Marateca implicava a existência de uma ponte ou barca de passagem. Uma das razões para deslocar o traçado da via para montante na ribeira, fazendo-o coincidir com o local atual de atravessamento, é o fato do leito aí ser mais estreito que na zona da foz, onde foi construída a ponte ferroviária. Contudo, há que ter em conta que em Época Romana dificilmente seria possível atravessar a vau em

qualquer um destes locais. Mais uma vez, o recurso a uma obra de arte parece injustificado num percurso terrestre que seria complementar da navegação estuarina. A travessia podia ser feita com recurso a barças em qualquer local, com vantagem para o trecho final da ribeira, onde uma maior profundidade facilitaria as manobras, ainda que tivessem que ser tidas em conta as condições de maré e correntes.

Atravessada a ribeira da Marateca, a via infletia para ocidente, continuando a acompanhar a linha do estuário até *Caetobriga*. Nesta área é difícil justificar qualquer traçado dada a ausência de informação arqueológica registada quer para o período romano, quer para quaisquer outras épocas. Esta falta pode ser resultado de um menor investimento na investigação arqueológica mas também das características da própria paisagem: a dinâmica do estuário terá contribuído tanto para a fraca atratividade à fixação humana de carácter permanente como terá contribuído para a ocultação ou mobilização de vestígios arqueológicos que aí pudessem ter permanecido. Por outro lado, há também que ter em conta as grandes transformações do uso do solo que esta área sofreu com o desenvolvimento do porto e cidade de Setúbal durante o séc. XX.

Assim, mais uma vez o traçado proposto coincide artificialmente com a rede viária atual, mais precisamente com a EN 10, infletindo para sul para entrar na cidade pela Ladeira da Ponte de S. Sebastião. A única necrópole identificada até agora na área urbana de Setúbal situava-se aqui, na zona oriental da colina de Santa Maria, podendo eventualmente estar associada à entrada na cidade da via procedente de *Salacia*. Trata-se de uma necrópole de inumação, destruída pela construção do túnel do caminho de ferro, que terá estado em utilização, pelo menos, entre os séc. II e IV (Soares, 2000, pp. 101–104).

A ocupação antiga da cidade de Setúbal é relativamente bem conhecida, sendo um caso singular no panorama da arqueologia urbana em Portugal. A atenção e estudo que lhe foram dedicados desde o início do séc. XX permitem que se possa reconstruir com alguma fiabilidade a história da cidade (Soares, 2000). Também estudo arqueológico do solo urbano aliado à cartografia geotécnica, produzida desde a década de 70 do mesmo século, contribuem para o conhecimento da evolução geomorfológica do local (Coelho, 1980).



Assim, sabemos que os primeiros momentos de ocupação humana, datados da proto-história, estão atestados exclusivamente na colina de Santa Maria, que era limitada a sul e a ocidente pela baía e por um braço de mar que se estendia até ao atual Bairro do Liceu. O núcleo principal da cidade romana situar-se-ia nessa zona alta, tendo sido identificada uma estrutura nas escavações da travessa de João Galo que é interpretada como edifício público, eventualmente parte do *forum* (C. T. da Silva & Coelho-Soares, 2014). São também conhecidas estruturas habitacionais com pavimentos de mosaico (C. T. da Silva, Soares, & Wrench, 2010).

No final da Idade do Ferro, terá começado a formar-se um cordão litoral a partir da colina que, em Época Romana, se estenderia até à atual praça do Bocage. É nessa zona baixa que se vão instalar as atividades industriais, das quais foram postas a descoberto fábricas de salga e olarias que produziam maioritariamente ânforas (C. T. da Silva, 1996; C. T. da Silva & Soares, 1980; C. T. da Silva, Soares, & Soares, 1986). A norte deste cordão litoral existia uma zona pantanosa, que ficará colmatada apenas no séc. XVI (Andrade & Silveira, 2007, p. 158), onde é provável que se fizesse a exploração do sal, embora dificilmente possam ser encontradas provas materiais que o atestem. Também não existem evidências materiais da atividade portuária mas são inúmeros os testemunhos indiretos que atestam a importância de *Caetobriga* como porto comercial em Época Romana (Blot, 2003, pp. 260–264; Fabião, 2004, pp. 392–393).

Na margem direita do esteiro do Livramento ou, se preferirmos, a ocidente do sapal, existia um núcleo de ocupação do qual restam alguns testemunhos detetados sob o atual bairro do Troino. É aqui que se encontram os registos mais antigos de ocupação romana, datados do séc. I a.C. (Soares, 2000, p. 117); no entanto, esta é a área da cidade menos conhecida do ponto de vista arqueológico, pelo que quaisquer interpretações devem ser assumidas com cautela. A consolidação da cidade de *Caetobriga*, no núcleo oriental e na zona da restinga, parece ter ocorrido só a partir de meados do séc. I d.C., atingindo maior expressão durante os séc. II e III d.C. (C. T. da Silva et al., 2010, pp. 151–152). A cidade é ocupada em continuidade até aos séculos VI/VII, estando documentada uma cultura material que mantém a tradição romana na utilização e consumo de produtos importados do espaço mediterrânico (C. T. da Silva & Coelho-Soares, 2014, p. 337). No

entanto, nesta última fase, a cidade já se encontra em retração, sobretudo na zona industrial: algumas das estruturas das fábricas de salga, já abandonadas e convertidas em lixeiras, vão ficar submersas devido ao recuo da linha de costa para norte.



- Reconstituição paleogeográfica e planta funcional da Setúbal Romana. A- área residencial e cívica (colina de Santa Maria); B - necrópole (Ladeira de São Sebastião); C- área fabril (restinga); D- núcleo de Troino; E – zona húmida (exploração de sal?).

*Figura 48: Reconstituição esquemática da ocupação do espaço de Caetobriga reproduzida a partir de (C. T. da Silva et al., 2010, p. 152)*

O percurso terrestre da Via XII teria obrigatoriamente que ser interrompido em *Caetobriga* já que não é crível que se justificasse a construção de uma ponte que atravessasse o esteiro do Livramento e/ou a área pantanosa a norte do cordão litoral. Mais uma vez importa reforçar a ideia que, na área do estuário do Sado, o percurso terrestre seria complementar do tráfego feito preferencialmente por via aquática. Por outro lado, tal como já foi referido na chegada a *Salacia*, também a cidade de *Caetobriga* poderia ser o ponto terminal da viagem por estrada, sendo o percurso até *Olisipo* feito por mar.

O transporte de grandes cargas, nomeadamente dos preparados de peixe produzidos ao

longo de todo o baixo Sado, seria certamente feito por via marítima. A navegação ao largo do cabo Espichel encontra-se atestada pela presença de um significativo conjunto de cepos de âncora num local identificado como fundeadouro de embarcações em Época Romana (CNS 22734). Outras razões podem explicar a concentração anormal de vestígios neste ponto, que representa mais de 60% dos achados ao largo da costa portuguesa. Por um lado, o fundo rochoso está normalmente associado ao fenómeno de perda e dificuldade de recuperação destes elementos (Gomes & Man, 2013); por outro, a costa de Sesimbra tem uma grande e tradicional incidência da prática de mergulho recreativo, o que aumenta a probabilidade da identificação dos cepos de âncora (F. J. S. Alves, Reiner, & Veríssimo, 1988, p. 117). No entanto, a interpretação deste conjunto como fundeadouro sai reforçada se considerarmos as características geomorfológicas da área dos achados, abrigada dos ventos do quadrante norte, que a tornam num local ideal de escala e de espera por condições de navegação propícia. A existência de uma atividade industrial em larga escala no baixo Sado é também um argumento indireto que concorre a favor da classificação deste conjunto de achados como fundeadouro: situado na entrada do estuário, o fundeadouro serviria bem as necessidades do intenso tráfego marítimo necessário à circulação de produtos<sup>124</sup>.

No que diz respeito ao carácter complementar que a via terrestre teria face à circulação fluvial e marítima, importa salientar que num conjunto de oito cepos estudados recentemente apenas dois têm um peso superior a 200kg, adequado a embarcações de grande porte. Os restantes têm pesos entre 48 e 89kg, podendo fazer parte do conjunto de âncoras dessas grandes embarcações (com diferentes pesos para diferentes funções e manobras), mas não é de desprezar a possibilidade de serem testemunhos da existência de pequenas embarcações que fariam uma navegação de cabotagem numa rede regional e local (Gomes & Man, 2013). Não é difícil pois pensar que, chegado a *Caetobriga* pela Via XII, o viajante procedente de *Emerita* aqui se transferisse para uma dessas embarcações e seguisse até *Olisipo* por mar.

---

<sup>124</sup> A existência de um farol no Outão, que marcaria a entrada da barra do Sado e seria assim também um testemunho direto da navegação ao largo da costa, é deduzida a partir de uma passagem da *Geografia* de Estrabão (3,3,1) e da notícia de achados romanos descrita por autores de Época Moderna, supostamente avistados aquando da construção do forte (Alarcão, 2004, pp. 317–319; Mantas, 2010, p. 203); na muito provável impossibilidade de confirmar materialmente esta existência, fica em aberto esta interpretação das fontes escritas.

### **3.7 De *Caetobriga* a *Olisipo* pela península de Setúbal: os últimos dias da viagem**

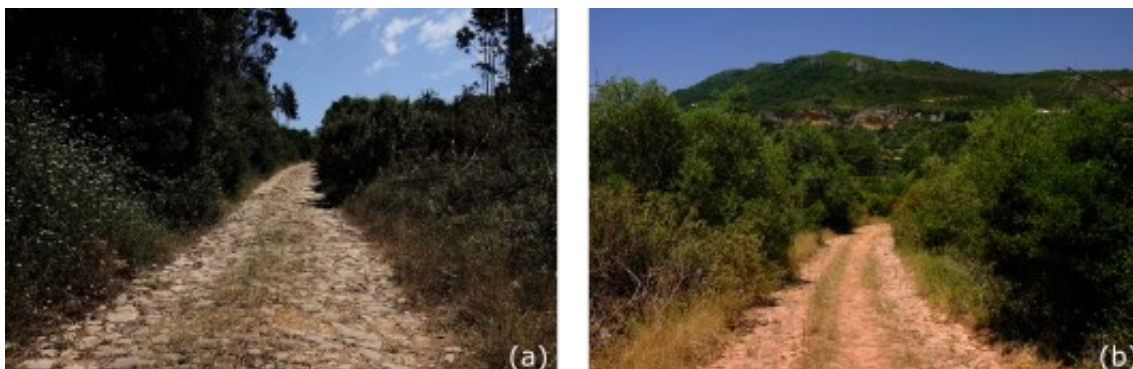
A viagem de *Caetobriga* a *Olisipo* por via aquática não seria, contudo, realizada nos meses de inverno o que, no caso do transporte de grandes cargas, seria um fator considerado no calendário comercial das viagens programadas. Já o fluxo de pessoas e pequenas cargas, em viagem privada ou oficial, teria necessariamente que ter alternativas. Além do percurso terrestre descrito no *Itinerário de Antonino*, uma das alternativas poderia passar pela navegação entre o estuário do Sado e do Tejo, através de uma rede de esteiros e canais, hoje desaparecidos ou não aptos à navegação.

A documentação destes percursos em Época Romana através de registo arqueológico é inexistente e dificilmente recuperável, quer pela dificuldade de sobrevivência dos seus traços materiais na paisagem, quer pelas próprias características geomorfológicas dos estuários. No entanto, a circulação através dessa rede de canais encontra-se documentada em Antiguidade Tardia e moderna pelo menos em quatro percursos que ligavam os estuários do Tejo e do Sado (Torres, 1994). Aquele que mais diretamente aqui interessa é o da chamada Vala Real / Rio Coina que, sendo navegável por barcas (Andrade & Silveira, 2007, p. 152), pode ter integrado o corredor da reconquista cristã no avanço em direcção a Alcácer do Sal e posteriormente ser uma rota habitual dos cavaleiros da Ordem de Santiago instalados em Palmela (Oliveira, 2009, pp. 149, 425).

As fontes históricas indicam-nos que a Vala Real só seria navegável a favor do movimento da maré no estuário do Tejo e teria o seu termo no Porto da Vila, junto da atual Aldeia de Irmãos (Torres, 1994, p. 171). Admitindo uma situação semelhante em Época Romana, o acesso a este canal implicaria o atravessamento da Serra do Viso para encontrar, como faz a atual EN 10, o corredor de passagem entre a Serra de São Luís e a Serra da Arrábida<sup>125</sup>. É neste contexto que provavelmente deve ser integrada a Calçada do Viso (n.º 59).

---

<sup>125</sup> A partir do esteiro do Livramento podia também atingir-se a rede de canais a nascente de Palmela, que se articulavam com a Vala Real de Malpique, acedendo ao Tejo na área do Montijo; esta alternativa parece estar associada a outros itinerários, possivelmente mais tardios, registando-se também uma ausência de informação sobre ocupação romana nesta área.



*Figura 49: Calçada do Viso (n.º 59): vista para nascente a partir da rua da Alfarrobeira (a) e vista para poente a partir do ponto médio (b)*

Esta infraestrutura viária é constituída por um troço de calçada, conservada de uma forma descontínua em cerca de 800m, entre o bairro do Viso (Setúbal) e a rua da Alfarrobeira na povoação do Grelhal. Com uma largura média de 5m, apresenta nas bermas blocos verticais não aparelhados, com cerca de 0,5m de altura. Embora não se conservem todos, estariam colocados em intervalos regulares de 7m de comprimento<sup>126</sup>. Uma sondagem realizada por C.Tavares da Silva em 1966 (Figura 50) revelou que o empedrado superficial, constituído por blocos de calcário comum e brecha da Arrábida, atinge uma profundidade de 0,30m nas bermas e de 0,15-0,20m na zona central (A). Este empedrado assenta sobre uma camada de areia argilosa vermelha com pequenos calhaus (B) que, por sua vez, se sobrepõe a outra de blocos de grés conquífero do Mioceno, assente sobre uma camada de argila cinzenta (C). Estas camadas foram colocadas como preenchimento de uma caixa aberta sobre o substrato rochoso (D) com uma profundidade de 0,80m (C. T. da Silva & Soares, 1986, pp. 200–201). O traçado tem uma orientação E-W, vencendo um desnível considerável, iniciando-se à quota altimétrica 113,4m no bairro do Viso para atingir os 63,8m na interseção com a rua da Alfarrobeira.

<sup>126</sup> Este valor não corresponde a nenhuma unidade de medida quer em Época Romana quer em Época Medieval/Moderna em Portugal (Marques, 1963; Wikander, 2008).

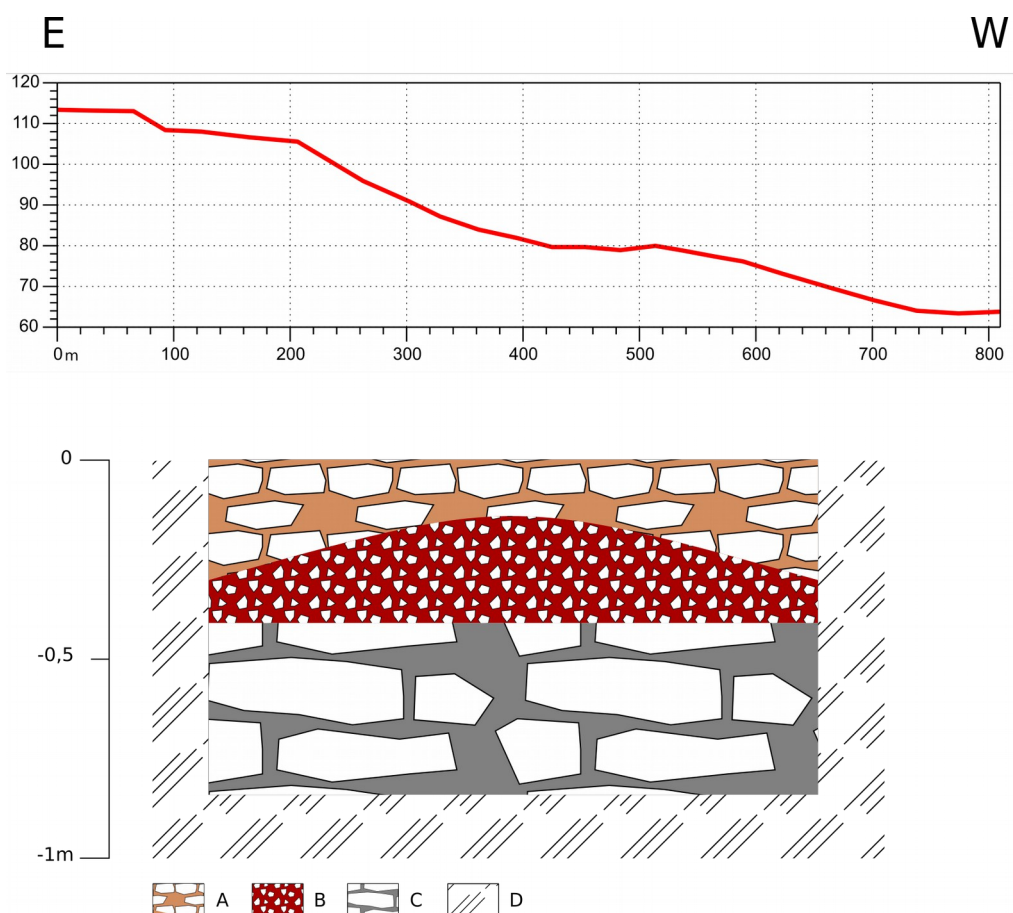


Figura 50: Calçada do Viso (n.º 59): perfil do troço calçetado e corte estratigráfico representado esquematicamente a partir da informação publicada por C. Tavares da Silva

A

atribuição cronológica à Época Romana faz-se exclusivamente com base na técnica de pavimentação, sendo certo que a estrada foi usada em Época Medieval e Moderna como caminho de acesso a partir de Setúbal à ermida de São Luís da Serra, referida nas visitas da Ordem de Santiago no séc. XVI (Lucas, 2011, pp. 35–36). A existência da calçada também pode estar relacionada com o transporte de blocos da pedra do Viso, uma das que foi desativada nos anos 70 do séc. XX aquando da interdição da exploração da chamada brecha da Arrábida.

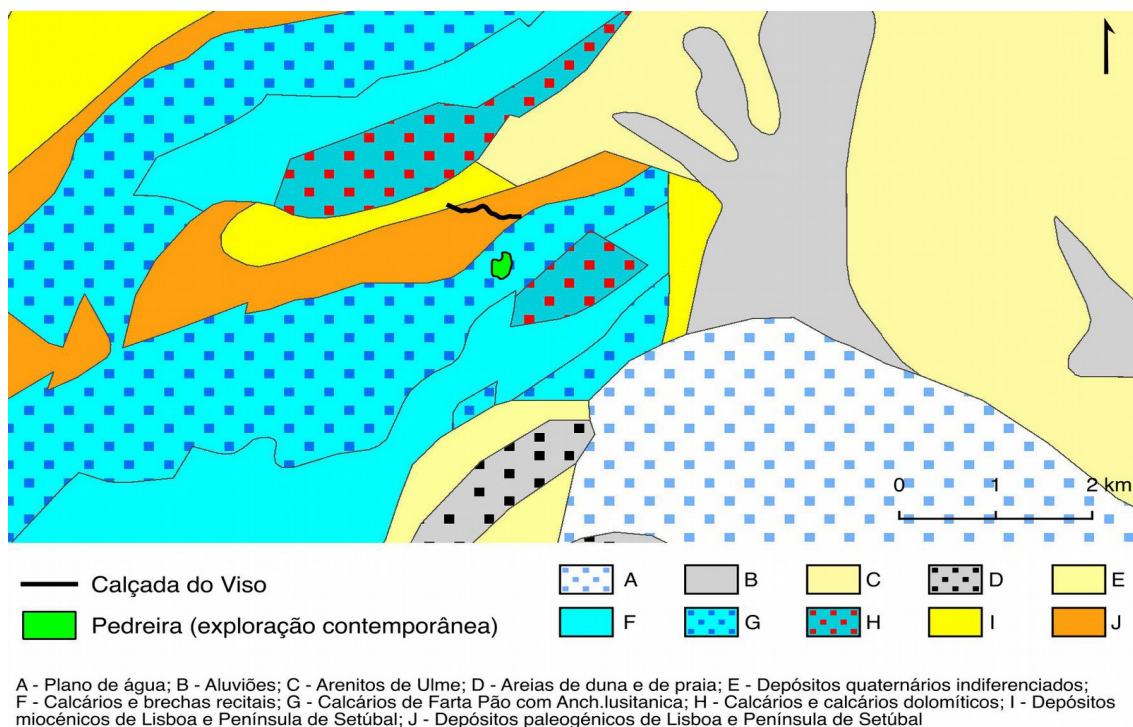
A utilização histórica deste conglomerado multicolor de matriz calcária é bem conhecida a partir do séc. XV. Designado também como *mármore da Arrábida*, são conhecidas utilizações em peças de prestígio durante toda a Época Moderna no território

continental português, ilha da Madeira e Brasil (Kullberg, Coelho, & Prego, 2014). A exploração em Época Romana é confirmada pelo uso desta rocha em diversas construções no complexo industrial de Tróia (Étienne, Makroun, & Mayet, 1994). Não é contudo possível relacionar diretamente este uso com a exploração da pedreira do Viso, já que existem outras áreas de extração na Arrábida com atividade histórica, a mais conhecida das quais é a Pedreira do Jaspe no extremo ocidental da serra (Universidade do Minho - Departamento de Ciências da Terra, 2014).

A sobreposição do traçado da Calçada do Viso com a *Carta Geológica de Portugal* (Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 2010b), mostra que a área que foi sujeita a pavimentação corresponde exactamente ao atravessamento de uma unidade geológica constituída por depósitos paleogénicos, onde a estrada seria mais sensível aos efeitos do transporte de grandes cargas, sobretudo em declive (Figura 51). Assim, a calçada garantia a conservação da via e agilizava o transporte dos blocos extraídos da pedreira em direção ao corredor de passagem entre a Serra de São Luís e a Serra da Arrábida, de onde facilmente se atinge a área portuária do Sado<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> A vertente sul da Serra do Viso é demasiado abrupta para que fosse viável fazer por aí o transporte de cargas pesadas



*Figura 51: Calçada e pedreira do Viso sobre a Carta Geológica de Portugal 1:500 000*

Embora este argumento seja muito útil para definir uma relação direta entre a exploração da pedreira do Viso e a calçada, a única coisa que valida em termos cronológicos é a contemporaneidade das duas infraestruturas. Sabendo que a exploração da brecha da Arrábida se fez ao longo de um período que vai desde o séc. I ao séc. XX, dificilmente podem ser tiradas mais conclusões sem informação adicional sobre a cronologia da utilização deste recurso geológico. Terá sido a pavimentação feita a pensar no transporte de material de construção para o complexo de Tróia, durante o Alto Império, ou uma iniciativa do Portugal Restaurado, com o objetivo de exportar o conglomerado para França como rocha ornamental a partir das “praias de Setúbal e Lisboa, porque, se fosse mais barato traze-la daí a Ruão, se escusaria o trabalho de as trazer de Itália”<sup>128</sup>? Com a informação disponível não é de todo possível saber. Um programa de estudo orientado para a identificação desta rocha em peças acabadas, à semelhança do que tem vindo a acontecer para os mármore de Estremoz, eventualmente contribuirá para a caracterização da exploração desde recurso em Época

<sup>128</sup> Carta de Duarte Ribeiro de Macedo ao Secretário de Estado, datada de Paris a 12 de Maio de 1670 (Rau, 1969, pp. 106–107)



Romana.

Parece relevante salientar que esta calçada esteve ausente da bibliografia arqueológica até o final do séc. XX. Com efeito, a primeira referência à via pavimentada do Viso é feita por C. Tavares da Silva e J. Soares numa publicação do então Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (1986, pp. 200–201). Os autores são cautelosos na classificação cronológica, que interrogam, situação que se repete na *Carta Arqueológica do Distrito de Setúbal* (Ferreira et al., 1993, p. 268). A.I. Marques da Costa (1857-1933), investigador a quem se deve a maior parte do conhecimento sobre a arqueologia desta região, não lhe faz referência nos seus trabalhos publicados. Também Mário Saa (1893-1971), na monumental obra *As grandes vias da Lusitania*, não faz qualquer descrição ou menção à calçada, ainda que o traçado que proponha entre Azeitão e Setúbal para a sua “*via salaceta*” coincida com a passagem usada pela EN 10, junto ao Grelhal (1956, vols. 1, p. 90–91). Conhecido por ser tão rigoroso na identificação de vestígios arqueológicos no terreno quanto fantasioso nas interpretações (Carneiro, 2008), esta omissão eventualmente só é explicada pela necessidade de justificar a localização de *Caetobriga* em Palmela, desvalorizando os testemunhos de ocupação romana em Setúbal, remetidos para a condição de bairro portuário dependente da cidade situada no local da vila medieval (Saa, 1956, vols. 4, p. 16–17, 30–31, vol. 6, p. 18–19).

Com todas as reservas relativas à cronologia da calçada, parece justificável incluí-la no traçado da Via XII, ainda que a pavimentação possa ser posterior. Admitindo a interrupção do percurso terrestre na zona do sapal e esteiro do Livramento, a partir do núcleo ocidental da cidade de *Caetobriga*, este é o caminho natural para chegar ao vale entre as serras de S. Luís e Arrábida. O desenho da atual EN 10, que contorna a serra do Viso, fã-lo através de terrenos inundáveis que só foram consolidados em Época Moderna e Contemporânea. Para evitar o atravessamento destas elevações em Época Romana, o viajante teria que desviar a norte quase até à Baixa de Palmela, sendo nesse caso contraproducente continuar o percurso para *Olisipo* através da cordilheira da Arrábida.

O percurso proposto vai assim acompanhar o vale entre a Serra de São Luís e a Serra da

Arrábida, seguindo o traçado da EN 10 a partir da povoação do Grelhal. Em toda a encosta SE da Serra de São Luís são conhecidos vários testemunhos de ocupação romana, resultantes de recolhas de superfície. Com uma maior concentração em torno do lugar de Alferrare, nem sempre é possível distinguir se se tratam de vestígios de uma mesma realidade arqueológica e/ou de vários momentos de ocupação daquele espaço rural. O sítio de Alferrar (n.º 209) é referido como *uilla* em algumas fontes e A.I. Marques da Costa chega a considerá-lo uma povoação correspondente à *Caetobriga* referida no *Itinerário de Antonino* (1903, p. 62). Embora alguns dos elementos conhecidos remetam para o que pode ser interpretado como requinte urbano, é mais provável que sejam sobrevivências materiais de uma ocupação rural que se terá consolidado na encosta e vales das linhas de água, após o abandono de povoados de altura como o Pedrão (n.º 210) e Cabeço Gordo (n.º 211).

A via continuava para ocidente pelo percurso da EN10, em direção à portela das Necessidades, passagem entre as Serras de São Francisco e do Cuco ou São Simão. O topónimo da Cruz da Légua (n.º 202) é sugestivo de algum tipo de marcação viária em época histórica mas a ocupação romana que aí existiria é insuficientemente caracterizada: A.I. Marques da Costa refere “vestígios bem acentuados” de uma “villa rústica romana” (Costa, 1907, p. 207 + carta desdobr.) mas, apesar de na base de dados Endovélico se fazer menção à existência de “imbrices, tegulas, ânforas”, nada mais conhecemos do sítio do que esta referência marginal publicada no *Arqueólogo Português*. Também mais à frente o topónimo Quinta da Calçada faz referência a este eixo viário antigo, cuja cronologia romana não é possível confirmar.

Este troço é um bom exemplo de como as características geomorfológicas são determinantes para a definição da rede viária: com efeito, o atravessamento da cordilheira da Arrábida de Setúbal para Azeitão ou, se preferirmos, de *Caetobriga* para o início do curso navegável da Vala Real, apenas pode ser realizado com eficácia através deste corredor que conduz à passagem no Alto das Necessidades. A Cruz das Vendas, que se encontra hoje no interior da Capela das Necessidades (IPA.00002143), é um cruzeiro gótico devocional de caminho. Foi mandado colocar neste local em 1474, por Vasco Queimado de Villalobos, por ser um importante nó na rede viária regional. A

origem desta rota é muito provavelmente anterior à ocupação romana e mantém-se até à atualidade. Se esta utilização contínua concorre a favor da cronologia romana deste trecho, também compromete a possibilidade de sobrevivência material de elementos que podiam confirmar essa datação. Assim, a fundamentação do traçado é justificada pela existência de um caminho tradicional que liga duas áreas de conhecida ocupação romana, neste caso os sítios da vertente Sul da Serra de São Luís e os vestígios identificados em Azeitão.

Desde o séc. XIX que são dadas notícias do achado em Azeitão de moedas e outros objetos de Época Romana, bem como de restos de construções e sepulturas (Alarcão, 1988b, pp. 127–128; Ferreira et al., 1993, p. 280). Já no séc. XX, F. Antunes (1996), observou restos de *opus signinum* postos a descoberto durante trabalhos de construção de uma habitação em Vila Nogueira de Azeitão. Este autor considera que se tratam de vestígios de tanques, de funcionalidade indeterminada, embora as imagens publicadas não sejam muito elucidativas. Não é fácil georreferenciar com rigor as referências publicadas, muitas com designações toponímicas que não se conservam na atualidade.

Algumas dessas notícias referem o sítio do Painel das Almas (n.º 200), topónimo alusivo a um painel de azulejos de Época Contemporânea colocado num ponto de grande domínio visual do estuário do Tejo, na chegada à vila da chamada “Estrada dos Picheleiros” ou “Estrada do Hospício”, atual EM 528. Em 1996 foi realizada uma intervenção arqueológica de emergência, na sequência de obras de urbanização, a cerca de 700m NW do local do painel de azulejos. Esta intervenção revelou espólios romanos, datáveis do séc.I ao séc.V. No entanto, estes materiais encontravam-se em contexto de deposição secundária, na sequência de mobilizações de solo posteriores (Direção Geral do Património Cultural, 2015 CNS 3860). Os trabalhos arqueológicos pouco acrescentaram ao que já se sabia: existiu ocupação humana nesta área em Época Romana, muito provavelmente associada à exploração agrícola do fértil terreno da várzea de Azeitão.

Como já foi referido, nesta zona a via encontrava uma via aquática complementar que conhecemos com a designação moderna e contemporânea de Rio Coína ou Vala Real. Até ao séc. XIX foi a principal artéria comercial da Península de Setúbal escoando

produtos hortícolas e vinhos para a área portuária de Lisboa (Torres, 1994, p. 171). A navegação deste canal em Época Romana até ao esteiro da Coina não pode ser comprovada mas é muito plausível.

Dominando visualmente o vale e o Porto da Vila, que seria o limite navegável a partir do estuário do Tejo, encontra-se o sítio de Coina-a-Velha (n.º 199). Trata-se de uma pequena fortificação de Época Medieval islâmica, ocupada também após a conquista cristã. Terá sido precedida por uma ocupação de Época Romana insuficientemente caracterizada, já que apenas são conhecidas referências a “cerâmicas romanas”, recolhidas no local no âmbito de um trabalho vocacionado para o estudo de outros períodos históricos (Isabel Cristina F. Fernandes, 2004, p. 149).

Alguns autores, com maior ou menor grau de certeza na afirmação, identificam o local com *Aquabona* (Faria, 2002, pp. 72–73; V. Mantas, 2014, pp. 252–256; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, p. 65). Esta identificação é baseada exclusivamente na presumida relação toponímica e no facto de serem quase inexistentes as referências à ocupação romana da actual Coina. Efetivamente, guardam-se no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa pequenos fragmentos de mosaico com a indicação de provirem de Coina. No entanto tanto podem ter sido “encontrados na povoação da beira-rio, [como] na aldeia de Coina-a-Velha, na serra da Arrábida” (F. B. Ferreira, 1959a, p. 12).

A implantação do sítio de Coina-a-Velha (n.º 199) não parece ser muito coerente com a existência de edifícios romanos com pavimentos de mosaico, mas também há que considerar a hipótese da recolha ter sido feita na base da colina, na área que parece ter sido explorada agricolamente em Época Romana. Por outro lado, a intensa ocupação moderna e contemporânea da vila de Coina, onde se implantou uma das mais antigas fábricas do Portugal Moderno (Custódio, 2002), pode ter comprometido irremediavelmente o registo arqueológico no local.

Em qualquer dos casos, faz sentido que a Via XII acompanhasse a Vala Real até ao porto de Coina, eventualmente transpondo o curso de água no local da actual Ponte de Negreiros (EN 10), seguindo pela margem esquerda até à área do Seixal. Mais uma vez, o percurso terrestre da Via XII podia terminar no esteiro de Coina, sendo completado o caminho até *Olisipo* através do estuário. Em épocas mais recentes, a ligação fluvial

direta entre Lisboa e Coia encontra-se documentada, por exemplo, na viagem de Filipe III a Portugal em 1619 (F. R. da Silva, 2008, p. 300) ou do naturalista Heinrich Friedrich Link em 1789 (Link, 1803, p. 325).

Na realidade, transposta a cordilheira da Arrábida e os campos de Azeitão, a via entrava em ambiente de estuário, sendo vários os pontos onde poderia ser feito o atravessamento em direção a *Olisipo*. Esta facilidade de acesso ao transporte marítimo certamente influenciou a fixação de atividades produtivas nesta área, a melhor conhecida das quais é a olaria da Quinta do Rouxinol (n.º 195). Esta unidade produtiva laborou entre as últimas décadas do séc. II e os meados do séc. V, dedicando-se à produção de ânforas para transporte de preparados de peixe e, provavelmente, de vinho. Também está documentada a produção de cerâmica comum e lucernas. A presença de materiais cerâmicos importados atesta a integração do centro produtor numa rede comercial do espaço alargado do sul da *Hispania* e das províncias norte africanas (Raposo, Fabião, & Almeida, 2009).

Além da Quinta do Rouxinol, merecem também referência as galerias de exploração mineira de Vale de Gatos (n.º 196) e Foros da Catrapona (n.º 198). Embora não seja possível determinar com rigor a cronologia das estruturas identificadas, visto não ter sido identificado qualquer espólio associado, enquadram-se na tipologia deste tipo de explorações em Época Romana. Por outro lado, a análise mineralógica das amostras recolhidas revela presença de ouro em percentagem que justificaria plenamente a extracção desse minério na antiguidade (H. Alves, 2002; Sabrosa, 2006; Vale & Sabrosa, 1998).

O sítio da Quinta de São João (n.º 197) é habitualmente referido como *uilla*, mas poderá ter tido também funções relevantes na dinâmica produtiva do estuário e das comunicações com *Olisipo*. O local foi descoberto em meados do séc. XX aquando da destruição, na sequência de trabalhos agrícolas, de uma necrópole de inumação (Costa Arthur, 1950). Em 2002-2003, uma escavação arqueológica de emergência realizada em consequência da urbanização da Quinta de S. João, permitiu identificar estruturas de edifícios com fundações em pedra seca e paredes em tijolos de adobe. Foi recolhido abundante espólio, nomeadamente uma estatueta de bronze que representa o deus

Mercúrio, uma candeia em vidro, moedas, agulhas de rede de pesca, acompanhadas de grande quantidade de ânforas, cerâmica de uso comum e de mesa (*terra sigillata*). Este espólio permite datar a ocupação do sítio desde o século I até à segunda metade do século V d.C (Raposo, 2003; C. Santos, 2014).

O sítio implanta-se na margem do esteiro da Arrentela, de onde sabemos que em Época Moderna existia “um barco de carreira, que todos os dias vai a Lisboa com passageiros, que vão a seus negócios” (Cosme & Varandas, 2009, vols. 5, p. 34–38). Esta implantação pode estar associada a algum tipo de relação do sítio com o transporte fluvial e a recolha de testemunhos associados à pesca indica uma vocação de exploração de recursos estuarinos. A presença de uma representação de Mercúrio, eventualmente integrada num depósito votivo e cujo epíteto se propõe *Gubernator*, pode simbolizar a relação do sítio com as viagens comerciais por meio fluvial e marítimo (C. Santos, 2011, pp. 536–539).

A via atravessava assim um território de forte vocação produtiva que combinaria atividades agrícolas, extrativas, industriais e comerciais, intimamente ligadas ao porto de *Olisipo*. O traçado proposto nesta área é meramente convencional e limita-se a reproduzir o alinhamento da EN 10 até Cacilhas. É muito pouco provável que se tenham conservado quaisquer traços materiais da via antiga que possam hoje ser reconhecidos na paisagem. Tal como em Época Romana, a dinâmica económica e demográfica do sul do estuário do Tejo é responsável por significativas transformações do uso do solo que comprometem irremediavelmente o registo arqueológico. Mas, mesmo que pudéssemos vir a recuperar parte desse registo, os restos fossilizados da estrada seriam sempre testemunho apenas de um dos traçados usados: este território era igualmente dinâmico em Época Romana e é por isso quase certo que se terão assistido a frequentes alterações das infraestruturas viárias por razões de conservação e manutenção, mas também de conveniência dos agentes económicos.

O que parece mais certo é ter sido Cacilhas um importante ponto no trânsito estuarino (Blot, 2003, pp. 246–248; V. Mantas, 2003, p. 26). O sítio conhecido como Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas - Largo Alfredo Dinis (n.º 193) é provavelmente um dos núcleos de um conjunto mais vasto que constituiria um complexo industrial de

alguma dimensão vocacionado para a produção de preparados de peixe. Além do conjunto escavado no Largo Alfredo Diniz, foram identificadas parcialmente estruturas semelhantes noutros pontos da baixa de Cacilhas; as circunstâncias dos trabalhos arqueológicos realizados (sobretudo acompanhamentos de obras) não permitem aferir cronologias senão para o núcleo do Largo Alfredo Diniz, cuja exploração se terá iniciado no final do séc. I a.C. com um abandono no final da Dinastia Júlio Cláudia. Assim, não sabemos se se tratam de realidades distintas ou diferentes fases do mesmo complexo.

De qualquer das formas, embora não haja testemunhos diretos, é muito provável que a fábrica de salga estivesse em estreita relação com estruturas portuárias que se presumem ter existido no local. A única evidência conhecida que é interpretada como cais é datada da Idade do Ferro: trata-se de um muro posto a descoberto nas sondagens realizadas no Largo Alfredo Diniz, com vestígios de erosão fluvial, que foi sobreposto pela construção das cetárias (Barros & Henriques, 1998). Os materiais arqueológicos associados à construção e abandono da estrutura remetem para o mesmo horizonte cronológico e cultural da Quinta do Almaraz (n.º 194).

Este povoado fortificado fica situado num esporão sobranceiro ao Tejo, com um excelente domínio visual da paisagem quer na direção do estuário, quer dos caminhos terrestres de acesso à zona ribeirinha a partir de sul. Os trabalhos arqueológicos realizados revelam uma ampla diacronia de ocupação que se inicia na Pré-História recente e se estende até ao início da Época Romana (Barros, Cardoso, & Sabrosa, 1993). A informação publicada não é muito elucidativa sobre o momento final de ocupação e subsequente abandono, pelo que não é certo que relação teria, ou mesmo se coexistiu, com a ocupação romana industrial e portuária da zona baixa de Cacilhas (n.º 193). No entanto, a existência de um cais pré-romano em Cacilhas e de atividades industriais nos períodos subsequentes parecem indicar que efetivamente estamos em presença de um importante ponto nas comunicações do estuário ou, se preferirmos, do porto de *Olisipo*.

A relevância do complexo industrial de Cacilhas leva a que alguns autores considerem ser esse o ponto de embarque preferencial para a travessia em direção a *Olisipo* (V. Mantas, 2012a, pp. 149–150; Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, p. 65). J.

Cardim Ribeiro chega mesmo a usar os testemunhos de ocupação romana de Cacilhas como argumento para atribuir à Via XII o miliário encontrado nas escavações da Casa do Bicos (CNS 274): um cais<sup>129</sup> a 100m das cetárias encontradas na Casa dos Bicos estaria fronteiro ao cais e cetárias de Cacilhas, existindo uma travessia direta entre estes dois pontos que marcava o início da via em direção a *Aquabona* (1982, n. 44, p. 431–438). O miliário com inscrição dedicada ao imperador Probo (HEp 2, 1990, 811) seria assim o primeiro neste itinerário.

Na realidade, o monumento foi encontrado em claro contexto de reutilização, não sendo certa a sua localização original (Amaro & Miranda, 2002, pp. 16–18). Mesmo que se admita que tenha sido deslocado de um local próximo, fará mais sentido que estivesse integrado na estrada que saía de *Olisipo* em direção a *Ierabriga* pela zona oriental da cidade, da qual fazia parte o miliário referenciado no mosteiro de Chelas, ainda que também este em contexto de deposição secundária (V. Mantas, 2012, pp. 16–17). Aliás, todas as infraestruturas viárias de *Olisipo* até hoje identificadas parecem estar relacionadas com os três itinerários que se dirigem a *Scallabis* ou com vias periurbanas.

O grande tabuleiro viário posto a descoberto na Praça da Figueira, em torno do qual se estruturava um espaço de necrópole monumentalizada, fazia parte de um eixo que atravessava longitudinalmente o vale da antiga ribeira de Valverde pela Corredoura medieval, atuais ruas das Portas de Santo Antão e São José (Silva, 2012). A via seguia depois em direção aos campos de Alvalade, atravessando uma área suburbana, eventualmente de vocação agrícola, da qual poderão fazer parte os restos de ocupação romana identificados na Rua do Passadiço, n.º 26 a 30 (n.º 489). De Alvalade a estrada atingia a várzea de Loures e seguia pelo vale do Tejo até Santarém.

Na rua da Regueira, em Alfama (CNS 32813), também foi identificado um troço de via que se integraria numa estrada com o mesmo destino mas que saía da cidade pela área oriental (Silva, 2012, pp. 83–84). É nesta via oriental com destino a *Scallabis* que poderiam estar integrados os miliários anteriormente referidos. Já a infraestrutura descoberta no atual Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (CNS 1950) (Bugalhão, 2001), que acompanharia a orientação do *decumanus*, fazia parte da estrutura

---

<sup>129</sup> Cujá existência é deduzida a partir de informação publicada por A. Viera da Silva (1934).



viária periurbana de *Olisipo*, servindo a circulação de pessoas e bens na área industrial e portuária que existia na margem esquerda do esteiro do Tejo, fazendo a ligação à zona ocidental, eventualmente através de uma ponte que se encontra documentada em Época Medieval (Bugalhão, 2001, pp. 57–58).

A Via XII, ou a ligação meridional de *Olisipo* com a capital provincial, tinha a travessia do rio como ponto inicial ou final. Assim, é natural que as únicas infraestruturas que se lhe possam associar sejam as portuárias. Procurar o local exacto da travessia deste itinerário é contraproducente. Dados recentes sobre a ocupação ribeirinha de *Olisipo* (Fabião, Filipe, Dias, Gabriel, & Coelho, 2008; Parreira, Macedo, Sarrazola, & Braga, 2013), parecem demonstrar que toda a frente estuarina – pelo menos desde Belém até ao Campo das Cebolas – seria intensamente ocupada por infraestruturas portuárias e industriais não existindo provavelmente um ponto único de acostagem de embarcações. Também na margem sul é provável que não fosse apenas Cacilhas o único local de embarque: a identificação de cetárias em Porto Brandão (Santos, Sabrosa, & Gouveia, 1996, p. 229) mostra que a exploração industrial de recursos marinhos também se estendia por diferentes locais da margem sul do Tejo, eventualmente associada à existência de cais e outras infraestruturas de transporte marítimo e fluvial. Assim, a proposta de travessia do Tejo desenhada entre Cacilhas e o esteiro da Baixa deve ser entendida como meramente convencional.

É importante lembrar, neste momento, que a viagem iniciada em *Augusta Emerita* tinha o porto de *Olisipo* como destino. De algum modo, com a chegada a *Salacia* foi cumprido esse objetivo: a partir daí o viajante pode terminar o percurso terrestre e navegar até *Olisipo* ou até qualquer outro porto a que a navegação atlântica e mediterrânica dê acesso. No entanto se, por razões de calendário, de circunstância ou necessidade, continuar por estrada pelo trajeto descrito até aqui, em qualquer ponto desse percurso o acesso ao mar é possível. O grande complexo dos estuários do Sado e do Tejo, e a rede de canais que os punham em contato, é, em si, o termo da viagem: chegar aqui é garantir o acesso da capital político-administrativa do território lusitano a uma das suas áreas mais relevantes em termos económicos.

## 4 O itinerário e o território: conclusões possíveis

### 4.1 Para uma leitura topológica do *Itinerário de Antonino*

*Para a África não serve muito o rifão europeu que diz, “quem tem boca vai a Roma;” mas sim outro se pode inventar para ali, e é ele, que “quem tem bússola vai a toda a parte.”*

Pinto, S. (1881). *Como eu atravessei África: do Atlântico ao mar Índico, viagem de Benguella à contra-costa a-través de regiões desconhecidas, determinações geográficas e estudos ethnographicos*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle, e Rivington. Vol. 2, p. 133

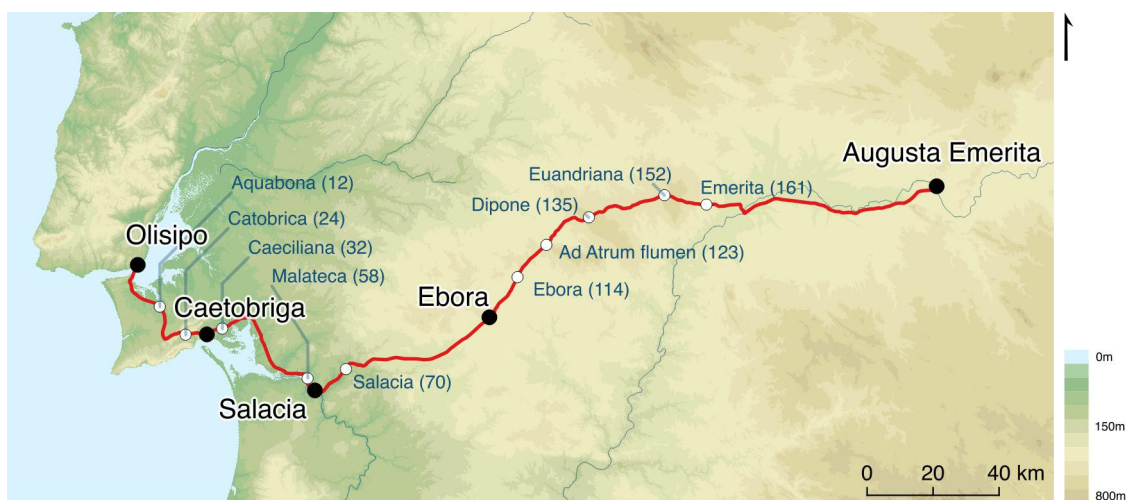
A escolha desta passagem da obra de Serpa Pinto para abrir o capítulo das conclusões possíveis sobre o itinerário entre *Augusta Emerita* e *Olisipo* por *Ebora* serve para ilustrar o contraste entre o modo de viajar num território conhecido e a forma como o fazemos num território estranho. Serpa Pinto atravessou um território em boa parte desconhecido e, talvez mais importante, no qual as possibilidades que tinha de comunicar com os habitantes locais eram limitadas. Por isso as referências absolutas são tão relevantes: sabendo que o ponto de partida – o Atlântico – está a ocidente e que o ponto de chegada – o mar Índico – está a oriente, a posição em que se encontrava em relação ao norte magnético era tudo com quanto este viajante podia contar para cumprir o objetivo da viagem.

Não era de todo esse o caso do viajante que, de *Augusta Emerita*, procurava chegar ao porto de *Olisipo*. A viagem faz-se através de um território intensamente povoado e, em caso de dúvida, perguntar o caminho é uma opção tão óbvia quanto o rifão citado por Serpa Pinto: a comunicação entre o viajante e aqueles com quem se cruzava era, se não imediata, pelo menos fácil. Também é pouco provável que estas viagens se fizessem sem conhecimento prévio do território ou de informação sobre o território. É nesta perspetiva que deve ser entendido o *Itinerário de Antonino*: trata-se de uma compilação de informação destinada a auxiliar a viagem num território conhecido, para ser usada

por quem tem um conhecimento prévio da rede viária que vai percorrer (Brodersen, 2001).

Muitas das dificuldades de interpretação das fontes geográficas antigas derivam de uma tentativa de transposição topográfica de informação que tem originalmente uma natureza topológica (Salway, 2001, pp. 28–32). Assim, depois de ensaiar o desenho no território com base nas fontes materiais, importa regressar à fonte itinerária numa leitura topológica.

Como já foi discutido, são várias as explicações encontradas pelos autores que se dedicaram ao estudo da Via XII para aquilo que é interpretado como incongruência nas contagens miliárias. Com efeito, se considerarmos que a sequência de apresentação dos topónimos e distâncias corresponde a um percurso linear de orientação W-E, a representação topográfica resulta numa imagem absurda (figura 52).



- Via XII (proposta de traçado)
- Estações do Itinerário de Antonino (localização segura)
- Localização das estações considerando a soma cumulativa no sentido W-E

Figura 52: Representação da Via XII considerando a soma cumulativa de distâncias entre estações viárias

O primeiro autor que colocou a hipótese de uma leitura alternativa das indicações miliárias foi V. Hurtado (2004, pp. 116–119) que considerou que o itinerário entre *Ebora* e *Emerita* integrava um percurso que atravessava a *Baetica* e omitia a contagem

miliária nesse troço, só voltando a apresentar distâncias quando reentrava em território lusitano. Embora seja difícil sustentar um desvio tão significativo no itinerário, ou uma fronteira entre a *Lusitania* e a *Baetica* consideravelmente diferente do habitualmente estabelecido, esta hipótese teve o mérito de introduzir a noção que as indicações miliárias podem ser relativas à posição das estações viárias no território administrativo e não devem ser interpretadas num sentido estritamente topográfico.

A ideia é partilhada por G. Arias (2000a, 2004a, 2004b), combinando-a com a teoria das vias fluviais, neste caso assumindo um percurso pelo Guadiana que também não seria contabilizado. Também esta explicação parece demasiado fantasiosa, sobretudo considerando a dificuldade de navegação do médio Guadiana, mas volta a chamar a atenção da necessidade de uma leitura topológica da fonte.

Com argumentos mais fortes, J.-G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín (1999) recentram a questão na identificação dos *capita uiarum*, considerando que as indicações miliárias da Via XII relativas às estações listadas entre *Ebora* e *Emerita* devem ser lidas *ab contrario*, ou seja, no sentido E-W tomando *Augusta Emerita* como *caput uiae*. Esta reflexão é feita a propósito da identificação do marco miliário na *uilla* de Torre Águila (n.º 4), que tem expressa a contagem *XVI (milia passuum)* (Archivo Epigráfico de Hispania, 2001), o que corresponde, com assinalável rigor, à distância entre Mérida (n.º 0) e Torre Águila no traçado proposto. Para estes autores, a Via XII seria assim a aglutinação de dois itinerários: um teria origem em *Augusta Emerita* e a ele corresponderiam as estações, e distâncias no sentido E-W, listadas depois de *Ebora*; o outro, de sentido W-E, iniciava-se em *Olisipo* e apenas era descrito até *Ebora*.

A ideia de que a contagem das milhas se inicia num ponto 0, coincidente com o *caput uiae*, é algo que aceitamos como adquirido no caso da epigrafia dos marcos miliários. Considerando os marcos com indicação expressa de milha no itinerário em estudo, e a sua posição na proposta de traçado, as contagens parecem corresponder a essa regra, identificando-se claramente *Augusta Emerita* e *Ebora* como *capita uiarum*. Se juntarmos outros dois exemplares conhecidos com indicação de milha no percurso entre *Ebora* e *Pax Iulia*<sup>130</sup>, a condição de *Ebora* como origem da contagem miliária sai

---

<sup>130</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/256358>

reforçada (figura 53).

O miliário de Torre Águila (n.º 4) foi encontrado reutilizado como material de construção a cerca de 1.500m a NNW do ponto que coincide com a contagem de 16 milhas iniciada em Mérida (n.º 0). Admitindo que o ponto cartografado correspondente ao sítio da Herdade de Alcobaça (n.º 6) é o local de proveniência do marco miliário que assinala a milha 65, existe quase uma coincidência com o valor medido na proposta de traçado, com um desvio de cerca de 300m a nascente. Já no caso do miliário dos Tabuleiros (n.º15), que indica a contagem de 12 milhas, o local proposto para a localização original do monumento encontra-se entre as milhas 12 e 13 contadas desde *Ebora*, com o mesmo desvio aproximado de 300m mas desta vez a ocidente.

Fora da área de estudo, o miliário que terá sido recolhido no sítio da Camoeira (CNS 26029 = IRCP 664a), ou “porto da Calçadinha”, indica 11 milhas e situa-se entre as milhas 11 e 12 numa contagem feita desde *Ebora* sobre o traçado desenhado, à escala 1:500 000, no *Barrington Atlas of the Greek and Roman World* (Talbert, 2000). Mais a sul, o miliário com a inscrição relativa à milha 18, proveniente do sítio romano coincidente com o Santuário da Nossa Senhora de Aires (CNS 4385 = CNS4854 = IRCP 672), encontra-se a cerca de 2.500m a W do ponto que marca 21 milhas a contar de *Ebora* no mesmo traçado.



- Via XII (proposta de traçado)
  - Via Eborae- Pax Iulia (Barrington Atlas)
  - Contagem miliária sobre as propostas de traçado
  - Estações do Itinerário de Antonino (localização segura)
  - Marcos miliários com milia pasuum
- |         |                        |
|---------|------------------------|
| XVI     | Torre Águila           |
| XXXXXXV | Herdade de Alcobaça    |
| XII     | Tabuleiros             |
| XVIII   | Nossa Senhora de Aires |
| XI      | Camoeira               |

Figura 53: Marcos miliários com inscrição milia passuum

Esta notável coincidência entre os valores expressos nos miliários e a divisão em milhas do vetor desenhado é um argumento muito sólido para confirmar a proposta de leitura do *Itinerário de Antonino* feita por J.G.-Gorges e F. G. Rodríguez Martín: tal como acontece com a epigrafia, os valores indicados para a Via XII devem ser lidos em função do *caput uiae*, de 0 a *n*, irradiando a partir desse ponto central. Identificando os pontos de origem, o sentido dos vetores fica definido nas diferentes direções da rede viária e seria assim fácil encontrar a chave de leitura dos itinerários.

Foi este o meu ponto de partida para a presente dissertação (cf. 1.1), que defendi em trabalhos publicados em co-autoria, nomeadamente com F.G. Rodríguez Martín (Almeida & Carneiro, 2014; Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín, & Morgado, 2011). Mesmo com uma proposta de traçado menos fundamentada do que aquela que agora

apresento, os dados arqueológicos pareciam confirmar que as distâncias entre estações viárias listadas entre *Ebora* e *Emerita* deveriam ser interpretadas como distâncias entre *Emerita* e *Ebora*. Ou seja, *Euandriana* situar-se-ia 9 milhas a ocidente de *Emerita*, *Dipone* a 26 e *Ad Atrum flumen* a 38.

Os miliários de Torre Águila (n.º 4) e da Herdade de Alcobaça (n.º 6) são peças fundamentais nessa interpretação, confirmando que o sentido das contagem miliárias se fazia no sentido E-W, pelo menos até ao encontro dos limites dos atuais distritos de Portalegre e Évora<sup>131</sup>. Outro propósito que esta leitura do *Itinerário de Antonino* serve muito bem é justificação da localização de *Dipone* em território que hoje pertence a Espanha. Sem repetir o que já foi dito sobre esta questão (cf. capítulo 2), recorde-se a identificação quase consensual desta estação do *Itinerário de Antonino* com a cidade de *Dipo*, referida na literatura clássica (La Penna & Funari, Rodolfo, 2015, p. 93; Livius, sem data, p. 39,30). Importa neste ponto referir, mais uma vez, que estamos em presença de uma discussão de âmbito historiográfico: ao identificar o episódio relatado por Salústio com as guerras sertorianas, e admitindo que Lívio se refere à mesma cidade<sup>132</sup>, os investigadores portugueses<sup>133</sup> procuram trazer esse acontecimento histórico para o território atualmente português, enquanto os investigadores espanhóis defendem que o palco dos acontecimentos terá sido o seu próprio território nacional<sup>134</sup>.

A localização de *Dipo* em território hoje espanhol remonta aos eruditos humanistas do séc. XVI (Morales, 2012) e ganhou novo fôlego com o trabalho já citado de um conjunto de investigadores espanhóis que propõem a identificação desta cidade “Tartesico-Turdetana” com o sítio de Guadajira (n.º 171) (Almagro-Gorbea, Ripollès i Alegre, & Rodríguez Martín, 2009). Guadajira, contudo, fica a pouco mais de 21 milhas a ocidente de *Augusta Emerita*, sendo que é Talavera la Real (n.º 423) que se situa mais próximo da milha 26, a contagem que corresponderia à *Dipone* do *Itinerário de*

---

<sup>131</sup> ou entre os municípios de Elvas, Borba e Monforte.

<sup>132</sup> J. Alarcão (2001), seguindo a opinião de A. Schulten (1937, pp. 174–175), admite que possam ter existido dois locais com o mesmo topónimo, um na *Carpetania* (o referido por T. Lívio) e outro na *Lusitania* (a que se refere a passagem de Salústio); o próprio autor deixa dúvidas quanto a esta distinção, contestada por outros (Almagro-Gorbea, Ripollès i Alegre, & Rodríguez Martín, 2009; Berrocal-Rangel, 1992).

<sup>133</sup> À exceção de V. Mantas (Mantas, 2012a, p. 147)

<sup>134</sup> Sobre a interferência das atuais nacionalidades ibéricas na historiografia da *Lusitania* veja-se o trabalho de A. Guerra (2010) com remissão para bibliografia anterior.

*Antonino.*

Os dados arqueológicos aqui colocam algumas dúvidas: se parece certo que existiu algum tipo de ocupação proto-histórica e romana em Guadajira (n.º 171), também é relevante recordar que a localização proposta para a zona ocupada pela antiga cidade (Almagro-Gorbea et al., 2009, p. 60, fig. 4), é exatamente sob o *pueblo de colonización*, fundado em 1958 numa operação de ordenamento territorial que terá alterado significativamente o registo arqueológico do local. O conjunto numismático, invocado como principal argumento para a coincidência de Guadajira com *Dipo*, é constituído em boa parte por recolhas descontextualizadas, muitas integrando coleções particulares constituídas com base em recolhas feitas por detetoristas amadores. Sem entrar na discussão sobre a ética da atividade e do uso de detetores de metais, é importante chamar a atenção para as questões colocadas sobre a proveniência dos objetos arqueológicos, particularmente as moedas, quando entram no mercado de antiguidades (Tompa & Borse, 2005).

Também a ocupação romana de Talavera la Real (n.º 423) é inferida a partir de achados epigráficos descontextualizados, que poderão não corresponder ao espaço ocupado pela povoação medieval mas à sua envolvente, nomeadamente ao sítio Villa del Cementerio (n.º 422), local de recolha de estatuária romana estudada por J.M. Álvarez Martínez e T. Nogales Basarrate (1992, pp. 291–292). Aliás, em torno do eixo da via e entre as milhas 21 e 27, os sítios arqueológicos que parecem ter mais relevância em Época Romana são a Villa de las Termas (n.º 434) e o complexo da Aldea del Conde (n.º 431, em conjunto com Villa del Conde I e II, n.ºs 428 e 430 respetivamente). A Villa de las Termas foi um ponto importante de ocupação em Época Romana, considerado por alguns autores como um *uicus* (Jerez Linde, 1996), e terá mantido essa relevância provavelmente até Época Medieval<sup>135</sup>.

No entanto, a falta de relevância do registo arqueológico só é um problema para a localização de *Dipo* se procuramos a *valida urbs* descrita por Salústio (La Penna &

---

<sup>135</sup> Destaca-se no conjunto de elementos decorativos em mármore recolhidos no local uma placa decorativa com um baixo relevo representando um unicórnio e uma estilização da árvore da vida; esta peça, hoje em depósito no MNAR, aponta estilisticamente para uma iconografia moçárabe de inspiração orientalizante, podendo ter uma cronologia que se estende do séc. VIII ao séc. X (Cruz Villalón, 1995)



Funari, Rodolfo, 2015, p. 93); a estação viária referida no *Itinerário de Antonino* como *Dipone* pode ter um registo arqueológico tão discreto como qualquer construção isolada em espaço rural (cf. 1.3.2). Na realidade, não existe numa prova inequívoca que a cidade fortificada e a estação viária correspondem a um único local; aliás, as características topográficas ideais para um e outro tipo de ocupação são consideravelmente diferentes, se não mesmo antagónicas. É possível que a estação viária se encontrasse afastada do povoado fortificado, conservando o topónimo, à semelhança do que aconteceu no séc. XX com a designação de estações e apeadeiros do caminho de ferro em Portugal. Esta hipótese, segundo G. Arias (2000b, p. 270), encontraria expressão nos casos gramaticais pelos quais as estações se encontram referidas no *Itinerário de Antonino*, na sua conhecida *teoría de los empalmes*, segundo a qual, sempre que os topónimos estão em acusativo, isso quer dizer que a distância é medida, não no local a que o topónimo corresponde, mas ao entroncamento na via principal que dá acesso ao local citado. Não sabemos se é essa a situação de *Dipone* (topónimo efetivamente expresso em acusativo) ou se, simplesmente, se trata de uma transferência de topónimo por proximidade ou mesmo de dois topónimos morfologicamente semelhantes que correspondem a realidades distintas. O que é certo é que *Dipone* no *Itinerário de Antonino* corresponde a uma estação viária, que não tem obrigatoriamente as mesmas características de implantação de um povoado fortificado, podendo deixar marcas na paisagem significativamente diferentes.

Nesse sentido, também não é a coincidência do sítio de Cubillana o Cerro del Turuñuelo (n.º 458) com as 9 milhas, contadas desde *Emerita* para ocidente, que valida a identificação deste com *Euandriana*. O que se conhece do sítio, profundamente afetado pelas obras de construção da A-5, dá-nos a certeza de que se tratava de um complexo edificado de alguma imponência, sendo de destacar também os importantes testemunhos de ocupação proto-histórica que o precederam (Jiménez Ávila & Domínguez de la Concha, 1995). Contudo, não há informação que permita saber se a funcionalidade desse complexo estava ou não associada à passagem da Via XII e se se tratava efetivamente da estação viária de *Euandriana*.

Continuando a seguir uma contagem miliária cumulativa no sentido E-W, *Ad Atrum*

*flumen* ficaria a 38 milhas de *Emerita* o que, medido no traçado proposto, coloca esta estação viária junto da necrópole de la Picuriña (n.º 414) e outros testemunhos de ocupação romana na envolvente do casco medieval de Badajoz (Barrio de San Roque, n.º 413, e *uilla* le Las Tomas, n.º 415). Não é certo a que curso de água corresponde o hidrónimo *Ad Atrum*<sup>136</sup> que alguns autores consideram corresponder a um afluente da margem direita do Guadiana (Gorges & Rodríguez Martín, 2000, p. 133; Roldán Hervás, 1975, p. 219) e outros da margem esquerda (Fernández Corrales, 1987, pp. 52–55). Situando-se esta estação perto do rio *Anas*<sup>137</sup>, citado em várias fontes da antiguidade, resulta um pouco estranho contudo que a referência seja feita ao obscuro *Ad Atrum* e não ao rio que marca significativamente esta paisagem<sup>138</sup>. Talvez tenha sido esta a razão que levou V. Mantas (2012b, pp. 154–155, 2014, pp. 246, 252–256) a considerar que a contagem miliária se faz no sentido E-W apenas até *Dipo*, colocando *Ad Atrum flumen* a 9 milhas a nascente de Évora, correspondendo *Ad Atrum flumen* ao Degebe.

Resta ainda a questão das 9 milhas indicadas após *Ad Atrum flumen*. Claramente não pode tratar-se da distância até *Ebora* já que, continuando a seguir o traçado proposto para a Via XII, as 47 milhas a ocidente de *Emerita* se situam entre os sítios de Alfarófia (n.º 35) e Nora Úveda (n.º 36). Na hipótese de J.G. Gorges e F. G. Rodríguez Martín, subscrita também por mim própria em 2011, este ponto coincide com a confluência do Caia com o Guadiana e com a atual fronteira entre Espanha e Portugal (Almeida et al., 2011; Gorges & Rodríguez Martín, 1999, 2000). Contudo, esta coincidência só existe se localizarmos *Ad Atrum flumen* em Gévora (F. Germán Rodríguez Martín & Gorges, 2006; Rodríguez Martín, 2008). Esta hipótese de traçado<sup>139</sup> implica uma junção do traçado da Via XII com a XV em Gévora que, a verificar-se, resultaria numa repetição da estação *Ad Atrum flumen* nos dois percursos referidos no *Itinerário de Antonino*<sup>140</sup>.

<sup>136</sup> Se interpretarmos *Atrum* como um acusativo precedido da proposição *ad*, o hidrónimo seria *Atrus*; segue-se contudo a fixação da designação da estação viária como *Ad Atrum* conforme o repositório *Pleiades* (<http://pleiades.stoa.org/places/260478>)

<sup>137</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/255976>

<sup>138</sup> Esta estranheza levou mesmo G. Arias (2000a) a reconstituir uma estação *Ad Anam flumen* que estaria omissa entre *Ad Atrum* e *Dipone*; embora esta proposta ajude a contornar as dificuldades de interpretação do percurso, dificilmente encontra fundamento válido quer na informação das fontes escritas quer no registo arqueológico regional.

<sup>139</sup> melhor discutida em 2.1.2.2

<sup>140</sup> Como acontece com a estação *Ad Septem Aras*, listada nas vias XIV e XV.

Não só isso não acontece, como essa hipótese implicaria um desvio a norte da Via XII que leva F. G. Rodríguez Martín, em trabalho posterior (2008), a alterar a localização do ponto de transposição do Caia para o Porto da Amoreirinha. Este percurso pode efetivamente pertencer à via XV mas parece menos plausível para a Via XII do que o traçado que proponho, com a travessia do Guadiana a sul de Badajoz pelo *Vado del Moro* e depois do Caia na área da Herdade das Caldeiras (n.º 34)<sup>141</sup>.

Todas estas questões estão também associadas à discussão do limite ocidental do território de *Augusta Emerita*. O sentido E-W das contagens dos miliários, e do *Itinerário de Antonino* segundo esta interpretação, far-se-ia dentro do território emeritense até ao ponto em que encontraria a fronteira com o território de *Ebora* ou, se preferirmos, a fronteira entre o *conuentus Emeritensis* e o *conuentus Pacensis*.

A marca da milha 65 parece inequivocamente colocar essa fronteira na área de Vila Fernando (Elvas) e confirmar que, pelo menos até ao presumível local de achamento do miliário da Herdade de Alcobaça (n.º 6), o sentido do vetor que representa a Via XII é E-W. A questão subsequente é óbvia: onde é que se quebra o sentido das contagens miliárias? Ou, melhor dizendo, onde devemos traçar o limite oriental do território de *Ebora*, ponto até onde as contagens miliárias da Via XII se faziam com origem nesta cidade e não em *Augusta Emerita*?

Infelizmente, as provas epigráficas que *Ebora* tinha o estatuto de *caput viae* foram encontradas em estradas a ocidente e a sul da cidade (figura 53). Não podendo contar com a epigrafia, nem com uma interpretação consistente das distâncias assinaladas no *Itinerário de Antonino*, ensaiei sobre a base cartográfica produzida (linha que representa o itinerário e pontos que representam os sítios arqueológicos) vários exercícios que procuravam responder a esta pergunta. De uma forma muito simples, o processo consistiu em dividir o vetor em segmentos, nos pontos coincidentes com diferentes *capita uiarum* possíveis no itinerário, e posteriormente em segmentos de uma milha que foram numerados sequencialmente nos dois sentidos possíveis de cada segmento inicial.

Os *capita uiarium* intermédios (chamemos-lhes assim na falta de melhor designação e assumindo que os pontos inicial e final têm também esse estatuto) que me pareceram

---

<sup>141</sup> Cf. 3.1

admissíveis correspondem a Setúbal (n.º 58), identificada com *Catobrica*, Alcácer do Sal (n.º 2), identificada com *Salacia*, e Évora (n.º 3), identificada com *Ebora*. Nestes exercícios foram consideradas os valores indicados quer na fixação final do texto do *Itinerário de Antonino* na edição utilizada (Cuntz & Wirth, 1990) quer os expressos nas variantes dos diferentes manuscritos (cf. 1.3.1).

O objetivo foi tentar encontrar algum padrão de distribuição das contagens miliárias e/ou coincidências com sítios arqueológicos da amostra, bem como com características da paisagem que pudessem ser relevantes, que lançasse alguma luz sobre a leitura e interpretação da Via XII conforme está descrita no *Itinerário de Antonino*. Durante o processo fui confrontada com uma série de questões que me fizeram rever a posição que tinha quando iniciei o programa de doutoramento que agora concluo e que resultam na proposta de interpretação da fonte itinerária que é fundamentada na secção seguinte. Talvez o mais importante, contudo, tenha sido a possibilidade de confirmar que, mais do que uma correspondência topográfica, se deve procurar uma leitura topológica da informação compilada no *Itinerário de Antonino*. Ou, se preferirmos, que a chave de compreensão das listas de topónimos e distâncias está na ligação e relação entre os diferentes pontos e não na sua posição absoluta no espaço, numa definição próxima da chamada teoria dos grafos em que o que importa é o padrão das relações e não a geometria (Hayes, 2000). A tentativa de encontrar uma correspondência topográfica do itinerário no território acaba sempre por concluir que existem erros na fonte. Colocar a perspetiva na topologia implica admitir que os erros podem estar na interpretação que fazemos da fonte e, o que me parece mais relevante, contribuir para a construção de uma chave de leitura deste importante documento viário da antiguidade.

## **4.2 Ensaio de delimitação dos territórios atravessados pela Via XII**

A ideia de que as indicações miliárias no *Itinerário de Antonino* podem estar relacionadas com a divisão administrativa do território não é original e foi, como referido ao longo da dissertação, invocada por vários autores para explicar as

dificuldades de leitura da Via XII.

A transposição para as fontes itinerárias romanas da relação das vias com a administração das cidades é defendida por B. Salway (Salway, 2001, 2007) na que foi designada como *tabellaria theory*. Segundo este autor, os itinerários romanos que chegaram até nós através de cópias medievais corresponderiam a transcrições de itinerários epigráficos. Estes seriam inscritos em monumentos localizados nos pontos de saída das cidades, com a informação necessária para atingir a etapa seguinte, onde o viajante encontraria novo itinerário epigráfico, ou *tabella*. Estes monumentos serviam também como instrumentos de propaganda imperial e afirmação territorial, sendo relativos sempre ao território da cidade em que se encontravam. Admitir esta proposta é assumir que o leitor das *tabellaria* tem um conhecimento local das regiões que o itinerário atravessa: não era necessário explicitar a quem conhecia a região o facto de algumas estações estarem em direções opostas em relação ao ponto de origem; contudo a indicação das distâncias precisas entre as estações referidas já seria informação útil.

Esta hipótese é tentadora porque parece refletir com precisão a estrutura de muitas das rotas do *Itinerário de Antonino*, que deixam de resultar tão caóticas como uma primeira leitura deixa entender. O principal problema na fundamentação da *tabellaria theory* é a fraca evidência deste tipo de monumentos epigráficos. A teoria é inicialmente desenvolvida a propósito do monumento conhecido como *elogium* de Polla, em Italia, (Degrassi, 1957, n. 454), ao qual o autor junta a inscrição de *Patara*<sup>142</sup>, na *Licia* (Jones, 2001) e dois fragmentos provenientes de *Atuatuca*<sup>143</sup> e *Augustodunum*<sup>144</sup>, na *Galia* (Salway, 2007, pp. 192–194). A estas inscrições juntar-se-ia a dos chamados vasos de Vicarello (Roldán Hervás & Caballero Casado, 2014, pp. 198–214), objetos onde estaria reproduzida a imagem de um monumento existente em *Gades*<sup>145</sup> (Salway, 2007, pp. 192–194).

Se este tipo de monumentos epigráficos fosse tão popular que justificasse a sua sobrevivência através da transcrição nas fontes itinerárias, seria de esperar que se

---

<sup>142</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/639041>

<sup>143</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/108765>

<sup>144</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/177460>

<sup>145</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/256177>

conhecessem mais exemplos do que estes invocados por B. Salway. O autor justifica a fraca taxa de sobrevivência com a localização original: sendo colocados nas portas das cidades teriam mais hipóteses de ser perdidos em demolições e remodelações do que os marcos miliários e, eventualmente, poderiam também ser fixados em suporte perecível (Salway, 2001, pp. 54–58).

Ainda que os dados que suportam a construção da *tabellaria theory* sejam ambíguos (Isaksen, 2008), e mesmo que seja questionável a existência das *tabellaria* como monumentos epigráficos, a ideia de organizar a informação relativa aos itinerários como um conjunto de listas de locais e distâncias referente ao ponto onde se encontra o viajante parece fazer todo o sentido. Quem viajava no espaço da *Lusitania*, em deslocamentos maiores que as do quotidiano, certamente programava a viagem como um percurso entre cidades. Bastava-lhe por isso ter, na cidade onde está, informação para chegar à próxima onde, por sua vez, encontrará informação para prosseguir viagem até à seguinte. Assim, ler a Via XII tendo as cidades como nós centrais e os seus territórios como espaços estruturantes da viagem resulta numa interpretação que não só fornece uma chave de leitura para a fonte itinerária como parece ser muito coerente com a realidade arqueológica estudada.

Depois de testadas várias hipóteses, cuja enumeração exaustiva seria fastidiosa e provavelmente confusa, a proposta que se apresenta em seguida foi construída sobre os exercícios cartográficos descritos na secção anterior. De uma forma muito simples, esta interpretação é o resultado que melhor resiste ao confronto com a fonte itinerária.

Seguindo agora a ordem pela qual as estações viárias estão referidas no *Itinerário de Antonino*, a Via XII tem como ponto de origem *Olisipo* e a leitura das contagens miliárias iniciais deve ser feita no sentido W-E. A inversão de sentido, tendo *Catobrica* ou *Salacia* como *caput viae*, não é lógica considerando a relevância de *Olisipo* no itinerário e o fato de sabermos que era o início de contagens miliárias noutros itinerários, como por exemplo o grande eixo que se dirigia a norte com o destino final de *Bracara Augusta*<sup>146</sup> (Guerra, 2012; Mantas, 2012a; Silva, 2012).

Assim, teríamos a seguinte sequência de distâncias:

---

<sup>146</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/236377>

	Milha	Total acumulado
<i>Olisipo</i> <sup>147</sup> – <i>Aquabona</i>	12	12
<i>Aquabona</i> – <i>Catobrica</i>	12	24

*Quadro 3: Distâncias entre Olisipo e Catobrica*

O ponto coincidente com a milha 12 fica junto da atual povoação de Coina, no limite do esteiro homónimo. Como já foi referido, a identificação de *Aquabona* com este local é defendida por vários autores e, embora não haja provas materiais da navegação do esteiro em Época Romana, a utilização do porto de Coina em épocas subsequentes e as características geográficas do local podem ser invocadas para confirmar esta localização.

A milha 24 vai coincidir, não com a cidade de Setúbal (n.º 58) que é seguramente associada a *Catobrica*, mas com o sítio da Cruz da Légua (n.º 202). A única hipótese em que se regista a coincidência com Setúbal é usando uma das variantes dos manuscritos (cf. 1.3.1) que coloca *Aquabona* na milha 16 e, conseqüentemente, *Catobrica* na milha 28. O local correspondente a *Aquabona* seria assim na zona de Pinhal de Negreiros, a norte de Vila Nogueira de Azeitão. Não sendo muito óbvia a existência de uma estação viária no local, pode argumentar-se que se encontrava junto à Vala Real/Rio Coina que, como foi visto, constituiria um canal de ligação entre os estuários do Tejo e Sado. No entanto, é na interpretação do troço seguinte do itinerário que penso ter encontrado a justificação da identificação da milha 24 com a estação de *Catobrica*.

A distância entre *Catobrica* e *Salacia* corresponde a 32,8 milhas e todas as somas, combinado as diferentes variantes dos manuscritos, excedem esse valor. O menor valor possível é de 40 milhas. Se o percurso for feito no sentido *Catobrica-Salacia*, a milha 40 corresponde ao Monte dos Carvalhos de Baixo (n.º33). A existência de um miliário no local até pode ser invocada como justificação para este ser um ponto relevante no trajeto, eventualmente o limite do território de *Salacia* a nascente.

<sup>147</sup> O ponto 0 é considerado no hipotético local de embarque/desembarque da travessia do Tejo em *Olisipo* (cf. 3.7); começar a contar no ponto equivalente na margem esquerda é uma hipótese igualmente válida mas a travessia proposta não chega a atingir as duas milhas pelo que não altera significativamente os totais acumulados. Também não parece relevante entrar na discussão das diferentes unidades de medida em percursos marítimos e terrestres no *Itinerário de Antonino* (Arnaud, 1993), já que assumo que todo o percurso descrito em torno dos estuários do Tejo e Sado é um itinerário terrestre que se fazia em complementaridade dos trajetos aquáticos.

O que já resulta mais estranho nesta hipótese é que *Salacia* seja ignorada como *caput uiae*, sendo a estação com o topónimo correspondente remetida para um limite territorial. A relevância de *Salacia* na rede de comunicações da *Lusitania*, reforçada pela sua condição portuária, é atestada por várias fontes escritas e materiais, sendo certo que era o ponto inicial de uma outra rota referida no *Itinerário de Antonino*. Trata-se de um itinerário de difícil interpretação, que apenas refere o ponto inicial e final – *A Salacia Ossonoba* (Cuntz & Wirth, 1990, p. 64) – e uma indicação miliária que parece absurda se interpretada como a distância total do percurso (*m.p. XVI*). Sem entrar na controvérsia sobre o significado desta informação registada na fonte, trago este itinerário para a discussão no sentido de reforçar o estatuto de *caput uiae* que *Salacia* tem no *Itinerário de Antonino*.

Pode, é certo, usar-se o argumento cronológico a favor da identificação de *Catobrica* como *caput uiae*: sendo o *Itinerário de Antonino* uma fonte que se reporta a uma realidade tardia do império (cf. 1.3.1), isso corresponderia ao momento de declínio de *Salacia* enquanto entreposto comercial, em detrimento do porto situado na foz do Sado (Fabião, 2009, p. 570). No entanto, considerar que as indicações miliárias neste troço da Via XII têm origem em *Salacia* acaba por ser mais operativo na leitura global da sequência.

Tomando *Salacia* como *caput uiae*, as distâncias listadas devem então ser lidas no sentido *Salacia – Catobrica* conforme o seguinte quadro:

	Milha	Total acumulado
Salacia-Malateca	12 <sup>148</sup>	12
Malateca-Caeciliana	16 <sup>149</sup>	28
Caeciliana-Catobrica	12	40

Quadro 4: Distâncias entre *Salacia* e *Catobrica*

*Malateca* situar-se-ia a cerca de 1,5 milhas a nascente do sítio de Abul (n.º 252) e *Caeciliana* na área da povoação de Alto da Guerra (Setúbal). Não existem sítios arqueológicos de Época Romana conhecidos em torno da milha 28, tal como aliás de quaisquer outras cronologias. Como já foi dito anteriormente, isso pode dever-se a um

<sup>148</sup> Variante registada por G. Parthey e M. Pinder (1848, manuscrito F)

<sup>149</sup> Variante registada por G. Parthey e M. Pinder (1848, manuscrito F)



sem número de razões que eventualmente ditaram a destruição do registo material de ocupação humana antiga, desde a dinâmica do estuário às transformações antrópicas da paisagem em época histórica<sup>150</sup>. Por outro lado, e é sempre útil repetir esta ideia, o registo arqueológico de uma estação viária não é necessariamente monumental ou particularmente perene.

Mais relevante parece ser o ponto a que corresponde a milha 40. Não é, mais uma vez, coincidente com Setúbal (n.º 58), mas situa-se a 2,5 milhas a ocidente do sítio da Cruz da Légua (n.º 202) onde fica a milha 24 a contar de *Olisipo* (quadro 3), que seria coincidente com a *Catobriga* do itinerário. Ou seja, se somarmos cumulativamente as distâncias entre *Olisipo* e *Catobriga* e, invertendo a sequência do *Itinerário de Antonino*, entre *Salacia* e *Catobriga*, em ambos os casos a última estação localiza-se junto à portela existente entre o limite ocidental da Serra de S. Francisco e o limite oriental da Serra do Cuco/São Simão, no sítio conhecido por Alto das Necessidades ou Cruz das Vendas.

Estas serras constituem a primeira linha da cordilheira da Arrábida a norte, afirmando-se como uma baliza natural da paisagem aluvial que a Via XII percorre até este ponto. A milha 24 a contar de *Olisipo* e a milha 40 a contar de *Salacia* ficam, respetivamente, a ocidente e a oriente do Alto das Necessidades, cuja relevância na rede de caminhos que atravessam a Arrábida já foi discutida anteriormente (cf. 3.7). Pode a estação de *Catobriga* corresponder, não à cidade de *Caetobriga*, mas ao ponto onde o viajante encontra um território diferente do qual *Catobriga* faz parte?

Esta hipótese implica estender o território de *Olisipo* à margem esquerda do Tejo, tendo a cordilheira da Arrábida como limite sul. Esta possibilidade foi desenvolvida por J. Cardim Ribeiro (Ribeiro, 1994, pp. 81–82), admitindo a existência de uma área entre a faixa costeira e a Arrábida onde o território não pertencia a qualquer *ciuitas*, tendo os seus habitantes o estatuto de *peregrini* ou *adtributi* de um município vizinho, provavelmente da própria *Olisipo*. Esta “terra de ninguém” encontraria expressão na diferença de padrão na distribuição de monumentos epigráficos, que se concentram quase exclusivamente no território da margem direita do Tejo. Esta diferença pode ser,

<sup>150</sup> Registe-se que o Alto da Guerra foi uma área de intensa exploração de sal, iniciada no séc. XVI por incentivo da Ordem de Santiago (Rau, 1951).

contudo, explicada por outras razões, nomeadamente um tipo ocupação de cariz mais industrial na margem esquerda que determinaria a fixação de populações com hábitos culturais diferentes, ainda que integrados no território de *Olisipo*.

As intensas relações económicas do porto de *Olisipo* com a margem sul do Tejo podem ser intuídas pela relevância dos estabelecimentos industriais de Cacilhas (n.º 193) ou a Quinta do Rouxinol (n.º 195) cuja produção certamente não se destinava ao consumo local. A estes podemos juntar também as explorações auríferas em Vale de Gatos (n.º 196) e Foros da Catrapona (n.º 198) que não resulta estranho que estivessem sob dependência da administração da cidade de *Olisipo*.

No que diz respeito à administração conventual, sabemos que *Olisipo* faz parte do *conuentus* com sede em *Scallabis*. No entanto, a importância politico-administrativa de *Olisipo* desde cedo se afirma em relação à sede do *conuentus*: embora os sítios arqueológicos registados no que considero ser o território de *Olisipo* na margem esquerda do Tejo formalmente sejam integrados no *conuentus scallabitanus*, a dependência direta e efetiva é do *municipium Olisipo Felicitas Iulia*.

No que diz respeito ao *Itinerário de Antonino*, esta interpretação resolve a aparente incongruência da sequência miliária entre *Catobrica* e *Salacia* e introduz a possibilidade das estações corresponderem a limites territoriais. Ou seja, a distância indicada em milhas pode não ser a necessária para atingir a cidade, mas para chegar ao limite do território da cidade seguinte, a partir do qual as referências são feitas a um *caput viae* que corresponde à sede administrativa do território contíguo.

Entre *Salacia* e *Ebora* haveria certamente um limite territorial mas o *Itinerário de Antonino* não o reflete, já que não lista qualquer estação entre as duas cidades. Neste caso, a correspondência topográfica do itinerário é quase total: o vetor desenhado entre *Ebora* e *Salacia* mede 42,2 milhas e a distância apontada na fonte corresponde a 44.

Se usarmos os padrões de tempo de viagem definidos no âmbito do projeto *Orbis* (Walter Scheidel, 2013), esta distância implica pelo menos uma paragem em duas jornadas de um viajante a pé, incluindo exércitos em marcha, animais com carga moderada, carros de mulas e caravanas. No entanto podia ser cumprida num único dia

de marcha militar rápida sem carga / bagagem. As viagens mais frequentes, contudo, não teriam este ritmo pelo que seria expectável que o *Itinerário de Antonino* fizesse referência a uma *mansio* ou *mutatio*.

Curiosamente, esta situação encontra uma transposição muito próxima no registo arqueológico: entre a área da atual barragem do Pego do Altar e a travessia da ribeira de São Brissos, são quase inexistentes os vestígios de ocupação romana no território. A exceção é constituída pelo sítio de Água de Elvira dos Padres (n.º 282), que coincide com a área onde deveria ser feita a pernoita entre duas jornadas médias de 20 milhas.

As possíveis razões para esta ausência de registo arqueológico já foram discutidas (cf. 3.7) mas importa agora registar o contraste entre o número de estações viárias listadas no percurso entre *Olisipo* e *Salacia* e no percurso entre *Salacia* e *Ebora*. No primeiro verifica-se uma média de uma estação viária por cada 15 milhas (o que é próximo da duração da jornada mais habitual) e, no segundo, nenhuma estação viária em 42 milhas. A explicação eventualmente pode ser encontrada nas características da paisagem: um percurso terrestre nas margens dos estuários do Tejo e Sado tem dificuldades de progressão que não se encontram na grande planície entre Alcácer do Sal (n.º 2) e Évora (n.º 3). A necessidade de pontos de apoio à viagem no percurso estuarino seriam assim mais óbvias, além de que alguns desses pontos serviriam também de articulação com percursos parciais feitos através de rios, esteiros e canais, bem como com a navegação marítima de cabotagem. No percurso entre *Salacia* e *Ebora* a paisagem não tem grandes obstáculos e o viajante não teria assim tanta necessidade da existência de pontos de apoio tão estruturados. As paragens far-se-iam certamente, mas ao sabor e ao ritmo das circunstâncias específicas de cada viagem, não criando locais de repouso fixos que encontrassem expressão nos itinerários.

No que diz respeito à delimitação do território das duas cidades, a ausência de estações viárias intermédias e as características do registo arqueológico contribuem para a dificuldade da sua definição. Esta dificuldade é também sentida na documentação medieval onde as referências à linha divisória entre os termos de Alcácer e Évora é “tão vaga que é difícil traçar um desenho com o rigor desejável” (Pereira, 2000, p. 53). Apenas sabemos que o marco miliário dos Tabuleiros (n.º 15) estava em território de

*Ebora*, já que a contagem de milhas é obviamente feita tendo essa cidade como *caput viae*. Se o miliário de Remourinho (n.º 16) tivesse a indicação expressa de milha a tarefa ficaria facilitada mas, infelizmente, não é esse o caso.

Não deixa de ser digno de nota que estes dois marcos balizam, *grosso modo*, a faixa de território em torno da Via XII onde existem menos evidências de ocupação em Época Romana. Estaremos em presença de uma faixa entre os territórios de *Salacia* e *Ebora* pouco povoada onde, por consequência, a necessidade definir fronteiras territoriais bem delimitadas não se faz sentir? Isso explicaria a maleabilidade dos limites expressos na documentação medieval e, eventualmente, a diferença no padrão desta secção da Via XII no *Itinerário de Antonino*.

Assim, na figura 55 represento, entre os territórios de *Salacia* e *Ebora*, uma área em que a administração territorial não é bem definida. Este espaço ficaria entre o rio Mourinho, que constituiria o termo nascente do território sob jurisdição de *Salacia*, e a ribeira de São Brissos, assumida como o limite poente do território de *Ebora*. Esta proposta deve ser contudo encarada com as devidas cautelas: objetivamente não há nenhuma prova documental que a sustente e são necessários mais dados para a fundamentar. No entanto, pode ser uma pista interessante a explorar em futuros trabalhos sobre a ocupação romana desta área regional.

A secção seguinte da Via XII no *Itinerário de Antonino* é aquela cuja interpretação tem sido objeto de maior controvérsia e leituras divergentes. Como já foi referido, boa parte dessa controvérsia radica no fato do percurso entre *Ebora* e *Emerita* também atravessar uma fronteira da investigação. Investigação que se faz dos dois lados da fronteira política dos atuais Estados ibéricos, nem sempre considerando a realidade territorial da *Lusitania* como um todo.

O único ponto que é consensual é que a soma das distâncias indicadas para as estações viárias entre *Ebora* e a capital provincial não pode corresponder à distância real do percurso. A inversão do sentido das contagens miliárias pareceu-me, durante muito tempo e como já foi explicado na secção anterior deste capítulo, a solução para esta aparente incongruência: tendo evidentemente *Augusta Emerita* o estatuto de *caput viae*, a sequência miliária iniciava-se na capital e não havia “milhas a menos”: apenas as

necessárias para atingir *Ad Atrum flumen* vindo de nascente para poente. Contudo, no decurso da análise dos dados recolhidos e dos exercícios cartográficos ensaiados para encontrar uma interpretação coerente do *Itinerário de Antonino*, surgiram algumas questões que me levaram a por em causa a minha certeza inicial.

A primeira delas foi a possibilidade da referência a uma cidade como estação viária não se fazer em relação ao núcleo urbano mas ao seu território. Dito de outra forma, “*Catobrica m.p. XII*” pode não querer dizer 12 milhas para chegar a *Caetobriga*, mas sim a distância até entrar no território a que *Catobrica* pertence. Seguindo esta ideia, na última secção da Via XII, se o sentido da contagem miliária for *Emerita-Ebora* “*Ad Atrum flumen m.p. VIII*” podia ser interpretado como “9 milhas desde *Ad Atrum* até entrar no território de *Ebora*”.

A projeção desta hipótese no mapa iria colocar o limite territorial ocidental da capital na margem direita do Caia, não longe da atual fronteira entre Espanha e Portugal. Esta coincidência até podia ser apelativa, não fosse contrariar a contagem de milhas expressa no marco encontrado na Herdade de Alcobaça (n.º 6): se a fronteira do território de *Augusta Emerita* coincidia com os rios Caia e Guadiana, como defendem muitos autores (Cordero Ruiz, 2013, pp. 41–61, 78–94, com revisão da bibliografia anterior), como se justifica que a estrada que se dirige a *Olisipo*, cerca de 20 milhas após esse limite, ainda conserve a contagem miliária tendo a capital como ponto de origem?

A extensão do território de *Augusta Emerita* até à área de Elvas é defendida na bibliografia (Alarcão, 1988, p. 156; Canto, 1989, p. 183; Le Roux, 1999, p. 271), em consonância com os autores clássicos que referem a excepcional extensão da *pertica* emeritense (Thulin, 1913, pp. 9, 44, 46, 135–136). A passagem de *Higinus Gromaticus* relativa ao território da capital menciona ainda a existência de *praefecturae*, uma das quais é localizada por J.G. Gorges e F.G. Rodríguez Martín na área de Elvas/Campo Maior (2004, pp. 111–113), na sequência das propostas de A. Canto (1989). Esta situação encontraria eco não só na intensa ocupação rural deste território, onde são conhecidas *uillae* com alguma monumentalidade, mas também na epigrafia.

A dispersão de epígrafes com menção à *tribu Papiria* é um dos primeiros argumentos a ser utilizado para considerar que o território de *Augusta Emerita* se estendia à margem

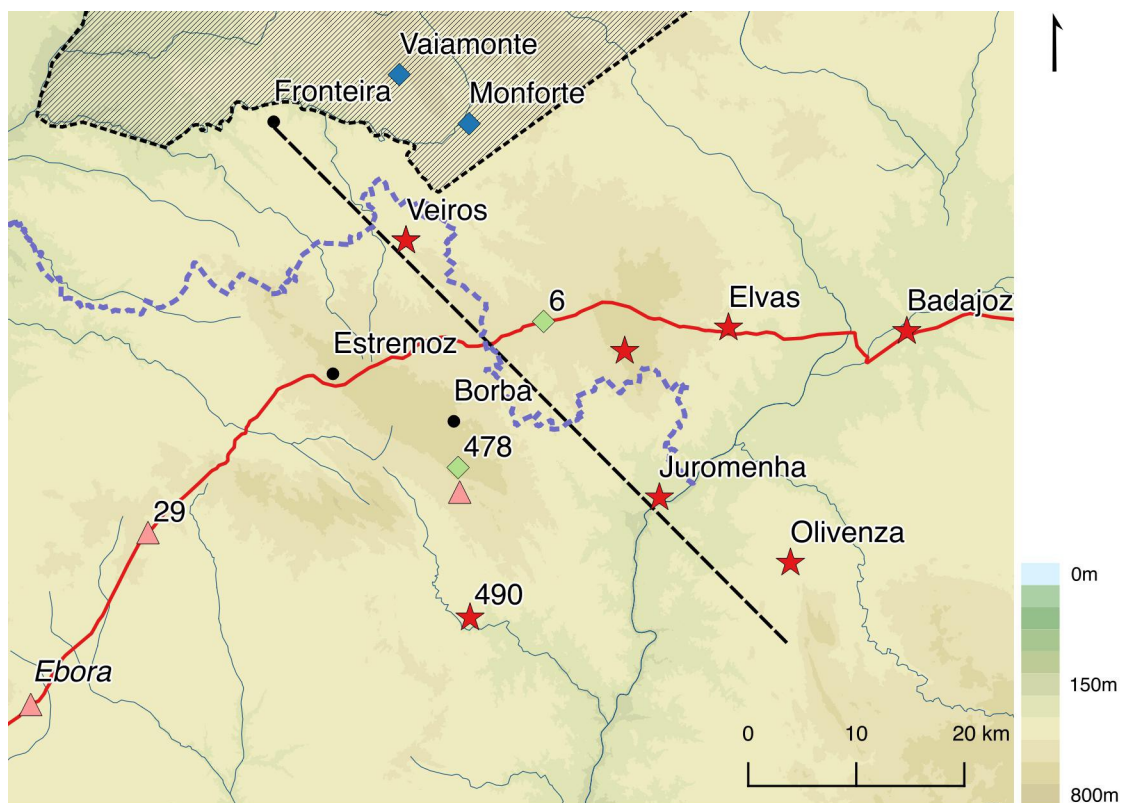
direita do Guadiana (Forni, 1976). Sendo essa a tribo em que estão inscritos os cidadãos da colônia, os locais onde essa referência existe podem ser considerados como parte do território emeritense. A menção da tribo pode contudo estar dependente de outros fatores além da origem territorial do indivíduo. Pode, por exemplo, ser transmitida hereditariamente, sabendo-se que é um hábito epigráfico que é frequente nos dois primeiros séculos do império que cai em desuso no séc. III (Encarnação, 2002). Por outro lado, há que ter em conta o contexto de achamento das epígrafes e mesmo a sua localização original: em termos de territorialidade, o significado da menção da origem do indivíduo numa epígrafe não significa necessariamente que o local onde foi erigida seja o mesmo de onde o dedicante ou defunto é originário. Não entrando na discussão do significado da tribo como elemento de identificação do cidadão romano, importa salientar que, como bem fez T. Cordero Ruiz (2013, p. 87), esta informação considerada exclusivamente não é suficiente para fixar os limites territoriais de uma cidade mas, conjugada com outros elementos, pode ser muito útil nessa tarefa.

Assim, na figura 54 compilei alguma informação que me parece relevante para a análise dos limites territoriais entre *Ebora* e *Augusta Emerita*. A única proposta de limites territoriais nesta área regional que pode ser transposta com rigor para a cartografia é relativa à cidade de *Ammaia*, da autoria de V. Mantas (2000, pp. 408–410) e posteriormente reproduzida por outros investigadores (Corsi & Vermeulen, 2008; Vermeulen & Taelman, 2010). O território de *Ammaia* interessa aqui na medida em que a Via XII se encontra junto do que foi definido por R. Plana-Mallart (2002) como um *trifinium* entre *Agusta Emerita*, *Ebora* e *Ammaia*. Esta situação parece encontrar eco na epigrafia, com duas epígrafes com menção à tribo Quirina, em Vaiamonte e Monforte (IRCP 578 e 695a) na área que é atribuída ao território de *Ammaia* por V. Mantas, e outras duas de indivíduos da tribo Papíria, em Veiros, já fora do limite sul desse território (IRCP 442 e 461). Esta articulação de diferentes territórios, na área dos atuais municípios de Fronteira, Monforte e Estremoz, também se encontrará refletida nos distintos padrões de povoamento rural identificados através do registo arqueológico (Carneiro, 2011, vols. 1, pp. 25–29).

Já no que diz respeito à articulação entre o território de *Ebora* e *Augusta Emerita*, a

definição de um limite resulta mais problemática. Os estudos sobre o cadastro de *Ebora* permitiram identificar, a nascente, vestígios da malha ortogonal originada na cidade até à área circundante do sítio de Algraveos (n.º 358), podendo eventualmente estender-se à freguesia de S. Miguel de Machede (Mascarenhas & Barata, 1997; Plana-Mallart, 2002). O território sob jurisdição do *municipium Ebora Liberalitas Iulia* ultrapassaria contudo a área sujeita a operações de cadastro e alguns autores defendem que o seu limite oriental não chegava o anticlinal de Estremoz. Assim, as pedreiras de mármore ficariam em território administrado por *Augusta Emerita* (Gorges, 2007, p. 72; Plana-Mallart, 2002; F. Germán Rodríguez Martín, 2010, pp. 128–134) ou num hipotético *pagus marmorarius* sob dependência da capital (Carneiro, 2011, p. 27; Fusco & Mañas Romero, 2006, p. 23).

Esta proposta fundamenta-se na importância económica que a exploração do mármore tinha em época imperial resultando assim natural que ficasse no território da capital provincial. Outra peça importante para fundamentar esta ideia é a existência de uma inscrição de um cidadão inscrito na tribo Papíria em Vila Viçosa (Álvarez Martínez, 1988; Forni, 1976; Plana-Mallart, 2002).



- Via XII (proposta de traçado)
- - - Limite dos territórios de Eborá e Emerita (esquemático)
- ▨ Território de Ammaia (Mantas, 2000)
- Epígrafes com menção de tribo
- ▲ Galeria
- ★ Papiria
- ◆ Quirina
- Sítios arqueológicos
- ◆ 6 Herdade de Alcobaça
- ▲ 29 Herdade da Venda
- ◆ 478 Herdade da Vigaria (CNS 5835)
- ◆ 490 Santuário de Endovélico/São Miguel da Mota (CNS 1771)
- Localidades contemporâneas
- - - Limite dos distritos de Évora e Portalegre

Figura 54: Epigrafia com menção de tribo e territórios

Essa inscrição corresponde a um exemplar perdido, que esteve incorporado no pórtico da Igreja de Santa Maria da Graça em Vila Viçosa e é conhecida exclusivamente através de transcrições do texto (IRCP 256 = CIL II 39). Tratando-se de um texto votivo



dedicado ao deus Endovélico é muito provável que o seu contexto original fosse o respetivo santuário em São Miguel da Mota (CNS 1771). Por outro lado, o carácter da inscrição remete-nos para outra questão: sendo o santuário de Endovélico um local de culto que atraiu devotos de várias origens hispânicas (Dias & Coelho, 1995), é muito provável que o cidadão *Quintus Seruius Firmanus* também tenha sido alguém que se deslocou do seu território de origem a São Miguel da Mota para prestar culto ao deus Endovélico. Assim, a menção da tribo Papíria diz respeito à origem do cultuante e não ao território onde o monumento epigráfico se encontrava.

Ainda no que diz respeito à epigrafia, encontra-se em depósito no Museu Nacional de Arqueologia uma placa funerária (IRCP 467) de um cidadão inscrito na tribo Galéria proveniente dos “arredores de Bencatel” (Lambrino, 1967, p. 158). Infelizmente não há indicações mais precisas sobre a proveniência do monumento mas, assumindo como fiável esta informação, é significativo notar que a freguesia de Bencatel se encontra em plena área de exploração contemporânea de mármore e que se encontra no seu território o único sítio arqueológico onde inequivocamente é atestada a extração em Época Romana: a Herdade da Vigária (CNS 5835) (Alarcão & Tavares, 1989; Álvarez Pérez, Domènech de la Torre, Lapuente Mercadal, Pitarch Martí, & Royo Plumed, 2009, pp. 60–67; Mañas Romero, 2012, pp. 332–337).

Assim, verifica-se que a dispersão de epígrafes com menção à tribo Galéria, na qual eram inscritos os cidadãos do *municipium* de *Ebora*, se estende até ao anticlinal de Estremoz, em aparente contradição com os autores que defendem que as pedreiras estavam em território emeritense. Todas as inscrições de indivíduos da tribo Papíria, à exceção da inscrição votiva a Endovélico, se distribuem a nascente de Estremoz. Traçando uma linha que une as inscrições encontradas nos pontos mais ocidentais dessa mancha (Veiros<sup>151</sup> e Jurumenha<sup>152</sup>) verifica-se que também a Herdade de Alcobaça (n.º 6), ou a milha 65 a contar de *Augusta Emerita*, se encontra a nascente da mesma.

Naquilo que pode ser uma pura coincidência cartográfica, note-se ainda que essa linha convencional interceta a proposta de traçado da Via XII mais ou menos no mesmo ponto que esta última também interceta os limites dos atuais distritos de Évora e Portalegre.

---

<sup>151</sup> IRCP 442 e 461

<sup>152</sup> IRCP 449

Aqui também se confrontam as dioceses de Évora e Elvas em Época Moderna, sendo digno de nota que a unidade territorial que vai dar origem à freguesia da Terrugem, cujo limite norte passa exactamente pelo monte da atual herdade de Alcobaça, era um enclave do concelho de Elvas entre os extintos concelhos de Vila Fernando e Vila Boim, a nascente, e Borba, a poente. Em termos judiciais, também esta unidade pertencia à comarca de Elvas, sendo rodeada por território da comarca de Vila Viçosa (Silveira, 2005, mapa elaborado com base nas memórias paroquiais de 1758).

A importância viária da área da Herdade de Alcobaça (n.º 6) e Atalaia dos Sapateiros (n.º 40) foi já discutida no capítulo dedicado à fundamentação da proposta de traçado (cf. 3.2) e esta articulação de limites territoriais históricos parece reforçar a ideia de que estamos em presença de uma área de transição. Sabemos também que a herdade de Alcobaça resulta da divisão de um grande latifúndio sobre o qual se encontra documentada uma disputa de propriedade no séc. XIV, entre o mosteiro de Alcobaça e Estêvão Gonçalves, cavaleiro de Vila Viçosa (Costa, 1993, pp. 40–45). Em termos geográficos, como já foi referido, também é esta a área de articulação das bacias hidrográficas do Tejo, a norte, e do Guadiana, a sul, coincidindo a proposta de traçado da Via XII com a faixa correspondente à linha de fecho que delimita estas unidades hidrográficas.

Juntando todos estes dados, sai reforçada uma das alternativas de interpretação da sequência miliária da última secção da Via XII no *Itinerário de Antonino*: com efeito, considerando *Ebora* como *caput uiae* e somando as distâncias no sentido W-E, o valor total que corresponderá ao ponto do itinerário descrito como *Emerita* fica a menos de 1 milha da Herdade de Alcobaça (n.º 6). Pode, mais um vez, esta indicação corresponder, a um limite territorial?

	Milha	Total acumulado
<i>Ebora – Ad Atrum flumen</i>	8 <sup>153</sup>	8
<i>Ad Atrum flumen – Dipone</i>	11 <sup>154</sup>	19
<i>Dipone – Euandriana</i>	17	36
<i>Euandriana – Emerita</i>	9	45

*Quadro 5: Distâncias entre Ebora e Emerita*

Segundo esta hipótese, *Ad Atrum flumen* ficaria junto à ribeira do Freixo, muito próximo dos sítios arqueológicos do Freixo (n.º 31) e Sousa da Sé (n.º 30). Este curso de água, afluente da margem direita do rio Degebe, não tem hoje uma expressão que nos faça imaginar que correspondesse a um rio de grande importância em Época Romana. Contudo, pouco ou nada sabemos sobre a evolução da paisagem nesta área que sofreu, como todo o entorno rural da cidade de Évora, significativas transformações antrópicas desde a pré história recente. A possibilidade dos vestígios arqueológicos identificados nesta área corresponderem a uma ocupação associada à utilização da via foi já discutida (cf. 3.3). A proximidade da cidade de *Ebora* podia tornar desnecessária a existência de uma estação viária neste local mas também pode ser argumentado que faz sentido ter um complexo edificado com essa funcionalidade na principal entrada da cidade para quem vem da capital provincial. Dividindo o percurso em jornadas de 20 milhas, é nesta área que se situa o final do 5º dia de viagem desde *Augusta Emerita*. Verificando que é também mais ou menos até aqui que se identificam traços do cadastro rural do *municipium*, este argumento pode ganhar força.

Continuando a somar distâncias neste sentido, a milha 19 onde se situaria *Dipone* é praticamente coincidente com o ponto proposto para a localização original do marco miliário de Evoramonte (n.º 477). Pouco mais há a acrescentar ao que já foi dito sobre a localização de *Dipone/Dipo*, além de registar esta coincidência: a estação viária referida no *Itinerário de Antonino* pode ter-se localizado nas proximidades da *ualida urbs* descrita por Salústio mas, por razões topográficas, nunca poderão ter sido um único local.

A estação seguinte, *Euandriana*, estaria na milha 36, já depois da passagem da Serra de

<sup>153</sup> Variante registada por G. Parthey e M. Pinder (1848, manuscrito B)

<sup>154</sup> Variante registada por O. Cuntz (1990, manuscrito D)

Ossa, a cerca de 1,5 milhas a ocidente da povoação da Orada (n.º 42). Efetivamente não existem nenhuns testemunhos de ocupação romana desta localidade, referida em fontes modernas e contemporâneas também como Vendas de Alcaraviça. No entanto, a relevância deste ponto na rede viária histórica é evidente, sendo de destacar a utilização da antiga estrada real que aqui passava no âmbito das Guerras da Restauração (cf. 3.3).

Somando 9 milhas a este ponto e continuando a percorrer o traçado proposto, chegamos assim à milha 45 desde *Ebora* que poderia corresponder ao ponto onde a Via XII entrava em território emeritense. Esta hipótese implica que as pedreiras de Estremoz se integravam na área sob jurisdição de *Ebora*, afirmação que faço com a consciência da controvérsia que pode gerar.

É certo que a relevância que sabemos que teve a exploração de mármore nesta área regional aconselha a sua integração na esfera da capital provincial. Contudo, se pensarmos exclusivamente em termos de rede viária, que é o tema central da presente dissertação, uma viagem de *Augusta Emerita* até à zona das pedreiras só demoraria menos de 3 dias se feita em carruagem rápida, sendo que uma deslocação de rotina em veículo, com paragens, atingiria facilmente as quatro jornadas. Já a partir de *Ebora* se podia chegar à área de Estremoz sem necessidade de pernoitar durante a viagem<sup>155</sup>.

A administração da extração de mármore pode também ser uma das razões que explica a importância que o *municipium Ebora Liberalitas Iulia* parece ter tido no contexto da *Lusitania*. Sem entrar em questões que não só extravasam o âmbito deste trabalho como não me sinto habilitada a discutir, não posso deixar de referir dois aspetos com que me deparei no decurso da investigação. No reduzido número de senadores conhecidos de origem lusitana, 7 são de *Ebora*, existindo apenas outras duas cidades que fornecem elementos ao senado romano: a própria capital (2) e *Castra Caecilia* (1) (Étienne, 2006). Por outro lado, um dos paralelos mais próximos para o templo do *forum* de *Ebora* é o da cidade de *Luna*<sup>156</sup> (Hauschild, 2010, p. 28) na bem conhecida área de exploração do *marmor Lunensis*.

Assim, a figura 55 representa graficamente esta ideia: a Via XII, conforme descrita no

---

<sup>155</sup> Tempos médios de viagem definidos no âmbito da plataforma *Orbis* (W. Scheidel & Meeks, 2012)

<sup>156</sup> <http://pleiades.stoa.org/places/403235>

*Itinerário de Antonino*, atravessa os territórios de *Olisipo*, *Caetobriga*, *Ebora* e *Augusta Emerita*, listando estações viárias apenas nos três primeiros. As indicações miliárias expressas são feitas com referência a um esquema de contagem que se origina na sede administrativa de cada território e irradia desse ponto central, nas diferentes direções das vias, até ao encontro do território da cidade contígua. No caso de *Caetobriga* e *Emerita*, essas designações não correspondem a um núcleo urbano mas a uma indicação de limite territorial.



- Via XII (proposta de traçado)
  - Estações do Itinerário de Antonino (localização segura)
  - Estações do Itinerário de Antonino (localização proposta)
- Territórios (proposta esquemática)
- Emerita
  - Ebora
  - Indeterminado
  - Salacia
  - Olisipo

Figura 55: Proposta de localização de estações viárias e delimitação de territórios

A razão para não haver estações viárias listadas no território da capital provincial pode ser a mesma invocada anteriormente para a ausência de *mansiones* ou *mutationes* entre *Salacia* e *Ebora*. Também aqui a progressão no terreno é fácil e os locais de paragem podem oscilar entre várias localizações alternativas sem necessidade de pontos fixos

especificamente vocacionados para o apoio ao viajante. No entanto, ao contrário do espaço entre o rio Mourinho e a ribeira de São Brissos, a área atravessada pela Via XII entre a cumeada dos Sapateiros e *Augusta Emerita* tem uma intensa ocupação rural em Época Romana (Almeida, 2000; Carneiro, 2011; Cordero Ruiz, 2013; Gorges & Rodríguez Martín, 2000). Significativamente, não se conhecem ocupações de carácter urbano (cf. 1.3.2) o que reforça a ideia de que o território com o qual a capital provincial confrontava a ocidente era o de *Ebora*. A proposta de delimitação que agora proponho parece-me mais equilibrada do que a que estende o território de *Augusta Emerita* até Estremoz ou a que o limita à atual fronteira entre Espanha e Portugal. A primeira resulta excessiva, nomeadamente nos tempos de viagem necessários para uma administração eficaz, e a segunda demasiado próxima da realidade política contemporânea, além de entrar em contradição com a indicação miliária do marco da Herdade de Alcobaça (n.º 6).

Todos estes argumentos podem ser contrariados sobretudo porque se constroem sobre suposições sucessivas a partir de uma base documental que não é tão sólida como seria de desejar. O *Itinerário de Antonino* continua a ser uma fonte com problemas de interpretação e necessidade de revisão. A proposta de leitura que apresento é, e apenas eventualmente, válida para este itinerário específico. Dada a natureza compósita do documento, o que serve para interpretar um percurso pode ser completamente desadequado para interpretar outro. Seriam necessários mais estudos detalhados sobre cada um dos itinerários descritos, fundamentados em dados arqueológicos e geográficos, para poder fazer-se uma leitura de síntese consequente.

Por outro lado, as fontes materiais que constituem a amostra do presente estudo têm todos os constrangimentos que foram discutidos ao longo destas páginas. Constrangimentos que decorrem não só da forma como a informação arqueológica é tratada e documentada mas também da própria natureza dos dados. Por mais irrepreensíveis que sejam o registo e a metodologia usados no tratamento da informação, estamos sempre a lidar com fragmentos de uma paisagem que já não existe e para a qual dispomos de poucos dados para reconstituir. Para estudar o espaço geográfico da *Lusitania* são necessários mais projetos interdisciplinares que combinem

fontes arqueológicas e históricas com estudos de paleogeografia. Muito do que foi escrito até aqui pode, literalmente, cair por terra se a paisagem teve alterações que não foram consideradas.

Ainda assim, esta proposta de leitura parece-me plausível. Talvez o mais forte argumento que posso encontrar para a fundamentar é ter iniciado este trabalho com a intenção de provar uma interpretação contrária. Foi o trabalho de compilação, normalização e análise de dados que me levou a alterar o meu ponto de vista e a subsequente interpretação das fontes escritas e materiais. Possam outros, a partir da informação contida na presente dissertação e acrescentado novos dados, chegar também a conclusões diferentes e todos estaremos a contribuir para o progresso do conhecimento sobre a *Lusitania*.

A imagem que resulta das minhas conclusões deve ser entendida como um modelo teórico e não deve ser transposta de uma forma literal para o território. Dificilmente o vetor desenhado corresponde ao percurso real da Via XII que, muito provavelmente, terá variado ao longo do tempo. Aliás, a ideia de definição de uma faixa como área de estudo pretendeu refletir tanto essa variabilidade como a incerteza na determinação do traçado. Todas as análises espaciais, a começar pela forma de medir distâncias, foram feitas sobre bases cartográficas e utilizando ferramentas com um grau de rigor muito diferente do que aquele que tinham os agrimensores romanos. Assim, o traçado, a localização de estações viárias e os limites propostos entre os territórios das cidades devem ser encarados como indicativos e as interpretações subsequentes das minhas afirmações devem ser maleáveis: mais do que representar com rigor topográfico o território, o que pretendi foi contribuir para a discussão e reflexão sobre a rede viária na *Lusitania* e chamar a atenção para o carácter topológico das fontes itinerárias romanas.

Em nenhum momento considero que construí uma imagem real da Via XII e do território que atravessava. Até porque a representação real do território é, em si mesma, perfeitamente inútil.

## 5 Referências Bibliográficas

- Abascal Palazón, J. M., & Cebrián Fernández, R. (Eds.). (2009). *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- Adam, J.-P. (2005). *La construction romaine: matériaux et techniques* (4.<sup>a</sup> ed.). Paris: Picard.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2015). Sistemas de Informação > Barragens de Portugal [Institucional]. Obtido 2 de Setembro de 2015, de <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=77&subref=839>
- Alabern [y Casas], R. [Ramón], & Mabón. (1846). Provincia de Badajoz formada de parte de Estremadura [Material cartográfico]. [Madrid; Barcelona]: [Librería Española]. Obtido de <http://www.ign.es/fondoscartograficos/>
- Alarcão, A. M., & Ponte, S. da. (1976). As lucernas romanas do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*, 15, 73–90.
- Alarcão, J. de. (1987). *Portugal romano* (4a edição, revista). S.l.: Verbo.
- Alarcão, J. de. (1988a). *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Alarcão, J. de. (1988b). *Roman Portugal*. Londres: Warminster : Aris & Phillips.
- Alarcão, J. de. (1990). O reordenamento territorial. Em J. Serrão, A. H. de O. Marques, & J. de Alarcão (Eds.), *Nova História de Portugal* (1a ed, Vol. 1, pp. 352–382). Lisboa: Presença.
- Alarcão, J. de. (1999). Três notas sobre o Alentejo Romano. *Al-madan*, 8, 72–74.
- Alarcão, J. de. (2001). A localização de Dipo e Evandriana. *Al-madan*, 10, 39–42.
- Alarcão, J. de. (2004a). Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia I. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(1), 317–342.
- Alarcão, J. de. (2004b). Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia II. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 193–216.
- Alarcão, J. de. (2006). As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. *Conimbriga*, 45, 211–251.
- Alarcão, J. de, & Alarcão, M. A. (1967). Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa. *Conimbriga*, 6, 1–45.
- Alarcão, J. de, Álvarez Martínez, J. M., Cepas Palanca, A., & Corso Sanchez, R. (1995).



- Tabula Imperii Romani : hoja J-29, Lisboa : Emerita, Scallabis, Pax Iulia, Gades : sobre la base cartográfica del mapa a escala 1:1.000.000 del IGN.* (Spain. Ministerio de Cultura., Instituto Geográfico Nacional (Spain), & Union académique internationale., Eds.). Madrid: Instituto Geográfico Nacional.
- Alarcão, J. de, & Tavares, A. (1989). A roman marble quarry in Portugal. Em R. I. Curtis (Ed.), *Studia Pompeiana & Classica in honor of Wilhemina F Jashemski* (Vol. 2). NewYork: Orpheus Publishing Inc.
- Albergaria, J. (2006). *Descritor de Património do Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento Turístico da Herdade da Alápega (Alcácer do Sal)* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos) (p. 29). Lisboa: TERRALEVIS, LDA.
- Albergaria, J. (2011). *Passagem Superior ao Caminho de Ferro - EN 4 - km 142+000, Estremoz* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos). Obtido de IGESPAR.
- Albernaz, J. T. (1644). [Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola] [Material cartográfico]. Obtido de <http://purl.pt/918>
- Alegria, M. F. (1977). Cartografia antiga de Portugal Continental. *Finisterra*, 12(24).
- Alfaro Giner, C. (2001). Vías pecuarias y romanización en la Península Ibérica. Em J. Gómez-Pantoja (Ed.), *Los rebaños de Gerión : pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval seminario celebrado en la Casa de Velázquez (15-16 de Enero de 1996)* (pp. 215–231). Madrid: Casa de Velázquez.
- Almada, V. d'. (1888). *Elementos para um dicionário de Geographia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando*. Elvas: Typographia de Samuel F. Baptista.
- Almada, V. d'. (sem data). *Elementos para um dicionário de Geografia e História Portuguesa: concelho de Elvas e extintos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando - Adiantos*. Elvas.
- Almagro-Gorbea, M., Ripollès i Alegre, P. P., & Rodríguez Martín, F. G. (2009). Dipo. Ciudad «Tartesico-Turdetana» en el valle del Guadiana. *Conimbriga*, 48, 5–60.
- Almeida, F. de, Zbyzesky, G., & Ferreira, O. da V. (1971). Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). *O Arqueólogo Português, Série V*, 5, 155–166.
- Almeida, J. de. (1945). *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Lisboa: J. Almeida.
- Almeida, J. M. de, & Ferreira, F. B. (1967). Varia Epigraphica. *Revista de Guimarães*, 77(1–2), 47–69.
- Almeida, M. J. de. (2000). *Ocupação rural romana no actual concelho de Elvas* (MA). Coimbra, Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/9786>
- Almeida, M. J. de. (2002). Testemunhos da ocupação romana no concelho de Elvas: elementos para a história da arqueologia regional. *A Cidade: revista cultural de*

*Portalegre, 13–14, 53–76.*

- Almeida, M. J. de, & Carneiro, A. (2014). Heading West to the sea from Augusta Emerita: archaeological field data and the Antonine Itinerary. Em J. M. Álvarez Martínez, T. Nogales Basarrate, & I. Rodà de Lanza (Eds.), *XVIIIth International Congress of Classical Archaeology (CIAC) 2013 in Mérida (Spain)* (Vol. 1, pp. 743–746). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano. Obtido de <http://aiac2013merida-mnar-icac.net>
- Almeida, M. J. de, Carneiro, A., Rodríguez Martín, F. G., & Morgado, P. (2011). De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino. Em A. Carneiro, L. Rocha, P. Morgado, & J. Oliveira, *Arqueologia do Norte Alentejano: comunicações das 3as Jornadas* (pp. 193–201). Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Fronteira. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/3604>
- Almeida, M. J. de, & Carvalho, A. (2004). Vias e circulação de produtos no SW do conuentus emeritensis: o exemplo da Quinta das Longas (Elvas, Portugal). Em J. G. Gorges, E. C. M. de Cáceres, & T. N. Basarrate (Eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones : Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras, 7, 8 y 9 de noviembre de 2002* (pp. 369–389). Madrid: Ministerio de Cultura, Secretaría General Técnica, Subdirección General de Información y Publicaciones.
- Almeida, M. J. de, Carvalho, A., Dias, I. M., & Prudêncio, I. M. (2005). *Consumo de preparados de peixe no território de Augusta Emerita: uma leitura a partir dos trabalhos realizados na uilla da Quinta das Longas (Elvas – Portugal)*. Poster apresentado na Congreso Internacional CETARIAE: Salsa y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad, Cádiz.
- Álvarez Martínez, J. M. (1983). *El puente romano de Mérida*. Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano, Patronato Nacional de Museos.
- Álvarez Martínez, J. M. (1988). Algunas observaciones sobre el territorium emeritense. Em *Homenaje a Samuel de los Santos* (pp. 185–192). [Albacete]: Instituto de Estudios Albacetenses Excma. Diputación Provincial de Albacete.
- Álvarez Martínez, J. M. (1995). El mosaico de «Dexter» de la villa romana de la Vega. Puebla de la Calzada. *Extremadura arqueológica*, (5), 211–220.
- Álvarez Martínez, J. M. (2006). Los accesos al recinto de la Colonia Augusta Emerita. La Puerta del Puente. Em T. G. Schattner & F. Valdés Fernández (Eds.), *Stadttore: Bautyp und Kunstform: Akten der Tagung in Toledo vom 25. bis 27. September 2003 = Puertas de ciudades: tipo arquitectónico y forma artística: actas del coloquio en Toledo del 25 al 27 de septiembre 2003* (pp. 221–251). Mainz am Rhein: Philipp von Zabern.
- Álvarez Martínez, J. M. (2015). El tajamar del Puente romano de Mérida y la navegabilidad del Ana. *Revista de estudios extremeños*, 71(1), 37–66.

- Álvarez Martínez, J. M., & Nogales Basarrate, T. (2004). Calzadas de Lusitania: programación e ideología imperial. Em J. G. Gorges, E. C. M. de Cáceres, & T. N. Basarrate (Eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones : Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras, 7, 8 y 9 de noviembre de 2002* (pp. 255–276). Ministerio de Cultura, Secretaría General Técnica, Subdirección General de Información y Publicaciones.
- Álvarez Pérez, A., Domènech de la Torre, A., Lapuente Mercadal, P., Pitarch Martí, À., & Royo Plumed, H. (Eds.). (2009). *Marbles and stones of Hispania : exhibition catalogue*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Alves, F. J. S., Reiner, M. J. R. F., & Veríssimo, L. (1988). Os cepos de âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas: contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*, 6–7, 109–185.
- Alves, H. (2002). Minas de Vale de Gatos, alto forno da Siderurgia Nacional, forno de cal da Azinheira : alguns sítios do património arqueológico e industrial do concelho do Seixal relacionados com a actividade extractiva. Em J. M. Brandão (Ed.), *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro* (pp. 337–344). Lisboa: Museu do Instituto Geológico e Mineiro.
- Amaro, C., & Miranda, T. C. P. dos R. (2002). *De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos*. Lisboa: CNCDP.
- Andrade, A. A., & Silveira, A. C. (2007). Les aires portuaires de la péninsule de Setúbal à la fin du Moyen Âge : l'exemple du port de Setúbal. Em M. Bochaca & J.-L. Sarrazin (Eds.), *Ports et littoraux de l'Europe atlantique : Transformations naturelles et aménagements humains (xive-xvie siècles)* (pp. 147–165). Rennes: Presses universitaires de Rennes. Obtido de <http://books.openedition.org/pur/6486>
- Antunes, F. L. C. S. (1996). Algumas estações romanas nos arredores de Setúbal: estado actual da questão. Em G. Filipe & J. Raposo (Eds.), *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (pp. 55–59). Lisboa: Câmara Municipal do Seixal - Publicações D Quixote.
- Archivo Epigráfico de Hispania. (2001). HEp7, 152. *Hispania Epigraphica*, 7, 65.
- Archivo Epigráfico de Hispania. (2008). HEp14, 453. *Hispania Epigraphica*, 14, 244–245.
- Arias Bonet, G. (2000a). A la cola de un comentario: Reflexión recapitulativa sobre la ruta A12 de Emerita a Olisipo. *El Miliario Extravagante*, 73, 13–16.
- Arias Bonet, G. (2000b). Reflexión recapitulativa sobre la ruta A12 de Emerita a Olisipo. *El Miliario Extravagante*, 73.
- Arias Bonet, G. (2000c). Significado de los casos gramaticales en los itinerarios romanos. Em V. O. Jorge (Ed.), *III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real 1999): Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica* (Vol. 6, pp. 267–

280). Porto: ADECAP.

- Arias Bonet, G. (2004a). El Itinerario de Antonino y los grandes ríos. Em *Repertorio de caminos de la Hispania romana* (2ª, pp. 121–123). Ronda: [ed. autor].
- Arias Bonet, G. (2004b). Portugal a la vista. Em *Repertorio de caminos de la Hispania romana* (2ª, Vols. 1–1, pp. 289–301). Ronda: [ed. autor].
- Ariño Gil, E., Gurt Esparraguera, J. M., & Palet Martínez, J. M. (2004). *El pasado presente : arqueología de los paisajes en la hispania romana* (1a ed., Vols. 1–1). Barcelona ;Salamanca: Universitat de Barcelona; Ediciones Universidad de Salamanca.
- Arnaud, P. (1993a). De la durée à la distance : l'évaluation des distances maritimes dans le monde gréco-romain. *Histoire & Mesure*, 8(3), 225–247. <http://doi.org/10.3406/hism.1993.1594>
- Arnaud, P. (1993b). L'itineraire d'Antonin: um témoin de la littérature itinéraire du Bas Empire. *Geographia Antiqua*, 2, 33–47.
- Arnaud, P. (2004). Entre Antiquité et Moyen-Age: l'itinéraire Maritime d'Antonin. Em *Rotte e porti del Mediterraneo dopo la caduta dell'Impero romano d'Occidente* (pp. 3–20).
- Arquivo Ditriral de Portalegre. (2008). Paróquia de São Brás (São Brás). Obtido 22 de Março de 2016, de <http://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1009745>
- Assembleia da República. Convenção Europeia para a protecção do Património Arqueológico (revista), 289/1997 Diário da República § Série I-A 6624–6638 (1997).
- Avila, J. J., & Blanco, J. O. (2006). El comercio griego en Extremadura (ss. VI-IV a. C.). *Revista de estudios extremeños*, 62(1), 105–140.
- Ayuntamiento de Arroyo de Puebla de la Calzada. (sem data). Plan General Municipal de Puebla de la Calzada. Obtido de <http://puebladelacalzada.es/urbanismo.asp>
- Ayuntamiento de Badajoz. (2007). Plan General de Ordenación Urbana de Badajoz. Obtido de <http://www.aytobadajoz.es/es/ayto/pgm>
- Bagnall, R., Talbert, R. J. A., Bond, S., Becker, J., Elliott, T., Gillies, S., ... Twele, R. (2006). Pleiades: A community-built gazetteer and graph of ancient places [Collection]. Obtido de <http://pleiades.stoa.org>
- Baptista, J. C. (1896). Salacia. *O Arqueólogo Português*, 2(1), 5–10, 143–144.
- Barata, A. F. (1909). *Evora antiga: noticias colhidas com afanosa diligencia em favor dos asylos de Infancia Desvalida e Ramalho-Barahona*. Evora: Minerva Commercial.
- Barbosa, R., & Encarnação, J. d'. (2014). Placa funerária romana da Herdade da Comenda Grande (Conventus Pacensis). *Ficheiro Epigráfico*, 124(527). Obtido

de [http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos\\_index/ficheiro](http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro)

- Barros, L., & Henriques, F. (1998). Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. Em M. J. E. dos Santos & L. P. Antunes (Eds.), *2as Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada: 3, 4 e 5 de outubro de 1996*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Museu Municipal.
- Barros, L. de, Cardoso, J. L., & Sabrosa, A. (1993). Fenícios na margem Sul do Tejo : economia e integração cultural do povoado do Almaraz : Almada. *Estudos Orientais*, 4, 143–181.
- Bastos, C., Quintela, M. M., & Matos, A. P. de. (2002). «Das termas aos “spas” : reconfigurações de uma prática terapêutica» Projecto POCTI/ ANT/47274/2002 - Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais. Obtido 11 de Junho de 2013, de <http://www.aguas.ics.ul.pt>
- Beirante, M. (1995). *Evora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian ;Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Beltrán Lloris, F. (2010). De Etnia a Provincia: identidades colectivas en la Lusitania antigua. Em *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 História, Arqueologia e Arte* (pp. 33–51). Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Obtido de <https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/handle/123456789/56>
- Berchem, D. V. (1937). L’Annone militaire dans l’Empire romain au IIIe Siècle. *Mémoires de la Société nationale des Antiquaires de France*, 10, 117–202.
- Berrocal-Rangel, L. (1992). *Los pueblos celticos del suroeste de la península ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.
- Berrocal-Rangel, L. (1994). El oppidum de Badajoz: ocupaciones protohistóricas en la alcazaba. *Complutum*, (4), 143–188.
- Berrocal-Rangel, L. (2008). El «Oppidum» de Badajoz en época post-orientalizante. Em F. J. Jiménez Avila (Ed.), *El río Guadiana en época post-orientalizante* (pp. 177–184). Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Arqueología de Mérida (Junta de Extremadura-Consorcio de Mérida).
- Bilou, F. (2005). *Sistema Viário Antigo na Região de Évora* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Bilou, F., & Encarnação, J. d’. (2013a). Miliário da Cabida (Monte das Flores), Évora. *Ficheiro Epigráfico*, 106(469). Obtido de [http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos\\_index/ficheiro](http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro)
- Bilou, F., & Encarnação, J. d’. (2013b). Miliário da Quinta da Manizola, Évora. *Ficheiro Epigráfico*, 105(467). Obtido de [http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos\\_index/ficheiro](http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro)
- Blázquez, A. (1892). Nuevo estudio sobre el Itinerario de Antonino. *Boletín de la Real*

*Academia de la Historia*, 21, 54–128.

- Blot, M. L. B. H. P. (2003). *Os portos na origem dos centros urbanos: Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Ministério de Cultura, Instituto Português de Arqueologia.
- Boaventura, R., & Banha, C. (2006). Ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comercio rural romano. *O Arqueólogo Português, Série IV*, 24, 369–399.
- Bonnet, C. (1851). Mappa geographico da provincia do Alemtejo e do reino do Algarve (Portugal) [Material cartográfico]. [Lisboa]: [Comissão Geodésica e Topográfica do Reino]. Obtido de <http://purl.pt/1968>
- Breval, J. D. (1726). *Remarks on several parts of Europe: relating chiefly to the History, Antiquities and Geography, of those countries through which the author has travel'd; as France, the Low Countries, Lorrain, Alsatia, Germany, Savoy, Tirol, Switzerland, Italy, Spain and Portugal. illustrated with several maps, plans, and above forty copper plates*. London: B. Lintot.
- Brodersen, K. (2001). The presentation of geographical knowledge for travel and transport in the roman world: itineraria non tantum adnotata sed etiam picta. Em *Travel & Geography in the Roman Empire* (pp. 7–19). London: Routledge.
- Bronseval, C. de. (1970). *Peregrinatio hispanica: voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. (M. Bataillon, Ed., M. Cocheril, Trad.) (1ère éd). Paris: Presses Universitaires de France.
- Brughmans, T. (2012). Thinking Through Networks: A Review of Formal Network Methods in Archaeology. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 20(4), 623–662. <http://doi.org/10.1007/s10816-012-9133-8>
- Brughmans, T. (2014). The roots and shoots of archaeological network analysis: A citation analysis and review of the archaeological use of formal network methods. *Archaeological Review from Cambridge*, 29(1), 18–41.
- Brughmans, T., Isaksen, L., & Earl, G. (2012). Connecting the dots: an introduction to critical approaches in archaeological network analysis. Em M. Zhou, I. Romanowska, Z. Wu, P. Xu, & P. Verhagen (Eds.), *Revive the Past: Proceedings of the 39th Conference on Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology*. Amsterdam University Press.
- Bugalhão, J. (2001). *A industria romana de transformacao e conserva de peixe em Olisipo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Bugalhão, J., & Lucena, A. (2006). As novas tecnologias como instrumento de gestão e de divulgação do património: o exemplo do Endovélico - Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. Em C. Stockler (Ed.), *Encontros Culturais do Baixo Tâmega: património actas* (1.ª ed.). Baião: Câmara Municipal de Baião.
- Cabral, J. M. P., Mostra, C. O., & Hauschild, T. (2004). A proveniência do Mármore dos

- capitéis do Templo Romano de Évora. *Conimbriga: revista do Instituto de Arqueologia*, (43), 171–178.
- Cabral, M. E. F. C. N. (1972). Cinco lucernas inéditas da Barrosinha (Alcácer do Sal). E m *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Vol. 2, pp. 177–184). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Caetano, J. O. (2007). Sombras e alguma luz sobre o bispo D. Afonso de Portugal. *Boletim on-line do Museu de Évora*, (2). Obtido de <http://museudevora.imc-ip.pt/pt-PT/Boletim/Cenaculo2/ContentDetail.aspx?id=128>
- Calado, M. (1995). *A região da serra d'Ossa : introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico* (MA). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Calado, M. (2001). *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Câmara Municipal de Borba. Plano Director Municipal de Borba, 5Diário da República, 2ª série 900–918 (2008).
- Câmara Municipal de Elvas. (2010). Câmara Municipal de Elvas - Concelho. Obtido 19 de Janeiro de 2016, de <http://www.cm-elvas.pt/pt/caracterizacao-do-concelho/freguesias>
- Câmara Municipal de Estremoz. Plano Director Municipal de Estremoz, 181Diário da República, 2ª série 26781–26800 (2015). Obtido de <http://pdm.estremoz.pt>
- Câmara Municipal de Évora. (2005, Julho). Plano Director Municipal - Estudos de Caracterização do Território: Anexo IV Inventário do património arquitectónico e arqueológico concelhio. Câmara Municipal de Évora. Obtido de [http://www2.cm-evora.pt/pdme/01\\_ANEXO\\_IV/Anexo\\_IV.pdf](http://www2.cm-evora.pt/pdme/01_ANEXO_IV/Anexo_IV.pdf)
- Caminhos de Ferro de Portugal. (1952). Troços de linhas férreas portuguesas abertas à exploração desde 1856, e a sua extensão. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, (1652), 528–530.
- Caminhos de Ferro Portugueses. (1996). *O caminho de ferro revisitado: o caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996*. Lisboa: [Caminhos de Ferro Portugueses].
- Canto, A. (1989). Colonia Iulia Augusta Emerita: consideraciones en torno a su fundación y territorio. *Gerion*, 7, 149–206.
- Canto, A. (2004). Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 265–364.
- Cardoso, G. (1986). Fornos de ânforas romanas na bacia do rio Sado: Pinheiro, Abul e Bugio. *Conimbriga*, 25, 153–173.
- Cardoso, J. L., Guerra, A., & Fabião, C. (2011). Alguns aspectos da mineração romana na Estremadura e Alto Alentejo. Em J. L. Cardoso & M. Almagro-Gorbea, *LUCIUS CORNELIUS BOCCHUS: Escritor Lusitano da Idade de Prata da*

- Literatura Latina* (pp. 169–188). Lisboa - Madrid: Academia Portuguesa de História - Real Academia de la Historia.
- Cardoso, L. (1747). *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real.
- Carneiro, A. (2008). *Itinerários Romanos do Alentejo: uma releitura de «As grandes vias da Lusitânia o Itinerário de Antonino Pio» de Mario Saa, cinquenta anos depois*. Lisboa: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
- Carneiro, A. (2009). A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto. *Hispania Antiqua*, 33–34, 237–272.
- Carneiro, A. (2010). Para uma cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana. Em *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 História, Arqueologia e Arte* (pp. 81–97). Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Obtido de <https://bdigital.sib.uc.pt/jspui/handle/123456789/56>
- Carneiro, A. (2011). *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e Antiguidade Tardia* (Phd). Évora, Évora. Obtido de <http://hdl.handle.net/10174/11094>
- Carneiro, A. (2014). *Lugares, tempos e pessoas: povoamento rural romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carpinetti, J. S. (1762). *Provincia da Estremadura, Lisboa, 1762* - Biblioteca Nacional Digital [Material cartográfico]. Lisboa: [Imp. Francisco Manuel]. Obtido de <http://purl.pt/1382>
- Carreras, C., & Soto, P. D. (2013). The Roman Transport Network: A Precedent for the Integration of the European Mobility. *Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History*, 46(3), 117–133. <http://doi.org/10.1080/01615440.2013.803403>
- Carvalho, A. R. (2007). A Torre Medieval de Santa Catarina de Sítimos: elementos para o estudo do sistema defensivo de Alcácer do Sal em contexto almóada. *Al-madan*, 15. Obtido de <http://www.almadan.publ.pt/15ADENDAXII.pdf>
- Carvalhosa, A. B. e, Carvalho, A. M. G. de, Alves, C. A. de M., & Pina, H. L. (1969). Carta geológica de Portugal. 40-A [Material cartográfico]. Lisboa: Instituto Geográfico e Cadastral.
- Casillas Moreno, I. (1994). Intervención en el Polígono Industrial «El Prado». *Mérida, excavaciones arqueológicas*, (1), 104–115.
- Castro, J. B. de. (1762). *Mappa de Portugal antigo, e moderno* (Vols. 1–3). Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Obtido de <http://purl.pt/436>



- Castro, J. B. de. (1814). *Roteiro terrestre de Portugal: em que se expõem, e ensinão por jornadas, e summarios não só as viagens, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reino, mas as derrotas por travessia de humas a outras povoações delle*. Na Offic. de J.R. d'Andrade. Obtido de <http://books.google.pt/books?id=FvrtutqTHr4C>
- Castro, J. de M. e. (1752). *Historia panegyrica da vida de Dinis de Mello de Castro primeyro conde das Galveas, do conselho de estado, e guerra dos serenissimos reys D. Pedro II. e D. Joa\_V*. Luiz de Moraes.
- Cerrato, C. B. (1995). Sobre las cecas celtibéricas de Tá Músia y Sékaisa y su relación con Extremadura. *Archivo español de arqueología*, 68(171), 243–258.
- Chavarría Arnau, A. (2007). *El final de las «villae» en «Hispania» (siglos IV-VIII)*. Turnhout, Belgium: Brepols.
- Chevallier, R. (1997). *Les voies romaines*. Editions A&J Picard.
- Coelho, A. B. (1989). *Portugal na Espanha árabe* (2ª ed, Vols. 1–2). Lisboa: Caminho.
- Coelho, A. G. (1980). *A cartografia geotécnica no planeamento regional e urbano. Experiência de aplicação à região de Setúbal*. (Tese apresentada ao concurso para especialista do LNEC). Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.
- Colmenero, A. R., Sierra, S. F., & Asorey, R. D. A. (2004). *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do noroeste hispánico: (conventos bracarense, lucense e asturicense)*. Consello da Cultura Galega.
- Columella. (1941). *On Agriculture, Volume I, Books I-IV*. (H. B. Ash, Trad.). Loeb Classical Library. Obtido de <http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Columella/home.html>
- Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural. (2014, Julho 14). Carta Arqueológica de Extremadura. Gobierno de Extremadura.
- Cordero Ruiz, T. (2010). Una nueva propuesta sobre los límites del ager emeritensis durante el Imperio Romano y la Antigüedad tardía. *Zephyrus*, 65, 149–165.
- Cordero Ruiz, T. (2013). *El territorio emeritense durante la antigüedad tardía (siglos IV-VIII): génesis y evolución del mundo rural lusitano*. Mérida; [Madrid]: Instituto de Arqueología ; Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Cordero Ruiz, T., & Franco Moreno, B. (2012). El territorio emeritense durante la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media. Em L. Caballero Zoreda, P. Mateos Cruz, & Cordero Ruiz, Tomás (Eds.), *Visigodos y omeyas: el territorio* (pp. 147–169). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Cornide, J. (1775, posterior a). *Diario del viage de Don Josef Cornide desde la Coruña à Cadiz por Portugal*.
- Correia, F. B. (2013). *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri : CIDEHUS, Universidade de Évora.

- Corsi, C., & Vermeulen, F. (2008). Elementi per la ricostruzione del paesaggio urbano e suburbano della città romana di Ammaia in Lusitania. *Archeologia aerea*, 3, 13–30.
- Cortijo Cerezo, M. L. (2006). El papel del Conventus iuridicus en la descripción geográfica de Plinio el Viejo. El caso bético. Em G. Cruz Andreotti, P. Le Roux, & P. Moret (Eds.), *La Invención de una geografía de la Península Ibérica. II La época imperial* (pp. 271–304). Málaga; Madrid: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga ; Casa de Velázquez.
- Cosme, J., & Varandas, J. (Eds.). (2009). *Memórias paroquiais*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Cosme, J., & Varandas, J. M. H. (Trads.). (1758, Março 21). *Memória Paroquial da freguesia de Santo Aleixo, comarca de Vila Viçosa*. Obtido de <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/component/content/article/2852-monforte-santo-aleixo>
- Costa, J. A., & Melo, A. de S. e. (1994). Malateca. *Dicionário da língua portuguesa* (7a. ed., e aum, p. 1142). Porto, Portugal: Porto Editora.
- Costa, M. A. N. (1993). *Vasco Esteves de Gatzuz e o seu túmulo trecentista em Estremoz*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Costa, T., & Liberato, M. (2008). Intervenções arqueológicas no Castelo de Evoramonte. Síntese dos resultados. *Vipasca*, (2), 632–642.
- Costa Arthur, M. de L. (Ed.). (1950). Sepulturas romanas na Quinta de S. João (Arrentela-Seixal). Em *Actas do XIIIº Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Vol. 7, pp. 673–383). Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências,.
- Costa, A. I. M. da. (1896). Antiguidades dos arredores de Setúbal: 1. Povoação romana de Alferrar. *O Arqueólogo Português*, (2), 10–11.
- Costa, A. I. M. da. (1903). Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal: Castro da Rotura. *O Arqueólogo Português*, 8, 47–52, 137–148, 266–274.
- Costa, A. I. M. da. (1905). Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal : habitações prehistoricas ao longo da costa maritima : estação prehistorica da Commenda : estações de Outão e Galapos. *O Arqueólogo Português*, 10, 185–193.
- Costa, A. I. M. da. (1907). Estações prehistoricas dos arredores de Setúbal : vivendas diversas. *O Arqueólogo Português*, 12, 206–217.
- Costa, A. I. M. da. (1926). Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal (continuação). *O Arqueólogo Português*, 27, 165–161.
- Costa, M. C. P. da. (1990). Filipe Folque e a criação da cartografia científica em Portugal, 1800-1874. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, (10), 101–111.

- Cottart, N. D., & Carvalho, A. R. (2010). Os grafitos da muralha almóada de Alcácer do Sal. *Conimbriga: Revista de Arqueologia*, 49, 183–223. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_49\\_10](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_49_10)
- Crespo, J. L. M. (1950). *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz: [Tip. Brados do Alentejo].
- Cruz Villalón, M. (1988). Las murallas de Badajoz en el siglo XVII. *NORBA: Revista de arte*, (8), 115–142.
- Cruz Villalón, M. (1995). Mérida entre Roma y el Islam: Nuevos documentos y reflexiones. *Cuadernos emeritenses*, (10), 153–184.
- Cunha, A. M. (1985). *Monografia geral sobre o concelho de Monforte*. Monforte: Câmara Municipal de Monforte. Obtido de <http://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?ID=82>
- Cuntz, O. (1929). *Itineraria Romana: Itineraria Antonini Augusti et Burdigalense*. Lipsiae: in aedibus B. G. Teubneri
- Cuntz, O., & Wirth, G. (Eds.). (1990). *Itineraria Antonini Augusti Et Burdigalense: Accedit Tabula Geographica. Editio stereotypa editionis primae 1929*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Custódio, J. (2002). *A Real Fábrica de Vidros de Coina [1719-1747] e o vidro em Portugal nos séculos XVII e XVIII: aspectos históricos, tecnológicos e arqueológicos*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Dainville, F. de. (1964). *Le langage des géographes: termes, signes, couleurs des cartes anciennes, 1500-1800*. Paris: A. et J. Picard.
- Davies, H. E. H. (1998). Designing Roman Roads. *Britannia*, 29, 1–16. <http://doi.org/10.2307/526811>
- Degrassi, A. (1957). *Inscriptiones latinae liberae rei publicae*. Firenze: La Nuova Italia. Obtido de [//catalog.hathitrust.org/Record/100691916](http://catalog.hathitrust.org/Record/100691916)
- de Soto Cañamares, P., & Carreras Monfort, C. (2014). GIS and Network Analysis applied to the study of transport in the Roman Hispania. Em J. M. Álvarez Martínez, T. Nogales Basarrate, & I. Rodà de Lanza (Eds.), *XVIIIth International Congress of Classical Archaeology (CIAC) 2013 in Mérida (Spain)* (Vol. 1, pp. 733–738). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Deus, A. D. de, Louro, H. da S., & Viana, A. (1955). Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). Em *III Congresso Arqueológico Nacional (Galicia 1953)* (pp. 568–578). Zaragoza.
- Deutsches Archäologisches Institut. (1872). *Ephemeris epigraphica: Corporis inscriptionum latinarum supplementum*. (Vols. 1–9).
- Dias, A. C., & Fernandes, T. M. (1989). *Monte de Alcobaça Vila Fernando (Elvas) : escavação de emergência* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos).

- Dias, A. C., & Fernandes, T. M. (1994). Monte de Alcobaça. *Informação Arqueológica*, 9, 127.
- Dias, M. M. A., & Coelho, L. (1995). Endovélico: caracterização social da romanidade dos cultuantes e do seu santuário (São Miguel da Mota, Terena, Alandroal). *O Arqueólogo Português, Série IV*, 233–265.
- Diaz y Pérez, N. (1875). *Historia de Talavera La Real*. Madrid: Imprenta y Fundicion de J. Antonio Garcia.
- Diogo, A. M. D. (1980). Fornos de ânforas do Monte do Bugio: notícia preliminar. *Conimbriga*, 19, 147–150.
- Diogo, A. M. D., & Alves, F. J. S. (1988). Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, 6–7, 227–240.
- Diogo, A. M. D., & Faria, J. C. (1990). Fornos de Cerâmica Romana no Vale do Sado: alguns elementos. Em J. de Alarcão & F. Mayet (Eds.), *As ânforas lusitanas: tipologia, produção, comércio* (pp. 173–186). Conimbriga-Paris: Museu Monográfico - E. de Boccard.
- Diogo, A. M. D., Faria, J. C., & Ferreira, M. A. (1987). Fornos de ânforas de Alcácer do Sal. *Conimbriga*, 26, 77–111.
- Direção Geral do Património Cultural. (2015). Endovelico: base de dados da DGPC. Obtido 6 de Novembro de 2015, de <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>
- Direção Geral do Território. (2016). Portugal Continental [Material cartográfico]. Lisboa: Direção-Geral do Território.
- Dirección General del Instituto Geográfico y Catastral. (1941). Mapa Topográfico Nacional: Hoja 0775 [Material cartográfico]. Dirección General del Instituto Geográfico y Catastral.
- Divisão de Inventário do Instituto Português de Arqueologia. (2002). Endovelico: Sistema de gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5(1), 277–283.
- Duarte, L. (Trad.). (1758, Maio 20). *Memória Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Orada, comarca de Vila Viçosa*. Obtido de <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/38-borba/49-borba-nsorada>
- Duarte, S., Soares, J., & Silva, C. T. da. (2014). Intervenção arqueológica na Rua Álvaro Castelões n.ºs 38 e 40 (Setúbal) e sismo de 1755. *Setúbal Arqueológica*, 15, 341–372.
- Duque Espino, D., & Enríquez Navascués, J. J. (2015). El dolmen del Milano y la articulación territorial del fenómeno megalítico en el área de Barcarrota

- (Badajoz). *Zephyrus*, 75(0), 85. <http://doi.org/10.14201/zephyrus20157585105>
- Duque Espino, D. M. (1995). Estudio y evolución de un modelo territorial agrario: el poblamiento protohistórico en las Vegas Bajas del Guadiana. *Norba. Revista de historia*, (15), 23–62.
- Eça, L. H. da C., & Almeida, R. E. de. (1808). Carta Militar das Principais Estradas de Portugal [Material cartográfico]. Lisboa. Obtido de <http://purl.pt/6302>
- Ecosistema. (1996). *Projecto de execução da A6 Sublanço Borba / Elvas : Secção B: património arquitectónico e arqueológico* (Relatório complementar ao EIA) (pp. 86–102).
- EL NUEVO MILIARIO - Inicio. (2010). Obtido 11 de Julho de 2015, de <http://www.elnuevomiliario.eu/>
- Encarnação, J. d'. (1977). Notas sobre Epigrafia Romana em Évora. *Humanitas*, 29–30, 75–97.
- Encarnação, J. d'. (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização* (Vols. 1–2). Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Obtido de <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/handle/10316/578>
- Encarnação, J. d'. (1995). A colecção epigráfica de Mário Saa no Ervedal. *Humanitas*, 47, 629–645.
- Encarnação, J. d'. (2002). A menção da tribo nas epígrafes: identificação e territorialidade. *Anas*, 15–16, 127–132.
- English Heritage. (2012). MIDAS Heritage – The UK Historic Environment Data Standard, v1.1. Obtido de <https://www.historicengland.org.uk/images-books/publications/midas-heritage/>
- Espanca, T. (1965). Miscelânea alentejana: Viagem da Princesa D. Maria de Portugal em 1543, pela província do Alentejo. *A Cidade de Évora*, 48–50, 197–208.
- Espanca, T. (1966). *Inventário artístico de Portugal: concelho de Évora* (Vol. 2). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Espanca, T. (1975). *Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora: concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas* (Vols. 1–2). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Espanca, T. (1978). *Inventário artístico de Portugal: distrito de Évora: concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Reguengo de Mnsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa* (Vols. 1–2). Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.
- Étienne, R. (2006). Sénateurs originaires de la province de Lusitanie. Em F. Mayet (Ed.), *Itineraria hispanica : recueil d'articles de Robert Étienne* (pp. 215–223). Paris: De Boccard.

- Étienne, R., Makroun, Y., & Mayet, F. (1994). *Un grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- Étienne, R., & Mayet, F. (2002). *Les salaisons et sauces de poissons hispaniques*. Paris: E. de Boccard.
- Fabião, C. (1988). Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: fazer e desfazer a História*, 2, 10–26.
- Fabião, C. (1998). *O Mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje portugueses* (Phd). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fabião, C. (2004). Centros oleiros da Lusitania: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. Em *Figlinae Baeticae : talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (s. II a.C. - VII d.C.) : la Bética romana (s. II a.C.-VII d.C.)* (pp. 379–410). Oxford: Archaeopress. Obtido de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10088>
- Fabião, C. (2009a). A dimensão atlântica da Lusitania: periferia ou charneira no Império Romano? Em J. Gorges, J. d'Encarnação, T. Nogales Basarrate, & A. Carvalho (Eds.), *Lusitânia romana : entre o mito e a realidade : Centro Cultural de Cascais, Museu Nacional de Arqueologia, Museo Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas 4 a 6 de novembro de 2004* (pp. 53–74). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Fabião, C. (2009b). Cetárias, ânforas e sal: exploração de recursos marinhos na Lusitania. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, 555–594.
- Fabião, C., Filipe, I., Dias, M. I., Gabriel, S., & Coelho, M. M. (2008). Projecto «A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica». *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 1, 35–40.
- Fabião, C., & Guerra, A. (2004). Epigrafia anfórica lusitana: uma perspectiva. Em J. Remesal Rodríguez (Ed.), *Epigrafia anfórica* (pp. 221–244). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- Falcão, T. M. B. L. (2009). *Rectificação da intersecção da EN 4 ao lugar de Fonte do Imperador, Estremoz* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos). Obtido de IGESPAR.
- Faria, J. C. (1998). Algumas notas acerca do provável forum de Salacia Imperatoria (Alcácer do Sal). *Conimbriga*, 37, 185–199.
- Faria, J. C. (2002). *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. [Lisboa] : Alcácer do Sal: Colibri : Câmara Municipal de Alcácer do Sal.
- Faria, J. C., & Ferreira, M. A. (1986). Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal. Breve Notícia. *Conimbriga*, 25, 41–51.
- Faria, J. C., & Ferreira, M. A. (1993). Estação arqueológica da Horta do Crespo

- (Alcácer do Sal). *Conimbriga*, 32–33, 349–357.
- Fernandes, I. C. F. (1992). Escavações Arqueológicas na Herdade do Zambujal (Palmela). *Al-Madan*, 1, 94.
- Fernandes, I. C. F. (2004). *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão* (1a ed). Lisboa Palmela: Colibri ; Câmara Municipal.
- Fernandes, I. C. F. (2006). Zambujalinho: uma olaria romana no concelho de Palmela. *+museu boletim*, 7, 9.
- Fernandes, I. C. F., & Carvalho, A. R. (1996). Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) - Primeiros resultados. Em G. Filipe & J. M. C. Raposo (Eds.), *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado: actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado* (1a. ed, pp. 73–110). [Seixal] : Lisboa: Câmara Municipal do Seixal ; Publicações Dom Quixote.
- Fernandes, I. C. F., & Santos, M. T. (2012). Carta Arqueológica do Concelho de Palmela. Em *Palmela arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo* (pp. 11–24). Palmela: Câmara Municipal.
- Fernandes, M. do R. (1998). *EIA - Barragem da Sousa da Sé (Évora): trabalhos arqueológicos* (Relatório complementar ao EIA). Lisboa: IPA.
- Fernandes, T. M., Paredes, J., Rebocho, L., Lopes, M. H., & Janeirinho, V. (2012). Área funerária romana em Évora: dos restos ósseos aos rituais funerários. *Antropologia Portuguesa*, 29, 183–201. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/2182-7982\\_29\\_12](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/2182-7982_29_12)
- Fernández Corrales, J. (1987). *El trazado de las vías romanas en Extremadura*. [Cáceres]: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- Fernández Corrales, J. M. (1988). *El asentamiento romano en Extremadura y su análisis espacial*. Universidad de Extremadura.
- Ferreira, C. J., Tavares da Silva, C., Lourenço, F. S., & Sousa, P. (1993). *O património arqueológico do Distrito de Setúbal: Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- Ferreira, F. B. (1959a). *Ab Olisipone Salaciam. Sep. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 3ª s., nº 3, 1959. Lisboa: Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa.
- Ferreira, F. B. (1959b). Castra Caeciliana. *O Distrito de Setúbal*, (528–531).
- Ferreira, G. (1946). *A mala-posta em Portugal algumas notas para a sua história*. Lisboa: [Publicidade e Propaganda dos C.T.T.].
- Ferreira, G. (2008). *Documentos dos séculos XIII a XIX relativos a correios*. (I. Sanches, Ed.) (Vols. 1–3). [Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.
- Ferreira, M. B. (1993). Vestígios do romance moçarábico em Portugal. *Arqueologia Medieval*, 1, 217–228.

- Fita, F. (1913). Tésera romana de plomo, extremeña, que posee D. Antonio Vives. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 62, 480–482.
- Folque, F. (1856). [Carta corográfica de] Portugal 1:100 000 [Material cartográfico]. Lisboa: D. T. G. T.
- Fonseca, J. (Ed.). (1992). Memórias de Salvador da Costa. *Almonsor: revista de cultura*, 10.
- Fonseca, T. (2003). *António Henriques da Silveira e as memórias analíticas da vila de Estremoz*. Lisboa.
- Forni, G. (1976). La tribu Papiria de Augusta Emerita. Em *Avgvsta Emerita [Texto impreso] : actas del simposio internacional conmemorativo del bimilenario de Mérida*. Madrid; Mérida: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural del Ministerio de Educación y Ciencia; Patronato de la ciudad de Mérida.
- Forum on Information Standards in Heritage. (2016). FISH Vocabularies. Obtido de <http://heritage-standards.org.uk/fish-vocabularies/>
- Frade, H., & Caetano, J. C. (1993). Ritos funerários romanos no nordeste alentejano. E m *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (pp. 847–875). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Franco Moreno, B. (2008). *De Emerita a Marida: el territorio emeritense entre la Hispania gothorum y la formación de Al-Andalus (ss. VII-X) : transformaciones y pervivencias*. Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Freire, M. da C. M. (1999). *Rossios do significado urbano: um caso estudo o rossio de Évora* (MA). Universidade de Évora, Évora.
- Fusco, A., & Mañas Romero, I. (Eds.). (2006). *Mármoles de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Galamba, U. (2012). *O património arqueológico do Concelho de Viana do Alentejo, Estado do Conheciment* (MA). Universidade de Évora, Évora.
- Galego, J., Alegria, M. F., & Garcia, J. C. (1988). *Os itinerários de D. Dinis, D. Pedro e D. Fernando I: interpretação gráfica*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos do Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Galego, J., & Daveau, S. (1986). *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Garcia, J. C. (1984). *O espaço medieval da reconquista no sudoeste da Península Ibérica*. Porto: Edição do autor.
- García Mercadal, J. (Ed.). (1999). *Viajes de extranjeros por España y Portugal: desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura.
- Gaspar, J. (1981). *A área de Influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais*



- (2<sup>a</sup>). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Gomes, A., & Man, A. D. (2013). Um conjunto de cepos de âncora romanos do estuário do Sado. *Al-Madan*, 18, 168–170.
- Gonçalves, A. (1998). *Relatório de Sondagens Arqueológicas Auto estrada A6 sublanços Estremoz / Borba e Borba / Elvas Local 1 Monte da Horta; Local 2 Monte da Nora; Local 3 Monte Valbom* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos).
- Gonçalves, A., Pereira, J., Matos, M. C., Marques, P., & Ventura, P. C. (2009). *EIA - Évora Resort - Herdade de Sousa da Sé, Évora* (Relatório de Trabalhos arqueológicos).
- Gonçalves, A., Teichner, F., & alii, et. (2000). *Monte da Nora (Terrugem, Elvas): realização de acompanhamento de obra e escavação arqueológica de emergência 1998/1999* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos).
- Gonçalves, G., & Maia, C. (2010). *Intervenção Arqueológica na Escola Gabriel Pereira (Évora): Relatório Final*. (Relatório de Trabalhos Arqueológicos). IGESPAR.
- Gonçalves, L. J. (2007). *Escultura romana em Portugal : uma arte do quotidiano*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Gonçalves, V. S. (1964). *Notas sobre algumas povoações romanas dos arredores de Setúbal : A estação romana da Comenda e o problema da desapareição de Cetóbriga*. Lisboa.
- González Rodríguez, A. (1995). *La puerta y el puente de Palmas (1460-1994): Badajoz cara al Guadiana*. Badajoz: Caja Rural de Extremadura.
- Gorges, J.-G. (1979). *Les Villas Hispano-Romaines: inventaire et problématique archéologiques*. Paris: E. de Boccard.
- Gorges, J.-G. (1986). Prospections archéologiques autour d'Emerita Augusta. Soixante-dix sites ruraux en quête de signification. Em F. Mayet (Ed.), *Hommage à Robert Etienne* (pp. 215–236). Paris: E. de Boccard.
- Gorges, J.-G. (2007). La vie au bord de l'eau en moyenne vallée du Guadiana sous le Haut-Empire : occupation du sol et mesure du fleuve sur le territoire d'Augusta Emerita (Mérida, Espagne). *Caesarodunum : bulletin de l'Institut d'études latines de la Faculté des lettres et sciences humaines d'Orléans-Tours*, 41–42. <http://doi.org/hal.archives-ouvertes.fr:hal-00486832>
- Gorges, J.-G., & Rico, C. (1999). Barrages ruraux d'époque romaine en moyenne vallée du Guadiana. Em J.-G. Gorges & F. G. Rodríguez Martín (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Madrid, 1997)* (pp. 157–195). Madrid: Casa de Velázquez.
- Gorges, J.-G., & Rodríguez Martín, F. G. (1997). Nuevo miliario de Magnencio hallado

- en la villa romana de Torre Águila (Montijo, Badajoz): Epigrafía y territorio. *Anas*, 10.
- Gorges, J.-G., & Rodríguez Martín, F. G. (1999). Un nouveau milliaire de Magnence en Hispanie: la borne de Torre Águila (Montijo, Badajoz): épigraphie et territoire. Em J.-G. Gorges & F. G. Rodríguez Martín (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Madrid, 1997)* (pp. 241–262). Madrid: Casa de Velázquez.
- Gorges, J.-G., & Rodríguez Martín, F. G. (2000). Voies romaines, propriétés et propriétaires à l'ouest de Mérida: problèmes d'occupation du sol en moyenne vallée du Guadiana sous l'Haut-Empire. Em J.-G. Gorges & T. Nogales Basarrate (Eds.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana (Mérida, 2000)* (pp. 101–153). Mérida: Junta de Extremadura.
- Gorges, J.-G., & Rodríguez Martín, F. G. (2004). Los territorios antiguos de Mérida. Un estudio del territorium emeritense y de sus áreas de influencia. Em T. Nogales Basarrate (Ed.), *Territorios, Espacios, Imágenes y Gentes en Lusitania Romana* (pp. 93–128). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Graham, S. (2006). Networks, Agent-Based Models and the Antonine Itineraries: Implications for Roman Archaeology. *Journal of Mediterranean Archaeology*, 19(1), 45–64.
- Grajera, A. B. O., & Becerra, R. N. (2001). Una instalación industrial junto a la Vía de la Plata: intervención arqueológica realizada en la finca de «Las Rozas». *Mérida, excavaciones arqueológicas*, (7), 209–230.
- Grilo, M. L., & Segurado, F. (Trads.). (1758a). *Memória Paroquial de Nossa Senhora de Machede, Évora*. Obtido de <http://portugal1758.di.uevora.pt/lista-memorias/52-evora/1302-evora-nossa-senhora-de-machede>
- Grilo, M. L., & Segurado, F. (Trads.). (1758b, Maio 29). *Memória Paroquial de S. Bento do Mato, Évora*. Obtido de <http://www.portugal1758.uevora.pt/index.php/component/content/article/1304-evora-sao-bento-do-mato>
- Guerra, A. (1981). La economía agraria en Badajoz y su término (notas para la historia): La Vega de Mérida. *Revista de estudios extremeños*, 37(2), 553–612.
- Guerra, A. (2010). A propósito dos conceitos de «Lusitano» e «Lusitânia». Obtido de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9863>
- Guerra, A. (2012). O troço inicial da Via Olisipo-Bracara e o problema da localização de Ierabriga. *Cira Arqueologia*, 1, 24–40.
- Hall, S. (1829). Portugal [Material cartográfico]. London: Longman [etc.].
- Hauschild, T. (2010). Algumas observações nas construções do foro de Eborá Liberalitas Iulia. Em T. Nogales Basarrate (Ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana* (pp. 27–36). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.

- Hayes, B. (2000). Graph Theory in Practice: Part I. *American Scientist*, 88(1), 9. <http://doi.org/10.1511/2000.1.9>
- Heleno, M. (1951). Arqueologia de Elvas: notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*, 1, 83–94.
- Henriques, F. da F. (1726). *Aquilegio medicinal, em que se dá noticia das agoas de Caldãs, de fontes, rios, poços, lagoas e cisternas do Reyno de Portugal e dos Algarves que, ou pelas virtudes medicinaes que tem, ou por outra alguma singularidade, são dignas de particular memoria*. Lisboa Ocidental: na Officina de Musica.
- Herzog, I. (2013). The Potential and Limits of Optimal Path Analysis. Em A. Bevan & M. Lake (Eds.), *Computational Approaches to Archaeological Spaces* (pp. 179–211). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Hitchner, R. B. (2012). Roads, Integration, Connectivity and Economic Performance in the Roman Empire. Em S. E. Alcock, J. P. Bodel, & R. J. A. Talbert (Eds.), *Highways, byways, and road systems in the pre-modern world* (pp. 222–234). Chichester, West Sussex; New York: Wiley-Blackwell.
- Höck, M., & Kalb, P. (2000). Novas investigações em Vale Rodrigo. Em V. S. Gonçalves (Ed.), *Muitas antas, pouca gente? actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo Reguengos de Monsaraz, Outubro de 1996* (pp. 159–166). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Hübner, E. (1869). *Corpus Inscriptionum Latinarum: Inscriptionum Hispaniae Latinae* (Vol. II). Berlin: W. De Gruyter.
- Hübner, E. (1871). *Notícias arqueológicas de Portugal, traduzidas e publicadas por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Tip. da Academia.
- Hurtado, V. (2004). Las provincias hispanorromana y las vias de Antonino. Em G. Arias Bonet (Ed.), *Repertorio de caminos de la Hispania romana* (2ª, pp. 109–116). Ronda: [ed. autor].
- Hurtado Pérez, V., & García Sanjuán, L. (1994). La necrópolis de Guadajira (Badajoz) y la transición a la Edad del Bronce en la cuenca media del Guadiana. *SPAL: Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla*, (3), 95–144.
- ICOM-CIDOC. (2015, Janeiro). Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model: Version 6.0. (P. Le Boeuf, M. Doerr, C. E. Ore, & S. Stead, Eds.). ICOM/CIDOC Documentation Standards Group. Obtido de [http://cidoc-crm.org/official\\_release\\_cidoc.html](http://cidoc-crm.org/official_release_cidoc.html)
- Idrīsī, M. ibn M. alŠarīf. (1989). *Los caminos de Al-Andalus en el siglo XII: según «Uns al-muhay wa-rawd al-furay», (solaz de corazones y prados de contemplación)*. (J. Alubudi, Ed.). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Censos 2011. Obtido 26 de Maio de 2016, de

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?  
xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_ficheirosintese](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_ficheirosintese)

- Instituto Português do Património Cultural (Ed.). (1989). *Evoramonte: a fortaleza catálogo da exposição fotográfica, Paço de Evoramonte...1989*. Lisboa: IPPC.
- Isaksen, L. (2008). The application of network analysis to ancient transport geography: A case study of Roman Baetica. *Digital Medievalist*, 4. Obtido de <http://www.digitalmedievalist.org/journal/4/isaksen/>
- ISO - International Organization for Standardization. (2006). Information and documentation - A reference ontology for the interchange of cultural heritage information. ISO - International Organization for Standardization. Obtido de [http://www.iso.org/iso/iso\\_catalogue/catalogue\\_tc/catalogue\\_detail.htm?  
csnumber=34424](http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_tc/catalogue_detail.htm?csnumber=34424)
- Jerez Linde, J. M. (1991). Presencia de pueblos de la protohistoria y restos romanos en la comarca de las Vegas Bajas (Guadajira). *Revista de Ferias, Montijo*, 128.
- Jerez Linde, J. M. (1996). Notas para la historia de Guadajira. *Revista de Ferias, Guadajira*, 2–3.
- Jerez Linde, J. M. (2000). La sepultura romana del río Guadajira (Guadajira, Badajoz). *Revista de Ferias, Guadajira*.
- Jerez Linde, J. M. (2004). Los puentes del río Guadajira. *Revista de Ferias, Guadajira*.
- Jerez Linde, J. M. (2009). *Ruptura y continuidad en la historia de Guadajira (Badajoz)*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- Jerez Linde, J. M. (2011). Elementos de una vajilla de origen griego hallados en Lobón. *Revista de Feria y Fiestas, Lobón*, 84–88.
- Jerez Linde, J. M. (2011). La Villa Romana de «La Vega». *Revista de Ferias y Fiestas Montijo*, 59–63.
- Jerez Linde, J. M. J. (2002). Prospecciones arqueológicas en la villa romana de «La Tiesa» (Lobón, Badajoz): las cerámicas. *Revista de estudios extremeños*, 58(1), 11–30.
- Jiménez Ávila, F. J., & Sánchez Barrero, P. D. (2001). El territorio emeritense : de la Protohistoria a la Tardoantigüedad. *Mérida, excavaciones arqueológicas*, (5), 329–356.
- Jiménez Ávila, J. (2008). El final del Hierro Antiguo en el Guadiana Medio, 101–134.
- Jiménez Ávila, J., & Domínguez de la Concha, C. (1995). Materiales protohistóricos de «El Turuñuelo» (Mérida, Badajoz). *Pyrenae*, (26), 131–151.
- Jones, C. P. (2001). The Claudian Monument at Patara. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 137, 161–168.

- Jorge, N. M. da C. (2011). *Ensaio sobre o AAT-Art & Architecture Thesaurus : proposta terminológica de adaptação à realidade portuguesa* (MS). Universidade do Porto, Porto. Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57042>
- Jorge, N. M. da C. (2012). Ensaio sobre o AAT - Art & Architecture Thesaurus. Em A. Semedo, C. Machado, & M. J. Teixeira, *Ensaaios e práticas em museologia* (Vol. 2). Porto: Universidade do Porto.
- Jornal de Évora. (1968). Inscrição latina encontrada em Azaruja. *O Arqueólogo Português*, 2, 207.
- Kalb, P., & Höck, M. (1997). O povoado fortificado calcolítico do Monte da Ponte, Évora. Em P. Bueno Ramírez & R. de Balbín Behrmann (Eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular : Zamora, del 24 al 27 de septiembre de 1996* (pp. 417–424). Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- Kolb, A. (2011). Miliaria: ricerca e metodi. L'identificazione delle pietre miliari. Em P. Basso (Ed.), *I miliari lungo le strade dell'impero* (pp. 9–18). Verona: University of Zurich.
- Kullberg, J. C., Coelho, C., & Prego, A. (2014). Geological and Cultural Routes of the Arrábida Breccia: A Contribution to the Nomination of Arrábida for UNESCO's Mixed World Heritage List. Em R. Rocha, J. Pais, J. C. Kullberg, & S. Finney (Eds.), *STRATI 2013* (pp. 303–309). Cham: Springer International Publishing. Obtido de [http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-04364-7\\_61](http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-04364-7_61)
- Laboratório Nacional de Energia e Geologia. (2010a). geoPortal do LNEG. Obtido 15 de Maio de 2016, de [http://geoportal.lneg.pt/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=1&lg=pt](http://geoportal.lneg.pt/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=1&lg=pt)
- Laboratório Nacional de Energia e Geologia. (2010b, Dezembro 1). Carta Geológica de Portugal [Material cartográfico]. Amadora: Laboratório Nacional de Energia e Geologia. Obtido de <http://geoportal.lneg.pt/arcgis/services/CGP500k/MapServer/WMSServer>
- Laborde, A. (1806). *Voyage pittoresque et historique de l'Espagne par Alexandre de Laborde*.
- Laborde, A. (1997). *El Atlas del Itinerario Descriptivo de España de A. Laborde*. Valencia: Diputación Provincial de Valencia.
- Lagóstena Barrios, L. (2001). *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana: (II a.C. - VI d.C.)* (1. ed). Barcelona: Univ. de Barcelona Publ.
- Lambrino, S. (1967). Catalogue des inscriptions latines du musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, 1, 123–217.
- Landmann, G. (1818). *Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the late war* (Vols. 1–2).

London: printed for T. Cadell and W. Davies.

- Lange, P., & Pinto, I. V. (2001). A fauna do tanque 11 da villa romana da Tourega. Relatório preliminar. *Revista Lusitana de Arqueologia, História de Arte e Património*, (1), 93–102.
- La Penna, A., & Funari, Rodolfo (Eds.). (2015). *C. Sallusti Crispi Historiae: Fragmenta 1.1-146*. Berlin: Walter De Gruyter Inc.
- Lapiente, P., Nogales-Basarrate, T., Royo, H., & Brilli, M. (2014). White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain): sources of local and imported marbles. *European Journal of Mineralogy*, 26(2), 333–354. <http://doi.org/10.1127/0935-1221/2014/0026-2369>
- Le Roux, P. (1999). Le territoire de la colonie auguste de Mérida: réflexions pour un bilain. Em J.-G. Gorges & F. G. Rodríguez Martín (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Madrid, 1997)* (pp. 263–276). Madrid: Casa de Velázquez.
- Le Roux, P. (2015). A criação romana da Lusitânia. Em A. Carvalho & L. C. Coito (Eds.), *Lusitânia romana: origem de dois povos* (pp. 92–99). Lisboa: Governo de Portugal, Ministério da Cultura : Património Cultural, Direção Geral do Património Cultural : Museu Nacional de Arqueologia : INCM, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lima, P. (2015). Manufacture of cowbells: Inventory and Municipality Statements. UNESCO. Obtido de <http://www.unesco.org/culture/ich/en/USL/manufacture-of-cowbells-01065>
- Link, H. F. (1803). *Voyage en Portugal : depuis 1797 jusqu'en 1799, suivi d'un essai sur le commerce du Portugal*. A Paris: Chez Levrault, Schoell.
- Livius, T. (sem data). Ab urbe condita libri. Obtido 29 de Julho de 2015, de <http://www.thelatinlibrary.com/liv.html>
- Lopes, M. C. (2003). *A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da «civitas» de Pax Iulia*. Coimbra: Instituto de Arqueologia : Faculdade de Letras : Universidade de Coimbra.
- Lopes, M. H. F. (2011). *O internamento de jovens delinquentes: história de uma instituição - Vila Fernando (1895-1962)*. (MA). Universidade Portucalense, Porto. Obtido de <http://repositorio.uportu.pt/handle/11328/116>
- Lopez de Vargas Machuca, T. (1782). Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c [Material cartográfico]. Madrid: [s.n].
- Louro, H. da S. (1961). *Vila Boim e a sua História*. Évora: Gráfica Eboreense.
- Louro, H. da S. (1966). *Monografia Histórica de Vila Fernando*. Évora.
- Lucas, I. M. G. G. M. (2011). *As ermidas da Ordem de Santiago nas visitasões de*

*Palmela do século XVI*. Palmela: Camara Municipal.

- Machado, J. L. S. (1964). Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*, 5, 51–448.
- Maciel, M. J. P., & Maciel, T. D. P. (1985). Árula funerária da Herdade das Caldeiras, Elvas (Conuentus Pacencis). *Ficheiro Epigráfico*, 15, 66.
- Mañas Romero, I. (2012). Marmora de las canteras de Estremoz, Alconera y Sintra: su uso y difusión. Em V. García-Entero (Ed.), *El marmor en Hispania explotación, uso y difusión en época romana = Marmor in Hispania: exploitation, use and diffusion in Roman times*.
- Mantas, V. G. (1993). A rede viária romana no actual território português. Em J. Medina (Ed.), *História de Portugal: dos tempos pré históricos aos nossos dias* (Vol. 2, pp. 213–230). Amadora: Ediclube.
- Mantas, V. G. (2000). A sociedade luso-romana do município de Ammaia. Em J.-G. Gorges & T. Nogales Basarrate (Eds.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana (Mérida, 2000)* (pp. 391–420). Mérida: Junta de Extremadura.
- Mantas, V. G. (2003). O porto romano de Lisboa. Em G. Pascual Berlanga & J. Pérez Ballester (Eds.), *Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras* (pp. 13–29). Valencia: Facultat de Geografia i Història. Universitat de València.
- Mantas, V. G. (2004). Vias e portos na Lusitânia romana. Em J. G. Gorges, E. C. M. de Cáceres, & T. N. Basarrate (Eds.), *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: las comunicaciones : Cáceres, Facultad de Filosofía y Letras, 7, 8 y 9 de noviembre de 2002* (pp. 427–453). Ministerio de Cultura, Secretaría General Técnica, Subdirección General de Información y Publicaciones.
- Mantas, V. G. (2010a). Ammaia e Civitas Igaeditanorum: dois espaços forenses na Lusitânia. Em T. Nogales Basarrate (Ed.), *Ciudad y foro en Lusitania romana* (pp. 167–188). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Mantas, V. G. (2010b). Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado. *Revista Portuguesa de História*, (41), 195–221.
- Mantas, V. G. (2010c). Os Lares Viales na Lusitânia. *Vialibus, Revista de Cultura da Fundação Arquivo Paes Teles*, 2.
- Mantas, V. G. (2012). A estrada romana de Olisipo a Scallabis. Traçado e vestígios. *Cira Arqueologia*, 1, 7–23.
- Mantas, V. G. (2012a). *As vias romanas da Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Mantas, V. G. (2012b). Os miliários como fontes históricas e arqueológicas. *Humanitas*, 64, 139–169. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718\\_64\\_9](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/2183-1718_64_9)

- Mantas, V. G. (2014). As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da antiguidade. *Humanitas*, 66, 231–256. [http://doi.org/10.14195/2183-1718\\_66\\_12](http://doi.org/10.14195/2183-1718_66_12)
- Mantas, V. G. (2015). Rede viária e rede urbana na Lusitânia imperial. Em A. Carvalho & L. C. Coito (Eds.), *Lusitânia romana: origem de dois povos* (pp. 100–109). Lisboa: Governo de Portugal, Ministério da Cultura : Património Cultural, Direção Geral do Património Cultural : Museu Nacional de Arqueologia : INCM, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marques, A. H. de O. (1963). Pesos e Medidas. J. Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. 3). Iniciativas Editoriais.
- Marques, A. H. de O. (1993). O Portugal islâmico. Em A. H. de O. Marques, J.-P. Leguay, M. Â. Beirante, & J. Serrão (Eds.), *Portugal : das invasões Germânicas à «Reconquista»* (pp. 117–249). Lisboa: Presença.
- Mascarenhas, J. M., & Barata, F. T. (1997). O Território de Eborá, e a organização e ordenamento da paisagem envolvente. Em P. Sarantopoulos (Ed.), *Paisagens arqueológicas a oeste de Évora* (pp. 61–70). Évora: Câmara Municipal.
- Mataloto, R. (2002). Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da «romanização» dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5(1), 161–220.
- Mataloto, R. (2009). Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. Em M. C. Belarte Franco (Ed.), *L'espai domèstic i organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (1er mil·lenni aC): actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell (Calafell - Tarragona, 6 al 9 de març de 2007)* (1. ed, pp. 279–298). Barcelona: Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia de la Universitat de Barcelona : Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Mataloto, R. (2010). Do Campo Ao Agger: A ocupação tardo republicana do território Alto Alentejano. Em V. Mayoral Herrera & S. Celestino Pérez, *Los paisajes rurales de la romanización: arquitectura y explotación del territorio : contribuciones presentadas en la reunión científica celebrada en el Museo Arqueológico Provincial de Badajoz, 27 y 28 de octubre de 2008* (pp. 59–88).
- Mataloto, R., Williams, J., & Roque, C. (2014). ... e daí desceo a dar-lhe batalha...”: a ocupação pré-romana e a romanização da região da Serra d'Ossa (Alentejo Central, Portugal). Em R. Mataloto, V. Mayoral Herrera, & C. Roque (Eds.), *La gestación de los paisajes rurales entre la protohistoria y el período romano: formas de asentamiento y procesos de implantación*. (pp. 17–44). Editorial CSIC Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Mateos Cruz, P., & Caballero Zoreda, L. (Eds.). (2003). *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura : época tardoantigua y altomedieval*. Instituto de Arqueología de Mérida.
- Matesanz Vera, P., & Sánchez Hernández, C. (2007). Intervención arqueológica en la Finca Céspedes (Ferial de Badajoz, Lusiberia). Em *Jornadas sobre Arqueología*



- de la ciudad de Badajoz: 19 y 20 de noviembre de 2004* (pp. 125–168). Badajoz: Junta de Extremadura: Consejería de Cultura.
- Matos, A. T. de. (1980). *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira : 1750-1850=1750- 1850*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Mayet, F., Schmitt, A., & Silva, C. T. da. (1996). *Les amphores du Sado (Portugal): prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: E. de Boccard.
- Mayet, F., & Silva, C. T. (2010). Production d'amphores et production de salaisons de poisson: rythmes chronologiques sur l'estuaire du Sado. *Conimbriga: Revista de Arqueologia*, 49, 119–132. [http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657\\_49\\_7](http://doi.org/http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_49_7)
- Mayet, F., & Silva, C. T. da. (1998). *L'Atelier d'Amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- Mayet, F., Silva, C. T. da, & Makaroun, Y. (2000). *Le site phénicien d'Abul (Portugal): comptoir et sanctuaire*. Paris: De Boccard.
- Mayet, F., Silva, C. T. da, & Makaroun, Y. (2002). *L'Atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*. Paris: Diff. de Boccard.
- Mayet, F., & Tavares da Silva, C. (2005). *Abul: fenícios e romanos no vale do Sado = Phéniciens et romains dans la vallée du Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal [etc].
- Mayoral, V., Barrera, F. B., Barrera, C. B., Martínez, J. Á., Pozo, D., & Tena, M. D. (2012). The evolution of an agrarian landscape. Methodological proposals for the archaeological study of the alluvial plain of Medellín (Guadiana basin, Spain). Em S. J. Kluiving & E. Guttman-Bond (Eds.) (pp. 97–114). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Mendeiros, J. F. (2001). *Património religioso de Estremoz*. Estremoz: Câmara Municipal.
- Meneses, A. de. (1976). *Repertorio de caminos ordenado por Alonso Meneses, Correo (1576)*. Madrid: Ministerio de Educacion y Ciencia.
- Meneses, L. de. (1751). *Historia de Portugal restaurado, offerecida ao Ilust[rissi]mo Excellent[issi]mo Senhor D. Joseph de Mascarenhas*. Lisboa à custa de Luiz de Moraes e Castro, mercador de livros, morador na Rua de Santo Antonio: na Offic. de Domingos Rodrigues, aos Anjos.
- Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente. (sem data). Información cartográfica por provincias - Información disponible - Banco de Datos de la Naturaleza (BDN) - Servicios - Biodiversidad - vias pecuarias. Obtido 26 de Agosto de 2015, de [http://www.magrama.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos-naturaleza/informacion-disponible/vias\\_pecuarias\\_descargas.aspx](http://www.magrama.gob.es/es/biodiversidad/servicios/banco-datos-naturaleza/informacion-disponible/vias_pecuarias_descargas.aspx)

- Ministerio de Defensa. (2005). España digital carta digital de España, mapa de España, carta digital V.2.5.2 C. [Material cartográfico]. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica.
- Morales, A. de. (2012). *Las antigüedades de las ciudades de España: edición crítica del manuscrito*. (J. M. Abascal Palazón, Ed.). Madrid: Real Academia de la Historia.
- Moreno, H. B. (1968). *Os itinerários do Infante D. Pedro (1438-1448)*. Lourenço Marques: Universidade.
- Moreno de Vargas, B. (1633). *Historia de la ciudad de Merida. Dedicada a la misma*. Madrid: Por la vivda de A. Martin.
- Moreno Gallo, I. (2006). *Vias romanas: ingeniería y técnica constructiva (2ª)*. Madrid: Ministerio de Fomento. Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas (CEHOPU).
- Moreno Gallo, I. (2009). *Vias romanas: identificación por la técnica constructiva. Cimbra, 389*.
- Município de Palmela. (2015). CM Palmela / Carta Arqueológica (atualização 2007). Obtido 22 de Junho de 2016, de <http://www.cm-palmela.pt/pages/1434>
- Município do Seixal. (2011). Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal.
- Município do Seixal. Plano Diretor Municipal do Seixal, 44Diário da República, 2.ª série 5416–5449 (2015).
- Muñoz Barco, P., Martínez Flores, E., & Garzón Heydt, G. (Eds.). (2005). Geomorfología y paisaje extremeño. Em *Patrimonio geológico de Extremadura: geodiversidad y lugares de interés geológico*. Merida]: Consejería de Agricultura y Medio Ambiente.
- Navarro del Castillo, V. (1964). El monasterio visigótico de Cauliana, hoy ermita de Santa María Cubillana. *Revista de Estudios Extremeños*, 20(3), 513–531.
- Navascués, J. J. E., & Gallardo, J. M. M. (2007). Necrópolis de Las Tomas (Badajoz) 1998: excavación de urgencia. Em *Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz: 19 y 20 de noviembre de 2004* (pp. 117–124). Badajoz: Junta de Extremadura: Consejería de Cultura.
- Nogales Basarrate, T., & Álvarez Martínez, J. M. (1992). Algunas consideraciones sobre la decoración de villae del territorium emeritense Musivaria y escultura. *Studia historica. Historia antigua*, 10–11, 273–296.
- Nolen, J. U. S. (1985a). *Cerâmica comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança.
- Nolen, J. U. S. (1985b). Nota sobre um dolium da Herdade da Machoqueira. *Conimbriga*, 24, 105–109.

- Oliveira, J. A. C. F. (2009). O porto de Coia. Em M. do R. T. Barata & L. Krus (Eds.), *Olhares sobre a história : estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (pp. 419–427). [Lisboa: Caleidoscópio].
- Oliveira, J., Sarantopoulos, P., & Balesteros, C. (1994). Antas-Capelas e Capelas junto a Antas no território português. *A Cidade de Évora*, (1), 287–328.
- Osorio, A. M. B. (1998). Intervención arqueológica en la nave de Azkar (Polígono Industrial El Prado): un horno de época altoimperial. *Mérida, excavaciones arqueológicas*, (4), 25–38.
- Pacheco Paniagua, J. A. (1991). *Extremadura en los geografos arabes*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz.
- Paixão, A. C. (1979). Trabalhos de campo : distrito de Setúbal : Alcácer do Sal : [necrópole da Azinhaga do Senhor dos Mártires]. *Informação Arqueológica*, 2, 76–79.
- Paixão, A. C. (1981). Departamento de Arqueologia : intervenções de emergência : intervenção de emergência na necrópole romana da Azinhaga do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal : distrito de Setúbal. *Informação Arqueológica*, 4, 165–169.
- Parker, A. J. (1996). *Ancient shipwrecks of the Mediterranean & the Roman provinces* (Reprint). Oxford: Tempus Reparatum.
- Parlamento Europeu, & Conselho Europeu. Directiva 2007/2/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Março de 2007 ,que estabelece uma infraestrutura de informação geográfica na Comunidade Europeia (Inspire), Pub. L. No. 102/2011 § L (2007). Obtido de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:108:0001:0014:PT:PDF>
- Parreira, J., Macedo, M. L., Sarrazola, A., & Braga, P. (2013). O fundeadouro romano da praça D. Luís I, Lisboa: séculos I a.C. / VI d.C. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, 79–82.
- Parthey, G., & Pinder, M. (Eds.). (1848). *Itinerarium Antonini Avgvsti et Hierosolymitanvm: ex libris manvscriptis*. Berlim: F. Nicolai.
- Pato, J. (2013). Políticas públicas da água em Portugal: do paradigma hidráulico à modernidade tardia. *Análise Social*, 48(206), 56–79.
- Perdigão, P. A. C., Pires, A. M. A., & Salgado, M. S. G. (2007). *EIA - Linha Ferróviária do Sul - Variante entre a Estação do Pinheiro e o Km 94* (Relatório complementar ao EIA).
- Pereira, G. (1947). *Estudos eborenses: historia e arqueologia [Compilação de fascículos publicados entre 1884 e 1894]* (Vols. 1–3). Évora: Edições Nazareth.
- Pereira, M. T. L. (2000). *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa; Alcácer do Sal:

Edições Colibri ; Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

- Pérez Alvarez, M. de los A. (1992). *Fuentes arabs de Extremadura*. Cáceres: Universidad de Extremadura; Serv. de Publ.
- Pérez Picado, Y. (2007). Intervenciones en la Plaza Alta, Convento de las Trinitarias y calle Montesinos. Em Jornadas sobre Arqueología de la Ciudad de Badajoz (Ed.), *Jornadas sobre Arqueología de la ciudad de Badajoz: 10 y 20 de noviembre de 2004 : actas*. (pp. 15–30). Badajoz: Consejería de Cultura, Museo Arqueológico Provincial de Badajoz.
- PeriodO – Periods, Organized. (sem data). Obtido 18 de Agosto de 2016, de <http://perio.do/>
- Picard, C. (2000). *Le Portugal musulman, VIIIe-XIIIe= 8- 13 siècle : l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique* (Vols. 1–2). Paris: Maisonneuve et Larose.
- Pimenta, F., & Olival, F. (Trads.). (1758, Abril 27). *Memória Paroquial da freguesia de Santa Susana, comarca de Setúbal*. Obtido de <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/38-borba/49-borban-sorada>
- Pimenta, J., Sepúlveda, E., & Ferreira, M. A. (2015). Acerca da Dinâmica Económica do porto de Urbs Imperatoria Salacia: o Estudo Das Ânforas. *Cira Arqueologia*, 6, 151–170.
- Pimentel, A. F. (2010). El «intercambio de las princesas»: arte y política en las fiestas de la boda entre Fernando de Borbón y Bárbara de Braganza. *Quintana: revista de estudios do Departamento de Historia da Arte*, (9), 49–73.
- Pinder, M., & Parthey, G. (Eds.). (1860). *Ravennatis anonymi cosmographia et Guidonis geographica : ex libris manu scriptis*. Obtido de <http://www.archive.org/details/ravennatisanonym00geoguoft>
- Pineda Cabello, L. M., & Henriques, R. A. L. (2009). *EIA - Subconcessão da Auto-Estrada do Baixo Alentejo - Lanço E - IP2-Évora/ São Manços* (Relatório complementar ao EIA). Lisboa.
- Pinto, I. V., & Lopes, M. da C. (2006). Ânforas das villae romanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Mossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*, 13, 197–224.
- Pinto, I. V., & Schmitt, A. (2005). Provenance of common wares from the Roman villae at São Cucufate (Beja) and Tourega (Évora) in Portugal. Em I. M. Prudêncio, I. M. Dias, & J. C. Warenborgh (Eds.), *Understanding people through their pottery: proceedings of the 7 th European Meeting on Ancient Ceramics (EMAC'03)* (pp. 195–191). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Pinto, I. V., & Viegas, C. (1994). Les thermes de la villa romaine de Tourega. *Les Dossiers d'archeologie*, 198, 60–63.

- Pinto, I. V., Viegas, C., & Dias, L. F. (1997). A uilla romana da Tourega: umas termas em ambiente rural. Em *Paisagens arqueológicas a oeste de Évora* (p. 73–80d). Évora: Câmara Municipal.
- Pinto, I. V., Viegas, C., & Dias, L. F. (2004). Terra sigillata and amphorae from the Roman Villa at Tourega. Em M. Pasquinucci & T. Weski (Eds.), *Close Encounters: Sea- and Riverborne Trade, Ports and Hinterlands, Ship Construction and Navigation in Antiquity, the Middle Ages and in Modern Time Conference* (pp. 117–128). Oxford: Archeopress.
- Pires, A. T. (1901). Catálogo do Museu Archeologico de Elvas. *O Arqueólogo Português*, 6, 209–236.
- Pires, A. T. (1931). *Estudos e notas Elvenses: Excerptos de um estudo sobre a toponymia elvense*. Elvas: Tipografia Progresso.
- Plana-Mallart, R. (1995). Eborá et son territoire. Em M. Clavel-Lévêque & R. Plana-Mallart (Eds.), *Cité et territoire* (pp. 231–242). Paris: Presses Universitaires Franc-Comtoises.
- Plana-Mallart, R. (2002). Le territoire d’Eborá en Lusitanie. Em M. Clavel-Lévêque & A. Orejas (Eds.), *Atlas historique des cadastres d’Europe* (Vol. 2 (dossier 7 5A)). Luxembourg: Commission européenne.
- Plaza, S. P., Casado, C. J. C., Reher, G. S., & Gillani, G. (2008). Gonzalo Arias, un romántico renacentista. *Anas*, (21), 159–162.
- Ponz, A. (1988). *Viage de España*. (C. M. del Rivero, Ed.) (Vols. 1–4). Madrid: Aguilar.
- Puerta Torres, C. (1995). *Los miliarios romanos de la vía de la plata* (Phd). Universidad Complutense, Madrid.
- Quilici, L. (2008). Land transport, Part 1: Roads and Bridges. Em J. P. Oleson (Ed.), *Oxford handbook of engineering and technology in the Classical world* (pp. 551–579). Oxford; New York: Oxford University Press.
- Quintela, A. de C., Cardoso, J. L., & Mascarenhas, J. M. (1987). *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e cracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território - DGRAH.
- Rabinowitz, A. (2014). It’s about time: historical periodization and Linked Ancient World Data. *ISAW Papers*, 7. Obtido de <http://dlib.nyu.edu/awdl/isaw/isaw-papers/7/rabinowitz/>
- Ramírez Sádaba, J. L. (2009). Creación del Mito Pax Augusta = Badajoz. Em J. Gorges, J. d’Encarnação, T. Nogales Basarrate, & A. Carvalho (Eds.), *Lusitânia romana : entre o mito e a realidade : Centro Cultural de Cascais, Museu Nacional de Arqueologia, Museo Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas 4 a 6 de novembro de 2004* (pp. 385–399). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

- Ramírez Sádaba, J. L. (2013). *Badajoz antes de la ciudad: el territorio y su población durante la Edad Antigua*.
- Ramos, M. C. de M. (1994). *Condições geomorfológicas e climáticas das cheias da Ribeira de Tera e do Rio Maior* (Phd). Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ramos, S. I. dos S. (2004). *EIA na Herdade da Fonte Boa - Projecto de Ocupação Turística Royal - Évora* (Relatório complementar ao EIA).
- Raposo, J. (2003). A Presença Romana na Quinta de S. João (Arrentela, Seixal): breve síntese de novos dados. *Al-Madan*, 12, 184–185.
- Raposo, J., Fabião, C., & Almeida, J. (2009). *Quinta do rouxinol: uma olaria romana no estuário do Tejo (Corroios/Seixal)*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, Ecomuseu Municipal.
- Rasteiro, J. (1897). Notícias archeológicas da Península da Arrabida. *O Arqueólogo Português*, 3, 1–48.
- Rau, V. (1951). *A exploração e o comércio do sal de Setúbal : estudo de história económica*. Lisboa: Inst. Alta Cultura.
- Rau, V. (Ed.). (1962). *Itinerários régios medievais: Itinerário del-Rei D. Dinis Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos.
- Rau, V. (1969). *Cenas da vida parisiense na correspondência de Duarte Ribeiro de Macedo 1668-1676= 1668- 1676*. S.l.: Institut Français au Portugal.
- Redweik, P., Roque, D., Marques, A., Matildes, R., & Marques, F. (2010). Triangulating the Past – Recovering Portugal’s Aerial Images Repository. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*, 76(9), 1007–1018. <http://doi.org/10.14358/PERS.76.9.1007>
- Reed, N. (1978). Pattern and Purpose in the Antonine Itinerary. *The American Journal of Philology*, 99(2), 228–254.
- Reis, I. C. D. C. dos. (2006). Arquivo Português de Lendas. Obtido 12 de Abril de 2012, de <http://www.lendarium.org/index/>
- Reis, M. P. dos. (2004). *Las termas y balnea romanos de Lusitania*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Resende, A. de. (2009). *As Antiguidades da Lusitânia*. (R. M. R. Fernandes, Ed., S. T. Pinho, Trad.). Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra.
- Ribeiro, J. C. (1982). Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus. *Sintria*, 1–2, 151–476.
- Ribeiro, J. C. (1994). Felicitas Iulia Olisipo : algumas considerações em tono do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-madan*, 3, 75–93.

- Rodríguez Amaya, E. (1948). Viaje de Campomanes a Extremadura. *Revista de Estudios Extremeños*, 4(3-4), 199-246.
- Rodríguez Martín, F. G. (1993). *Arqueología de la villa romana de Torre Águila*. Universidad de Extremadura. Departamento de Arqueología., Cáceres.
- Rodríguez Martín, F. G. (1999). Los asentamientos rurales romanos y su posible distribución en la cuenca media del Guadiana. Em J.-G. Gorges & F. G. Rodríguez Martín (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine (Madrid, 1997)* (pp. 121-134). Madrid: Casa de Velázquez.
- Rodríguez Martín, F. G. (2004). El paisaje urbano de Augusta Emerita: reflexiones en torno al Guadiana y las puertas de acceso a la ciudad. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7(2), 365-405.
- Rodríguez Martín, F. G. (2008). Las vías romanas de Lusitania: el trazado en el conventus emeritense y su proyección hacia la fachada atlántica. *Anas*, 21-22, 415-469.
- Rodríguez Martín, F. G. (2010). Reflexiones en torno a la elección del solar para la ubicación de Augusta Emerita. Diacronía en la vertebración del territorio. Em J.-G. Gorges & T. Nogales Basarrate (Eds.), *Naissance de la Lusitanie romaine (Ier av.-Ier ap. J.-C.) : VII table ronde internationale sur la Lusitanie romaine = VII mesa redonda internacional sobre la Lusitania romana (Toulouse, 8-9 novembre 2007) = Origen de la Lusitania romana (siglos I a. C. - I d. C.)* (pp. 117-140). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Rodríguez Martín, F. G., & Carvalho, A. (2008). Torre Águila y las villas de la Lusitania interior hasta el occidente atlántico. Em C. Fernández Ochoa, V. García-Entero, & F. Gil Sendino (Eds.), *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón* (pp. 301-344). Gijón: Ediciones Trea.
- Rodríguez Martín, F. G., & Gorges, J.-G. (2006). La estructuración del paisaje antiguo en el territorio emeritense en el alto Imperio: El ejemplo del valle medio del Guadiana. *Arqueología Espacial*, 26, 171-192.
- Rodríguez Martín, F. G., & Jerez Linde, J. M. (1994). Objetos de hueso procedentes de la cuenca media del Guadiana. *Revista de Estudios Extremeños*, 50(3), 511-539.
- Rodríguez Martín, F. G., & Jerez Linde, J. M. J. (1995). Notas para la clasificación de los grafitos sobre cerámica romana, procedentes de la cuenca media del Guadiana". *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, (35), 269-280.
- Rodríguez Morales, J. (2012). Las fuentes itinerarias antiguas: carácter e importancia para la geografía de las comunicaciones del Imperio romano. Em G. Bravo & R. González Salinero (Eds.), *Ver, viajar y hospedarse en el mundo romano* (pp. 45-65). Salamanca: Signifer.
- Rodríguez Morales, J. (2013). Imagen y realidad de las calzadas romanas. *El Nuevo*

- Miliario: boletín sobre vías romanas, historia de los caminos y otros temas de geografía histórica*, (16), 5–29.
- Roldán Hervás, J. M. (1970). Sobre el valor métrico de la milla romana. Em 1968 Congreso Nacional de Arqueología (11 Merida) (Ed.), *XI Congreso Nacional de Arqueología: Mérida, 1968*. (pp. 533–539). Zaragoza: Secretaria General de los Congresos Arqueológicos Nacionales.
- Roldán Hervás, J. M. (1975). *Itineraria Hispana: fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*. Valladolid: Departamento de Historia Antigua, Universidad de Valladolid.
- Roldán Hervás, J. M., & Caballero Casado, C. (2014). Itinera Hispana: Estudio de las vías romanas en Hispania a partir del Itinerario de Antonino, el Anónimo de Ravena y los Vasos de Vicarello. *El Nuevo Miliario: boletín sobre vías romanas, historia de los caminos y otros temas de geografía histórica*, (17).
- Ross, S., & Sobotkova, A. (2010). *An encyclopedia of archaeological heritage? The encyclopedia of life as a model for digital cultural atlases*.
- Rubio Muñoz, L.-A. (2002). Badajoz romano. Em *Apuntes para la historia de la ciudad de Badajoz: ponencias y comunicaciones* (pp. 45–54). Badajoz: Editora Regional de Extremadura.
- Saa, M. (1956). *As grandes vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio* (Vols. 1–6). Lisboa: [Tip. Sociedade Astoria].
- Saavedra, E. (1862). Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública de Don Eduardo Saavedra, el día 28 de diciembre de 1862. Obtido de <http://www.cervantesvirtual.com/obra/discursos-leidos-ante-la-real-academia-de-la-historia-en-la-recepcion-pblica-de-don-eduardo-saavedra-el-dia-28-de-diciembre-de-1862/>
- Sabrosa, A. (2006). O complexo mineiro de Vale de Gatos (Corroios, Seixal). *Al-Madan*, 14, 53–59.
- Sádaba, J. L. R. (1993). Las inscripciones de la mininecrópolis de «El Rincón de Gil» (Badajoz). Em J. Untermann, I.-J. Adiego Lajara, J. Siles, & J. Velaza (Eds.), *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata* (1. ed, pp. 251–266). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Sádaba, J. L. R., & Cruz, P. M. (2000). *Catálogo de las inscripciones cristianas de Mérida*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Salway, B. (2001). Travel, itineraria and tabelaria. Em *Travel & Geography in the Roman Empire* (pp. 22–66). London: Routledge.
- Salway, B. (2007). The perception and description of space in Roman itineraries. Em M. Rathmann (Ed.), *Wahrnehmung und Erfassung geographischer Räume in der Antike* (pp. 181–209). Mainz am Rhein: Von Zabern.



- Sampayo, M. (2008). O modelo da cidade islâmica em Portugal: o caso de estudo de Elvas. *Elvas Caia - Revista Internacional de Cultura e Ciência*, 6, 11–25.
- Sánchez Barrero, P. D. (2010). *Itinerarios y caminos romanos en el entorno emeritense*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida.
- Santos, C. (2011). Mercurius e seu culto em território olisiponense. *O Arqueólogo Português, Série V, 1*, 525–541.
- Santos, C. (2014). Sobre o Achado de uma Candeia de Vidro na villa romana da Quinta de S. João/Quinta da Laranjeira (Arrentela, Seixal). *Al-madan online*, 18(2), 117–124.
- Santos, R. M. G. C., & Mata, V. S. S. da. (2010). *Projecto Parque Escolar: trabalhos arqueológicos na Escola Secundária de Alcácer do Sal* (Relatório de Trabalhos Arqueológicos).
- Santos, V. M., Sabrosa, A., & Gouveia, L. A. (1996). Carta arqueológica de Almada: elementos da ocupação romana. Em G. Filipe & J. Raposo (Eds.), *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (pp. 225–236). Lisboa: Câmara Municipal do Seixal - Publicações D Quixote.
- Saquete Chamizo, J. C. (2006). El gobernador provincial de Lusitania y sus actividades : viajes, calzadas, conventus y relaciones sociales. Em J. F. Rodríguez Neila & E. Melchor Gil (Eds.), *Poder central y autonomía municipal: la proyección pública de las élites romanas de occidente* (pp. 81–111). Córdoba: Universidad de Córdoba. Servicio de Publicaciones : Grupo ORDO.
- Sarrazola, A., & Macedo, M. L. (2013). A rua do Passadiço nos suburbia de Olisipo. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, 73–78.
- Scheidel, W. (2013). *The Shape of the Roman World* (SSRN Scholarly Paper No. ID 2242325). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=2242325>
- Scheidel, W., & Meeks, E. (2012, Maio 2). ORBIS: The Stanford Geospatial Network Model of the Roman World. Obtido 7 de Dezembro de 2012, de <http://orbis.stanford.edu/#>
- Schulten, A. (1937). *Las guerras de 154-72=154- 72 a. de J. C.* Barcelona: Librería Bosch.
- Seco, F. Á., & Ortelius, A. (1560). *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio* [Material cartográfico]. Roma: s.n.
- Segurado, F. (Trad.). (1758, Maio 2). *Memória Paroquial da freguesia de Ciladas, comarca de Vila Viçosa*. Obtido de <http://portugal1758.di.uevora.pt/index.php/lista-memorias/79-vila-vicosa/3421-vila-vicosa-ciladas>
- Serra, P. C. (1965). Estudos toponímicos (XIV-XVI), 21, 99–116.

- Serrão, J. V. (1975). *Itinerários de El-Rei D. João II : 1481-1495*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Serviços de Turismo da Câmara Municipal de Évora (Ed.). (1941). *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro*. Évora: Serviços de Turismo da Câmara Municipal.
- Sillières, P. (1984). Deux nouvelles bornes de la voie Ebor - Pax Iulia. *Conimbriga*, 23, 55–68.
- Sillières, P. (1990a). *Les voies de communication de Hispanie meridionale*. Paris: E. de Boccard.
- Sillières, P. (1990b). Voies romaines et limites de provinces et de cités en Lusitanie. Em J.-G. Gorges (Ed.), *Les villes de Lusitanie Romaine: Hiérarchies et territoires (Talence, 1988)* (pp. 73–113). Paris: CNRS.
- Silva, R. B. (2012). Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. *Cira Arqueologia Online*, (1), 74–87.
- Silva, A. V. da. (1934). *As Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Silva, C. T. da. (1996). Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. Em G. Filipe & J. Raposo (Eds.), *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (pp. 43–54). Lisboa: Câmara Municipal do Seixal - Publicações D Quixote.
- Silva, C. T. da, & Cabrita, M. G. (1964). *Estações romanas da região de Setúbal*. Setúbal: s.n.
- Silva, C. T. da, & Coelho-Soares, A. (2014). Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, n.ºs 4-4B. *Setúbal Arqueológica*, 15, 305–338.
- Silva, C. T. da, & Soares, A. C. (1980). A praça do Bocage (Setúbal na época romana: escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6–7, 249–284.
- Silva, C. T. da, & Soares, J. (1986). *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- Silva, C. T. da, Soares, J., Coelho-Soares, A., Duarte, S., & Godinho, R. (2010). Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.º10-12. *Musa*, 3, 165–178.
- Silva, C. T. da, Soares, J., Coelho-Soares, A., Duarte, S., & Godinho, R. (2014). Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, n.º10-12. Da Idade do Ferro ao Período Medieval. *Musa*, 4, 161–214.
- Silva, C. T. da, Soares, J., & Soares, A. C. (1986). Fábrica de salga da época romana na Travessa Frei Gaspar (Setúbal). *Trabalhos de Arqueologia*, 3, 155–160.

- Silva, C. T. da, Soares, J., & Wrench, L. N. C. (2010). Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga. *Musa*, 3, 149–164.
- Silva, F. R. da. (2008). A viagem de Filipe III a Portugal : Itinerários e Problemática. Em *Quinhentos/oitocentos : Ensaios de história* (pp. 269–307). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21219>
- Silveira, L. E. da. (2005). Atlas. Cartografia Histórica. Obtido 30 de Outubro de 2013, de <http://atlas.fcsh.unl.pt>
- Simão, I., & Ramos, R. (2014). Eira Velha : A Roman Way Station in the Periphery of Conimbriga (Portugal). Em J. M. Álvarez Martínez, T. Nogales Basarrate, & I. Rodà de Lanza (Eds.), *XVIII CIAC: Centro y periferia en el Mundo Clásico / Centre and periphery in the ancient world*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Soares, A. C., & Silva, C. T. da. (1979). época romana; ânforas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*, 5, 205–221.
- Soares, J. (2000). Arqueologia urbana em Setúbal : Problemas e contribuições. Em A. M. de Faria (Ed.), *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (pp. 101–130). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Soares, J., & Silva, C. T. da. (1973). Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). Em *Actas das II Jornadas Arqueológicas* (Vol. 1, pp. 245–305). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Solano de Figueroa, J. (2013). *Historia eclesiástica de la ciudad y obispado de Badajoz*. (F. Tejada Vizuete, Ed.). Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz.
- Sousa, V. de. (1990). *Corpus Signorum Imperii Romani = Corpus der Skulpturen der Römischen Welt : Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Systema geral das comunicações do reyno a que se refere a proposta de lei datada de 28 de Fevereiro de 1854 [Material cartográfico]. (1854). [S.l.: s.n.
- Taelman, D., Elburg, M., Smet, I., De Paepe, P., Lopes, L., & Vanhaecke, F. (2013). Roman marble from Lusitania: petrographic and geochemical characterisation. *Journal of Archaeological Science*, 40(5), 2227–2236. <http://doi.org/10.1016/j.jas.2012.12.030>
- Talbert, R. (2000). Barrington Atlas of the Greek and Roman World [Material cartográfico]. Princeton, N.J. : Princeton University Press,.
- Talbert, R. J. A. (2007). Author, Audience and the Roman Empire in the Antonine Itinerary. Em R. H. and J. Heinrichs (Ed.), *Herrschen und Verwalten: Der Alltag der römischen Administration in der Hohen Kaiserzeit* (pp. 256–270). Köln: Böhlau Verlag. Obtido de <http://www.unc.edu/awmc/talbertarticles.html>

- Teichner, F. (2008). *Entre tierra y mar =: Zwischen Land und Meer - Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- The J. Paul Getty Trust. (2015). Art & Architecture Thesaurus (Getty Research Institute). Obtido 9 de Fevereiro de 2012, de <http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/index.html>
- Thulin, C. A. (Ed.). (1913). *Corpus agrimensorum romanorum recensuit Carolus Thulin*. Leipzig: Aedibus B.G. Teubneri. Obtido de <http://www.archive.org/details/corpusagrimensor01thuluoft>
- Tompa, P. K., & Borse, A. M. (2005). A Modern Challenge to an Age-Old Pursuit: Can Cultural Patrimony Claims and Coin Collecting Coexist? Em K. Fitz Gibbon & American Council for Cultural Policy (Eds.), *Who owns the past?: cultural policy, cultural property, and the law* (pp. 233–248). New Brunswick, N.J: Rutgers University Press : in association with The American Council for Cultural Policy.
- Torres, C. (1994). A outra banda. Em I. Moita (Ed.), *O livro de Lisboa* (pp. 169–174). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tory, G., & Estienne, H. (Eds.). (1512). *Itinerarium provinciarum omnium Antonini Augusti, cum fragmento ejusdem necnon indice...* Paris: Henrici Stephani.
- Um filho de Evora-Monte. (1906). Évora Monte. *O Arqueólogo Português*, 11, 271–280.
- Universidade do Minho - Departamento de Ciências da Terra. (2014). Património Geológico de Portugal. Obtido 15 de Julho de 2016, de <http://geositios.progeo.pt/geositecontent.php?menuID=3&geositeID=1027>
- U.S. Government. (2013). Sustainability of Digital Formats: Planning for Library of Congress Collections [webpage]. Obtido 18 de Agosto de 2016, de <http://www.digitalpreservation.gov/formats/index.shtml>
- Valdéz, F., & Cánovas Pessini, J. (1978). Aproximación al conocimiento del Badajoz romano. *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, (5), 163–168.
- Vale, A. P., & Sabrosa, A. (1998). Galerias em Coia. *Al-Madan*, 7, 10.
- Vasconcelos, J. L. de. (1895a). Culto de Proserpina. *O Arqueólogo Português*, 1(9), 244–246.
- Vasconcelos, J. L. de. (1895b). Excursão archeologica a Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, 1(8), 65–92.
- Vasconcelos, J. L. de. (1898). Excursão archeologica ao Sul de Portugal. *O Arqueólogo Português*, 4(1–6), 103–134.
- Vasconcelos, J. L. de. (1905). Inscrição romana do concelho de Arraiolos. *O Arqueólogo Português*, 10, 198–199.

- Vasconcelos, J. L. de. (1914). Marcos miliários do Museu Etnológico Português. *O Arqueólogo Português*, 19, 249–251.
- Vasconcelos, J. L. de. (1918). Antigualhas de Evoramonte. *O Arqueólogo Português*, 23, 78–81.
- Velázquez de Velasco, L. J. (1753). Informe a la Real Academia de la Historia sobre su viaje a Extremadura entre 1752 y 1753. (2 de octubre de 1753). Documento CAG/9/7980/005(42) del Archivo de la Real Academia de la Historia en Madrid. (J. M. Abascal Palazón, Ed.). Obtido de <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12715733118055969643624/p0000001.htm>
- Vermeulen, F., & Taelman, D. (2010). From cityscape to landscape in Roman Lusitania: the municipium of Ammaia. Em C. Corsi & F. Vermeulen (Eds.), *Changing landscapes, the impact of Roman towns in the Western Mediterranean: proceedings of the international colloquium, Castelo de Vide, Marvão, 15th-17th May, 2008* (pp. 311–324). Bologna: Ante quem.
- [Vestígios de construções enterradas no Foral Torre das Arcas]. (1881). *O Elvense*, p. 66. Elvas.
- Viana, A. (1948). Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, 5(1–2), 3–62.
- Viana, A. (1950). Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 12(3–4), 289–322.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1950a). Explorações de algumas necrópoles celtico-romanas do Concelho de Elvas. Em *XIII Congresso Luso-espanhol Para o Progresso das Ciências: 7ª secção Ciências Históricas e Filosóficas* (Vol. 8, pp. 67–74). Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1950b). Necrópolis celtico-romanas del concejo de Elvas. *Archivo Español de Arqueología*, 23(80), 229–253.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1954). Notas para o estudo dos dolmens da Região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 15(3–4), 143–189.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1955a). Necrópolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueología*, 28(92), 244–265.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1955b). Nuevas Necrópolis celtico-romanas de la region de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*, 28, 33–68.
- Viana, A., & Deus, A. D. de. (1956). Campos de Urnas do Concelho de Elvas. *O Instituto*, 118, 133–193.
- Viegas, C., & Pinto, I. V. (2000). As termas da villa romana da Tourega (Évora-Portugal). Em C. Fernández Ochoa & V. García-Entero (Eds.), *Termas romanas en el occidente del imperio : II Coloquio Internacional de Arqueología en*

- Gijón : Gijón 1999* (pp. 335–359). Gijón: VTP Editorial.
- Villuga, P. J. (1546). *Reportorio de todos los caminos de España [Texto impreso] : hasta agora nunca visto en el q[ua]l allará q[ua]lquier vieja q[ue] quiera[n] andar muy puechoso pa todos los caminantes co[n]puesto por Pedro Juan Villuga vale[n]ciano*. Medina del Campo: Pedro de Castro.
- Wesseling, P. (Ed.). (1735). *Vetera Romanorum itineraria, sive, Antonini Augusti Itinerarium: Cum integris Jos. Simleri, Hieron. Suritae, et And. Schotti notis., Itinerarium Hierosolymitanum, et Hieroclis Grammatici synecdemus*. Amsterdão: Apud J. Wetstenium & G. Smith. Obtido de <http://catalog.hathitrust.org/Record/000652592>
- Whittaker, C. (2002). Mental Maps: Seeing like a Roman. Em P. McKechnie (Ed.), *Thinking like a Lawyer: Essays on Legal History and General History for John Crook on his Eightieth Birthday* (pp. 81–112).
- Wikander, C. (2008). Weights and Measures. Em J. P. Oleson (Ed.), *The Oxford handbook of engineering and technology in the Classical world* (pp. 759–768). Oxford; New York: Oxford University Press.
- Wolfram, M. (2008). *As necrópoles de Silveirona (Santo Estevão, Estremoz) : do mundo funerário romano à Antiguidade tardia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

# **Anexos**

## **I Cartografia**

### **Propostas de traçado (suporte digital, formato shp)**

#### **Sítios arqueológicos (suporte digital, formato shp)**

Codificação: Unicode (UTF-8)

### **Proposta de traçado da Via XII e sítios arqueológicos na área de estudo (suporte papel, escala 1:200 000)**

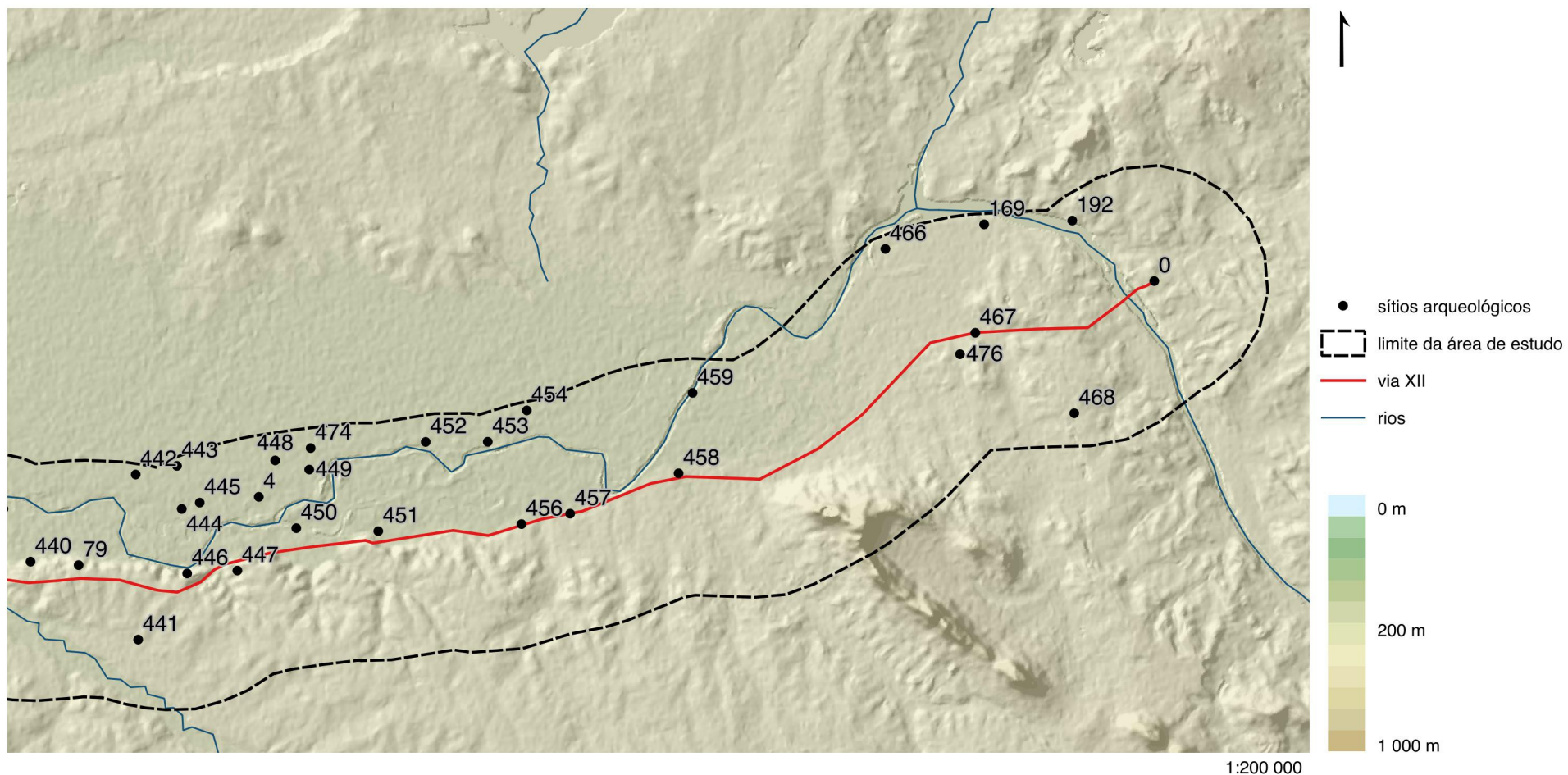
Bases cartográficas:

- Modelo digital de terreno

EU-DEM — European Environment Agency (EEA). (2013). Obtido 22 de Abril de 2015, de <http://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/eu-dem> Produced using Copernicus data and information funded by the European Union - EU-DEM layers

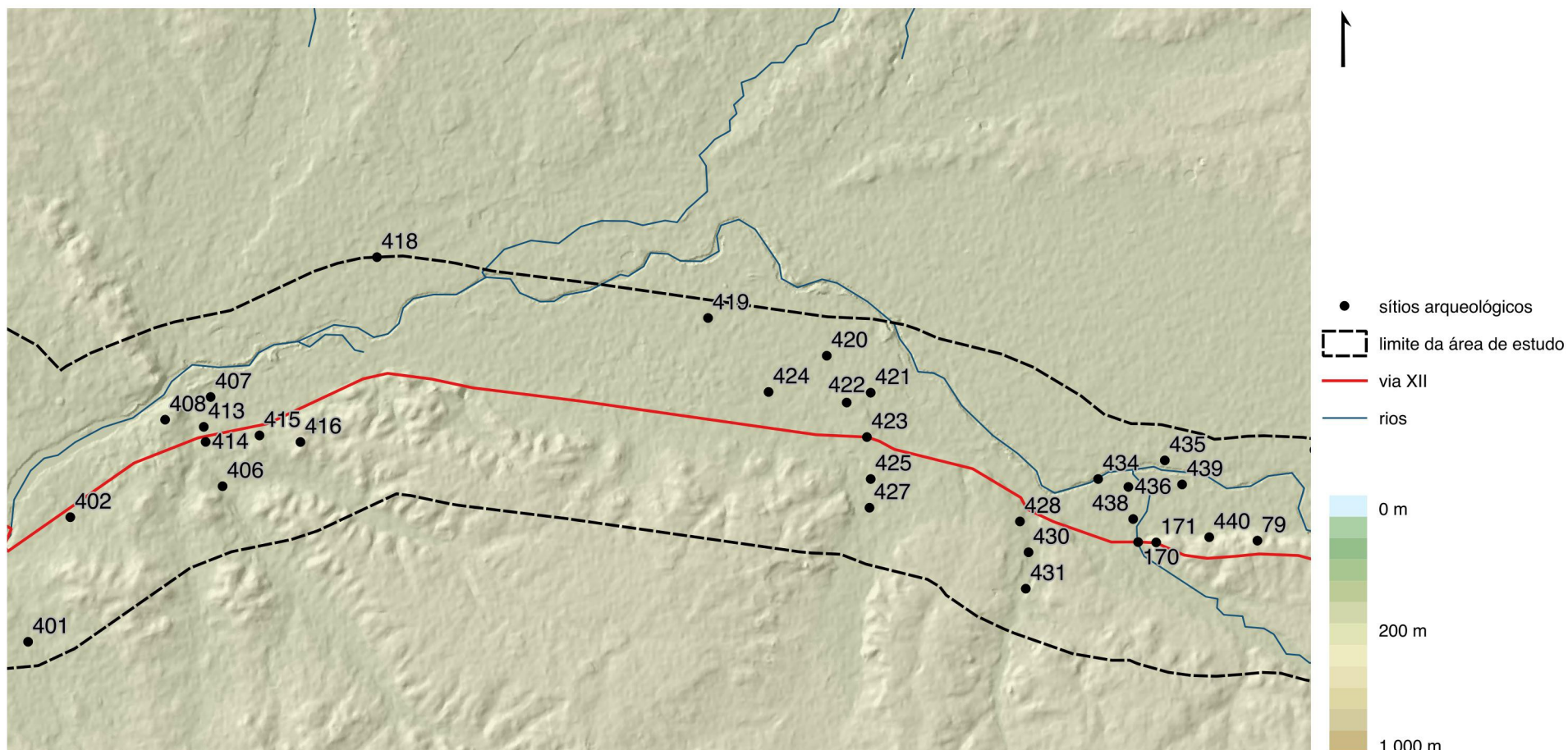
- Hidrografia

EuroGeographics. (2014). EuroGlobalMap (EGM) v8.0. Obtido 10 de Fevereiro de 2016, de <http://www.eurogeographics.org/products-and-services/euroglobalmap> © EuroGeoGraphics. All rights reserved.



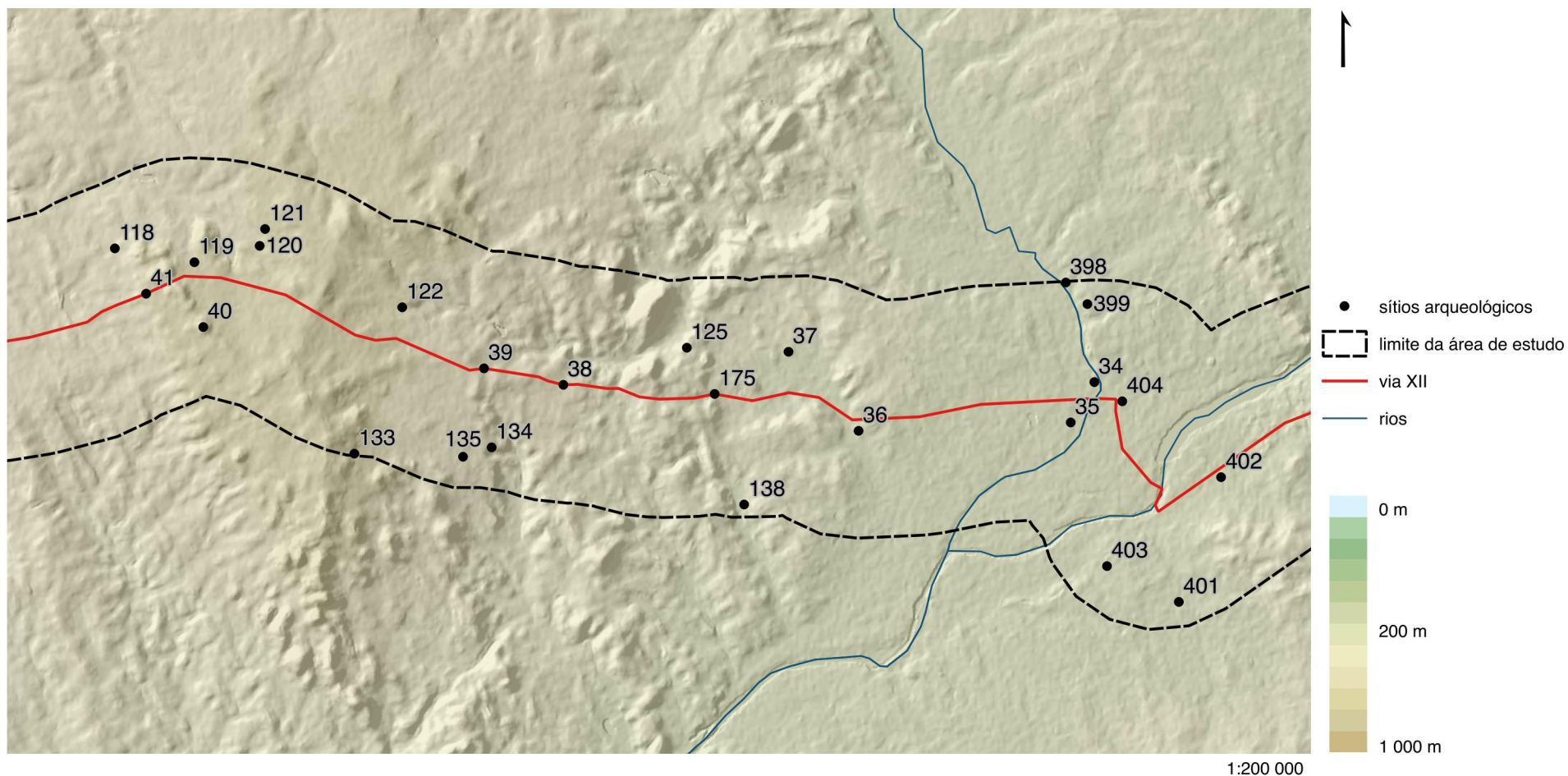
0 Merida	442 El Molino	450 Villa de la Alcazaba	459 Cubillana I
4 Torre Águila	443 Finca La Vega o La Balbina	451 La Isla	466 El Escobar
79 La Tiesa	444 Villa del Prado de Fuera	452 Los Torrejones	467 Puente del arroyo de Calamonte
169 El Prado	445 Cañada la Virgen II	453 Los Alisares	468 Las Rozas
192 Los Hornos	446 Lobón	454 Alisares I	474 Torre Águila III
439 El Pradillo	447 Santa Olalla	456 Ermita de Perales	476 Santa María
440 La Orden	448 Villa de Torre Águila II	457 Cubillana de Abajo	
441 Los Lomos	449 Barbaño	458 Cubillana o Cerro del Turuñuelo	





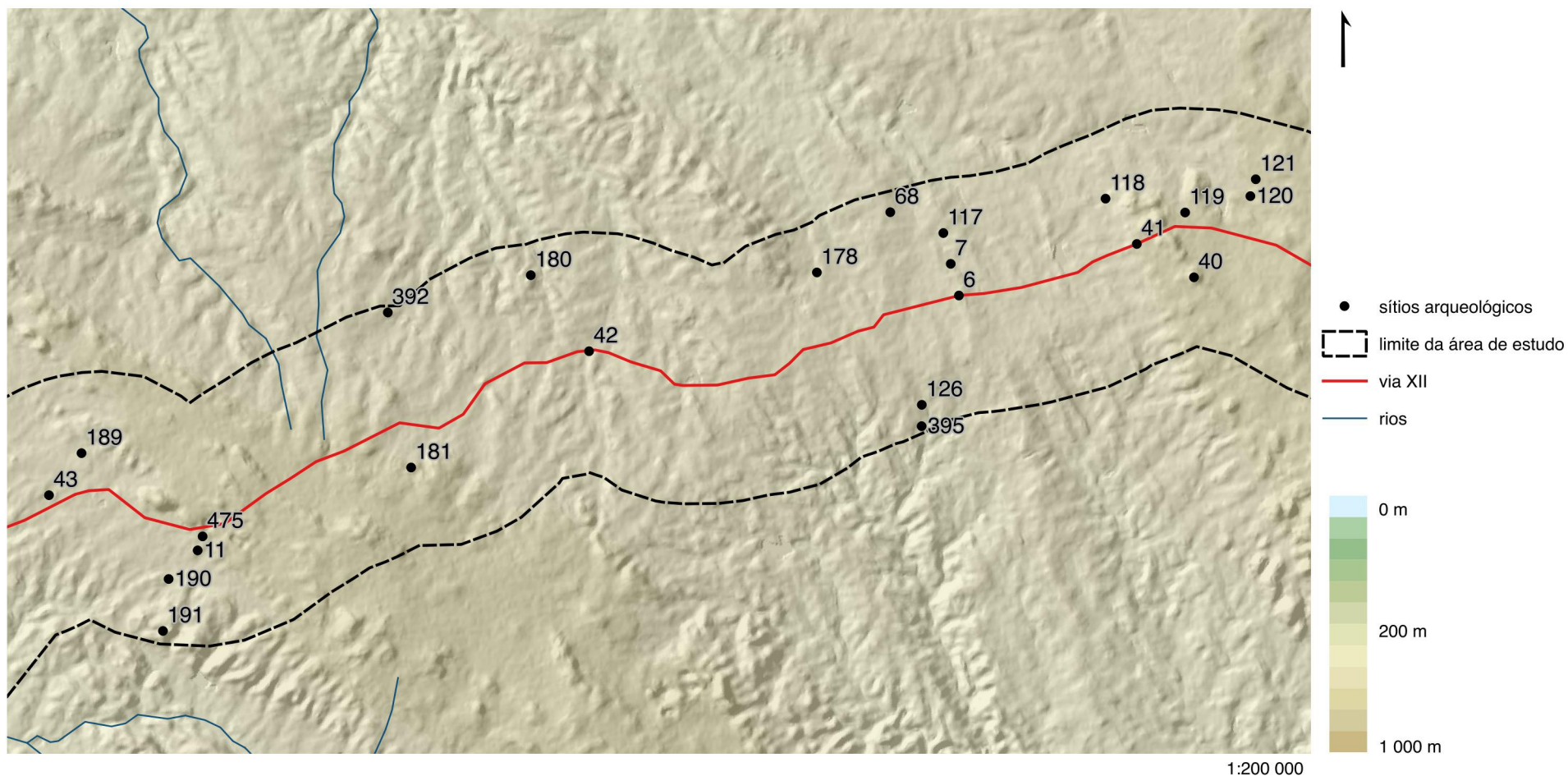
1:200 000

79 La Tiesa	413 Barrio de San Roque	422 Villa del Cementerio	434 Villa de las Termas
170 Puente de Guadajira	414 Picuriña, La	423 Talavera la Real	435 Casas del Cerro de la Barca
171 Guadajira	415 Las Tomas	424 Villa romana de Talavera	436 El Campito
401 Cortijo del Terrón	416 Torrequebrada	425 Sierra, La	438 El Cuco
402 Malos Caminos	418 Las Machucas	427 Huerta de Don Mateo	439 El Pradillo
406 La Tarasca	419 Balboa	428 Villa del Conde I	440 La Orden
407 El Albercón	420 Los Olivares	430 Villa del Conde II	442 El Molino
408 Badajoz	421 Villa del Camino de la Estación	431 Aldea del Conde	

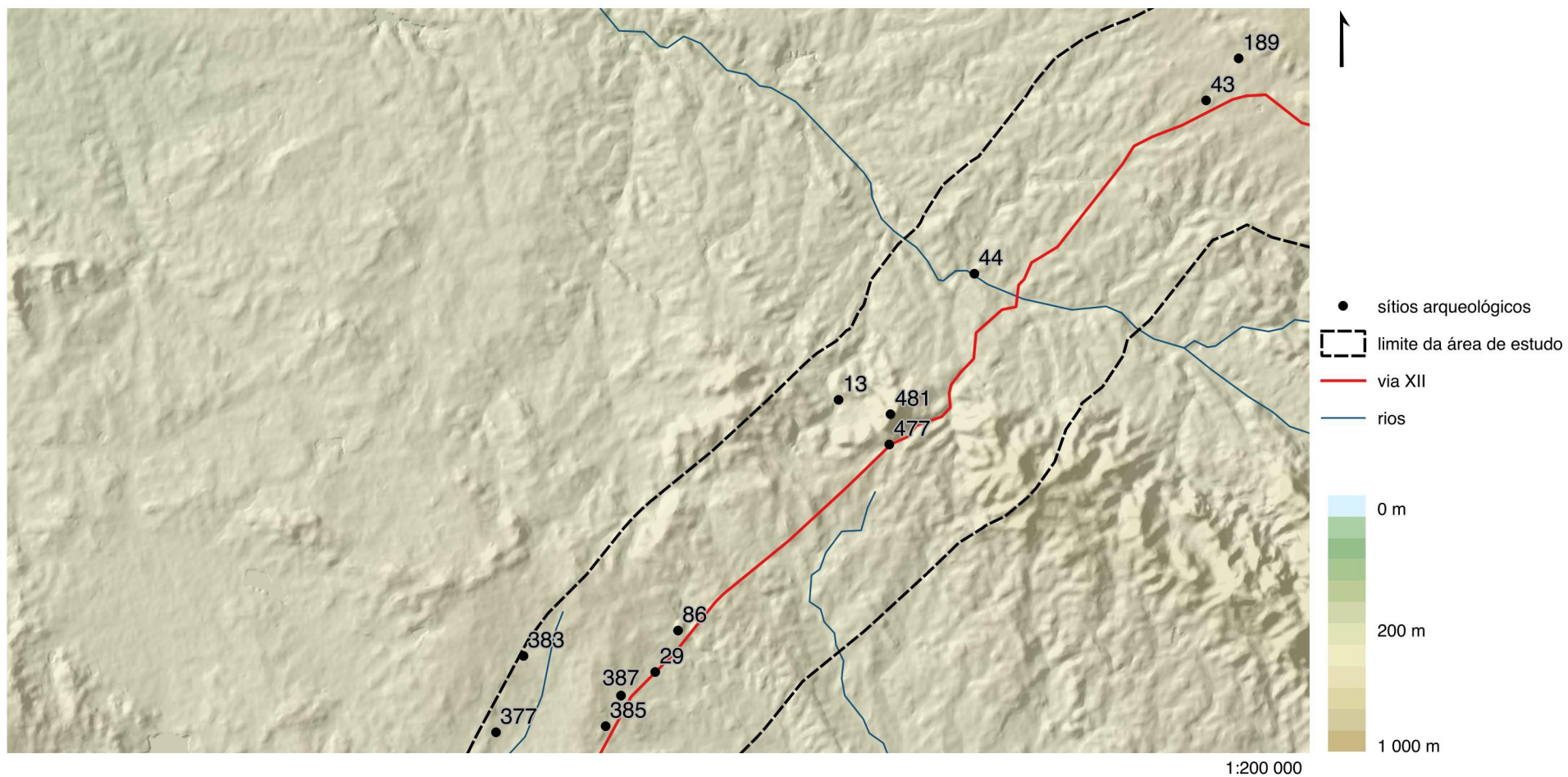


1:200 000

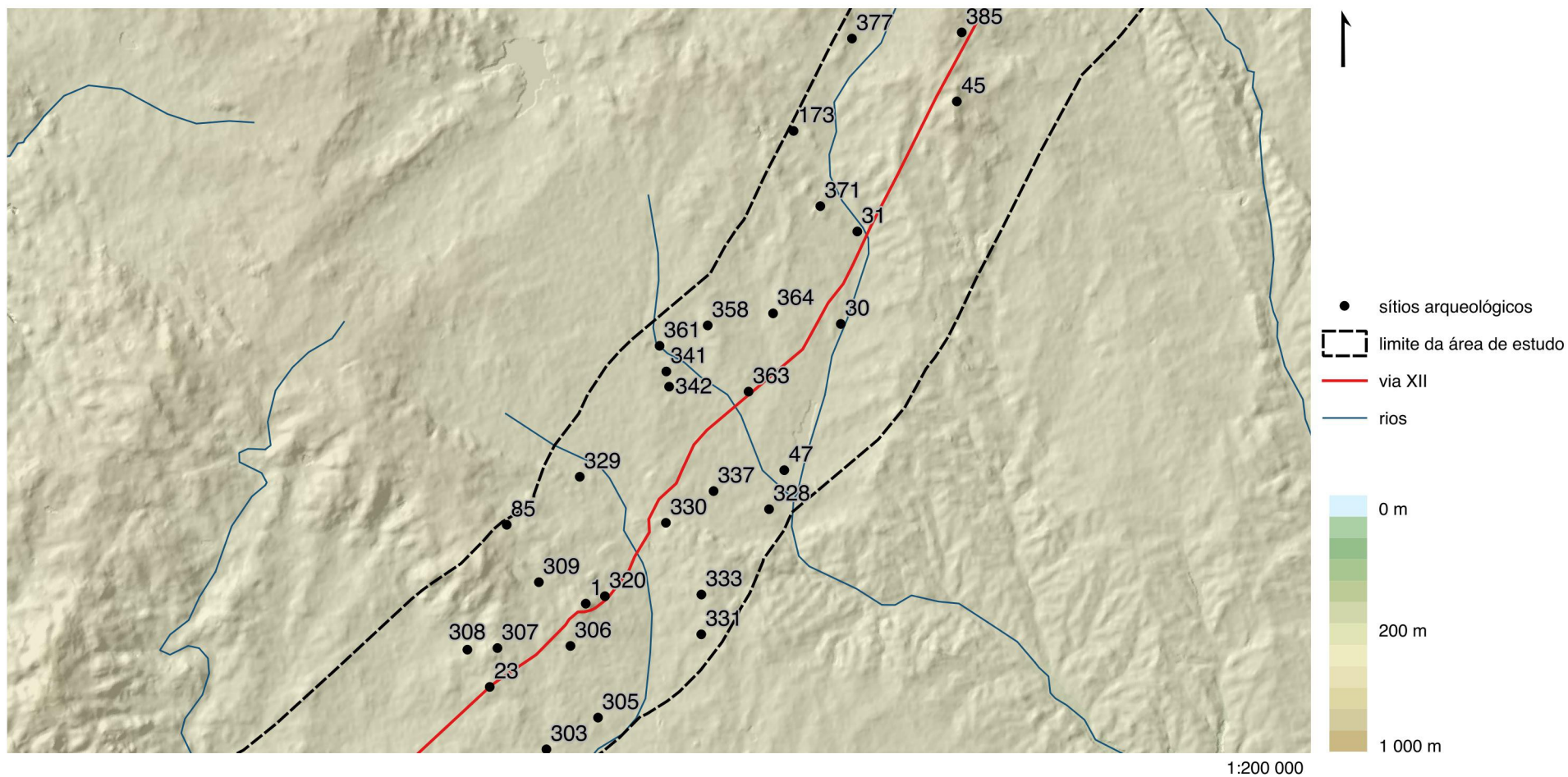
34	Herdade das Caldeiras	41	Alcarapinha	133	Horta da Serra	401	Cortijo del Terrón
35	Alfarófia	118	Monte do Passo	134	Varche	402	Malos Caminos
36	Nora Úveda	119	São Romão	135	Torre das Arcas	403	El Plantío
37	Herdade da Fonte Branca	120	Carrão	138	Ovelheira	404	Granja Céspedes
38	Chafariz d'el Rei	121	Chaminé	175	Penedos		
39	Calçadinha	122	Trinta Alferes	398	La Rocilla (villa)		
40	Atalaia dos Sapateiros	125	Papulos	399	Yacimiento Plataforma Logística 2		



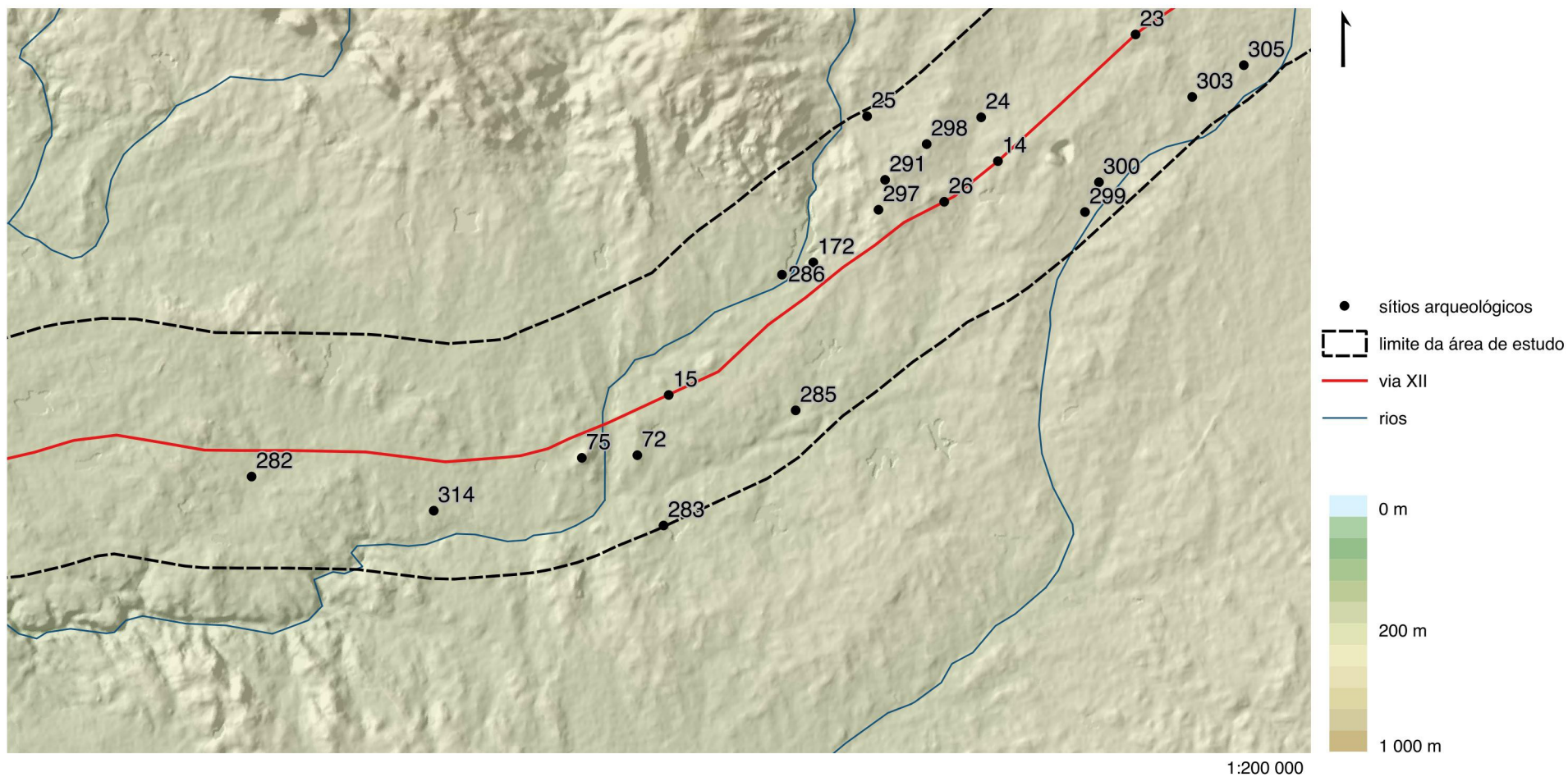
6	Herdade de Alcobaça	68	Aldinha	178	Serra de Aires	395	Terrugem
7	Monte do Alcobaça - necrópole	117	Monte dos Serrones	180	Vale do Zebro	475	Tanque dos Mouros
11	Senhora dos Mártires	118	Monte do Passo	181	Monte da Igrejinha		
40	Atalaia dos Sapateiros	119	São Romão	189	Senhora da Conceição		
41	Alcarapinha	120	Carrão	190	Monte da Horta		
42	Orada	121	Chaminé	191	Monte da Boa Vista		
43	Fonte do Imperador	126	Farisoa	392	Monte do Reguengo		



- |     |                        |     |                       |
|-----|------------------------|-----|-----------------------|
| 13  | São Marcos             | 383 | Juncal                |
| 29  | Herdade da Venda       | 385 | Monte do Almo         |
| 43  | Fonte do Imperador     | 387 | Monte da Pedregosa 1  |
| 44  | Herdade do Marmeleiro  | 477 | Evoramonte            |
| 86  | S. Bento do Mato       | 481 | Castelo de Evoramonte |
| 189 | Senhora da Conceição   |     |                       |
| 377 | Borrazeiro de S. Bento |     |                       |



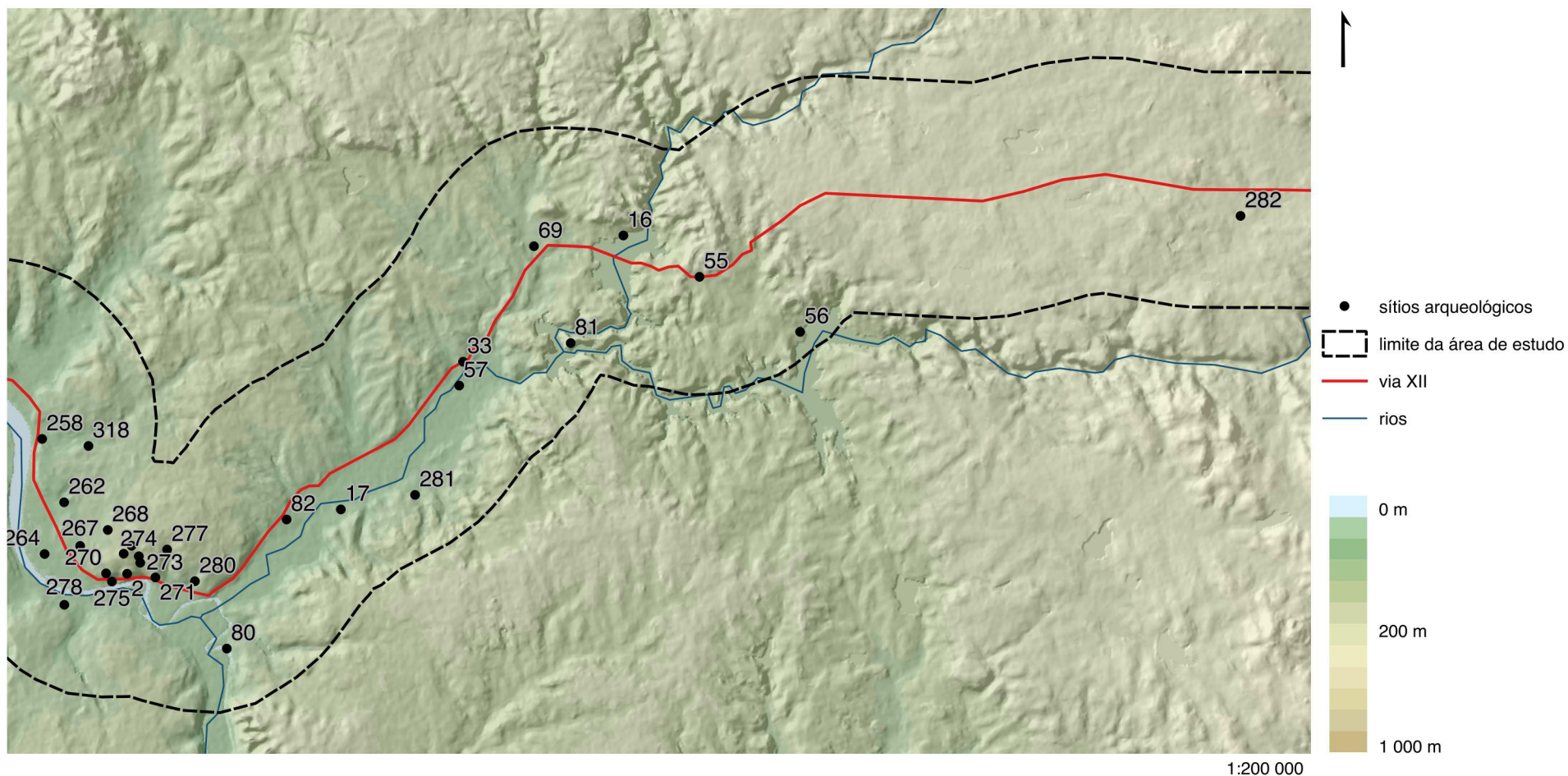
1	Evora	305	Bairro de Almeirim 2	331	Monte do Evaristo	371	Carrascal
23	Esparragosa	306	Horta do Bispo 2	333	Monte Rei	377	Borrazeiro de S. Bento
30	Sousa da Sé	307	Quinta do Cruzeiro	337	Quinta dos Altos 1	385	Monte do Almo
31	Freixo	308	Quinta do Padre Martinho 3	341	Montinho 1		
45	Herdade da Machoqueira	309	Tapada do Ramalho	342	Montinho 2		
47	Fonte Boa 4	320	Évora - Escola Secundária Gabriel Pereira	358	Algraveos		
85	Herdade da Manizola	328	Escola do Degebe	361	Monte do Álamo do Degebe 6		
173	Herdade da Calada	329	Pedra de Albarda	363	Vale de Figueirinha		
303	Monte da Barbarrala Nova	330	Quinta do Brigadeiro 1	364	Algraveos 5		



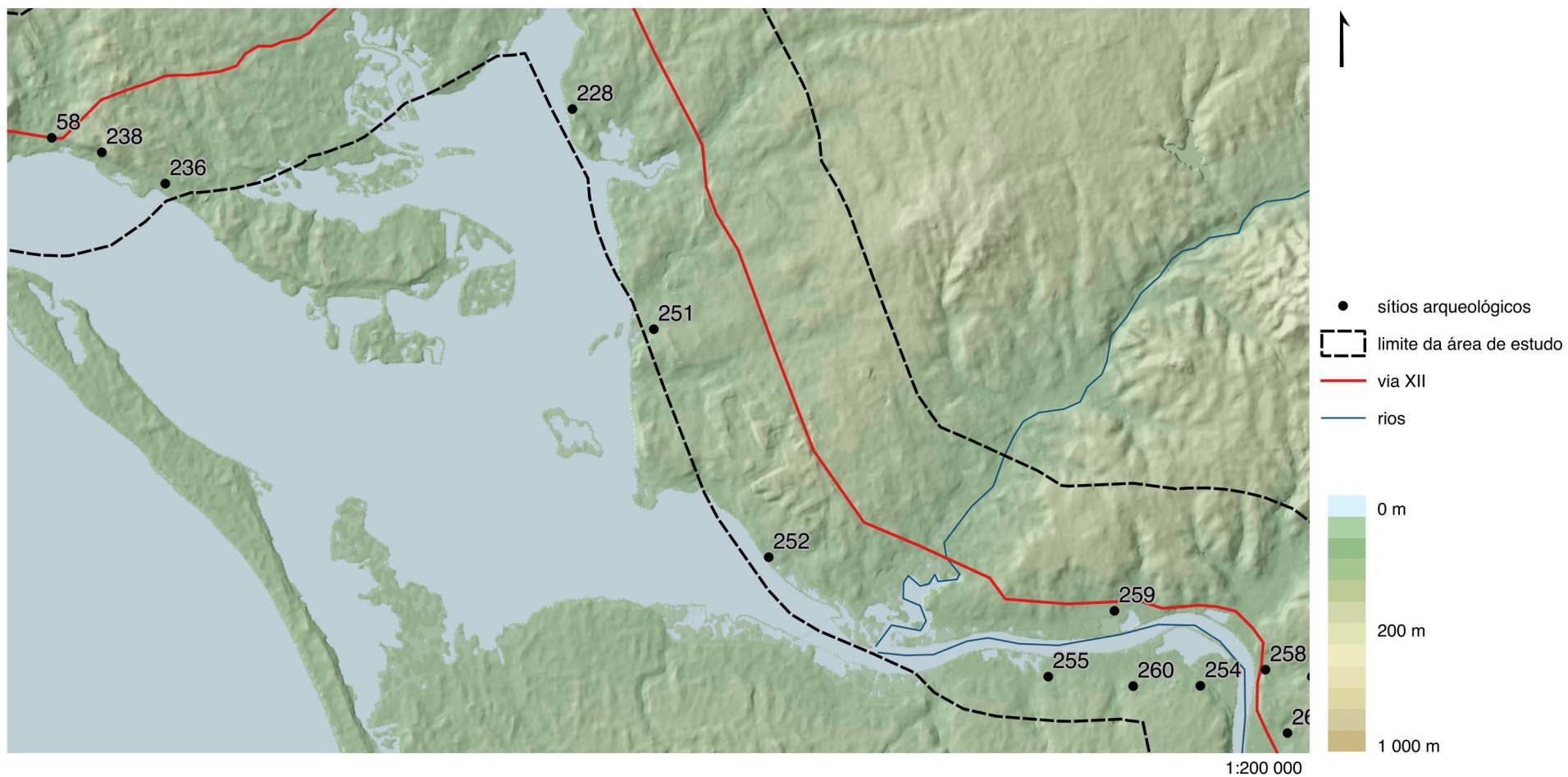
14 Cabida 2  
 15 Tabuleiros  
 23 Esparragosa  
 24 Alfarrobeira  
 25 Monte do Zambujeiro 1  
 26 Barrocal 5  
 72 Monte da Ponte ou Fonte

75 Alcalainha  
 172 Tourega  
 282 Água d'Elvira dos Padres  
 283 Barragem do Ruivo  
 285 Albardeiras  
 286 Misericórdia  
 291 Anta da Herdade do Álamo 2

297 Almedrões  
 298 Pomarinho 2  
 299 Moita da Carne 5  
 300 Monte das Flores 3  
 303 Monte da Barbarrala Nova  
 305 Bairro de Almeirim 2  
 314 Carrascal 2

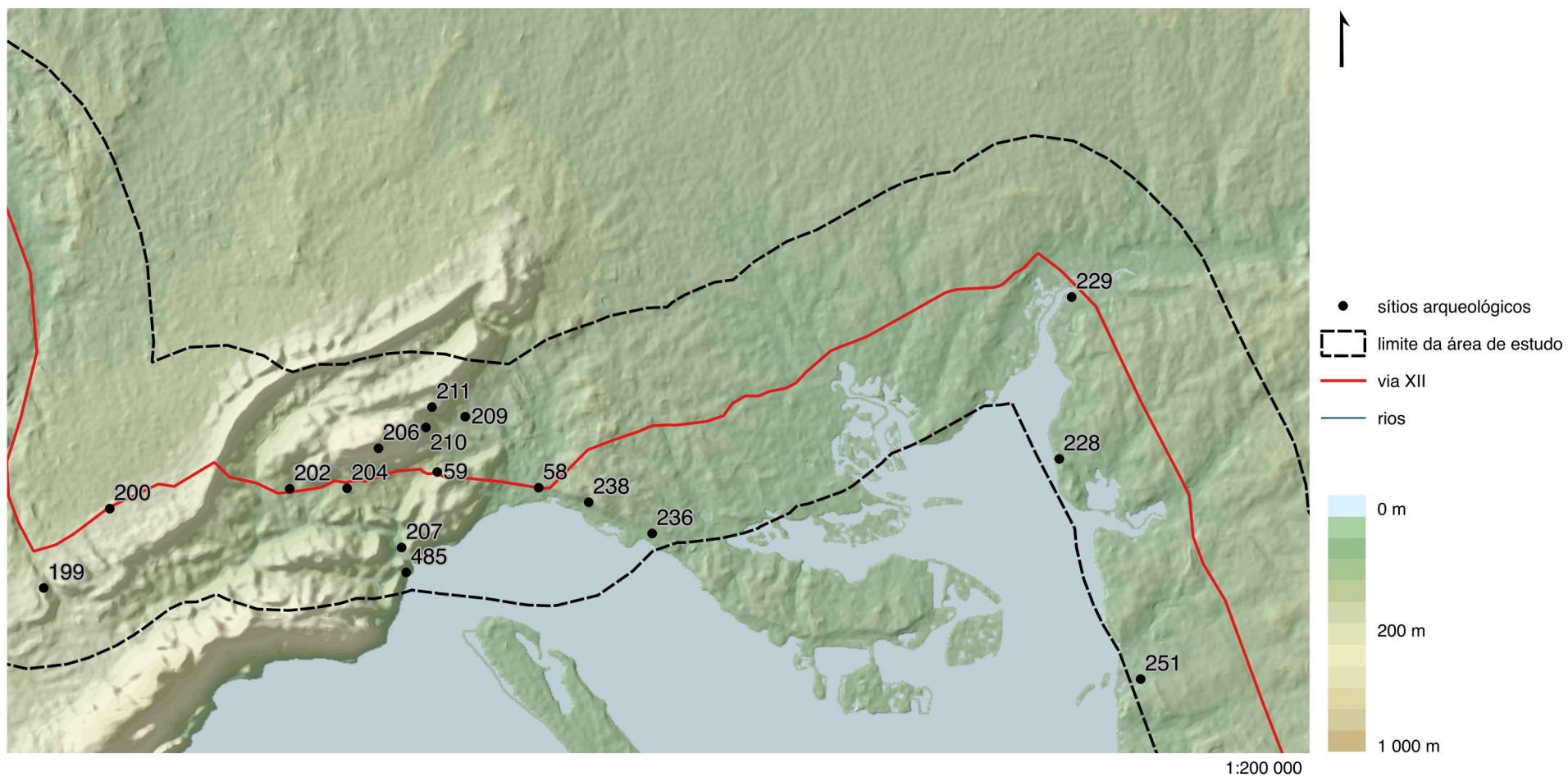


2 Alcacer do Sal	82 Herdade de São Braz	273 Alcácer do Sal - São Francisco/ EN 5
16 Remourinho	258 Monte do Bugio	274 Alcácer do Sal - Necrópole de São Francisco
17 Porto da Lama	262 Ameira	275 Horta das Ponces
33 Monte dos Carvalhos de Baixo	264 Telhada	277 Bairro Rio de Clérigos
55 Herdade da Biscaíña	265 Olival de São João	278 Morgada
56 Casa Branca	266 Horta do Crespo	280 Olival de Nossa Senhora d'Aires
57 Pedrões	267 Parvoíce	281 Santa Catarina de Sítimos
69 Portagem	268 Olival da Pedreira	282 Água d'Elvira dos Padres
80 Herdade da Barrosinha II	270 Azinhaga do Senhor dos Mártires	318 Monte do Pinhal
81 Castelejos	271 Bairro do Crespo	

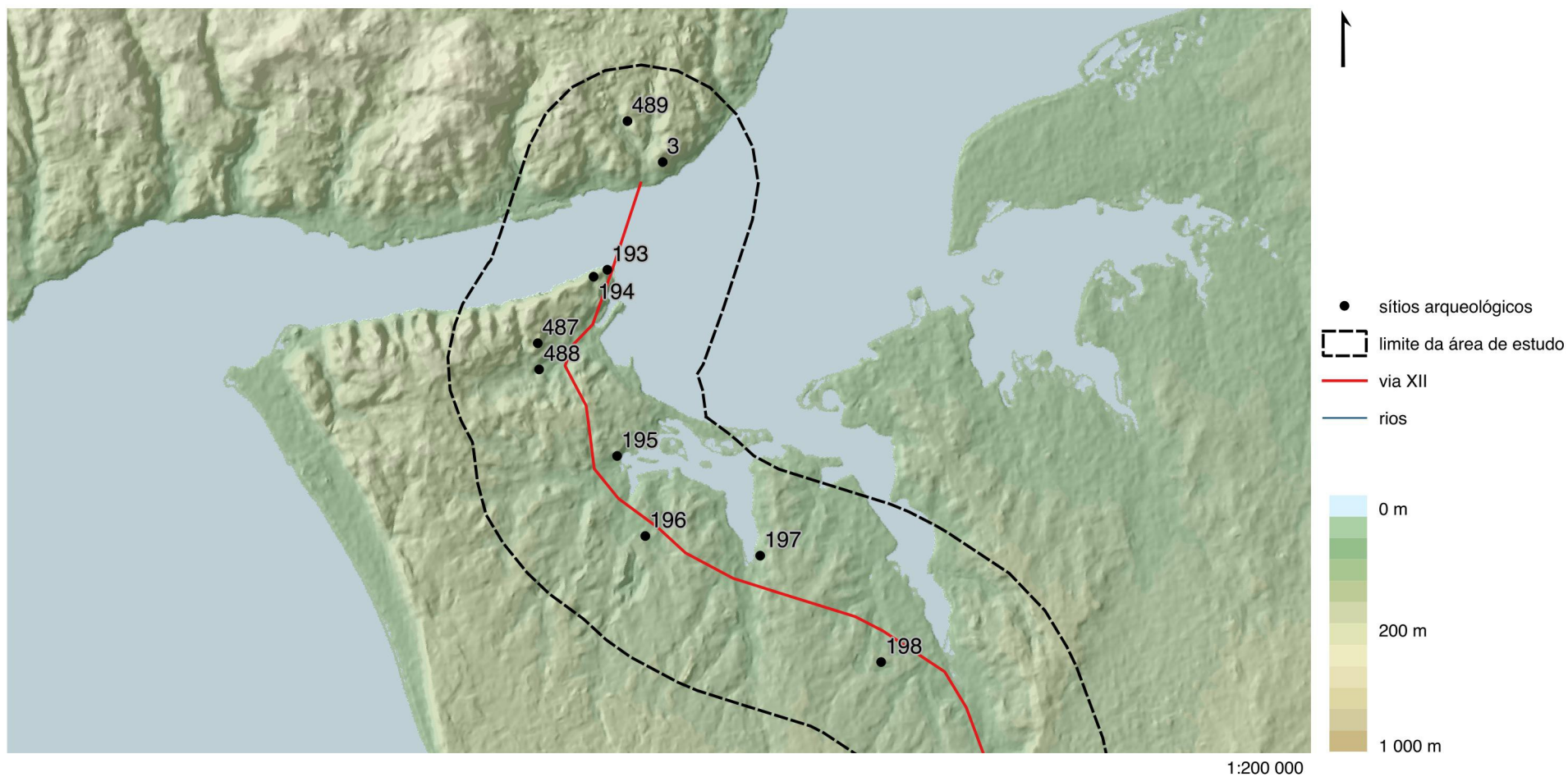


- |                                    |                              |
|------------------------------------|------------------------------|
| 58 Setúbal                         | 255 Casas Novas              |
| 228 Arrábidas                      | 258 Monte do Bugio           |
| 236 Quinta da Alegria (Cachofarra) | 259 Monte da Enchurrasqueira |
| 238 Pedra Furada                   | 260 Monte da Batalha         |
| 251 Herdade do Pinheiro            | 262 Ameira                   |
| 252 Abul                           | 318 Monte do Pinhal          |
| 254 Monte do Rapa                  |                              |





58 Setúbal	207 Comenda	238 Pedra Furada
59 Calçada do Viso	209 Alferrar	251 Herdade do Pinheiro
199 Coína-a-Velha	210 Pedrão	485 Rasca
200 Painel das Almas	211 Cabeço Gordo	
202 Cruz da Légua	228 Arrábidas	
204 Esteval	229 Zambujalinho	
206 São Luís Velho	236 Quinta da Alegria (Cachofarra)	



- 3 Lisboa
- 193 Fábrica Romana de Salga de Peixe de Cacilhas - Largo Alfredo Dinis
- 194 Quinta do Almaraz
- 195 Quinta do Rouxinol
- 196 Vale de Gatos
- 197 Quinta de São João
- 198 Foros da Catrapona

- 487 Ramalha
- 488 Chegadinho
- 489 Lisboa - Rua do Passadiço, n.º 26 a 30

## II Inventário de sítios arqueológicos

### Estrutura de dados (tabelas)

Na secção 1.2 da dissertação são apresentados os fundamentos da utilização do modelo de dados e terminologias da base de dados que regista a base documental do estudo. Na presente secção são listadas as tabelas que compõem a base de dados e respetiva definição de campos. Assinala-se a correspondência com os temas do sistema MIDAS (English Heritage 2012) e as classes da norma CIDOC-CRM (ICOM-CIDOC 2015), remetendo-se para estas fontes a definição dos conceitos subjacentes. Acrescentam-se algumas notas que justificam algumas opções tomadas que, por dizerem respeito apenas ao conjunto de dados em análise, não se encontram contempladas na norma.

### Monumento (registo-pai)

Table\_Name: Monument

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Conteúdo	Fonte/ valor	Nota
MonID	INTEGER	4.1	E42	valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
CompilerOrg	VARCHAR	4.1	E39	valor por defeito	'Universidade de Lisboa'	Designação da organização responsável pela compilação do conjunto de dados
CompilerPers	VARCHAR	4.1	E74	valor por defeito	'Maria José Almeida'	Nome do indivíduo responsável pelo registo
CompilationDate	TIMESTAMP	4.1	E65	carimbo temporal do sistema		Data e hora da criação do registo
LastUpdate	TIMESTAMP	4.1	E11	carimbo temporal do sistema		Data e hora da última alteração ou revisão

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Conteúdo	Fonte/ valor	Nota
MonName	VARCHAR	4.1	E41	livre		Designação pela qual o monumento é habitualmente referido
MonDescription	LONGVARCHAR AR	4.1	E62	livre		Texto livre relativo à descrição do monumento

Preferencialmente é usada a designação (*MonName*) do sítio arqueológico conforme consta nos dois inventários institucionais utilizados: *Carta Arqueológica de Extremadura* e base de dados *Endovélico* (Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural 2014; Direção Geral do Património Cultural 2015). Se o sítio não é referido nestes inventários, será usada a designação apresentada na bibliografia consultada: existindo diversas designações consoante a fonte, a isso será feita referência no campo Descrição (*MonDescription*).

A descrição procura ser um resumo da informação recolhida sobre o sítio, valorizando os aspetos relacionados com o âmbito cronológico e temático da dissertação. Será neste campo que se justificam e fundamentam as interpretações feitas sobre a informação disponível que se incluem no texto da dissertação.

## Localização

Table\_name: MapDepict

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Conteúdo	Fonte	Nota
MapDepID	INTEGER	4.4	E42	valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
CompilerOrg	VARCHAR	4.4	E39	valor por defeito	'Universidade de Lisboa'	Designação da organização responsável pela compilação do conjunto de dados
CompilerPers	VARCHAR	4.4	E74	valor por defeito	'Maria José Almeida'	Nome do indivíduo responsável pelo registo
CompilationDa	TIMESTAM	4.4	E65	carimbo temporal do		Data e hora da criação do registo

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Conteúdo	Fonte	Nota
te	P			sistema		
Update	TIMESTAMP	4.4	E11	carimbo temporal do sistema		Data e hora da última alteração ou revisão
PosAcc	VARCHAR	4.4	NULL	vocabulário controlado	Pleiades	Grau de confiança da fonte de informação usada para a georreferenciação
FeatType	VARCHAR	4.4	E55	vocabulário controlado	INSPIRE	Tipo de geometria usada na representação cartográfica
CRS	VARCHAR	4.4	E32	valor por defeito	'ETRS89 / Portugal TM06'	Sistema de referência de coordenadas
X	VARCHAR	4.4	E47	livre		Valor que expressa a longitude no sistema de referência de coordenadas em uso
Y	VARCHAR	4.4	E47	livre		Valor que expressa a latitude no sistema de referência de coordenadas em uso
MonID	INTEGER	4.4	E42	valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)

Table\_name: AdmLocation

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
AdmLocationID	INTEGER	4.4	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
MonID	INTEGER	4.4	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)
AdmAreLev0	VARCHAR	4.4	E48	País	vocabulário	ISO 3166	Região legalmente

					controlado		identificada como entidade independente na geografia política
AdmAreLev1	VARCHAR	4.4	E48	Autonomia/Distrito	vocabulário controlado	DGT (PT)/ IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 1º nível
AdmAreLev2	VARCHAR	4.4	E48	Provincia/Município	vocabulário controlado	DGT (PT)/ IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 2º nível
AdmAreLev3	VARCHAR	4.4	E48	Município/Freguesia	vocabulário controlado	DGT (PT)/ IGN (ES)	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 3º nível

## Localização histórica

Table\_name: HistoricalLocation

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
HistLocID	INTEGER	4.4	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
HisLocality	VARCHAR	4.4	E48	Topónimo	vocabulário controlado	Pleiades	Designação do local onde se encontra o monumento, no momento do seu contexto histórico
AssocCertainty	VARCHAR	4.4	E13	Associação	vocabulário controlado	Pleiades	Grau de certeza na associação entre o local e o topónimo histórico

MonID	INTEGER	4.5	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)
Period	VARCHAR	4.5	E4	Período histórico	vocabulário controlado	periodO	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas no espaço e tempo

Table\_name: HistAdmLocation

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
HistAdmLocID	INTEGER	4.4	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
MonID	INTEGER	4.5	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)
HistAdmAreLev1	VARCHAR	4.4	E48	<i>Provincia</i>	vocabulário controlado	Pleiades	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 1º nível
HistAdmAreLev2	VARCHAR	4.4	E48	<i>Conuentus</i>	vocabulário controlado	Pleiades	Área geográfica definida para efeitos de governo, administração ou fins eleitorais – 2º nível
Period	VARCHAR	4.5	E4	Período histórico	vocabulário controlado	perio.do	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas no espaço e tempo

## Tipologia

Table\_name: MonType

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
MonType	VARCHAR	4.3	E42	termo	vocabulário controlado	AAT®	Tradução portuguesa do termo do AAT®
MonID	INTEGER	4.1	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)
AATID	VARCHAR	4.3	E42	AAT®	lista de termos	AAT®	Identificador único do registo no AAT®

## Cronologia

Table\_name: TimeSpan

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
TimeSpanID	INTEGER	4.5	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
StartDate	VARCHAR	4.5	E52	Data inicial	livre		A data mais antiga no intervalo de tempo da existência da entidade a que se refere
EndDate	VARCHAR	4.5	E52	Data final	livre		A data mais recente no intervalo de tempo da existência da entidade a que se refere
Period	VARCHAR	4.5	E4	Período histórico	vocabulário controlado	perio.do	Designação dada a um conjunto de acontecimentos, eventos ou realizações socio-culturais limitadas



Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
							no espaço e tempo
Component	VARCHAR	4.5	E26	Parte descrita	livre		Parte do monumento à qual se refere a cronologia atribuída
SciDatMethod	VARCHAR	4.5	E17	Método de datação	lista de termos		Método usado para atribuir a cronologia ao monumento
MonID	INTEGER	4.5	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)

Apenas se registam os dados cronológicos relativos ao âmbito do estudo, mesmo que o sítio ou monumento tenha ocupações anteriores e/ou posteriores. Nos casos em que o sítio considerado tem uma ocupação de outra época ou período histórico que é relevante para a construção da proposta de traçado, conforme se fundamenta no campo descrição, será registada a cronologia respetiva a esse momento.

Dá-se preferência ao preenchimento dos campos “Data inicial” e “Data final” (*StartDate; EndDate*) em anos de calendário, no formato aaaa-mm-dd. Quando não são determináveis o dia e o mês, opta-se pela primeira data possível no ano/mês correspondente para a data inicial e a última para a data final. Quando a indicação cronológica publicada é expressa em séculos, mantém-se esse formato com as abreviaturas *Séc.(século)* e *a.C. (antes de Cristo)*, quando aplicável. Por esta razão o tipo de campo não pode ser definido como DATE.

Quando não é possível determinar uma data em anos de calendário, utiliza-se o campo “Período histórico (*Period*) com escolha preferencial pelos termos mais consensuais na bibliografia arqueológica.

Sempre que não se encontra preenchido o campo “Parte descrita” (*component*) a cronologia registada diz respeito a toda a realidade arqueológica que constitui o registo-pai

## Inscrição

Table\_name: Inscription

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
InscID	INTEGER	4.1	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
Inscription	VARCHAR	4.1	E34	Texto	livre		Texto inscrito como parte da decoração ou conteúdo do monumento
Component	VARCHAR	4.1	E19	Referência	livre		Parte do monumento na qual foi inscrito o texto
MonID	INTEGER	4.1	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)
Context	VARCHAR	4.1	E14	Contexto de achamento	lista de termos		Condição do monumento no momento da identificação
AAT	VARCHAR	4.1	E55	AAT®	vocabulário controlado	AAT®	Classificação do monumento através do identificador único e termo do AAT®

Nos casos das fichas correspondentes às cidades romanas incluídas na base de dados (*Augusta Emerita, Ebora, Salacia, Caetobriga e Olisipo*) listam-se apenas as epígrafes viárias que podem ser associadas à via XII, quando existem. Também não se consideram as marcas de oleiro, *tituli picti* e outras inscrições sobre objetos, salvo nos casos em que contribuam diretamente para a argumentação utilizada na definição do traçado da via.

Sempre que não se encontra preenchido o campo “Parte descrita” (*component*) a inscrição registada diz respeito a toda a realidade arqueológica que constitui o registo-pai.

## Referências

Table\_name: ExternalInformation

Column_Name	Type_Name	MIDAS	CIDOC-CRM	Etiqueta	Conteúdo	Fonte	Nota
ExtInfID	INTEGER	4.3	E42		valor auto-incrementado		Identificador único do registo (chave primária)
ExtInfSysID	VARCHAR	4.3	E42	Referência	livre		Identificador único conforme usado no sistema de informação externo em que o registo-pai é referenciado
ExtInfSys	VARCHAR	4.3	E31	Inventário	lista de termos		Designação do inventário ou outro sistema de informação em que o registo-pai é referenciado
MonID	INTEGER	4.3	E42		valor automático (relação)		Identificador único do registo-pai (monument)

As referências alfanuméricas dos inventários referidos mantém-se no formato em que foram publicadas. Excetua-se o caso da carta arqueológica do distrito de Setúbal (Ferreira, Tavares da Silva, Lourenço, Sousa 1993): porque a numeração de sítios se faz de 1 a  $n$  em cada um dos municípios do distrito, o nº de inventário é precedido do código de três letras que identifica o município, de acordo com o anexo III do Decreto-Lei n.º 209/98 de 15 de julho.

A bibliografia não regista exhaustivamente todas as fontes publicadas em que o sítio se encontra referido. Dá-se preferência às fontes que correspondem aos inventários citados, às que apresentam informação mais completa e/ou mais recente sobre o sítio, bem como as que remetem para outra bibliografia que não se encontra citada no texto ou na ficha a que se referem. No caso das fichas correspondentes às cidades romanas incluídas na base de dados (*Augusta Emerita*, *Ebora*, *Salacia*, *Caetobriga* e *Olisipo*), listam-se apenas as referências bibliográficas citadas no campo “Descrição” (*MonDescription*), considerando o volume de informação disponível e o facto de, na maior parte dos casos, muitas das obras publicadas apenas marginalmente interessarem para o tema tratado na dissertação.

## Terminologia

Na secção 1.2 da dissertação são apresentados os fundamentos da utilização do modelo de dados e terminologias da base de dados que regista a base documental do estudo. Na presente secção são apresentadas as listas de termos usadas no conteúdo de alguns campos da base de dados. Quando estes pertencem a um thesaurus ou vocabulário controlado é citada a fonte. No caso em que não é indicada a fonte, a fixação de termos é da minha responsabilidade.

Excluem-se os nomes geográficos incluídos nas bases de dados do IGN e DGT e reportório *Pleiades*, bem o tipo de geometria definido na norma INSPIRE, por não ter havido necessidade de qualquer adaptação ou tradução.

Apenas se listam os termos que são empregues no conjunto de dados que constitui a amostra em estudo.

## Grau de confiança

Tabela	MapDepict (1.2.1)
Atributo	PosAcc
Fonte	<a href="#">Pleiades</a> (adaptado)

Termo (pt)	Termo (en)	Nota
confiável	<i>confident</i>	todos os autores estão confiantes na associação desta localização ao sítio arqueológico, baseados em fontes textuais e/ou arqueológicas, confirmadas no terreno e/ou georreferenciadas
confiável mas inferida	<i>confident, but inferred</i>	todos os autores estão confiantes na associação desta localização ao sítio arqueológico, embora essa presunção seja baseada na dedução a partir de fontes textuais e/ ou arqueológicas que não se encontram confirmadas no terreno e/ou não estão rigorosamente georreferenciadas
pouco confiável e inferida	<i>less confident and inferred</i>	a maioria dos autores está confiante na associação desta localização com o sítio

Termo (pt)	Termo (en)	Nota
pouco confiável	<i>less confident</i>	arqueológico, embora essa presunção seja baseada na dedução a partir de fontes textuais e/ ou arqueológicas que não se encontram confirmadas no terreno e/ou não estão rigorosamente georreferenciadas  a maioria dos autores está confiante, ou relativamente confiante, que esta localização pode ser associada ao sítio arqueológico, baseada em fontes textuais e/ou arqueológicas; no entanto regista-se hesitação ou falta de consenso na interpretação dessas fontes ou existe alguma insegurança no que diz respeito à cronologia e localização do sítio arqueológico

## Tipologia

Tabela	MonumentType (1.4.1)
Atributo	MonType
Fonte	<a href="#">AAT®</a>

Termo (pt)	Termo (en)	Nota (AAT ID)
aglomerados populacionais	<i>inhabited places</i>	300008347
aquedutos	<i>aqueducts</i>	300006165
aras	<i>arae</i>	300007633
armazéns	<i>warehouses</i>	300007722
atalaias	<i>watchtowers</i>	300134522
barragens	<i>dams</i>	300006084
basílicas	<i>basilicas</i>	300170443
canais artificiais	<i>artificial water channels</i>	300133792
cenotáfios	<i>cenotaphs</i>	300007027
cetárias (tanques)	<i>tanks (containers)</i>	300198941
cidades	<i>cities</i>	300008389
cidades capitais	<i>capital cities</i>	300008410
cisternas	<i>cisterns</i>	300052558
complexos edificados	<i>complexes (buildings)</i>	300000202
complexos mineiros	<i>mines (extracting</i>	300000390
contrapesos	<i>counterweights</i>	300051285

Termo (pt)	Termo (en)	Nota (AAT ID)
edifícios	<i>buildings (structures)</i>	300004792
edifícios religiosos	<i>religious buildings</i>	300007391
elementos arquitectónicos	<i>architectural elements</i>	300000885
entulheiras	<i>dumps (refuse areas)</i>	300000824
epígrafes	<i>epigraphs</i>	300028719
epitáfios	<i>epitaphs</i>	300028729
estátuas	<i>statues</i>	300047600
estatuetas	<i>figurines</i>	300047455
estradas	<i>roads</i>	300008217
estradas principais	<i>primary roads</i>	300008283
estruturas hidráulicas	<i>hydraulic structures</i>	300006073
estruturas industriais	<i>industrial structures</i>	300121918
estruturas religiosas	<i>religious structures</i>	300120364
estruturas residenciais	<i>residential structures</i>	300257729
fábricas de salga	<i>food processing plants</i>	300006335
fontes	<i>fountains</i>	300006179
fornos	<i>kilns</i>	300022798
fortins	<i>castelli</i>	300008450
imbrices	<i>imbrex</i>	300010682
mausoléus	<i>mausoleums</i>	300005891
miliários	<i>milestones</i>	300006973
necrópoles	<i>necropolises</i>	300000372
olarias	<i>potteries (manufactories)</i>	300006310
pavimentos rígidos (calçadas)	<i>rigid pavements</i>	300002097
pontes	<i>bridges</i>	300007836
portos	<i>ports</i>	300120599
povoados fortificados	<i>fortified settlements</i>	300387238
sarcófagos	<i>sarcophagi (coffins)</i>	300005947
sítios arqueológicos	<i>archaeological sites</i>	300000810
tanques (água)	<i>water tanks</i>	300006203
termas	<i>balnea</i>	300120377
uillae	<i>villas</i>	300005517

## Período histórico

Tabela	Time_Span (1.5.1)
Atributo	Period
Fonte	<a href="#">PeriodO</a>

Nota: Apenas se listam os termos usados em registos onde não se encontram assinaladas as datas inicial e final, devendo assim ser consideradas genericamente as balizas cronológicas da presente listagem. Na correspondência com o reportório PeriodO foi considerada a área geográfica a que o termo se aplica; como em alguns casos não há referência a Portugal na cobertura geográfica, utilizou-se o termo que se aplica a Espanha. Privilegiou-se também a

utilização de termos provenientes da mesma fonte.

Termo (pt)	Termo	Data Inicial	Data final	Nota (Pemalink)
Calcolítico	Calcolítico (es)	-2399	-2300	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4pmpv">http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4pmpv</a>
Idade do Bronze	Edad del Bronze (es)	-2299	-1000	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4q5m">http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4q5m</a>
Idade do Ferro	Edad del Hierro (es)	-999	0	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4s9pz">http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4s9pz</a>
Época romana	Roman Early Empire-Late Antique (en)	-30	640	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p03wskdcctk">http://n2t.net/ark:/99152/p03wskdcctk</a>
Antiguidade tardia	Late Antique (en)	300	640	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p03wskd6psm">http://n2t.net/ark:/99152/p03wskd6psm</a>
Época medieval	Medieval (en)	400	1500	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p08m57h8zmq">http://n2t.net/ark:/99152/p08m57h8zmq</a>
Época moderna	Moderno (es)	1480	1789	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4j58z">http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w4j58z</a>
Época contemporânea	Contemporáneo (es)	1790	2000	<a href="http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w43r5n">http://n2t.net/ark:/99152/p06v8w43r5n</a>
Indeterminado				

## Método de datação

Tabela	Time_Span (1.5.1)
Atributo	SciDatMethod

Termo	Nota
Contexto arqueológico	a cronologia é determinada pelo contexto arqueológico observado, seja através de trabalhos de escavação ou de recolhas de materiais arqueológicos à superfície
Contexto histórico	a cronologia é determinada pelo contexto definido por fontes históricas documentais e/ou estudos de âmbito histórico que se citam
Estilo / iconografia	a cronologia é determinada pelo estilo e/ou iconografia do monumento, de acordo com a bibliografia que se cita
Morfologia	a cronologia é determinada pelas características morfológicas do monumento ou objeto, de acordo com tipologias estabelecidas e referidas na bibliografia que se cita no caso das ânforas, usam-se preferencialmente os intervalos de tempo definidos para as respetivas produções no âmbito do projeto Amphorae ex Hispania (2014)
Numismática	a cronologia é determinada por métodos e técnicas próprias da numismática, de acordo com a bibliografia que se cita

Paleografia	a cronologia é determinada por métodos e técnicas próprias da paleografia, de acordo com a bibliografia que se cita
Texto	a cronologia é determinada pelas fórmulas e tipos de texto usados, de acordo com a bibliografia que se cita

## Contexto de Achamento

Tabela	Inscription (1.6.1)
Atributo	Context

Termo	Nota
<i>In situ</i>	o monumento encontra-se no local destinado à sua função original
<i>In situ</i> (inferido)	o monumento não se encontra no local destinado à sua função original mas existe documentação que permite inferi-lo com segurança; a representação geoespacial do monumento é relativa à localização inferida
Reutilização	o monumento foi reutilizado com uma função diferente da original, sendo deslocado da posição inicial; a representação geoespacial é relativa à localização do monumento reutilizado
Indeterminado	

## Inventário

Tabela	ExternalInformation (1.7.1)
Atributo	ExtInfSys

Termo	Nota (citação bibliográfica ou ISSN ou URL)
Almeida 2000	(Almeida 2000)
Carneiro 2011	(Carneiro 2011)
Carta Arqueológica de Extremadura	(Consejería de Educación y Cultura - Dirección General de Patrimonio Cultural 2014)
Carta Arqueológica de Palmela	(Município de Palmela 2015)
Cordero 2013	(Cordero Ruiz 2013)
Corpus Inscriptionum Latinarum	(Hübner 1869)
Endovelico	(Direção Geral do Património Cultural 2015)
Ephemeris epigraphica	(Deutsches Archäologisches Institut. 1872)
Ficheiro Epigráfico	0870-2004
Galamba 2012	(Galamba 2012)
Gorges e Rodriguez 2000	(Gorges, Rodríguez Martín 2000)



Termo	Nota (citação bibliográfica ou ISSN ou URL)
Hispania Epigraphica Inscrições Romanas do Conventus Pacensis Museo Nacional de Arte Romano	1132-6875 (Encarnação 1984) <a href="http://www.mecd.gob.es/mnromano/el-museo/nuestras-colecciones.html">http://www.mecd.gob.es/mnromano/el-museo/nuestras-colecciones.html</a>
Museu de Évora	<a href="http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx">http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx</a>
Museu Nacional de Arqueologia	<a href="http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx">http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx</a>
Património Arqueológico do Distrito de Setúbal	(Ferreira, Tavares da Silva, Lourenço, Sousa 1993)
Plano Director Municipal de Évora	(Câmara Municipal de Évora 2005)
Plano Director Municipal do Seixal Plano Diretor Municipal de Estremoz	(Município do Seixal 2015) (Câmara Municipal de Estremoz 2015)
Pleiades	(Bagnall, Talbert, Bond, Becker, Elliott, Gillies, Horne, McCormick, Rabinowitz, Turner, Twele 2006)
Rodriguez 1993	(Rodríguez Martín 1993)
Roman Portugal	(Alarcão 1988)
Sistema de Informação para o Património Arquitectónico	<a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx</a>
Tabula Imperii Romani	(Alarcão, Álvarez Martínez, Cepas Palanca, Corso Sanchez 1995)

### **Fichas de sítio (suporte digital, formato pdf)**

### **Inventário de sítios arqueológicos (suporte digital, formato csv)**